

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE LITERATURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS**

BENEDITO TEIXEIRA DE SOUSA

HOMOAFETIVIDADE NA INFÂNCIA NA NARRATIVA LITERÁRIA BRASILEIRA

**FORTALEZA
2014**

BENEDITO TEIXEIRA DE SOUSA

HOMOAFETIVIDADE NA INFÂNCIA NA NARRATIVA LITERÁRIA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Literatura Comparada.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Fernanda Maria Abreu Coutinho

FORTALEZA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Ciências Humanas

S696h Sousa, Benedito Teixeira de.
 Homoafetividade na infância na narrativa literária brasileira / Benedito Teixeira de Sousa. – 2014.
 162 f. , enc. ; 30 cm.

 Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Departamento
de Literatura, Programa de Pós-Graduação em Letras, Fortaleza, 2014.
 Área de Concentração: Literatura comparada.
 Orientação: Profa. Dra. Fernanda Maria Abreu Coutinho.

 1.Personagens literários – Brasil. 2.Infância na literatura. 3.Homossexualismo na literatura. 4.Poder
(Ciências sociais) na literatura. I.Título.

CDD B869.34

BENEDITO TEIXEIRA DE SOUSA

HOMOAFETIVIDADE NA INFÂNCIA NA NARRATIVA LITERÁRIA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Letras. Área de concentração: Literatura Comparada.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Fernanda Maria Abreu Coutinho

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Fernanda Maria Abreu Coutinho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Marcelo Magalhães Leitão
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra
Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Maria Socorro, e meu pai, Francisco, pela confiança, empenho e força, sempre que precisei, principalmente nas horas mais difíceis; por sempre acreditarem que o estudo é fundamental para a construção do ser humano.

Ao que chamamos de Deus, ou, para mim, essa energia maior que rege nossos caminhos.

À minha orientadora, professora Fernanda Maria Abreu Coutinho, por ter acreditado na pesquisa e por sua excelente condução e imprescindíveis contribuições para a concretização do trabalho.

Aos professores Gilmar de Carvalho e Carlos Eduardo Bezerra, por terem aceitado participar da Banca de Qualificação, cujas contribuições se mostraram fundamentais para o enriquecimento da pesquisa, e a Marcelo Magalhães Leitão e Carlos Eduardo Bezerra por terem sido também tão importantes durante a Banca de Defesa da dissertação.

À Capes, por ter proporcionado, durante o período de um ano, a bolsa que permitiu a realização de grande parte da pesquisa de mestrado.

Aos meus amigos e amigas, Valdir Oliveira Jr., Wanderson César, Adriana Santiago, Sílvia Leite, Adailma Mendes, Joana Dutra, Ricardo Black, Ivanilda Martins, Franzé Nogueira, Raimundo Madeira, por estarem sempre ao meu lado nas decisões que tomei na vida, em especial a de fazer um mestrado 10 anos depois de ter saído da universidade.

A Dalviane Pires, por ter dado o empurrão que faltava para que me dedicasse aos estudos em literatura.

Às minhas companheiras de estudos, Jennifer Pereira, Sarah Borges e Margarida Timbó, pelo apoio e a força na concretização dos sonhos acadêmicos.

A Paulo Emanuel Lopes, pela força, paciência e companheirismo.

À minha família, e à minha irmã Lia, em especial, por de alguma forma, torcerem pelo sucesso da pesquisa.

“Teve um sobressalto de pavor e delícia.”

(João Silvério Trevisan)

RESUMO

A produção brasileira na literatura de temática homoafetiva passou ao longo do século XX por uma significativa evolução quantitativa e mesmo qualitativa. Ainda assim, a abordagem do tema envolvendo personagens na infância e/ou pré-adolescência continua bastante rarefeita na criação literária brasileira. Após um levantamento do que já se produziu em nossa literatura com a homoafetividade na infância sendo diretamente ou mesmo sutilmente abordada nos textos, a partir da publicação de *O Ateneu*, de Raul Pompéia, em 1888, selecionamos quatro narrativas por meio das quais analisamos como as personagens literárias em idade infantil vivem situações de desejo homoafetivo: o próprio *O Ateneu*; *Capitães da areia* (1937), de Jorge Amado; *Dona Sinhá e o filho padre* (1964), de Gilberto Freyre; e *Limite branco* (1970), de Caio Fernando Abreu. Verificamos as representações de poder surgidas a partir de contextos em que a criança se apresenta envolvida nesse tipo de relação, seja nas interações entre as personagens, adultos e crianças, ou de acordo com o contexto apresentado (família, escola, igreja, rua) e ainda no que toca à própria linguagem literária utilizada pelos ficcionistas. Para subsidiar a análise, trabalharemos os conceitos de infância, sexualidade, homoafetividade, poder (segundo Michel Foucault), com base no aparato teórico a respeito das personagens literárias.

PALAVRAS-CHAVE: Infância. Homoafetividade. Poder. Personagens. Literatura brasileira.

ABSTRACT

The Brazilian production of homoaffective themes/issues in literature evolved significantly both in quantitative and qualitative terms throughout the twentieth century. Still, the approach to the subject involving characters in childhood and / or pre – adolescence is quite scarce in Brazilian literary creation. Based on a survey of what has been written in Brazilian literature regarding homoaffective relations in childhood addressed in the texts directly or in a subtle way, from the publication of *O Ateneu* (The Athenaeum), by Raul Pompeia, in 1888, four narratives were selected, through which we analyze how literary child characters face homoaffective desire: *O Ateneu*; *Capitães da areia* (Captains of the sands) (1937) by Jorge Amado, *Dona Sinhá e o filho padre* (Mother and son) (1964), by Gilberto Freyre, and *Limite branco* (White boundary) (1970), by Caio Fernando Abreu. We analyzed the representations of power arising from contexts in which the child has engaged in this kind of relationship, the interactions between the characters, adults and children, in relation to the given context (family, school, church, street) and the literary language used by the authors. To complement this analysis, we dealt with the concepts of childhood, sexuality, homosexuality, power (according to Michel Foucault), based on the theoretical background and apparatus of the literary characters.

KEYWORDS: Childhood. Homoaffectivity. Power. Characters. Brazilian literature.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO 2.....	15
2.1 Infância e sexualidade.....	15
2.1.1 <i>Percepções ao longo da história</i>	15
2.1.2 <i>Evolução das mentalidades em relação à criança</i>	21
2.1.3 <i>Corpos controlados, silenciados, interditados</i>	25
2.2 Culpa, medo e pecado.....	34
2.2.1 <i>Desafios moralistas no Novo Mundo</i>	35
2.2.2 <i>A criança sexualizada da Psicanálise</i>	42
2.3 O sujeito social infantil.....	50
2.3.1 <i>Preparando o bom adulto</i>	50
2.3.2 <i>Crianças modernas e perspectivas contemporâneas</i>	54
CAPÍTULO 3.....	59
3.1 Homoafetividade e sua relação com a infância.....	59
3.1.1 <i>Amor livre, mas nem tanto</i>	59
3.1.2 <i>Puritanismo religioso, interdição reforçada</i>	68
3.1.3 <i>Perseguição ao “pecado nefando” no Brasil</i>	70
3.1.4 <i>Homossexualidade ganha status de doença</i>	73
3.2 Alteridade homossexual na psicologia.....	76
3.2.1 <i>Buscando as causas do desvio</i>	76
3.2.2 <i>O peso da dominação masculina sobre a homoafetividade</i>	85
3.2.3 <i>Homossociabilidade e homoerotismo: rejeição e desejo</i>	90
3.3 Homoafetividade na literatura.....	92
3.3.1 <i>Literatura e consolidação da identidade homossexual</i>	93
3.3.2 <i>Literatura homoerótica no Brasil</i>	97
CAPÍTULO 4.....	104
4.1 O poder que subjuga as relações homoafetivas na infância.....	104
4.1.1 <i>Homoafetividade na infância e relações de poder na literatura</i>	104
4.1.2 <i>O poder sob a ótica de Foucault: capilaridade e eficiência</i>	108
4.1.3 <i>A anomalia como foco de atuação do poder disciplinar/ normalizador</i>	113
4.1.4 <i>Anomalia e sexualidade</i>	116
4.2 A personagem literária.....	118
4.2.1 <i>A importância da personagem para narrativa ficcional</i>	118
4.2.2 <i>As personagens e suas classificações</i>	123
4.3 Abordagem literária da homoafetividade infantil: análise das personagens.....	126
4.3.1 <i>Sérgio</i>	126
4.3.2 <i>Boa-Vida, Gato, Almiro e Barandão</i>	133
4.3.3 <i>José Maria</i>	137
4.3.4 <i>Maurício</i>	142
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	155

1 INTRODUÇÃO

Sérgio, de *O Ateneu*, José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, Maurício, de *Limite branco*, os garotos de rua do bando dos *Capitães da areia* são personagens ainda em idade infantil, da literatura brasileira, que aparecem envolvidas em situações que configuram manifestações de desejos homoafetivos. Diante de tal constatação e considerando a literatura um instrumento privilegiado de representação da realidade, seja para reproduzi-la com o máximo de fidelidade ou para subvertê-la em variados graus, seja para reforçar as visões opressoras da sociedade sobre crianças e indivíduos homoafetivos ou para estimular a reflexão sobre essa mesma opressão, convém verificar como essas personagens e seus desejos são apresentados nas narrativas. É este o objetivo geral da pesquisa de mestrado aqui desenvolvida, partindo do pressuposto de que as temáticas infância, sexualidade e homoafetividade, juntas, têm sido, de alguma forma, registradas pela literatura, levando-se em conta o contexto e a época em que foi produzida.

Com vistas a uma perspectiva de análise tão abrangente, buscaremos fazer um recorte que nos permita também verificar como os instrumentos de poder são identificados em abordagens literárias sobre a manifestação de desejos homoeróticos ainda na infância. Tomaremos como suporte teórico os estudos de Michel Foucault sobre o poder disciplinar e a sexualidade, bem como os estudos que aportam conceitos e funções das personagens literárias nas narrativas, a exemplo dos de Antonio Candido, Yves Reuter e E.M. Forster. Explorar os conceitos de infância, sexualidade infantil e homoafetividade também é fundamental para compreendermos como se configuram as perspectivas dos textos em relação a esse tripé, que, vale ressaltar, ainda conta com escassos estudos na área de Literatura Comparada.

A infância carrega em sua história, pelo menos desde as sociedades ocidentais da era clássica, uma imagem que remete a uma alteridade, um *Outro*¹ inferior, incompleto,

¹ Esse *Outro*, essa alteridade, que identificamos na infância e, posteriormente, na sexualidade infantil, e na homoafetividade, podem ser remetidos ao conceito de pluralidade humana abordado em *A condição humana* (2009), de Hannah Arendt. Se não fossem diferentes, os homens não precisariam do discurso ou da ação para se fazerem entender. Para ela, “a alteridade é, sem dúvida, um aspecto importante da pluralidade; é a razão pela qual todas as nossas definições são distinções e o motivo pelo qual não podemos dizer o que uma coisa é sem distingui-la de outra. (...) Só o homem, porém, é capaz de exprimir essa diferença e distinguir-se; só ele é capaz de comunicar a si próprio e não apenas comunicar alguma coisa – como sede, fome, afeto, hostilidade ou medo” (ARENDDT, 2009, p. 188-189). Antonio Ozaí da Silva, no artigo “Maurício Tragtenberg: identidade e alteridade” (2001), publicado na revista *Urutágua*, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), comenta sobre a alteridade fundada no estigma. Ou seja, ainda que o fato de uma pessoa ser negra ou judia não tenha a menor importância em si, no sentido de que o vemos como um ser humano igual, o estigma já está socialmente dado e não podemos desconsiderá-lo. Ao estudar o romance *Bom-Crioulo*, em “Ruínas da homossexualidade: o gótico em *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha”, Leonardo Mendes afirma que o gótico, o sombrio, representa sistematicamente a alteridade. “Nesse contexto, o outro pode ser a mulher em Hawthorne, o vampiro de Bram Stoker em *Dracula*

sempre numa perspectiva de transição, de passagem para a etapa que realmente importa, a fase adulta da vida. Tendo como base a perspectiva trazida pela Nova História e pela História das Mentalidades², verificamos que, em algumas épocas mais, como na modernidade, em outras menos, como na Idade Média, a infância sempre carregou uma série de interditos à livre manifestação de suas especificidades, embora se tenha em mente ser ela uma construção cultural.

Entre elas, a sexualidade talvez estivesse no panteão dos aspectos que mais deveriam ser negados ou, no mínimo, reprimidos. Quando trazemos para dentro desse conceito de sexualidade a ocorrência de desejos homoafetivos, então, vemos duplicado, e por que não dizer triplicado, o espectro do poder disciplinador e opressor sobre os indivíduos, pois ao Outro infantil e sexual, soma-se o Outro homoafetivo, também alvo de um manancial de restrições e de práticas persecutórias ao longo da História.

Ser criança nas sociedades ocidentais é ser inferior, pois a completude da adultez ainda não chegou e, portanto, é preciso formar um cidadão adulto de bem, livre de vícios e de perversões de todo o tipo, por intermédio de um amplo esquema de vigilância, que passa pela família, pela escola, pela igreja e pelos consultórios de médicos, psicólogos e outros especialistas. Ao objetivo greco-romano de formação do cidadão da *pólis* somaram-se outras metas relacionadas ao mundo infantil e à sua construção: como a formação religiosa cristã, baseada, entre outros aspectos na culpa, no medo, no pecado, no controle da sexualidade, no sexo para a reprodução e no desejo heterossexual; a perspectiva pedagógica de construção intelectual do homem apto ao trabalho; e a visão médica do indivíduo física e mentalmente saudável.

Cultivar desejos sexuais e mais especificamente desejos homoafetivos na infância ou é prejudicial à formação cidadã, ou é pecado, ou é uma anormalidade que precisa ser tratada por especialistas. Essa mentalidade está tão impregnada no imaginário ocidental que até mesmo a literatura, com sua licença para ficcionalizar e subverter a realidade, mantém em seu discurso, mesmo com objetivos diversos, como já apontamos, uma visão que carrega todo um histórico de interditos e repressão sobre esse tipo de circunstância.

Crianças (em nossa pesquisa iremos nos ater ao sexo masculino) e adultos devem estar em mundos completamente separados, tendo o adulto o direito adquirido de propriedade do saber sobre o sexo, a ser mantido em segredo e longe das crianças, seres cuja inocência

(1897), ou o homossexual de Adolfo Caminha” (MENDES, 2004, p. 58). Como em *Bom-crioulo*, identificamos em nossa pesquisa esse outro, tanto na homoafetividade das personagens, como no fato de serem crianças e sexualizadas.

²Cf. cap.2, p. 15.

deve ser preservada. No início do século XX, a constatação freudiana de que a sexualidade já se manifesta na infância, inclusive com a possibilidade de fixação no mesmo sexo, só ampliou os cuidados, a atenção e a vigilância que já eram reservados aos pequenos e pequenas.

Esses mecanismos de controle quase sempre ficaram sob o comando de instituições que se uniram em prol de objetivos comuns, entre eles o de formar adultos “normais” no que diz respeito à sexualidade. Essas instituições são: a família, a escola, a igreja, o Estado e a Medicina, e nesta última incluem-se áreas afins como a Psicologia e a Psiquiatria. Nas narrativas que analisaremos em nossa pesquisa, as personagens e seus desejos homoafetivos estão, de algum modo, submetidos ao poder disciplinador inseparável desse aparato institucional.

Mesmo com a quebra de paradigmas acarretada pela rápida evolução tecnológica, principalmente nas comunicações – vide o poder da televisão e mais recentemente o da Internet sobre as crianças – esse conjunto de forças institucionais continua, de algum modo, delineando o processo de formação infantil. Não por acaso, Neil Postman, em *O desaparecimento da infância* (2011), defende a escola como a saída ainda possível para se contrapor ao processo já em andamento de desaparecimento do mundo infantil, tendo em vista a quebra das barreiras que separavam completamente, ou pelo menos tentavam, o mundo das crianças do mundo dos adultos.

A trajetória que a imagem dos indivíduos homossexuais carregou ao longo do tempo também é fundamental para compreendermos de que forma a literatura funcionou e ainda funciona como registro dessas mentalidades. De condição parcialmente aceitável, nas sociedades clássicas, quando ainda não existia o perfil do homossexual criado pela Medicina³, no século XIX, e que perdura, em grande parte, até hoje, o indivíduo homoafetivo ocidental foi primeiramente repudiado pela família patriarcal heteronormativa e reprodutiva, pela religião e, conseqüentemente, pela pedagogia cristã, depois pelo aparato estatal punitivo, pela Medicina e sua patologização da homossexualidade, incluindo aqui as concepções da Psicanálise⁴. Alie-se tudo isso à condição da criança que não deve saber nada de sexo e temos o sujeito infantil homoafetivo, triplamente reprimido.

Verificaremos que, para além de a condição homossexual ser definidora do perfil dos indivíduos homoafetivos, impondo-se, inclusive, sobre sua condição de sujeito social, há

³Cf. cap. 2, p. 43, nota 20.

⁴ Consideramos aqui os estudos de Jurandir Freire Costa, em *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II* (1995), que resume as principais possibilidades que as teorias freudianas apontam para as causas da homossexualidade, o que denota uma certa patologização do fenômeno homossexual. Cf. cap. 3, p. 79.

uma questão de gênero que envolve a temática e que ainda está presente em sociedades profundamente caracterizadas pelo modelo patriarcal, como a brasileira, e mesmo nos lares onde cada vez mais as mulheres ocupam o papel de provedoras.

Antes de ser o homossexual anormal em oposição ao normal heterossexual, o indivíduo é ativo ou passivo quanto ao desejo homoafetivo. O ativo, “penetrador”, o “bofe”, na linguagem coloquial, goza de maior valorização na sociedade, podendo nem ser considerado homossexual ou gay pelo imaginário popular e pelos próprios sujeitos homoafetivos. Já o passivo, “receptor”, a “bicha”, é inferiorizado porque comparado à condição histórica de submissão feminina, com o agravante de não ser apto para a reprodução nem ter visivelmente reconhecida a virilidade obrigatória à afirmação da dominação masculina.

A distinção entre ativos e passivos já era elaborada desde a sociedade grega clássica, cabendo aos últimos uma imagem depreciativa, tendo em vista que eram identificados, da mesma maneira que as mulheres, como objetos disponíveis ao prazer do homem, ainda que nessas sociedades as relações homoafetivas fossem vistas e aceitas menos como uma fonte de prazer sexual do que como um processo necessário à formação dos cidadãos. Consoante K. J. Dover, em *A homossexualidade na Grécia Antiga* (2007), podemos apreender que, desde cedo, os meninos eram preparados para confirmarem sua potência viril e de dominação em relação ao sexo feminino e, conseqüentemente, ao indivíduo masculino que se submetia à postura passiva.

Essa divisão de papéis sexuais, e por que não dizer também sociais, poderá ser identificada nas representações literárias das personagens do *corpus* de nossa pesquisa. Logo ao entrar no internato, Sérgio, de *O Ateneu*, é informado pelo veterano Rebelo sobre a delimitação que os habitantes da instituição criaram entre os protetores viris e os protegidos “com modos de mulher, aquele arzinho de quem saiu da cama, com preguiça nos olhos” (POMPÉIA, 2010, p. 38). Para garantir sua sobrevivência, o novato deveria evitar comportamentos que o fizessem ser comparado a uma menina desamparada. O menino José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, também é vítima da opressão por sua aparência e trejeitos delicados, situação agravada com as primeiras manifestações de desejo homoafetivo por Paulo, seu protetor na escola. Em *Capitães da areia*, meninos que se submetem à posição de passividade nas relações sexuais com outros garotos são banidos do grupo. Em *Limite branco*, a narrativa é marcada por uma grande introspecção e subjetividade por parte da personagem principal, seja nas reminiscências da infância, narradas em terceira pessoa, seja por meio do diário íntimo, narrado em primeira pessoa, ficando essa questão da divisão de

papéis sexuais completamente aberta. Em Maurício, são as sensações e descobertas em relação ao desejo homoafetivo ainda na infância/adolescência que importam para a personagem.

Vale destacar que a forte estigmatização a que ainda hoje estão submetidos os indivíduos homoafetivos tem grande base nas orientações insistentemente negativas oriundas das grandes religiões, aqui nos interessando o Cristianismo. Qualquer variante de sexo recreativo, não destinado à reprodução, fora do casamento, passou a ser alvo do controle moralista da Igreja Católica e de suas principais instituições parceiras – família e escola. A sombra do pecado, do medo e da culpa se instalou forte e permanentemente sobre as manifestações de desejo homoafetivo e se não conseguiu extingui-las, pelo menos as envolveu num rotundo silêncio. Nas narrativas que analisaremos são facilmente identificáveis os componentes moralista e religioso que perpassam as ações das personagens quando da ocorrência do desejo homoerótico.

A questão do vínculo homosocial, na concepção inaugurada por Eve Kosofsky Sedgwick, em *Betweenmen: english literature and male homosocial desire* (1985), também é importante para que se possa compreender como se apresentam os contextos que favorecem a ocorrência do desejo homoerótico ainda na infância. Ao mesmo tempo em que os espaços de sociabilidade entre homens devem ser marcados pela competição, pela rivalidade, ou pelo total distanciamento, eles são caracterizados por um forte vínculo homoerótico, a exemplo do que ocorre no internato de *O Ateneu*, e no trapiche abandonado onde se abrigam os meninos do bando dos *Capitães da areia*. Portanto, a literatura configura-se como um importante registro desse estreito vínculo entre o desejo homossexual e os contextos homosociais.

Recorreremos aqui à percepção de Jurandir Freire Costa, em *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo* (1992), de que a ficção literária é uma das grandes responsáveis pela consolidação da figura mítica do homossexual nas sociedades ocidentais, no intuito de comentar brevemente a evolução da literatura de temática homoerótica. Desde a *Ilíada*, passando pelos tipos homossexuais atormentados de Gide e Proust, no século XIX, pelo primeiro romance, curiosamente em língua portuguesa, no qual o naturalismo abordou o tema da homossexualidade pela primeira vez, *O Barão de Lavos* (1891), de Abel Botelho, pelo *Bom-Crioulo* (1895), de Adolfo Caminha – obra considerada referência no tratamento do assunto pela literatura brasileira –, por *Grande sertão: veredas* (1956), obra-prima de Guimarães Rosa, em que Riobaldo imagina viver um amor pecaminoso por Diadorim, poderemos destacar que a imagem de anormalidade que a condição homossexual ganhou da religião, da pedagogia e da Medicina, ao longo do tempo, continua presente em textos mais

recentes, inclusive nas narrativas confessionais, regidas pela subjetividade, portanto, que caracterizam a literatura contemporânea, como em *Limite branco*.

Em se tratando de personagens infantis homoafetivas, ainda é escassa sua abordagem pela literatura brasileira, mas poderemos identificar nelas o mesmo sentimento de interdito que marca a grande maioria das obras literárias que tratam do homoerotismo. Não é difícil perceber que as personagens e seus desejos eróticos estão quase sempre submetidos a mecanismos de poder com vistas a reprimi-los e confiná-los ao silêncio que quase sempre os caracterizou.

No primeiro capítulo de nossa pesquisa, faremos uma abordagem das mentalidades que a infância e sua sexualidade acumularam ao longo da história. No segundo capítulo, verificaremos, também com o precioso auxílio da História das Mentalidades, os significados, principalmente históricos e psicológicos, construídos em torno da homossexualidade e que foram registrados pela ficção literária, fazendo um recorte para a literatura brasileira em prosa que aborda a homoafetividade masculina em idade infantil. No terceiro capítulo, traremos os estudos de Foucault sobre o poder, bem como estudos de teoria literária sobre personagens, com vistas a compreender como os mecanismos de construção textual incidem sobre as personagens infantis de *O Ateneu*, *Capitães da areia*, *Dona Sinhá e o filho padre* e *Limite branco*.

CAPÍTULO 2

2.1 INFÂNCIA E SEXUALIDADE

2.1.1 *Percepções ao longo da história*

A criança ocidental tem sua história perpassada por uma série de interdições, de ordem familiar, social, econômica, política e sexual. Interdições essas cujo objetivo maior é a construção de um bom adulto, capaz intelectual e moralmente, pronto a respeitar e atender às normas sociais estabelecidas ao longo de séculos no Ocidente. A criança e o período que a caracteriza, a infância, reúnem em torno de si – e isso é fruto de um processo gradual ao longo da história - uma série de termos que remetem a um Outro, a algo ou alguém que ainda não se formou, que precisa de cuidados, de atenção, que não pode ser negligenciado, que precisa ser isolado, protegido, vigiado: alguém incompleto, imperfeito, incapaz, primitivo, animal, inocente, assexuado, puro, irracional, anormal, incompetente, imaturo, dependente, deficiente, associal.

O sujeito infantil, e tomo aqui o termo como caracterização dos indivíduos dentro de um período que vai desde o nascimento ao início da adolescência, por volta dos 12 anos – faixa etária que, ao longo do tempo, sempre foi motivo de indefinição e controvérsia entre os estudiosos do tema⁵ – passou a ser considerado como algo importante para o registro da história ocidental a partir das possibilidades abertas pela Nova História e dentro desta pela História das Mentalidades, que “(...) começou a se interessar por virtualmente toda a atividade humana” (BURKE, 1992, p. 11).

Em *A escrita da história: novas perspectivas* (1992), Peter Burke explica que a história tradicional restringia a atividade humana aos fatos políticos de grande repercussão; à descrição de acontecimentos sem se preocupar com a análise das estruturas; à visão de cima, ou seja, à priorização dos grandes ocorridos, das grandes descobertas. A história tradicional baseava-se, sobretudo, em documentos que pudessem comprovar os fatos; e preocupava-se sobremaneira com as causas que levavam a determinados acontecimentos, sem levar em conta

⁵ A questão da definição da faixa etária que caracteriza a infância, passando para a puberdade, depois para a adolescência e fase adulta, continua sendo tratada pelos estudiosos do tema como algo inexato, a depender de épocas, sociedades e contextos diversos. Segundo Philippe Ariès, em *História social da infância e da família* (2011), até o século XVIII, o que chamamos hoje de adolescência nem existia na mentalidade do período, sendo os sujeitos dessa faixa etária enxergados como crianças. Para Peter N. Stearns, em *A infância* (2006), “A lista de variações e mudanças das características básicas da infância é imensa. (...) Quase todas as sociedades têm uma maneira de indicar quando começa a puberdade. (...) Contudo, existem também diferenças: em primeiro lugar, a idade média da puberdade varia de uma sociedade para outra (é menor em climas quentes e onde a comida é abundante). Prova disso é que pode mudar ao longo do tempo; a puberdade hoje nos Estados Unidos e na Europa Ocidental ocorre quatro anos mais cedo (ou mais) do que há 200 anos. Para algumas sociedades, as pessoas eram adultas ou virtualmente adultas, quando saíam da puberdade” (STEARNS, 2006, p. 12-13).

um leque mais amplo de questionamentos e tendências. Enfim, essa história deveria ser objetiva, deveria apresentar os fatos e narrar como eles aconteceram.

Na contramão desse pensamento, passou-se a considerar que a história poderia ser vista de baixo, construída com base em relatos de homens e mulheres, que até então haviam sido ignorados pela história tradicional. A partir dessas iniciativas, passamos a conhecer a construção histórica de grupos e temáticas sem grandes feitos, sem um grande passado.

(...) ou seja, tudo tem um passado que pode em princípio ser reconstruído e relacionado ao restante do passado. (...). Nos últimos trinta anos, nos deparamos com várias histórias notáveis de tópicos que antes não se havia pensado possuírem uma história, como, por exemplo, a infância, a morte, a loucura, o clima, os odores, a sujeira e a limpeza, os gestos, o corpo (...), a feminilidade (...), a leitura (...), a fala e até mesmo o silêncio. O que era previamente considerado imutável é agora encarado como uma “construção cultural” sujeita a variações, tanto no tempo quanto no espaço (BURKE, 1992, p. 11).

Na segunda metade do século XX, os procedimentos já identificados de construção da “nova história”⁶ passaram a fazer parte do repertório de pesquisadores, como Jacques Le Goff, Philippe Ariès, Lucien Febvre, Marc Bloch e Peter Burke. Febvre e Bloch “atraídos pela psicologia coletiva e pelos fenômenos espirituais na história, abriam os enfoques a uma história nova, a das mentalidades” (LE GOFF, 1988, p. 48). Fundaram a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, em 1929, com o objetivo de “tirar a história do marasmo da rotina” (LE GOFF, 1988, p. 29).

Para Le Goff (1988), as “mentalidades” oxigenaram as pesquisas históricas, pois passaram-se a considerar como fontes importantes relatos de pessoas comuns: pais, filhos, parentes, vizinhos, professores, religiosos, e também a própria produção literária das diferentes épocas. É nesse enfoque da história das mentalidades que as pesquisas históricas sobre a infância ganharam corpo. Pesquisas essas que são essenciais para que se possa entender a evolução da visão sobre as crianças no Ocidente ao longo do tempo. Portanto, a história das mentalidades tem na literatura um canal privilegiado para que possamos compreender aspectos da vida das crianças, como suas relações afetivo-sexuais e, neste ponto, as que envolvem pessoas do mesmo sexo⁷.

⁶ Expressão cunhada pelo medievalista Jacques Le Goff, na década de 1970, mas cujas ideias já vinham sendo discutidas desde o século XVIII por estudiosos como Voltaire, Chateaubriand e Guizot.

⁷ Como afirma Marisa Lajolo, as artes, e dentre elas a literatura, são apenas algumas das vozes responsáveis pela imagem da infância nas sociedades ocidentais. (LAJOLO, 2006, p. 232). Em *Um outro mundo: a infância* (1991), Marie-José Chombart de Lauwe analisa as personagens infantis na literatura francesa, destacando a mitificação das personagens no período da infância. É justamente o enfoque literário sobre a infância, ou melhor, sobre as relações afetivo-sexuais envolvendo crianças/pré adolescentes do mesmo sexo, que pretendemos adotar com base em textos da literatura brasileira.

Na literatura brasileira, mais especificamente o *corpus* aqui pesquisado, veremos como as personagens infantis, do sexo masculino, se comportam diante das relações afetivo-sexuais e das atrações de caráter homoerótico que ocorrem concretamente ou mesmo apenas no imaginário fértil da criança, relações na maior parte das vezes mantidas entre seus pares infantis e, em alguns casos, com rapazes mais velhos. O Sérgio, de *O Ateneu* (1888), e suas descobertas afetivas pelos colegas do internato; os meninos de rua de *Capitães da areia* (1937) e suas relações entre si, regidas por uma lei própria do grupo; o menino José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre* (1964), e as descobertas dos prazeres do corpo com um amigo mais velho e seu protetor na escola; e o Maurício, de *Limite branco* (1970), que descobre as primeiras sensações de homoafetividade em relação ao primo mais velho e, posteriormente, já na adolescência, com um colega da escola.

Portanto, essa nova forma de pesquisar e escrever a história vem nos possibilitando ter contato com textos que permitem conhecer como se desenvolveu o mundo da infância e, principalmente, sua relação com a descoberta afetivo-sexual. Na obra de Raul Pompéia, escrita e publicada no fim do século XIX, o protagonista Sérgio, então com 11 anos, é deixado pelo pai no Ateneu, internato que abrigava os filhos da classe média alta fluminense e de outros locais do País. A nova vida significaria para o menino um marco em sua transição da infância para a adolescência, incluída nesta transição suas primeiras experiências homoafetivas com os colegas da escola, sempre envoltas em interditos e questionamentos especialmente de ordem social, considerando o microcosmo da escola, com suas regras próprias, e os impedimentos de ordem religiosa.

Em *Capitães da areia*, de Jorge Amado, podemos verificar, mesmo que tangencialmente, como as relações homoafetivas eram vividas e aceitas ou não aceitas pelos garotos de rua que compunham o bando atuante nas ruas de Salvador nas primeiras décadas do século XX. O caso de Almiro e Barandão, por exemplo, que se encontravam, às escondidas, do restante dos meninos, na madrugada, por receio de serem rejeitados pelo grupo, em especial aqueles que se colocavam na posição de passivos. Também neste caso, o pano de fundo religioso estava sempre presente. Já na primeira obra ficcional de Gilberto Freyre, *Dona Sinhá e o filho padre*, o narrador nos apresenta as angústias e dificuldades do garoto José Maria. Criado para ser padre e superprotegido pela mãe viúva, sofre a rejeição dos adultos e também de seus pares, as crianças, por ser frágil e ter trejeitos delicados. Além disso, a educação religiosa torna-se um fardo que a criança carrega quando descobre os primeiros prazeres auto-eróticos, e mais ainda quando descobre no ambiente escolar, os

primeiros desejos homoafetivos pelo colega mais velho e protetor Paulo Tavares. A narrativa é ambientada ainda no século XIX.

Primeiro romance de Caio Fernando Abreu, escrito quando este tinha apenas 19 anos, na década de 1960 e publicado pela primeira vez em 1970, *Limite branco* traz como personagem principal Maurício. Num certo tom de memória, a narrativa conta as aventuras do garoto ainda na infância, numa localidade do interior, por meio de um relato em terceira pessoa, entremeado por textos em primeira pessoa de um Maurício já na adolescência, na cidade grande, que escreve um diário. Mesmo sendo a narrativa mais contemporânea do nosso *corpus* – o que poderia criar a expectativa de que o tema do desejo homoafetivo fosse tratado mais abertamente - as alusões à homoafetividade da personagem em idade infantil apresentam um caráter mais subjetivo do que as anteriores. Criança fechada e em constante devaneio, Maurício sente as primeiras atrações homoafetivas pelo primo mais velho Edu, tem as primeiras sensações de atração homoerótica pelo corpo masculino de Zeca, empregado da fazenda da família, e, mais tarde, já na adolescência, conhece Bruno, colega de escola por quem também sutilmente se percebe a manifestação desse desejo. Nas quatro narrativas, infância, sexualidade e homoafetividade são apresentadas em condições de alteridade⁸.

A infância e o sexo, e dentro deste a atração homoafetiva, são, de acordo com as pesquisas históricas, dois exemplos de alteridade, desse Outro nas sociedades ocidentais. Outro que precisa de monitoramento constante com vistas à sua interdição. Essas atitudes de interdição em relação à alteridade da infância e de sua sexualidade são registradas nos textos literários das diferentes épocas. Chombart de Lauwe (1991), que analisa obras da literatura francesa, editadas antes da I Guerra Mundial, entre as duas grandes guerras, e posteriormente, até o fim da década de 60 do século XX, revela como personagens infantis, inclusive em textos autobiográficos, descobrem sua sexualidade.

Essa descoberta geralmente é acionada pelo conhecimento do seu próprio corpo, pelas atitudes de adultos e de outras crianças, e pela detecção de sensações ainda não experimentadas. “As impressões da criança variam do espanto ao interesse, ao incômodo, à perturbação, ao medo e à repulsa” (CHOMBART DE LAUWE, 1991, p. 388).

A interdição social logo aparece para barrar os momentos de descoberta que envolvem as personagens infantis analisadas pela estudiosa francesa. Ela cita o exemplo de André Gide, que no texto autobiográfico *Si le grain ne meurt* (*Se o grão não morre*, de 1927), brinca com o filho da zeladora sob a mesa, brincadeiras que escondem “maus hábitos”. A

⁸ Sobre o conceito de alteridade, Cf. Introdução, nota 1, p. 9.

personagem se questiona, sem ter a certeza sobre como se deram as descobertas dessas sensações de prazer que tinha com seu amiguinho e que continuaram quando de sua entrada na escola. Esta instituição, como forte dispositivo de vigilância do comportamento das crianças, logo o surpreendeu e o expulsou. “Ele não se dava conta de que cometia um ato irrepreensível (*sic*)” (CHOMBART DE LAUWE, 1991, p. 389).

A estudiosa faz questão de ressaltar que esses momentos afetivo-sexuais ocorridos com as personagens são narrados sempre em tom de descoberta, de sensações novas, mas que rapidamente são interditados pelas normas sociais, na grande maioria dos casos. “Na maior parte do tempo, todo esse despertar é mostrado como perturbado pelos silêncios e mistérios dos adultos, estragado por seus tabus, por seus comportamentos e por suas próprias imagens repugnantes da vida sexual” (CHOMBART DE LAUWE, 1991, p. 397).

Colin Heywood, por sua vez, em *Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente* (2004), destaca a prioridade que a fase adulta sempre teve nas mentalidades das sociedades ocidentais. A infância seria o Outro rumo ao adulto então prontamente adequado à sociedade.

O ser criança quase sempre foi apenas um preparar-se para ser pessoa, uma passagem para a fase que realmente interessa, a adultez. De forma mais acentuada em uns períodos, como o século XX, em outros menos, como na Idade Média, a criança sempre foi alvo de um cuidado especial por parte da família, inicialmente, depois por intermédio de preceptores, patrões, religiosos, professores, pedagogos, médicos, psicólogos, psiquiatras, entre outros. Cuidado que se manifestou de formas diferentes em épocas também diferentes, mas sempre com foco na formação dos pequenos com vistas à idade adulta. “A criança é um constructo social que se transforma com o passar do tempo e, não menos importante, varia entre grupos sociais e étnicos dentro de qualquer sociedade. (...). A infância é, pois, em grande medida, resultado das expectativas dos adultos” (HEYWOOD, 2004, p. 21).

O despertar da sexualidade, em especial a partir do Renascimento, no século XVI, e com mais ênfase a partir do século XVII, por influência do puritanismo cristão, inicialmente, e de novos interesses pela educação, pela saúde, pela psicologia e pela moral, passou a ser considerado cada vez mais como um momento específico e exclusivo da fase adulta. Manifestações afetivo-sexuais só eram permitidas, desde que tivessem baseadas no casamento e na heteronormatividade, entre adultos.

Até a Idade Média, de acordo com Philippe Ariès, em *História social da criança e da família* (2011) não havia uma separação clara entre crianças e adultos, sendo manifestações infantis de cunho sexual, até certo ponto, consideradas normais pela sociedade.

“Uma das leis não escritas de nossa moral contemporânea, a mais imperiosa e a mais respeitada de todas, exige que diante das crianças os adultos se abstenham de qualquer alusão, sobretudo jocosa, a assuntos sexuais. Esse sentimento era totalmente estranho à antiga sociedade” (ARIÈS, 2011, p. 75).

Ariès (2011) revela que era uma tradição bastante difundida na sociedade medieval, quase que totalmente não alfabetizada – e, por conseguinte, ainda distante dos preceitos educacionais e pedagógicos advindos com o pensamento iluminista – brincar com o sexo das crianças. Por estarem misturadas aos adultos, seja em casa ou no trabalho, a ideia de uma inocência infantil que pudesse ser maculada era pouco difundida naquele período.

Esse homem [o da Idade Média] não apenas misturava sem repugnância as crianças a uma operação de natureza religiosa, é verdade, do órgão sexual masculino, mas também se permitia, com a consciência limpa e publicamente, gestos e contatos físicos que só passavam a ser proibidos quando a criança atingia a puberdade, ou seja, praticamente, o mundo dos adultos. Isso acontecia por duas razões. Primeiro, porque se acreditava que a criança impúbere fosse alheia e indiferente à sexualidade. Portanto, os gestos e as alusões não tinham consequência sobre a criança, tornavam-se gratuitos e perdiam sua especificidade sexual – neutralizavam-se. Segundo, porque ainda não existia o sentimento de que as referências aos assuntos sexuais, mesmo que despojadas na prática de segundas intenções equívocas, pudessem macular a inocência infantil – de fato ou segundo a opinião que se tinha dessa inocência. Na realidade, não se acreditava que essa inocência realmente existisse (ARIÈS, 2011, p. 80).

Foi somente, a partir da modernidade, com a mudança dos hábitos da educação e de saúde, e o estabelecimento de um novo comportamento dos adultos em relação às crianças, que o sexo passou a ser considerado um perigo para a formação dos pequenos seres humanos. Os adultos deveriam manter a sobriedade da linguagem e dos gestos diante das crianças. Não seria mais permitido o contato íntimo, beijos e carícias, entre crianças, ou entre estas e os adultos (ARIÈS, 2011, p. 81). Vale salientar que, em algumas famílias brasileiras, permanece o hábito de pegar, cheirar e mesmo beijar os genitais de bebês particularmente do sexo masculino, no entanto, percebe-se que isso acontece mais como uma forma de valorização do falo, da masculinidade e virilidade, pois não há a mesma reação com bebês do sexo feminino.

Numa sociedade mais alfabetizada que a medieval, devido ao aporte do capitalismo na Europa Ocidental e ao aperfeiçoamento das escolas cristãs, os mundos da criança e do adulto passaram a ser categoricamente separados, sendo a sexualidade uma atividade característica do segundo. Veremos no decorrer da pesquisa que a escola, nas narrativas selecionadas, é o espaço privilegiado para a manifestação da descoberta afetivo-sexual das personagens e, no caso específico dessa investigação, da manifestação homoafetiva. Além disso, as instituições educacionais favorecem a ocorrência de mecanismos

de interdição da sexualidade infantil, seja pelos colegas, pelos educadores e pelas próprias personagens envolvidas nas relações homoafetivas, numa espécie de auto-interdição. De acordo com as narrativas que selecionamos, a casa e a rua também são espaços privilegiados para a ocorrência dessas relações, bem como para sua conseqüente vigilância e interdição.

Com o advento da modernidade, os adultos passaram a ser considerados cada vez mais superiores às crianças, tendo em vista fatores como a experiência de vida, ainda ausente na infância. Walter Benjamin, em *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação* (2002), afirma que essa experiência é a “máscara do adulto”, “inexpressiva, impenetrável, sempre a mesma” (BENJAMIN, 2002, p. 21). As crianças, por sua vez, devem calar-se diante dela, pois ainda não teriam experiência suficiente para confrontá-la. Para o filósofo alemão, ironicamente, os adultos são sempre bem-intencionados, esclarecidos.

Mas conhecemos outros pedagogos cuja amargura não nos proporciona nem sequer os curtos anos de “juventude”; sisudos e cruéis querem nos empurrar desde já para a escravidão da vida. Ambos, contudo, desvalorizam, destroem os nossos anos. E, cada vez mais, somos tomados pelo sentimento de que a nossa juventude não passa de uma curta noite (vive-a plenamente, com êxtase!); depois vem a grande “experiência”, anos de compromisso, pobreza de ideias, lassidão. Assim é a vida, dizem os adultos, eles já experimentaram isso (BENJAMIN, 2002, p. 22).

Ou seja, o mundo infantil mereceria o desprezo dos adultos, pois ainda não contava com a experiência considerada necessária à vida real. Neil Postman, em *O desaparecimento da infância* (2011), ratifica que essa separação em dois mundos completamente diferentes – o das crianças e o dos adultos – é uma visão inteiramente moderna, pois a sociedade decidiu que a infância deveria ser protegida dos segredos dos adultos, especialmente os segredos sexuais (POSTMAN, 2011, p. 23). Essa separação de mundos, essa sistemática dos segredos entre os dois mundos, chegou a ser sugerida por Quintiliano, ainda na Roma antiga, mas a prática não perdurou nos séculos seguintes, pelo menos até o Renascimento.

Finalmente, o conhecimento desses segredos culturais passou a ser uma das características distintivas da idade adulta, de forma que, até recentemente, uma das diferenças importantes entre a criança e o adulto residia no fato de os adultos estarem de posse de informação que não era considerada adequada às crianças. À medida que as crianças avançavam para a idade adulta nós lhes revelávamos esses segredos por etapas, culminando no ‘esclarecimento sexual’ (POSTMAN, 2011, p.63).

O saber sobre o sexo era e ainda é considerado monopólio dos adultos, mesmo depois que Sigmund Freud, no início do século XX, derrubou a crença na ausência de desejos sexuais durante a infância. Agora, sabe-se que eles existem, mas ainda assim devem permanecer em segredo.

2.1.2 Evolução das mentalidades em relação à criança

Alguns momentos da história das mentalidades são cruciais para entender o processo de construção da infância nas sociedades ocidentais: a importância dada à educação das crianças do sexo masculino e livres nas sociedades antigas, com vistas à formação de cidadãos úteis para o funcionamento das cidades; o desaparecimento da capacidade de ler e escrever com a Idade Média, o que provoca a mistura de adultos e crianças nos espaços e atividades sociais; o reaparecimento da educação, com a proliferação das escolas, resultando na separação desses dois mundos; e o aparecimento da vergonha, como um dos fatores que justificariam o pesado controle exercido sobre as sexualidades infantis na modernidade.

Sobre a vergonha, é importante destacar que foi um sentimento inculcado na mentalidade da criança moderna pelas práticas educacionais formais e informais, pois era preciso mantê-la afastada dos segredos do mundo dos adultos. Estes revelariam esses segredos gradualmente à medida que as pessoas fossem saindo da sua condição de crianças, período que se prolongou tendo em vista o longo tempo de tutela por parte das instituições educacionais. Com a revelação desses segredos, a vergonha se transformaria em diretrizes morais para a vida em sociedade. “Do ponto de vista da criança, a vergonha dá poder e autoridade aos adultos. Pois os adultos sabem, ao passo que as crianças não sabem, que palavras são grosseiras e não devem ser ditas, que assuntos são vergonhosos e não devem ser discutidos, que atos só são admissíveis na esfera privada” (POSTMAN, 2011, p. 100).

Dono de uma visão até certo ponto conservadora da construção da infância nas sociedades modernas, uma vez que ele ainda considera a escola formal como uma das únicas saídas para o que ele prega como o desaparecimento da infância nos dias atuais, Postman (2011) defende que, na contemporaneidade, com o enfraquecimento da intelectualização, tendo em vista o aparecimento da televisão em detrimento dos meios escritos, as barreiras entre o mundo do adulto e o mundo da criança estão cada vez mais tênues. Ele anuncia a extinção da infância e condena o aparecimento do que ele chama de “adulto-criança”.

Cada vez mais, as crianças seriam mostradas na mídia contemporânea como adultos em miniaturas. Seria até uma espécie de retorno à imagem do adulto em miniatura que vemos nas pinturas da Idade Média. Aliás, imagens que remetam à sexualidade infantil praticamente inexistem nas pinturas tanto da Idade Média como da era moderna. Na Antiguidade grega, pinturas mostrando imagens de rapazes e adolescentes nus em situações que remetem ao ato sexual eram frequentes. De conformidade com K. J. Dover, em *A*

homossexualidade na Grécia Antiga (2007), já imagens envolvendo casais heterossexuais são mais raras na pintura grega remanescente.

Na Idade Média, as imagens de crianças na pintura eram geralmente de caráter religioso. Elas, na maior parte das vezes, representam Nossa Senhora segurando o Menino Jesus e também a Sagrada Família. De acordo com Ariès (2011), o chamado *putto*, a criança pequena nua, só veio a aparecer no Renascimento, o que, para o historiador, não deixa de ser uma retomada do Eros helenístico. O próprio Menino Jesus já era representado com menos roupas. “O gosto pelo *putto* correspondia a algo mais profundo do que o gosto pela nudez clássica, a algo que deve ser relacionado com um amplo movimento de interesse em favor da infância” (ARIÈS, 2011, p. 26). A pequena criança nua, o Eros helenístico redescoberto, continuaria a ser representada em pinturas dos séculos XIX e XX.

Na visão de Postman (2011), os segredos, a vergonha com relação à sexualidade, em especial as manifestações ocorridas no período caracterizado como infância, estariam se extinguindo. As barreiras estabelecidas na modernidade entre os mundos infantil e dos adultos estariam sendo derrubadas. A televisão estaria colocando os segredos do sexo, antes reservados apenas aos adultos, disponíveis para todos. O clima de excitação sexual seria constante, o que não quer dizer que esse mesmo clima de excitação já não existisse antes da televisão.

A história das mentalidades nos mostra, e entre suas fontes a literatura, que a chegada da modernidade, como já foi assinalado, fez com que, cada vez mais, a criança passasse a ser vista como um ser fraco e inocente, “verdadeiro reflexo da pureza divina”, que só seria obrigatoriamente moldado pela educação. Conforme Peter N. Stearns, em *A infância* (2006), “essas ênfases guardavam alguma relação com a doutrina cristã sobre o pecado original⁹ das crianças ao nascer, que da mesma forma encorajava a crença na necessidade de disciplina civilizadora rigorosa” (STEARNS, 2006, p. 76)¹⁰. Para a Igreja Católica, o Batismo garantia à criança a possibilidade de purificação do pecado original e sua admissão na comunidade cristã.

⁹ Santo Agostinho, no século V, pregava uma imagem depreciativa da criança, que, por sua vez, carregaria o peso do pecado original desde o nascimento. “No ‘Magnificat’ que encerra o Livro Primeiro o memorialista chega a salvaguardar a imagem da criança, não por suas qualidades intrínsecas e sim pela generosidade de Deus” (COUTINHO, 2012, p. 28).

¹⁰ Os jansenistas foram grandes defensores das ideias de Santo Agostinho sobre o pecado original das crianças desde o nascimento. De acordo com o *Dicionário de Filosofia e Ciências Culturais*, de Mário Ferreira dos Santos, o jansenismo é a doutrina criada por Cornelius Jansen, bispo de Ypres, França, no século XVII, cujas ideias principais são a crença na total corrupção da natureza humana em decorrência do pecado original, a incapacidade do homem de resistir ao pecado e a contraposição ao livre arbítrio, defendido pela Igreja Católica, particularmente pelos jesuítas.

O sentido da inocência infantil resultou portanto numa dupla atitude moral com relação à infância: preservá-la da sujeira da vida, e especialmente da sexualidade tolerada – quando não aprovada – entre os adultos; e fortalecê-la, desenvolvendo o caráter e a razão. Pode parecer que existe aí uma contradição, pois de um lado a infância é conservada, e de outro é tornada mais velha do que realmente é. Mas essa contradição só existe para nós, homens do século XX (ARIÈS, 2011, p. 91).

Heywood (2004) destaca a importância do século XVIII, com a consolidação do pensamento iluminista e liberal, bem como o surgimento dos primeiros românticos, para a adoção de novos comportamentos em relação à infância. Completamente separadas do mundo adulto e cercadas de cuidados educacionais e de saúde, a carga negativa sobre as crianças permaneceu, mesmo que o peso do pecado original, preconizado por Santo Agostinho, tenha finalmente saído de suas costas.

A imagem da criança como um papel em branco a ser preenchido, dotada de características específicas, foi predominante nesse período. Esse papel em branco deveria incluir, entre outros pontos, a formação afetivo-sexual dos pequenos. “A partir da noção lockiana¹¹ de que a educação pode fazer ‘uma grande diferença para a humanidade’, existe alguma lógica na sugestão de que ele considerava a criança como nascida nem boa nem má” (HEYWOOD, 2004, p. 37). Era preciso dominar suas inclinações e submetê-las à razão.

Na análise final, Locke não escapa de maneira alguma de uma concepção negativa sobre a infância, o que se pode ver em seu desejo de desenvolver a capacidade de raciocinar nas crianças já a partir de uma ideia precoce, ‘até mesmo desde o próprio Berço’. Com o descuido, a desatenção e a alegria que lhe são característicos, as crianças precisavam de ajuda: eram “pessoas fracas sofrendo de uma enfermidade natural” (HEYWOOD, 2004, p. 38).

Sandra Mara Corazza, em *História da infância sem fim* (2000), ratifica que o humanismo do Renascimento e o racionalismo dos clássicos foram capazes de dar um lugar privilegiado ao ser humano na ordem do mundo, mas esse “ser humano” não incluía a mulher nem a criança (CORAZZA, 2000, p. 21).

Paralelamente à visão iluminista da educação como fundamental para a formação infantil, com os românticos, no século XIX, a infância voltou a ser reinvestida da imagem da inocência que deveria ser respeitada e, portanto, protegida dos riscos do sexo antes da hora. A infância era um período importante para a construção do adulto e, portanto, também foi investida de uma aura de pureza, cheia de potencialidades. Com uma concepção mais positiva, a literatura romântica apresentava as crianças como seres sábios, sensíveis e

¹¹ Segundo Heywood (2004), a historiadora Margaret Ezell defendeu John Locke e sua obra *Some thoughts concerning education* (*Algumas reflexões sobre educação*), de 1693, como sendo uma das influências mais importantes na modificação de atitudes em relação à infância no século XVIII.

conscientes das verdades morais. No entanto, essa imagem ainda era construída com vistas à possibilidade de um adulto emancipado.

Fernanda Coutinho, em *Imagens da infância em Graciliano Ramos e Antoine de Saint-Exupéry* (2012), afirma que Rousseau, em *Emílio, ou da educação*, de 1762, abriu caminho para o nascimento do mito literário da infância, explorado desde então pelos pré-românticos e, principalmente, pelos autores do Romantismo. “A estética romântica dará maior consistência ao mito da infância, lendo poeticamente a figura pueril como pura energia integrativa, tal como o fizera com a natureza” (COUTINHO, 2012, p. 33).

Apesar de o início da existência ter sido de tal forma hipostasiado por Rousseau, para ele, esse período não chegava a ser tão virtuoso como pregava o romantismo. Conforme Heywood (2004), Rousseau já não acreditava mais na inocência original das crianças, ao mesmo tempo em que também se opôs fortemente à concepção do pecado original. A fase infantil seria dividida em Idade do Instinto, nos três primeiros anos de vida; Idade das Sensações, entre os 4 e 12 anos; e Idade das Ideias, na puberdade. A visão rousseauiana era de que a infância “tem formas próprias de ver, pensar, sentir”, diferente da razão “intelectual” dos adultos (ROUSSEAU *apud* HEYWOOD, 2004, p. 38).

O poeta inglês William Wordsworth e os românticos alemães foram essenciais para a difusão da visão romântica enaltecida da infância. A criança passou a ser vinculada a termos como “glória”, “paraíso”, “angelical”, mas essa imagem teria ficado restrita a círculos de classe média, que tinham mais acesso e interesse na educação infantil (HEYWOOD, 2004, p. 41-42).

Em *O silêncio das crianças: representações da infância na narrativa brasileira contemporânea* (2010), Anderson Luís Nunes da Mata explica a estreita relação que a visão romântica da infância tem com o ideal iluminista de controle sobre a criança, que representaria o primitivo, o instinto, o prazer, a transgressão. Numa tentativa mesmo que inconsciente de subjugação, o romantismo reforçaria os mecanismos de exclusão da criança por meio de sua “glorificação idealizada” (MATA, 2010, p.36).

2.1.3 Corpos controlados, silenciados, interditados

Todos os dispositivos repressivos e moralistas, com destaque para a escola, aperfeiçoados na era moderna, de acordo com Michel Foucault, em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1988), foram responsáveis pelo silêncio e pelo interdito que marcou e ainda marca as experiências afetivo-sexuais durante a infância. As mentalidades apreendidas

pela história conservam a imagem da criança como um ser assexuado. Qualquer manifestação comportamental que fugisse a essa imagem ditada pela norma deveria ser interdita, proibida. São reações próprias do poder repressor que ganhou corpo na modernidade, em contraposição à simples lei penal.

As crianças, por exemplo, sabe-se muito bem que não têm sexo: boa razão para interditá-lo, razão para proibi-las de falarem dele, razão para fechar os olhos e tapar os ouvidos onde quer que venham a manifestá-lo, razão para impor um silêncio geral e aplicado. Isso seria próprio da repressão e é o que a distingue das interdições mantidas pela simples lei penal: a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber (FOUCAULT, 1988, p. 10).

Rir da sexualidade infantil, como acontecia na Idade Média, já não era mais permitido na era moderna. Esse riso, os comentários jocosos sobre o assunto, foram substituídos por um silêncio e/ou uma outra forma de falar sobre. “Não se fala menos de sexo, pelo contrário. Fala-se dele de outra maneira; são outras pessoas que falam, a partir de outros pontos de vista e para obter outros efeitos” (FOUCAULT, 1988, p. 30). Falar sobre o sexo das crianças, geralmente para negá-lo, passou a ser atribuição apenas de professores, pedagogos, médicos e, posteriormente, de psicólogos. Na contemporaneidade, a descoberta da sexualidade, mesmo na adolescência, tornou-se assunto de especialistas.

Criou-se um clima permanente de contradições, pois ao mesmo tempo em que se prega a interdição e o silêncio sobre o sexo, nunca se falou tanto sobre ele pelo menos nos últimos três séculos. Em se tratando da infância, os questionamentos sobre a sexualidade colocam no mesmo campo o comportamento de crianças, loucos, criminosos, pessoas que não sentem atração pelo sexo oposto, indivíduos em situação de devaneio e obsessivos. A sexualidade regular, dos adultos livres, sadios, cidadãos de bem, heterossexuais, casados, cristãos, serve de base para classificar todas as demais sexualidades periféricas (FOUCAULT, 1988, p. 39).

O que Foucault (1988) chama de “caça às sexualidades periféricas” envolvia uma atenção obstinada com vistas ao controle de práticas consideradas fora da normatividade, como a sodomia, as relações afetivo-sexuais envolvendo crianças, a prostituição, e todo tipo de “perversão” fora das práticas protegidas pelo casamento heterossexual. A Igreja Católica chegou a considerar que o sexo realizado fora do objetivo da reprodução podia fazer mal à saúde e ao espírito, causando o enfraquecimento do corpo.

Foucault (1988) lança um questionamento sobre o fortalecimento da especialização em torno da sexualidade infantil e ele mesmo responde: “O que é importante

nesta história? Seu caráter minúsculo: que o cotidiano da sexualidade aldeã, os ínfimos deleites campestres tenham podido tornar-se, a partir de um certo momento, o objeto não somente de uma intolerância coletiva, mas de uma ação judiciária, de uma intervenção médica, de um atento exame clínico e de toda uma elaboração teórica” (FOUCAULT, 1988, p. 33).

Vale destacar essa questão da analogia que Foucault (1988) faz entre a infância e a loucura, entre a criança e o louco. Os dois conceitos refletem características similares, em especial no que diz respeito à facilidade de controle da sociedade sobre seus corpos. São, geralmente, pessoas consideradas sujeitas ao internamento, nos hospícios, reformatórios e escolas, por exemplo; são tidos como seres irracionais; sempre foram alvos fáceis das iniciativas burguesas de sanear as cidades, por meio da caridade, da exclusão, do banimento das ruas. Além disso, por serem identificados com a inocência, com a irracionalidade, sua sexualidade deveria não se manifestar e, caso se manifestasse, teria que ser imediatamente interdita.

Em relação aos reformatórios destinados a crianças órfãs, abandonadas e marginalizadas, quase sempre descendentes de negros e indígenas no caso do Brasil, podemos evocar imagens de instituições mais locais, que até hoje povoam o imaginário das pessoas mais velhas como locais reservados a crianças más, desobedientes e que precisam de corretivos. Em ordem cronológica, destacamos a Colônia Orfanológica Isabel¹², instituição para meninos negros, brancos e índios, que funcionou em Pernambuco, na segunda metade do século XIX, de 1874 a 1889, sob os cuidados dos missionários capuchinhos, com o objetivo de receber crianças órfãs. No Ceará, também no século XIX, mais precisamente em 1880, foi inaugurada a Colônia Orphanológica Christina, em Maranguape, para receber menores desvalidos. No entanto, o “reformatório” de crianças que ainda hoje permanece no imaginário dos cearenses mais velhos é a Escola de Menores Abandonados e Delinquentes Santo Antônio de Pitaguary, em Maracanaú, popularmente conhecida como Santo Antônio do Buraco, inaugurada em 1936, já sob a vigência do 1º Código de Menores do Brasil, criado em 1927. No entanto, a infância tutelada no país data do período quinhentista, com a atenção religiosa dada pelos jesuítas aos chamados “órfãos da terra”¹³.

¹²Cf. artigo de Adlene Silva Arantes “Clínica Orfanológica Isabel: uma escola para negros, índios, brancos (Pernambuco 1874-1889)”, publicado na *Revista Brasileira de História e Educação* (<http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/viewFile/72/80>).

¹³Cf. dissertação de mestrado de Renata Custodio de Azevedo “O Conselho Tutelar e seus operadores: o significado social e político da instituição – um estudo sobre os Conselhos Tutelares de Fortaleza/Ceará” (2007), da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

O corpo das crianças sempre foi objeto de controle por parte dos adultos, desde os cuidados questionáveis com a higiene em épocas mais remotas; o hábito de atar completamente o corpo da criança para mantê-las aquecidas; entregar a alimentação dos bebês à responsabilidade de amas de leite; os castigos físicos; até o infanticídio tolerado em determinadas épocas e sociedades, o abandono e a exposição de recém-nascidos nas rodas de enjeitados. A mutilação também era comum em determinadas épocas.

A prática da entrega das crianças a amas de leite ilustra bem o quanto o corpo infantil era objeto de controle por parte do adulto, especificamente, neste caso, dos pais. Conforme Heywood (2004), a atividade data na Europa, mais precisamente de Florença, na Itália, pelo menos desde o século XIV, mas sua proliferação ocorreu nos séculos XVIII e XIX. Antes restrita às famílias aristocráticas e/ou burguesas ricas, com a urbanização e a industrialização, o serviço das amas de leite cresceu ainda mais, apesar dos argumentos contrários, como o fato de ser considerada uma prática anti-higiênica e pouco saudável.

Diversas eram as causas apontadas para que as mães preferissem que seus filhos fossem aleitados por amas, a exemplo do fato de ser uma prática tradicional da nobreza, com vistas a que as mulheres permanecessem atraentes e bonitas, e de que as esposas estivessem disponíveis para relações sexuais mais rapidamente, uma vez que se julgava que ter relações durante a fase de amamentação estragaria o leite. Nas classes sociais mais populares, a participação cada vez maior das mulheres no sustento das famílias, tendo em vista a urbanização e a industrialização, não permitia que elas desperdiçassem muito tempo amamentando. O resultado dessa prática, já que na Europa as crianças eram retiradas de suas casas para viverem em locais distantes com as amas de leite, foi o aumento da mortalidade infantil. As incessantes críticas, em especial dos médicos, e o interesse renovado no cuidado infantil em fins do século XIX, acabaram por extinguir o serviço.

No Brasil, o trabalho das amas de leite, em especial realizado por escravas ou ex-escravas, as chamadas “mães pretas”, diferia do europeu, pois as crianças não eram retiradas de suas casas e, em grande parte das vezes, tratava-se de trabalho escravo. Sandra Sofia Machado Koutsoukos, em *Negros no estúdio fotográfico* (2010), ao analisar fotografias tiradas das amas negras com os bebês brancos por elas amamentados e muitas vezes criados, e também por meio de anúncios de jornais do século XIX, aponta que a prática das amas de leite tinha suas especificidades no Brasil. Por se tratar de um país escravagista, muitas vezes, a escrava parida era obrigada a abrir mão de amamentar seu próprio filho para que sobrasse mais leite para os filhos brancos dos seus senhores, o que demonstra a que ponto chegava o controle e ao mesmo tempo o desprezo sobre o corpo infantil principalmente quando este era

negro ou mestiço. Um dos anúncios de oferta de amas de leite selecionados por Koutsoukos (2010), do *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro, de 17 de março de 1828, diz: “Na rua d’Alfândega n. 138, vende-se huma escrava nova com cria, e com muito bom leite, e por commodo preço; quem a mesma quizer dirija-se à dita casa para ajustar!” (KOUTSOUKOS, 2010, p. 142). O aumento da pressão por parte da medicina higienista nas últimas décadas do século XIX acabou por restringir cada vez mais o serviço das amas de leite, resultando em sua completa extinção no país.

Com os avanços na medicina, a maior alfabetização, o aparato educacional das escolas, um maior controle da natalidade, entre outras práticas, e conseqüentemente a redução da mortalidade infantil, muitos desses comportamentos em relação às crianças acabaram e/ou se reduziram drasticamente. No entanto, nos últimos séculos da era moderna, o controle sobre o corpo infantil pesou sobre algumas manifestações das condutas sexuais das crianças, principalmente a partir do aparato escolar e da medicina.

Nessa pedagogia infantil em franca ascensão, a vigilância sobre o sexo ganharia respaldo. É o que Marilena Chauí, em *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida* (1991) chama de “ciência sexual”. A pedagogização do sexo infantil seria uma das estratégias empregadas por essa ciência para garantir o controle sobre as práticas sexuais. Depois de Freud, como veremos mais adiante, a criança passou a ser um ser sexuado que desconhece a sexualidade saudável, colocando em risco “sua vida, sua sanidade mental e da futura prole” (CHAUÍ, 1991, p. 184). O foco maior dessa atenção pedagógica era a masturbação.

Corazza (2000) também destaca o aspecto da sujeição dos corpos dos indivíduos infantis modernos. As crianças, o Outro, são submetidas pelos dispositivos de controle e dependência. A identidade infantil passou a ser sujeitada pelo funcionamento de um conjunto de instituições disciplinares, como a Família, o Quartel, a Igreja, a Escola, o Hospício, o Hospital, o Asilo, a Casa da Roda (CORAZZA, 2000, p. 123). Heywood (2004) complementa a afirmação discorrendo sobre o importante papel da família nesse controle:

O supremo desafio para os pais mais ‘invasivos’, fossem eles católicos ou protestantes, era o papel de transmitir valores morais e religiosos. Enquanto a maioria das pessoas acreditava na imoralidade das crianças, a única forma que eles conseguiram visualizar para dominar criaturas tão teimosas era a elaboração de um conjunto de regras e sua aplicação estrita (HEYWOOD, 2004, p. 131).

O infanticídio, prática considerada difundida e comum, mesmo que já fosse classificada como crime em meados da Idade Média, e antes disso como pecado – prática frequente pelo menos até o século XVIII –, é um exemplo extremo de como o corpo da criança sempre esteve submetido aos mais arbitrários e severos controles por parte dos

adultos. Filhos ilegítimos, deformados, indesejados por diversos motivos, como a própria pobreza, eram assassinados. No mínimo, poderiam ser abandonados ou expostos. Ainda de acordo com Heywood (2004), os casos de infanticídio só vieram a ser menos registrados no fim do século XIX e início do XX. A melhoria nas taxas de mortalidade infantil também foi de extrema importância para que os pais se interessassem mais pela maternidade e pela educação das crianças.

Corazza (2000) faz uma analogia do dispositivo da Roda dos Expostos com os dispositivos modernos de poder – a exemplo do dispositivo panóptico analisado por Foucault¹⁴ – para mostrar que o corpo da criança e sua infantilidade¹⁵ continuam dispostos e vulneráveis aos controles disciplinares aperfeiçoados ao longo do tempo. Entendemos que a estudiosa denomina “mais-valia” essa desvalorização imposta pelos adultos e sofrida pela criança ao longo da história.

O dispositivo da Roda instalou um corte abrupto que provocou medidas administrativas sobre o corpo infantil; o qual, sem dúvida nenhuma, faz parte das camadas históricas da infantilidade, por materializar, na dura realidade do cilindro giratório, engastado em uma moldura de pedra, que da rua mal se via, os arranjos d’a-vida-a-morte do infantil e da mais-valia dos quais forneceu ambas as fórmulas. Tendo passado pela madeira escura da Roda, o infantil moderno finalmente ingressara na Casa de Vidro do panoptismo, toda ela atravessada e penetrada por mecanismos disciplinares. *Milieu* indecidível onde nós, chegada a nossa vez, o recolhemos: para otimizar o cálculo e o diagrama da eficácia na constituição de seu corpo produtivo (CORAZZA, 2000, p. 114).

O onanismo¹⁶ – conhecido popularmente como ato de masturbação masculina – é um exemplo de prática sexual recorrente já a partir da infância, severamente perseguida pelos dispositivos de controle da sexualidade na modernidade. Pedagogos e médicos apoiavam pais e mães na vigilância constante desse tipo de comportamento. A masturbação era considerada prejudicial à saúde física e à moralidade de crianças e adolescentes, o que motivou uma forte campanha para mobilizar a sociedade adulta a extinguir o vício. Vício que, em determinados períodos, foi considerado responsável pelos elevados índices de mortalidade e de doenças

¹⁴Foucault, em *Vigiar e punir*, utiliza o conceito cunhado por Bentham para definir a figura de arquitetura que caracteriza o dispositivo panóptico. Na periferia do edifício, existe uma construção em anel e, no centro, uma torre vazada com janelas que se abrem para a parte interna do anel. Por essas janelas, é possível observar todo o movimento que possa ocorrer nas celas localizadas na construção em anel, ao redor da torre. É o poder que tudo pode vigiar sem ser visto pelos alvos da vigilância.

¹⁵Corazza (2000) utiliza durante todo o texto o termo “infantilidade” para falar da qualidade, do estado, da propriedade e do modo de ser infantil, não designando, portanto, a conotação pejorativa dominante na atualidade, em que infantilidade é sinônimo do imaturo, do inconsequente.

¹⁶De acordo com o dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, para além do ato de automasturbação, durante infância ou não, o onanismo é a 1. interrupção do coito antes da ejaculação; 2. p. ext. automasturbação manual masculina; quiromancia. Etimologia: Onan + ismo: Onan era um personagem bíblico, um hebreu que, por motivos especiais, não queria ter filhos, e, por isso, praticava o coito interrompido com sua mulher, espalhando seu sêmen pelo chão.

ainda no final do período pós-clássico, de acordo com Peter N. Stearns, em *História da sexualidade* (2010).

Foucault (1988) analisa essa questão pelo viés em que considera a perseguição à prática das “sexualidades errantes”, a exemplo do onanismo, como uma via de mão de dupla, como um mecanismo que incita o indivíduo ao mesmo tempo ao prazer e ao poder.

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir (FOUCAULT, 1988, p. 45).

Todos esses mecanismos de controle da sexualidade infantil, do corpo e da alma das crianças, a exemplo da interdição da prática da masturbação masculina, por meio de uma vigilância que envolvia simultaneamente pais, professores, médicos e outros profissionais especializados, deveriam adestrar e educar as iniciativas sexuais infantis, consideradas perigosas para a formação do bom indivíduo adulto. É o que Foucault, em *Microfísica do poder* (1979), chama de miséria sexual da infância e da adolescência, da qual a geração contemporânea ainda não conseguiu se livrar. Esse controle do corpo da criança, em relação à sua sexualidade, criou uma verdadeira rede de poder sobre a infância, que perdura até hoje (FOUCAULT, 1979, p. 232).

Na modernidade, com a separação cada vez maior das crianças do mundo dos adultos, houve um reforço da individualização para que se pudesse governar melhor o corpo infantil e, conseqüentemente, interditar com mais eficiência sua sexualidade. O advento da Psicanálise intensificou a determinação de uma verdade sobre o sexo das crianças ocidentais, pelo menos admitindo que existe sexualidade na infância. O impacto da Psicanálise sobre o controle da sexualidade infantil será aprofundado mais adiante.

A determinação da verdade sobre a sexualidade na infância foi estimulada por diversos instrumentos de poder e de saber, entre eles a instauração de um mistério sobre os prazeres adultos; o estímulo sempre crescente para o controle do corpo das crianças e para a elaboração de discursos especializados sobre a infância; a formação de conhecimentos sobre a sexualidade infantil; e, claro, o fortalecimento das instâncias e até de instrumentos inconscientes de controle (CORAZZA, 2000, p. 227).

Em *A polícia das famílias* (1986), Jacques Donzelot reflete como o que ele chama de “política de conservação das crianças” resgatou seus corpos de hábitos ainda bastante

difundidos nas sociedades ocidentais, até meados do século XIX, tal como a prática dos pais de entregarem as crianças aos cuidados de criados e amas-de-leite. A família precisava retomar o controle sobre os corpos e as almas de seus filhos pequenos.

Conservar as crianças significará pôr fim aos malefícios da criadagem, promover novas condições de educação que, por um lado, possam fazer frente à nocividade de seus efeitos sobre as crianças que lhes são confiadas e, por outro lado, fazer com que todos os indivíduos que têm tendência a entregar seus filhos à solicitude do Estado ou à indústria mortífera das nutrizas voltem a educá-los. Se a causa do mal é a mesma em toda a parte, se o alvo principal é claramente designado na criadagem, os remédios diferem, justamente, quer se trate dos ricos ou dos pobres. Exalta-se o século XVIII por sua revalorização das tarefas educativas, diz-se que a imagem da infância mudou. Sem dúvida. Mas, o que se instala nessa época é uma reorganização dos comportamentos educativos em torno de dois pólos bem distintos, cada qual com uma estratégia bem diferente. O primeiro tem por eixo a difusão da medicina doméstica, ou seja, um conjunto de conhecimentos e de técnicas que devem permitir às classes burguesas tirar seus filhos da influência negativa dos serviçais e colocar esses serviçais sob a vigilância dos pais (DONZELOT, 1986, p. 21-22).

As situações muitas vezes insalubres a que eram submetidas as crianças entregues aos cuidados de amas de leite podem ser vislumbradas no romance *Madame Bovary* (1857), de Gustave Flaubert. Ao dar à luz à sua primeira e única filha, Berthe, a esposa insatisfeita, como era prática corrente na época, deixa a menina na casa de uma ama, a mulher do marceneiro. O episódio em que Emma, ainda no resguardo, ao sentir falta da filha, vai até a casa da ama mostra as condições um tanto precárias desses locais onde os bebês eram confinados:

Ao ruído da porteira apareceu a ama, trazendo nos braços uma criança mamando. Com a outra mão puxava um pobre garoto raquítico, escrofuloso, filho de um chapeleiro de Ruão, cujos pais, muito ocupados em seu negócio, tinham-no mandado para o campo.

- Entre – disse ela –, a sua menina está dormindo.

O quarto, no rés-do-chão, o único da casa, tinha ao fundo, encostada à parede, uma cama grande sem cortinas, enquanto a masseira estava ao lado da janela, onde um vidro partido fora colado com uma rodela de papel azul. (...).

(...)

- Ela me tem feito piores – dizia ela [a ama] –, e quase não faço outra coisa senão limpá-la continuamente! Se a senhora tivesse a bondade de encomendar na mercearia do Camus um pouco de sabão, de que preciso, seria até melhor para a senhora, porque escusa eu ir incomodá-la (FLAUBERT, 1979, p. 72-73).

Mesmo vendo a filha em tal situação de abandono e pegando-a nos braços, embalando-a, Emma volta para sua casa aborrecida com as súplicas da ama, que chegou a

pedir-lhe uma garrafa de aguardente, que lhe serviria também para “esfregar os pezinhos da menina, que são tão moles como a língua” (FLAUBERT, 1979, p. 73).

Ao mesmo tempo em que os avanços educacionais e médicos liberaram as crianças de certas pressões sobre seu corpo, sobre seus movimentos – a exemplo das ataduras que envolviam as crianças recém-nascidas –, reduzindo os riscos de morte prematura, uma nova sistemática de controle das famílias burguesas visava, sobretudo, a proteger as crianças dos perigos físicos e também dos perigos morais. É que o Donzelot (1986) chama de “liberação protegida” e “liberação vigiada”, pois, por um lado, os pequenos estavam livres de antigas pressões e medos, mas seus corpos passaram a ser controlados por dispositivos sanitários e pedagógicos, cujo objetivo era exatamente limitar um possível excesso de liberdade (DONZELOT, 1986, p. 48).

Stearns (2006) ressalta que embora os meninos tivessem uma liberdade maior do que as meninas, a partir do século XVIII, sendo inclusive estimulados a brincadeiras mais rudes com os colegas para não se tornarem efeminados, não deixaram de ser submetidos a regras, que incluíam boas maneiras e controle cuidadoso do corpo. O aumento do controle sobre a sexualidade infantil na modernidade passou a ser envolvido em um grande paradoxo:

Uma enorme e recente preocupação com a masturbação revelou o aumento do nível de ansiedade sobre a sexualidade e a infância, tendo gerado verdadeiro empenho em discipliná-la. Num extremo, algumas crianças foram submetidas a padrões e regras de comportamento por causa de uma incorrigível masturbação a que se atribuía todo tipo de distúrbios de saúde e insanidades mentais. As crianças deveriam ser atraentes, é claro, e as meninas ganharam toda sorte de treinamento na arte da boa aparência a fim de atrair o interesse e a corte masculina, agora que o casamento deveria, em tese, ser baseado no amor. Os novos padrões ocidentais promoviam um complicado malabarismo em que o sexo não era visto com bons olhos, ao mesmo tempo em que um flerte carregado de sensualidade era estimulado (STEARNS, 2006, p. 100).

Esse paradoxo revela-se ainda, talvez fruto mesmo da crescente liberação sexual, na preocupação que as sociedades modernas passaram a ter com os riscos de exploração sexual, o uso de crianças na pornografia e a ocorrência de abuso por parte de adultos. Neste último caso, a ameaça da pedofilia, apesar de antiga, desencadeou um verdadeiro pânico na sociedade a partir da segunda metade do século XX. A vigilância sobre possíveis predadores sexuais foi reforçada, em especial sobre supostos homossexuais adultos que seduzem meninos. Até parentes e amigos mais velhos, conforme relata Stearns (2010), tornaram-se alvos de desconfiança por parte das famílias, das escolas e profissionais especializados, como médicos e psicólogos.

Em *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil* (2011), Mary Del Priore observa que, apesar de palavra recente, a prática do que se chama hoje de pedofilia

era conhecida por pederastia, ainda que na atualidade esta última seja aplicada também como sinônimo de homossexualidade. No Brasil, a princípio, a atração por meninos e meninas púberes e/ou pré-púberes entrou no rol dos crimes sexuais como corrupção de menores. A primeira lei que tipifica o crime de corrupção de menores data de 1954. Também na segunda metade do século XX, tendo em vista o alcance dos meios de comunicação, os casos de pedofilia e, conseqüentemente, a figura do pedófilo parecem ter crescido, mas apenas se popularizaram, bem como sua perseguição pela família, educadores, religiosos e outros profissionais especializados em vigiar a ocorrência de perversões do tipo sexual. Ainda hoje no Brasil, homossexuais são taxados de pedófilos, bastando apenas que a “vítima” seja mais jovem que o “agressor”. Essa cruzada anti-pedofilia contribuiu para aumentar o controle e os interditos sobre a sexualidade infantil.

Mesmo o *Estatuto da Criança e do Adolescente*, de julho de 1990, considerando crime a divulgação de material pornográfico infantil, em anos mais recentes, com a ajuda da mídia, como a televisão e a Internet, por meio da difusão de conteúdos sexualizados acessados livremente pelas crianças, bem como de denúncias sobre esses conteúdos, supostos casos de pedofilia começaram a aparecer com regularidade. Sacerdotes da Igreja Católica tiveram seus nomes estampados em manchetes da imprensa acusados de pedofilia. O Brasil não carece desse tipo de caso. No ano de 2010, em Arapiraca, cidade no interior do Estado de Alagoas, três sacerdotes foram denunciados por manterem relações sexuais com os coroinhas de suas paróquias, sendo um deles, de 82 anos, filmado tendo relações sexuais com um desses jovens auxiliares.¹⁷

No entanto, ao mesmo tempo em que se instaurou uma verdadeira caça às bruxas, a mesma velocidade da informação midiática vem estimulando uma erotização cada vez maior do corpo infantil, muitas vezes com o consentimento da família. Ou seja, como marca de uma sociedade cheia de contradições como a brasileira, vemos ao mesmo tempo uma forte perseguição de possíveis casos de pedofilia e uma facilidade cada vez maior de acesso pelas crianças a imagens e outros conteúdos que incentivam sua erotização precoce.

Nas narrativas que analisamos em nossa pesquisa não há claramente comportamentos que indiquem a ocorrência de pedofilia. Em *O Ateneu*, Sérgio se envolve com colegas presumidamente mais velhos que ele, mas a abordagem não se caracteriza por constatações, ataques ou mesmo insinuações desse tipo de prática sexual. Situação idêntica

¹⁷ Cf. reportagem no portal de notícias G1 <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/10/parecer-do-mp-mantem-condenacao-padres-por-pedofilia-em-arapiraca.html>

pode ser identificada em *Dona Sinhá e o filho padre*, ainda que o “amigo” de José Maria, Paulo, se tratasse de um rapaz mais velho. Em *Limite branco*, a atração erótica que Maurício sente por Edu, seu primo mais velho, ocorre de forma unilateral.

2.2 Culpa, medo e pecado

2.2.1 Desafios moralistas no Novo Mundo

O puritanismo cristão fortalecido no século XVI e trazido pelos europeus para o Novo Mundo, as Américas, retomou, em parte, a doutrina agostiniana do pecado original.

A criança tornou-se o alvo preferido das normas morais e religiosas que tinham como objetivo protegê-la dos pecados da carne. Nelas, esses pecados seriam mais violentos, pois eram seres humanos mais fracos e suscetíveis pela falta de experiência. Era preciso examiná-los e também confessá-los. Por outro lado, essa inocência resgatada servia de exemplo de pureza e fé em Deus. “Na verdade, a associação da infância à inocência tornou-se profundamente arraigada na cultura ocidental, especialmente após os românticos deixarem a sua marca, no século XIX” (HEYWOOD, 2004, p. 51).

Era praticamente obrigação dos adultos, em especial da burguesia nascente, isolar as crianças. Positivamente, muitos meninos e meninas foram retirados dos locais de trabalho, mas, pelo lado negativo, foram submetidos a toda sorte de repressão de sua sexualidade, tendo prolongada a vida que passavam sob a vigilância das escolas. Consideradas frágeis e vulneráveis, as crianças deveriam ser mantidas o mais longe possível das tentações mundanas. Toda essa visão de moralismo educacional e religioso com relação à infância foi trazida para o Novo Mundo, já a partir do período quinhentista.

Em um contexto completamente diferente, essas normas morais, religiosas e educacionais, chegaram prontas para serem aplicadas, mas encontraram um novo ambiente e práticas sexuais que se transformaram em contato com as populações indígenas e, posteriormente, com os negros escravizados, vindos da África. Heywood (2004) cita o educador estadunidense G. Stanley Hall, que ainda no final do século XIX preocupava-se com o risco a que estavam submetidos os jovens na América.

G. Stanley Hall preocupava-se com o fato de que a América, como ‘terra anistórica’, estivesse especialmente em risco: ‘nunca os jovens foram expostos a tais riscos de se deixar perverter e possuir como em nossa própria terra e em nossa época’. Ele apontava especificamente para ‘a vida urbana crescente, com suas tentações, precocidades, ocupações sedentárias e estímulos passivos’. Uma forma óbvia de inverter a maré era cuidar da saúde, da educação e da moral da geração que surgia: ‘a criança de hoje tem a chave para o reino de amanhã’, nas palavras de um jornal britânico de 1910 (HEYWOOD, 2004, p. 44).

A moralidade religiosa e pedagógica tão em voga na modernidade europeia, em cujos pilares figurava a interdição da sexualidade infantil, enfrentou desafios logo no momento das travessias transoceânicas rumo ao Novo Mundo. Fábio Pestana Ramos, em “A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI”, artigo incluído em *História das crianças no Brasil*, (2009), organizado por Mary Del Priore, conta-nos que muitas crianças que eram embarcadas como grumetes nas caravelas eram expostas a descobertas sexuais muitas vezes traumáticas – algo completamente interdito pela moral religiosa e educacional europeia, pelo menos em terra firme. O medo e a vergonha tão difundidos pela sociedade moralista da época faziam com que muitos casos nem fossem registrados.

As imagens do Novo Mundo que remetiam a práticas sexuais mais livres foram logo percebidas pelo escrivão Pero Vaz de Caminha, conforme nos relata João Silvério Trevisan, em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2011). A famosa carta enviada ao rei de Portugal mostra que Caminha prestou atenção a detalhes como os corpos “limpos, gordos e formosos” dos silvícolas, a ausência de circuncisão e o hábito de andarem nus. “Espécie de anjos de candura infantil, assim eram os habitantes desnudos desse paraíso” (TREVISAN, 2011, p. 63).

Outros viajantes estrangeiros ficaram horrorizados com os hábitos tropicais, comparando os indígenas a feras e também a criaturas infantis, por adotarem comportamentos considerados ao mesmo tempo inocentes e contrários às normas sociais e religiosas. O que também pode significar o estranhamento natural de uma cultura considerada mais civilizada em relação a outra tida como atrasada. “Por causa desse pansexualismo ao mesmo tempo libidinoso e cândido, o historiador Abelardo Romero, não sem indignação, apelidou os silvícolas do Brasil de ‘devassos no paraíso’” (TREVISAN, 2011, p. 64). Portanto, diante de tamanhos estímulos sexuais, os colonizadores europeus, em especial os religiosos, aportaram no Brasil dispostos a disciplinar e proteger as crianças ainda inocentes.

As práticas sexuais errantes, conforme o conceito abordado por Foucault (1988), verificadas no Brasil colônia, dentre elas o sexo inter-racial, o sexo forçado com jovens negros e/ou indígenas, tanto do sexo masculino quanto do feminino, eram uma boa justificativa para que os cuidados espirituais e o controle sobre o corpo das crianças fossem, inicialmente, muito mais rígidos que nos países de origem dos colonizadores. Paradoxalmente, as crianças criadas na América portuguesa tornavam-se adultos mais cedo. Em se tratando dos meninos, seja por conta das obrigações familiares e dos negócios de família dos filhos das elites, ou porque precisavam trabalhar cedo para ajudar no sustento de

suas famílias no caso de famílias mais pobres, entre elas ex-escravos e descendentes de escravos. Quanto às meninas, a adulez chegava mais cedo por conta das obrigações matrimoniais.

Exemplo extremo de precocidade infantil na sociedade brasileira do período imperial foi a de Dom Pedro II, que, para Ana Maria Mauad, em “As vidas das crianças de elite durante o Império” (em *História das crianças no Brasil*, de 2009) já era um homenzinho aos oito anos de idade. A formação do futuro imperador ficava a cargo do Marquês de Itanhaém. Este preconizava que um governante deveria se destacar pela inteligência, virtude, magnanimidade, bem como por uma certa dose de desconfiança e pela masculinidade, “como um atributo importante a ser respeitado já na infância” (MAUAD, 2009, p. 151).

Trevisan (2011) ressalta, por sua vez, que a moral sexual portuguesa não chegava a ser tão rígida como no restante da Europa, a exemplo do puritanismo inglês, tendo em vista a influência mais liberal dos mouros que dominaram a Península Ibérica por séculos. Ao chegarem ao Brasil, os colonizadores se depararam com uma realidade social menos contingente, ascética e monogâmica que a deles, e um clima que favorecia os estímulos sexuais. Daí que a iniciação sexual de meninos e adolescentes em terras brasileiras ocorria mais cedo, por volta dos 12 ou 13 anos de idade.

A própria condição de país escravagista propiciava atitudes de dominação sexual dos colonizadores brancos sobre os indígenas, e negros e negras, já que eram suas propriedades. Essa condição de dominação também funcionava como um estímulo a práticas sexuais de toda a natureza.

As negras mais formosas acabavam fatalmente como amásias e objetos sexuais de seus senhores, a quem iam fornecer inclusive filhos bastardos, num clima de aberta promiscuidade. Era também com as escravas que os filhos dos senhores de engenho iniciavam sua vida erótica, da qual não excluía os negrinhos da mesma idade como seus joguetes sexuais: na verdade, era frequente que o menino branco se iniciasse no amor físico mediante a submissão do negrinho seu companheiro de folguedos significativamente conhecido com o apelido de *leva-pancadas* (TREVISAN, 2011, p. 116).

Esse moleque “leva pancadas”, em concordância com Gilberto Freyre, em *Casa Grande & Senzala* (2006), desempenhou nas famílias escravocratas do Brasil colonial as mesmas funções que o escravo púbere exercia no Império Romano diante do menino aristocrata: “espécie de vítima, ao mesmo tempo que camarada de brinquedos, em que se exerciam os ‘*premiers élans génésiques*’, do filho família” (FREYRE, 2006, p. 113).

Aplicando à risca os preceitos da filosofia das luzes, surgida no século XVIII, para quem as crianças eram uma “tábula rasa”, um papel em branco, os jesuítas assumiram a

função de preencher esse papel por meio da educação religiosa. Coutinho (2012) destaca que em *Emílio ou da educação* Rousseau defende que os pequenos devem ser tratados como seres em formação e estabelece um roteiro pedagógico criado para seu “aluno imaginário”.

Conforme nos conta Corazza (2000), os religiosos da Companhia de Jesus logo se apossaram a conquistar as pequenas almas e corpos dos índios que ainda não haviam sido corrompidas pelo pecado tão pungente no novo mundo. A disciplina a que eram submetidas as crianças indígenas e, posteriormente, os negros e os mestiços que começaram a nascer no Brasil juntamente com os novos brasileiros filhos de imigrantes europeus, era rigorosa e incluía castigos físicos e ameaças. Era a tática do amor correccional tão ao gosto da literatura pedagógica de Port-Royal¹⁸ e dos ensinamentos de João Batista de la Salle.¹⁹

A infância era o momento oportuno para a catequese porque era momento de unção, iluminação, revelação e, ainda, momento de renúncia da cultura autóctone, uma vez que certas práticas ainda não se tinham sedimentado. As crianças das tribos tupis e tamoiós, por serem infantis, estavam aptas a receber e a responder ao chamado divino e à aculturação (CORAZZA, 2000, p. 135).

Ou seja, era mais fácil para os jesuítas recém-chegados catequisarem os culumins do que os índios adultos já sedimentados em outras crenças místicas e outras normas de convívio social. Freyre (2006) afirma que: “o processo civilizador dos jesuítas consistiu principalmente nesta inversão: no filho educar o pai; no menino servir de exemplo ao homem; na criança trazer ao caminho do Senhor e dos europeus a gente grande” (FREYRE, 2006, p. 218).

Del Priore (2009) relata ainda que manuais com normas da doutrina católica circulavam no Brasil, orientando pais, mães e amas a estabelecer um rígido acompanhamento das obrigações religiosas cristãs por parte dos pequenos, como, por exemplo, garantir que as primeiras palavras pronunciadas pelas crianças fossem os nomes de Jesus e Maria. Além

¹⁸Baseada nos princípios jansenistas, em especial na crença de que as crianças nasciam já maculadas pelo pecado original, Port-Royal foi uma abadia feminina fundada no século XIII na França. A partir do século XVII, tornou-se o centro mais importante do jansenismo naquele país e modelo de pedagogia baseada em rígidos preceitos cristãos. Pregava a crença na predestinação e que as crianças são incapazes de fazer o bem sem o apoio da graça divina.

¹⁹São João Batista de la Salle foi um sacerdote e pedagogo francês fundador da congregação religiosa Irmãos das Escolas Cristãs dedicada à educação de crianças. Em *Vigiar e punir* (2008), Michel Foucault, destaca o papel da pedagogia de La Salle para a construção de regras na distribuição das salas de aula, que tiveram grande influência na educação moderna cristã. “J.-B. de La Salle imaginava uma classe onde a distribuição espacial pudesse realizar ao mesmo tempo toda uma série de distinções: segundo o nível de avanço dos alunos, segundo o valor de cada um, segundo seu temperamento melhor ou pior, segundo sua maior ou menor aplicação, segundo sua limpeza, e segundo a fortuna dos pais. Então, a sala de aula formaria um grande quadro único, com entradas múltiplas, sob o olhar cuidadosamente “classificador” do professor (...)” (FOUCAULT, 2008, p.125). Segundo Foucault, a pedagogia de La Salle focava suas ações nos pequenos detalhes. Era uma disciplina exercida sobre os pequenos corpos, os pequenos movimentos, as pequenas ações (FOUCAULT, 2008, p. 120).

disso, os pequenos eram constantemente amedrontados com ameaças de irem para o inferno caso fizessem coisas más.

Mauad (2009) destaca que eram frequentes as avaliações negativas dos viajantes europeus que passavam pelo Brasil na época colonial e imperial. Os hábitos tropicais²⁰, que sofreram forte influência indígena e africana, não condiziam com os códigos de comportamento europeus. “Para os viajantes estrangeiros, a vida doméstica no Brasil oitocentista era um verdadeiro caos” (MAUAD, 2009, p. 138).

Certamente, diante desses hábitos tropicais, o comportamento sexual das crianças era motivo de preocupação redobrada por parte das famílias, dos religiosos, de médicos e educadores. Nas livrarias existentes no século XIX, as literaturas de caráter universal ficavam lado a lado com as literaturas de cunho moralista, comuns no século XIX, voltadas para a educação de crianças e adolescentes. Mauad (2009) cita alguns títulos que indicavam claramente a intenção de moralizar a infância, como “Modelos para os meninos ou rasgos de humanidade, piedade filial e de amor fraterno. Obra divertida e moral” e “As manhãs da avó: leitura para a infância. Dedicada às mães de família”.

Donzelot (1986) destaca também toda a literatura que foi produzida a partir de meados do século XVII sobre o tema do que ele chama “conservação das crianças”. “Todos colocam em questão os costumes educativos de seu século, visando a três alvos privilegiados: a prática dos hospícios de menores abandonados, a da criação dos filhos por amas-de-leite, a educação “artificial” das crianças ricas” (DONZELOT, 1986, p. 15). Foi um período em que o discurso médico ganhou respaldo e imbricou-se no discurso social.

Tendo em vista os riscos a que as crianças e adolescentes brasileiros estavam expostos, a escola e a família deveriam mais do que nunca estar juntas na educação e instrução das crianças:

Portanto, estabelecidos os devidos papéis sociais, caberia à família educar e à escola, instruir. Com isso estavam supostamente garantidas a manutenção e reprodução dos ideais propostos para constituição do mundo adulto. Dentro desta perspectiva, a criança era uma potencialidade, que deveria ser responsabilmente desenvolvida. Mas até chegar a ser uma potencialidade, a criança era uma expectativa que, devido às condições de saúde da época, geralmente se frustrava (MAUAD, 2000, p. 156).

Como poderemos observar no registro que a literatura faz da sociedade de sua e/ou de outras épocas, a exemplo de *O Ateneu* (1888), até pelo menos o século XIX, o papel

²⁰Em *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil*(2011), Mary Del Priore relata a prática de muitas pessoas andarem seminuas pelas ruas, a maioria indígenas e escravos. Vergonha e pudor não eram comuns no Brasil recém-descoberto pelos portugueses. Os banhos públicos, por exemplo, transformaram-se em locais de prostituição. O forte odor dos corpos ocasionados pelo clima quente também, acreditava-se, estimulava a sexualidade.

social reservado à criança brasileira era o de filho, apenas. Quando adulto, enfatiza Corazza (2000), o filho homem poderia tomar conhecimento de assuntos reservados ao mundo adulto, entre eles a preservação do patrimônio familiar e assuntos considerados secundários, como a vivência sexual.

O patriarca era então a única fonte de poder nas famílias brasileiras, ainda que as matriarcas fossem figuras fortes dentro do núcleo familiar. A literatura brasileira do século XIX, como nas obras de José de Alencar, apresenta personagens que se encaixam nesse perfil de matriarcas, ainda que tivessem importância secundária no enredo, como a Dona Maria, de *A viúvinha* (1860); a Dona Joaquina, de *Sonhos d'ouro* (1872); a Dona Emília, de *Senhora* (1875); a Dona Lauriana, de *O guarani* (1857); e a Dona Ermelinda, de *Til* (1872). Nos romances de Machado de Assis também podemos destacar algumas fortes matriarcas, como a Dona Valéria, de *Iaiá Garcia* (1878); a Dona Glória, de *Dom Casmurro* (1899); e Dona Antônia, de *Casa velha* (1885). Sobre a questão da dominação masculina nas sociedades ocidentais, mais especificamente a brasileira, trataremos no segundo capítulo.

Ainda no século XX, podemos ver a prática de isolar a criança do mundo dos adultos para que a escola se encarregasse de sua educação, mas é geralmente dentro desses locais, que deveriam zelar pela inocência da criança, onde ocorrem as primeiras descobertas afetivo-sexuais. Em *Dona Sinhá e o filho padre* (1964), José Maria é criado sob a proteção da mãe viúva, que já havia determinado seu futuro adulto como padre, mas ele descobre na escola suas primeiras experiências homoafetivas.

Em *Capitães da areia* (1937), os meninos do bando não recebem a educação cristã das instituições escolares, sendo regidos por leis próprias do grupo com vistas à sobrevivência nas ruas. Ainda assim, relações sexuais entre as crianças do bando estavam sempre envoltas pela moral cristã pregada pela Igreja Católica, haja vista os casos de homoafetividade proibidos por Pedro Bala, o chefe do grupo de meninos de rua, sobre orientação do padre José Pedro.

Vale ressaltar que a fragilidade do ser infantil dentro da família patriarcal brasileira não era considerada como condição da criança, pelo menos dos meninos já mais crescidos. Mesmo que fossem submetidos a práticas educacionais moralistas com o objetivo de proteger a inocência das crianças pequenas, ao entrar na puberdade os meninos homens já deveriam assumir postura de adulto, ainda que incompleto, como bem denota o conselho dado pelo pai de Sérgio, em *O Ateneu*, quando o garoto é deixado pela primeira vez no internato. Com 11 anos, Sérgio estaria pronto para encontrar o mundo. O casamento de pessoas,

principalmente meninas, com idades entre 13 e 14 anos, era comum na época da Colônia e na do Império.

Freyre (2006) relata que era costume as mulheres casarem muito cedo, aos 12, 13 e 14 anos. Aos 15 anos, uma filha solteira já preocupava a família e, antes dos 20 anos, se não tivesse casado, passava a ser considerada solteirona. A mentalidade da época preconizava que quanto mais jovem, mais a menina era atraente. Com o tempo, “(...) depois de certa idade as mulheres pareciam não oferecer o mesmo sabor de virgens donzelas que aos doze ou aos treze anos. Já não conservavam o provocante verdor de meninas-moças apreciado pelos maridos de trinta, quarenta anos” (FREYRE, 2006, p. 429).

Resultado dessa precocidade matrimonial do sexo feminino eram as mortes prematuras nos partos, uma vez que muitos corpos ainda não estavam preparados para gerarem filhos. Ressalta Freyre (2006):

Um fato triste é que muitas noivas de quinze anos morriam logo depois de casadas. Meninas. Quase como no dia da primeira comunhão. Sem se arredondarem em matronas obesas; sem criarem buço; sem murcharem em velhinhas de trinta ou quarenta anos. Morriam de parto – vãs todas as promessas e rogos à Nossa Senhora da Graça ou do Bom Parto. Sem tempo de criarem nem o primeiro filho. Sem provarem o gosto de ninar uma criança de verdade em vez dos bebês de pano, feito pelas negras de restos de vestidos (FREYRE, 2006, p. 433).

Mortas as mães meninas, os filhos eram geralmente amamentados e criados pelas mucamas, as mães pretas, o que denota a fragilidade a que estava submetido o corpo infantil na sociedade brasileira dos períodos colonial e imperial.

Na visão da pedagogia jesuíta, o corpo infantil não passava de “um monte de esterco”, conforme preconizava Santo Inácio, citado por Corazza (2000). Na sociedade brasileira, a criança era considerada ao mesmo tempo “um adulto incompetente”, “um filho incapaz” e “um anjinho feliz”, este último epíteto de acordo com a visão cristã e romântica de inocência infantil.

Trevisan (2011) relata que, até o século XIX, o conceito de infância na sociedade brasileira nem existia exatamente. A figura do menor de idade só apareceu juridicamente no Brasil quase no final do período oitocentista. Com a consolidação das teorias higienistas da medicina também nesse período, a fase da infância passou a ser mais delimitada e prolongada.

Foi através do especialista em higiene que o Estado imiscuiu-se no interior das famílias. Com livre trânsito nesse espaço outrora impenetrável à ciência, o médico-higienista acabou impondo sua autoridade em vários níveis. Além do corpo, também as emoções e a sexualidade dos cidadãos passaram a sofrer interferência desse especialista cujos padrões higiênicos visavam a melhorar a raça e, assim, engrandecer a pátria. A partir da ideia de um corpo saudável, fiel aos ideais de superioridade racial da burguesia branca, criavam-se rigorosos modelos de boa

conduta moral, através da imposição de uma sexualidade higienizada, dentro da família. Acreditava-se que a libertinagem enfraquecia as nações (TREVISAN, 2011, p. 172).

O Estado assumiria grande parte da responsabilidade pela educação moral das crianças, reduzindo, por outro lado, o poder da família. O que aconteceu, de fato, foi que a responsabilidade pela condução moral das crianças apenas se transferiu da família para as instituições mantidas pelo Estado, principalmente as instituições educacionais e as relacionadas à higiene médica. O sujeito estatal se tornaria o maior responsável pelo controle dos corpos infantis, tendo a família como núcleo base desse controle, pois, por meio dos especialistas médicos, o Estado conseguiu penetrar no interior dos grupos familiares. Ficou mais fácil domesticar a infância e adotar práticas educacionais cientificamente programadas.

Benjamin (2002) aborda também a questão da perda, no século passado, do prestígio por parte dos objetos sagrados, que ficavam, de forma predeterminada, à disposição para que a juventude, incluindo as crianças, pudessem escolhê-los. No entanto, isso ficou para trás num tempo em que a religião perdeu espaço para outras formas de opressão sobre as crianças, como a medicina e a pedagogia. Agora, não seria mais uma questão de “puro ou impuro”, “sagrado ou réprobo”, e sim de “permitido ou proibido”. A imagem da criança sagrada se materializou, por exemplo, no Eros criança, armado com arco e flecha, tema corriqueiro de pinturas e esculturas em especial a partir do Renascimento, representando o arquétipo do amor romântico.

Ainda conforme o estudioso alemão, culpa e felicidade são sentimentos que manifestam-se na vida das crianças da forma mais pura. Na vida adulta, um dos dois sentimentos prevalece a depender de como eles são tratados durante a infância. Tendo em vista o contexto repressivo que envolve o mundo infantil, com mais força pelo menos desde o início da modernidade, a culpa, na maioria das vezes, suplanta a felicidade. Com relação à sexualidade, isso pode ser visto nas personagens infantis presentes nas narrativas literárias que analisamos nesta pesquisa.

2.2.2 A criança sexualizada da Psicanálise

O início do século XX marcou a visão médica, familiar e mesmo escolar sobre a sexualidade infantil. Sigmund Freud e sua teoria psicanalítica revolucionaram, para o bem e para o mal, a visão que se tinha sobre a sexualidade infantil. A partir de então, ficou confirmado que as crianças também têm sexo. A proteção da inocência, apanágio do mundo infantil, já não podia mais ser considerada a justificativa principal para a interdição de

qualquer manifestação de sexualidade durante a infância. No entanto, a certeza de algo que se negava até então se transformou em motivo para que a vigilância sobre a sexualidade das crianças se não recrudescesse, pelo menos fosse mantida. Como bem apresentam as narrativas literárias que analisamos e que se passam no século XX (*Capitães da areia e Limite branco*), o sexo das crianças continuou a ser interdito, em especial pelo contexto da instituição escolar.

Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1972), Freud derruba a convicção que existia na época de que o instinto sexual era característica exclusiva dos adultos, manifestando-se apenas com a chegada da puberdade. Suas pesquisas e estudos de casos o levaram à conclusão de que crianças podem sentir atração por outras pessoas com vistas até à concretização do ato sexual, o que não deve ocorrer obrigatoriamente, como também poderemos constatar na análise dos textos literários incluídos no *corpus* desta pesquisa.

Maurício, de *Limite Branco*, por exemplo, descobre que sente algo diferente pelo primo mais velho, Edu. Entretanto, as novas sensações que tomam conta do seu corpo e de sua mente ficam apenas na imaginação do garoto. Já adolescente, ele reencontra o primo, mas tem uma decepção ao ver que aquele Edu do imaginário infantil já não existia mais. “Mas a imagem da memória era a do rapaz esguio, de olhos azuis e dedos longos – não a do adulto quase calvo, cheio de banhas incipientes e palavras convencionais” (ABREU, 2007, p. 142).

No primeiro capítulo, sobre “As aberrações sexuais”, Freud apresenta, ainda utilizando termos correntes na época e que, com o tempo, ganharam dimensão pejorativa, as causas do que ele chama “inversão sexual” dos indivíduos. Ou seja, homens cujo objeto sexual é outro homem, e mulheres cujo objeto sexual é outra mulher. São chamados de “invertidos” porque teriam sentimentos sexuais contrários à normalidade.

Abordaremos com mais profundidade a questão da homoafetividade no capítulo III, mas vale ressaltar que, nesse assunto, Freud inovou também por afirmar que, ao contrário do que pregavam os especialistas sobre a natureza fisiológica, genética ou adquirida do “uranismo”²¹, “a natureza da inversão não pode ser explicada, quer pela hipótese de que é congênita, quer pela hipótese de que é adquirida” (FREUD, 1972, p. 141).

²¹Termo cunhado pelo alemão Karl Heinrich Ulrichs, no século XIX, a partir do mito de Afrodite Urania, outro nome dado à deusa do amor. Neste mito, Afrodite foi gerada a partir dos testículos de Urano, que foram jogados nas ondas do mar por seu filho Cronus. Em *O banquete*, de Platão, o discurso de Pausânias concebe a origem do amor a duas deusas, Afrodite Pandêmia, filha de Zeus e Dione, e Afrodite Urânia, que não teve mãe. Pressupõe-se daí que os chamados militantes uranistas eram assim denominados, porque não necessitariam da figura feminina para o amor. João Silvério Trevisan, em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2011), relata que foi um militante uranista [o húngaro Károly Mária Kertbeny], também no século XIX, que criou o termo “homossexual”, “visando a legitimar biologicamente a “vocaçãõ” homossexual e isentar de culpa os seus “vacionados” (TREVISAN, 2011, p. 33).

Outra contribuição importante dos ensaios freudianos sobre a teoria da sexualidade, e mais especificamente para compreender a sexualidade infantil, diz respeito à descoberta de que as formas mais extremas de “inversão” ocorrem na infância, ou melhor, na primeira infância. O que Freud chama de “perversões” sexuais, ou seja, atividades sexuais que, no sentido anatômico, vão além do contato sexual genital, também ocorrem primeiramente na infância. É o caso da utilização das membranas mucosas dos lábios e da boca, a exemplo das crianças que chupam o dedo; e também do prazer por meio do orifício anal, quando, por exemplo, algumas crianças seguram forçadamente o ato de evacuar para que ao fazerem sintam dor e ao mesmo tempo prazer com o mecanismo de passagem das fezes pelo ânus. Para Freud, os germes de todas as perversões sexuais só são demonstráveis em crianças, o que pressupõe que a sexualidade dos neuróticos permanece num estado infantil ou retorna a ele (FREUD, 1972, p. 175).

A repressão sexual, que no futuro poderia provocar as chamadas perversões, teria como fonte causas internas, mas também causas externas, a exemplo da limitação da liberdade, da inacessibilidade de um objeto sexual “normal” e dos perigos do próprio ato sexual. Ao mesmo tempo em que alertava para os riscos de que influências internas e externas na infância poderiam provocar o aparecimento de perversões, Freud chamava a atenção indiretamente para os prejuízos da repressão para o futuro sexual das crianças.

No segundo capítulo dos *Três ensaios*, Freud aborda com mais profundidade a questão da sexualidade infantil e ratifica que há manifestação de instintos sexuais durante a infância:

Uma característica da ideia popular sobre o instinto sexual é que ele está ausente na infância e só desperta no período da vida descrito como puberdade. Isto, contudo, não é puramente um erro simples, mas um erro que tem tido graves consequências, pois é principalmente a esta ideia que devemos nossa atual ignorância das condições fundamentais da vida sexual. Um estudo completo das manifestações sexuais da infância provavelmente revelaria os caracteres essenciais do instinto sexual e nos mostraria o curso de seu desenvolvimento e a maneira pela qual ele se consolida a partir de várias fontes (FREUD, 1972, p. 177).

A chamada “amnésia infantil” seria ainda uma das responsáveis pela crença de que não havia – ou não poderia haver – vida sexual na infância. Outra barreira para a admissibilidade do sexo infantil é o aparecimento na infância de sentimentos que já destacamos como parte dessa interdição – a vergonha e as exigências estéticas e morais da sociedade. O estudioso alerta para o fato de que mesmo os educadores, principalmente os que

já reconheciam manifestações sexuais durante a infância, tratam-nas como se fosse um vício, estigmatizando-as e interditando-as.

A infância seria, para a teoria freudiana, o período mais propício para o recebimento e a reprodução de impressões externas. A criança, em seus primeiros anos de vida, viveria experiências sexuais masturbatórias, por meio da sugação do dedo e da evacuação. Logo depois, ela passaria por um período de latência e voltariam com a chegada da puberdade. No entanto, Freud verificou que a atividade sexual poderia reaparecer ainda antes da puberdade por influência de causas externas. Ele cita a sedução por outrem, adultos ou crianças, os quais estimulam a criança a atos como a masturbação. Ainda assim, Freud admite que essa retomada sexual na infância também pode advir de causas internas. Em seu entendimento, as manifestações da vida sexual infantil são, em sua maioria, auto-eróticas. Só na vida adulta ocorreria o resultado final do desenvolvimento sexual, em o que prazer se liga aos objetivos de reprodução da espécie.

Freud conclui que a excitação sexual na infância surge: “a) como a reprodução de uma satisfação experimentada em conexão com outros processos orgânicos, b) através da estimulação periférica apropriada das zonas erógenas e c) como uma expressão de certos ‘instintos’ (tais como o instinto escopofílico [olhar] e o instinto de crueldade)” (FREUD, 1972, p. 206).

Importante ainda para nossa pesquisa é verificar que a teoria freudiana observou que as primeiras excitações sexuais na infância podem ter como fonte o contato entre os genitais durante as brincadeiras que exigem a aproximação corporal. A escola também é tida como fonte de excitação sexual pelo fato de que a tensão ao fazer exames e trabalhos escolares pode acarretar o estímulo a que as crianças toquem em seus órgãos genitais ou tenham poluição noturna.

No capítulo III, Freud finaliza os *Três ensaios* sobre “As transformações da puberdade”. Para ele, essa fase é marcada pela passagem de instintos sexuais predominantemente auto eróticos para a busca de um objeto sexual. Nos casos ditos “normais”, ao contrário da “inversão”, os meninos procuram as meninas, e estas o sexo oposto. O estudioso chega a admitir que as proibições impostas pela sociedade podem estimular comportamentos invertidos.

Corazza (2000) cita a “Carta aberta a doutor M. Fürst”, de 1907, na qual Freud dá algumas orientações sobre como tratar a sexualidade infantil, e que continuam bastante atuais mais de um século depois.

Freud aconselha que o instinto sexual seja tratado, desde o início da vida da criança, da mesma forma que qualquer outra ordem de conteúdos dignos de serem sabidos, para que sua curiosidade nunca atinja uma intensidade exagerada. Afirma ser dever da escola esclarecer a sexualidade, (...). Quando os educadores familiarizarem-se com essas descobertas da Psicanálise, escreve Freud, será mais fácil se reconciliarem com ‘certas fases do desenvolvimento infantil’, além de não correrem o risco de superestimar a importância dos impulsos sociais imprestáveis ou perversos que surgem nas crianças (CORAZZA, 2000, p. 250-251).

Ou seja, para Freud, mais eficientes são as medidas educativas que não tentam interditar forçadamente os instintos sexuais infantis. A formação do caráter da criança será mais proveitosa se, ao invés da repressão pura e simples das chamadas “perversões”, houver um desvio da energia infantil para objetivos considerados mais valiosos do que os sexuais, por meio do que Freud chama de “sublimação”.

Importante recorrer ainda aos estudos de Jacques Lacan sobre as formações do inconsciente para entender como se determina a sexualidade humana durante a infância, e como a criança pode acabar se identificado e sentindo atração pelo mesmo sexo. Por meio do complexo de Édipo freudiano, Lacan, no Livro 5 de *O seminário* (1999), “As formações do inconsciente”, elabora em três tempos os determinantes da sexualidade. É nesse complexo de Édipo que a criança se conscientizaria de si, da realidade e dos outros. É quando ela deve ordenar suas pulsões caóticas, tendo em vista a figura do falo, resolvendo as questões sexuais e definindo o próprio sexo.

Tomando por base a “lógica da castração”, da Psicanálise, Lacan (1999) afirma que, no primeiro tempo do Édipo, a criança identifica-se com o objeto de desejo da mãe, o falo, cria uma unidade mãe-filho que só é rompida com a descoberta de que a mãe é castrada. Nesse período, a criança deseja ser o falo da mãe. Na etapa subsequente, o pai aparece como significado de privação, barrando o anseio da criança de ser o falo da mãe. O pai onipotente então substitui a mãe, ainda fálica, antes que a criança identifique a castração. Essa autoridade do pai influencia na construção da virilidade do filho.

Em terceiro lugar, o pai se revela como aquele que tem [o falo]. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervém como aquele que tem o falo. Essa identificação chama-se *Ideal do eu* (LACAN, 1999, p. 200).

É justamente nesse terceiro tempo que o complexo de Édipo pode ou não ser transposto. Em caso positivo, o “ideal” é que o menino se identifique com o pai como possuidor do pênis, e a menina reconheça no homem aquele que possui o falo. Quando não há a transposição, Lacan afirma que ocorre a perversão, a exemplo da homossexualidade, ou seja, o indivíduo se constitui como perverso quando teve uma mãe que não pôde dar ao pai

um lugar que pudesse interferir na subjetividade do filho. No próximo capítulo, detalharemos um pouco mais como Lacan pensa a homossexualidade, sob a ótica da formação do inconsciente.

As descobertas freudianas sobre a sexualidade infantil também acabaram significando um certo contraponto às idealizações sobre a criança inocente, o que em *Os arquétipos e o inconsciente coletivo* (2011) C. G. Jung chama de arquétipo da “criança-divina”²². Para Jung, o exercício religioso, a repetição do ritual do acontecimento mítico, tem o objetivo de preservar a imagem da criança. No caso das sociedades ocidentais, do mito da criança enquanto ser sagrado, enquanto ser que representa a potência, o futuro.

Um aspecto fundamental do motivo da criança é o seu caráter de futuro. A criança é o futuro em potencial. Por isto a ocorrência do motivo da criança na psicologia do indivíduo significa em regra geral uma antecipação de desenvolvimentos futuros, mesmo que pareça tratar-se à primeira vista de uma configuração retrospectiva (JUNG, 2011, p. 166).

Portanto, Jung (2011) destaca que muitas vezes os salvadores míticos sejam identificados a essa criança-divina. As experiências da psicologia do indivíduo apontariam para a criança como símbolo de uma futura transformação da personalidade, de unificação dos opostos. A figura da criança representaria no inconsciente um mediador, um portador da salvação, um propiciador de completude.

Em prefácio para a segunda edição de *Um outro mundo: a infância* (1991), Chombart de Lauwe afirma que, ao analisar obras da literatura francesa que tratam como centrais personagens infantis, procurou compreender essas imagens da criança apresentadas nos textos para melhor entender a própria criança, incluindo as expectativas dos adultos em relação a ela. Faremos isso nesta pesquisa em relação às personagens das obras selecionadas no *corpus*, mas especificamente em relação às expectativas da própria criança, de outras crianças e também dos adultos no que diz respeito à sua sexualidade e, mais detidamente, à descoberta de atrações homoafetivas.

Fazendo uma analogia com a questão do arquétipo da criança, abordado por Jung (2011), podemos nos apropriar das análises feitas pela estudiosa francesa, que nos mostra que os textos apresentam uma criança do tipo mítica, com um sistema próprio de representações. “O ‘outro’ que pertence a uma categoria exterior à sua: classe social, sexo, raça etc., assume com frequência a figura do mal, do inimigo, do anti-eu” (CHOMBART DE LAUWE, 1991,

²²Por arquétipo Jung entende “um elemento da estrutura psíquica, representando portanto um comportamento vitalmente necessário à economia anímica. Ele representa ou personifica certos acontecimentos da psique primitiva obscuras, das verdadeiras, mas invisíveis raízes da consciência” (JUNG, 2011, p. 162).

p. 2). Essa mitificação da figura infantil nos leva a questionar até que ponto a sua sexualidade é deixada de fora do mundo mítico, ou como afirma Jung (2011), da criança-divina, do ser com vistas a um futuro adulto.

Mitificar a personagem consiste em uma simbolização da criança, que é desrealizada, essencializada e inserida em um sistema de valores do qual ela forma o centro. A partir dela se ordenam as outras personagens, o ambiente, as estruturas sociais, os acontecimentos, que são apreciados positiva ou negativamente em função de sua relação com o valor-infância encarnado na personagem da criança (CHOMBART DE LAUWE, 1991, p. 4).

A mitificação da infância leva a sociedade a considerá-la como um mundo afastado da existência humana e quando ela é descrita como fazendo parte do mundo real, essa descrição tem um tom negativo. É exatamente o que acontece quando os textos que analisamos colocam a descoberta homoafetiva ainda nesse período. A criança mitificada geralmente aparece como um contraponto aos indivíduos que perderam sua autenticidade, renderam-se às pressões e deixaram-se ser modeladas pelas normas sociais. Por outro lado, essa oposição entre o que Chombart de Lauwe (1991) chama de “criança autêntica” e a “criança modelada” pode servir para que a literatura exerça um papel crítico diante das repressões sociais. As narrativas do *corpus* desta pesquisa, mesmo que seja ou não intencional por parte dos autores, ao abordarem o tratamento dado à condição homoafetiva das personagens infantis, podem estimular um reflexão crítica sobre como a homoafetividade é vista e/ou aceita em determinados contextos e épocas.

O mundo imaginário da criança manteria um diálogo com a sociedade por meio da sua integração natural às normas sociais ou da submissão da criança a essas mesmas normas por imposição dos adultos ou de outras crianças já modeladas socialmente. Algumas vezes, para fugir da pressão do mundo real, por não se adequar às regras da sociedade, a criança lança mão de mecanismos psicológicos que a fazem se evadir daquele mundo, na maior parte das vezes por meio do devaneio, que é a confusão entre o sonho e a realidade. O isolamento, a solidão, também são características frequentes na criança inadequada, a exemplo daquelas que negam sua atração pelo mesmo sexo. O agrupamento em bandos fechados é outra forma de se contraporem às pressões sociais, como acontece em *Capitães da areia*. A manutenção de fortes amizades, que muitas vezes chegam a conter sentimentos eróticos, é mais uma maneira que as crianças encontram de fugirem e de se resguardarem das normas sociais.

O cinema trouxe, nas últimas décadas, o tema do devaneio e das incertezas em relação à sexualidade infantil e/ou adolescente em filmes que ganharam destaque. Em se

tratando de um assunto controverso e completamente fora das normas sociais, podemos citar a transexualidade infantil. É o caso de Ludovic, de *Ma vie en rose (Minha vida em cor-de-rosa, 1997)*, menino introspectivo que se comporta à moda de menina, quer se vestir como tal e sente atração por meninos. A situação acaba criando uma grande comoção entre os pais e chocando as pessoas próximas. Em *Tomboy (2011)*, sendo esta a denominação em inglês dada para meninas que gostam de agir como meninos, Laure é uma criança de 10 anos, que muda de casa constantemente, em decorrência do trabalho do pai. Ao ir para uma nova residência, ela faz amizade com uma turma de garotos, mas se apresenta como Mikael. Ela se aproxima de Lisa, a única menina do grupo. Já *XXY (2007)* traz ainda o tema do hermafroditismo como pano de fundo. Alex nasceu com as duas características sexuais. Tentando fugir dos médicos que querem consertar a ambiguidade genital da criança, os pais a levam para um vilarejo. Eles acreditam que uma cirurgia seria uma violência ao corpo de Alex, o que os induz a viverem isolados. Um dia, a família recebe a visita de um casal de amigos, que leva consigo o filho adolescente. É quando Alex, que está com 15 anos, e o jovem, com 16, sentem-se atraídos um pelo outro.

Chombart de Lauwe (1991) constatou ainda em suas análises que a escola é um dos espaços que mais favorecem o acontecimento de situações que oprimem e martirizam as crianças que se comportam de forma diferente da maioria. Em nosso *corpus* identificamos a escola como espaço da descoberta homoafetiva e sua consequente repressão em três das quatro narrativas selecionadas – *O Ateneu, Dona Sinhá e o filho padre e Limite branco*.

A tese de doutorado de Luma Andrade, por exemplo, primeira travesti a conquistar o título de doutora no Brasil, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), “Travestis na Escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa” (2012), esquadrinha e analisa os conflitos e obstáculos por que passam alunos transexuais nos estabelecimentos da rede pública de ensino do Estado do Ceará. Na hora de verificar a negação do diferente nas escolas, Andrade (2012) leva em conta fatores como currículo escolar, livros didáticos, documentos de gestão escolar, avaliações, relações interpessoais, aspectos religiosos, histórias de vida na família e na comunidade.

Como podemos perceber em *O Ateneu*, ao contar sua história de vida, quando cursava a então 2ª série do 1º grau (hoje, 3º ano do Ensino Fundamental), Luma narra um episódio em que se pode detectar claramente a violência física e verbal como método educativo mais eficaz. Andrade complementa:

(...) não sendo algo desumano, pelo contrário; a intenção, pelo menos na visão deles [professores, gestores escolares, colegas, pai e mãe], era humanizar e educar para a

vida. Talvez a disseminação desta pedagogia na família; na rua, com os colegas; na igreja, pelos pastores e padres; no trabalho, pelo patrão; nas escolas, pelos gestores e professores, tenha ajudado a provocar um índice tão elevado de homicídios de homossexuais e travestis no Brasil. (ANDRADE, 2012, p. 73)

O comportamento diferente do menino, que preferia brincar com as meninas brincadeiras que não eram consideradas masculinas, parecia afrontar a ordem estabelecida. No episódio narrado, Luma foi agredida a socos e pontapés por um colega, e a resposta que ela recebeu da professora ao invés de culpabilizar o agressor, jogou a responsabilidade na vítima. “Quem manda você ser assim?” (ANDRADE, 2012, p. 73)

Tomamos como pressuposto da nossa pesquisa a constatação de que oposta à imagem da criança arquetípica, da criança mítica, há a criança, representada por certas personagens literárias, que precisa se submeter às normas sociais para garantir sua sobrevivência, em contextos que reprimem e interditam a manifestação de atitudes consideradas impróprias para o mundo infantil, a exemplo da sexualidade.

A análise que Chombart de Lauwe (1991) faz dos textos literários franceses nos leva a buscar entender como a literatura brasileira também configurou a imagem das personagens infantis ao longo do tempo. Ao analisar obras literárias brasileiras que trazem personagens infantis de destaque nas narrativas, Mata (2010) verificou que, pelo menos até o fim do século XIX, elas eram difíceis de serem encontradas. *O Ateneu*, obra cuja personagem analisamos em nossa pesquisa, teria inaugurado a figura do protagonista infantil na literatura canônica do Brasil. Mas como ressalta o estudioso, essas personagens e sua infância são, na maior parte das vezes, vistas como tempo de passagem para a vida adulta: “(...) tema frequentemente trazido à tona de modo simbólico e, ele mesmo, símbolo que condensa tensões, traumas e contradições com vistas a uma condição humana de feição mais adulta que infantil” (MATA, 2010, p. 13).

As personagens infantis são representadas pela literatura como sujeitos incompletos e, em se tratando do *corpus* que analisamos, incompletos sexuais. O ainda controverso tema da sexualidade infantil aparece na ficção literária apenas como elemento de transição da infância para a adolescência. Imagens de erotismo mais claras envolvendo o corpo infantil só vão aparecer em narrativas das décadas de 1990 e 2000. De qualquer forma, são duas as maneiras de abordagem da sexualidade infantil pela literatura brasileira, segundo Mata (2010). A primeira é a que trata da volúpia sexual do adulto pela criança, retratado, geralmente em contextos de violência, onde o menino ou menina é sempre vítima. A segunda maneira abrange as narrativas que abordam a questão da sexualidade pela perspectiva do desejo da criança. É exatamente esse último ponto de vista que constatamos em *O Ateneu*,

Capitães da areia, *Dona Sinhá e o filho padre* e *Limite branco*. São narrativas que conservam, em algum grau, uma perspectiva romantizada do mundo infantil, uma vez que, mesmo no tom realista de *O Ateneu*, o desejo sexual infantil – e aqui nos interessam os sentimentos homoafetivos – é tratado de forma a ser reprimido.

2.3 O sujeito social infantil

2.3.1 Preparando o bom adulto

Coutinho (2012) faz um inventário histórico da imagem da infância. A imagem mítica da infância como tempo feliz da humanidade data de 4 mil atrás na Suméria. É a chamada Idade de Ouro, batizada desta forma no século I a. C., na Roma antiga.

Como sujeito social, a criança e sua importância na constituição das sociedades ocidentais vêm passando por diversas posições ao longo da história, em especial as que dizem respeito às expectativas dos adultos. No pensamento grego antigo, o menino homem, livre, era equiparado às mulheres e aos escravos, por não ser considerado cidadão, pelo menos não ainda. Um exemplo da visão grega é a filosofia platônica sobre a necessidade de educação da criança, que chegava a ser comparada a animais, “criatura ríspida, astuta e a mais insolente de todas (PLATÓN, 1990, *apud* COUTINHO, 2012, p. 25). A essência da *paideia* de Platão era a formação dos futuros cidadãos com vistas à justiça da *pólis*.

“Por esta razão, caberia ao Estado ideal uma prática pedagógica de teor coercitivo e, assim, a *pólis* platônica só adotará a criança como base, em função de moldar-lhe o caráter. Já em *A República*, o modelo educacional segregara-a do convívio dos demais, salvo dos preceptores, na intenção de fazê-la alcançar o reto caminho do Bem, da Verdade e da Justiça” (COUTINHO, 2012, p. 25). A imagem do adulto incapaz é mantida por Aristóteles, discípulo de Platão, que, em *Ética a Nicômaco*, ratifica a necessidade de que a criança seja formada.

Walter O. Kohan, em *Infância: entre educação e filosofia* (2005), observa que, em seus *Diálogos*, Platão lança desafios à educação das crianças/ jovens, sobre como fazê-los adultos. Na visão platônica, crianças que têm um “primeiro crescimento bom” terão maior probabilidade de desenvolver uma boa natureza quando jovens e adultos. O filósofo grego deposita na boa educação da infância pelos chamados guardiões a chave para se construírem adultos que garantam a justiça da cidade. É uma visão da infância como algo que “pode ser”, também caracterizada como uma fase inferior à adultez. Kohan (2005) resume em poucas palavras o pensamento de Platão sobre a infância: “Possibilidade, inferioridade, outro

rechaçado, material da política. Marcas sobre a infância deixadas por um pensamento” (KOHAN, 2005, p. 59)

Até o próprio ato de mamar no seio materno era visto por algumas sociedades ocidentais antigas com um traço da animalidade infantil, e que deveria ser ultrapassado à medida que as crianças crescessem e se tornassem aptas a trabalhar. A relação com as crianças em algumas sociedades chegava a ser objeto de leis. Stearns (2006) relata que: “Muitas civilizações antigas usavam as leis para enfatizar a importância da obediência. Não só a lei mesopotâmica, como também a judaica, especificavam os direitos dos pais a punirem filhos desobedientes. Na lei judaica, isso poderia levar à execução” (STEARNS, 2006, p. 38-39). O historiador também cita Platão e Aristóteles, para quem até as brincadeiras precisavam ser regulamentadas. Quanto mais o comportamento das crianças se aproximava ao dos adultos mais elas eram consideradas pela sociedade.

De acordo com Coutinho (2012), já no mundo latino, ao lado da imagem de adulto incompleto, a criança acumula também a imagem de ser generoso, digno de afeto. Buenaventura Delgado, em *Historia de la infancia* (1998), ressalta que um dos princípios latinos era o de que a criança merecia respeito. Ele cita Juvenal, para quem era necessário retirar do ambiente doméstico todo aquele que pudesse macular a inocência da criança. Ainda assim, era prática comum o abandono de crianças que apresentassem algum impeditivo, como a falta de recursos financeiros, para a sua criação. Outras atitudes cruéis foram relatadas, como a exposição e o infanticídio²³ de crianças recém-nascidas, além de abortos indiscriminados. No conto “Rosalie Prudent”, por exemplo, Guy de Maupassant trata do julgamento de um “infanticídio” que teria sido cometido por uma criada, cujo nome dá título à narrativa. Os homicídios de crianças por empregadas domésticas parecem ter sido fato comum na França do século XIX.

Com Santo Agostinho, no século V d.C., a imagem da criança foi relacionada ao pecado original. Ao nascer, o pequeno ser já carregava o fardo do pecado e, portanto, necessitava ser batizado o quanto antes para que alcançasse a possibilidade de ser absolvido e

²³ De acordo com o artigo “Infanticídio: homicídio privilegiado no Código Penal Brasileiro” (2008), de Kenedys Fernandes de Souza, publicado em http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3894, no decorrer da história, a expressão "infanticídio", do latim 'infanticidium', sempre teve o significado de morte de criança, especialmente no recém-nascido. O dicionário escolar da língua portuguesa (MEC, 1984) define o verbete infanticídio como sendo o assassinio do recém-nascido; morte dada a uma criança. Já o Código Penal Brasileiro traz uma definição mais complexa, usando termos médicos dotados de profunda significância, tratando tal verbete como um tipo penal com definição própria no artigo 123 com a seguinte redação: “Infanticídio - Matar, sob a influência do estado puerperal, o próprio filho, durante o parto ou logo após. Pena – detenção, de dois a seis anos”. Portanto, no Brasil, oficialmente, o infanticídio não é apenas o homicídio de uma criança, mas seu assassinato pela própria mãe.

admitido como novo cristão. A educação no mundo latino também considerava as aptidões naturais da criança, combinadas com um ambiente, uma família e educadores habilidosos.

Delgado (1998) destaca:

Cicerón, Quintiliano e Plutarco, apoyándose en la sabiduría griega, expusieron con claridade los principios por los que debía guiarse la educación infantil en el mundo latino. La eficacia de la educación, según estos autores, dependía de la familia, de las aptitudes naturales de cada niño, de su esfuerzo en el aprendizaje, de la habilidad y profesionalidad del maestro y del ambiente en el que el niño crecía. Si estas condiciones eran positivas, el niño podía sortear con éxito los escollos del aprendizaje escolar. De lo contrario, el mejor maestro podía fracassar en sus esfuerzos (DELGADO, 1998. p. 11).

O que se verifica até a Idade Média é a imagem de dependência que envolvia a criança. Aliás, até hoje, de alguma forma, ligamos a infância a uma fase de dependência de maneira relativa. Por exemplo, sair da casa dos pais cedo, ou seja, ser independente financeiramente, não é garantia de que o indivíduo deixe de adotar comportamentos considerados infantis. Em consonância com Ariès (2011), só se considerava que a pessoa saía da infância quando deixava de ser dependente. “Essa é a razão pela qual as palavras ligadas à infância iriam subsistir para designar familiarmente, na língua falada, os homens de baixa condição, cuja submissão aos outros continuava a ser total: por exemplo, os lacaios, os auxiliares e os soldados” (ARIÈS, 2011, p. 11).

Na época medieval, a figura da criança como o Eros da arte helenística desapareceu, dando lugar a um desinteresse em relação à infância, de acordo com Ariès (2011). Era apenas uma fase em transição para a vida adulta, logo ultrapassada. O sentimento de infância seria quase inexistente. As crianças estariam misturadas aos adultos, sem cuidados especiais. Uma das causas dessa indiferença eram as elevadas taxas de mortalidade infantil, que faziam com que os pais não se apegassem demais aos filhos, tendo em vista que poderiam perdê-los a qualquer momento. A ausência de alfabetização também contribuía para misturar crianças e adultos. A *paideia* dos antigos teria desaparecido. A completa separação entre os mundos infantil e adulto só reapareceria como um sentimento moderno. O próprio traje infantil, em especial o dos meninos homens, só foi se diferenciar da roupa dos adultos com o advento da era moderna. Para Ariès (2011), a ausência do sentimento de infância não significava a falta de afeição pelos pequenos.

Na visão de Heywood (2004), a constatação de que o sentimento de infância seria inexistente na Idade Média é muito simplista. Para ele, o que havia era uma concepção medieval diferente da infância na antiguidade e na modernidade. A infância naquele período era apenas uma fase de transição, mas as crianças tinham seu lugar de destaque na sociedade,

como atesta o forte culto ao Menino Jesus, ainda que o sentimento de que eram “adultos imperfeitos” fosse particularmente forte. “Conclui-se que a infância (assim como a adolescência) durante a Idade Média não passou tão ignorada, mas foi antes definida de forma imprecisa, e, por vezes, desdenhada” (HEYWOOD, 2004, p. 29).

No fim da Idade Média, em transição para a era moderna, o sentimento em relação ao mundo infantil foi mudando. Primeiro, passou por uma fase de “paparicação”, com a criança sendo alvo da atenção dos adultos por sua inocência, ingenuidade e graça, para, logo em seguida, a partir do século XVII, tornar-se preocupação de moralistas e educadores. A criança não era mais apenas como um brinquedo, era, antes de tudo, um ser em formação, necessitado de cuidados religiosos, educacionais, médicos e psicológicos, não necessariamente nessa ordem. “A preocupação era sempre a de fazer dessas crianças pessoas honradas e probas e homens racionais” (ARIÈS, 2011, p. 104). A infância, apesar das diferenças de contexto histórico e social, continuava a ser a fase da dependência.

Heywood (2004) faz uma síntese da construção social e cultural da infância ao longo da história do Ocidente:

As influências culturais sobre a construção da infância foram muitas e diversificadas, com contribuições da Antiguidade Clássica, dos invasores bárbaros, do humanismo e, acima de tudo, do cristianismo. A longo prazo, pode-se certamente discernir um interesse crescente na discussão da infância e da adolescência, que se vinculou aqui a várias pressões surgidas no processo de desenvolvimento econômico. Também se pode identificar o surgimento de uma imagem mais positiva da criança passando, à medida que a ênfase no pecado original diminuiu gradualmente a partir do século XVIII. Esses acontecimentos influenciariam, e, por sua vez, seriam influenciados, pelos métodos de criação de crianças, pelo trabalho infantil, pelas medidas de bem-estar materno e pela educação (HEYWOOD, 2004, p. 57).

O mesmo autor elaborou ainda um resgate do papel e das expectativas da criança enquanto sujeito social desde os seus primeiros dias de vida. Ele cita Lloyd de Mause, historiador da infância, que afirma que quanto mais retrocedermos à história da infância mais constataremos que o cuidado com a infância era incipiente, tendo evoluído ao longo dos séculos. Entendemos cuidado com a infância aqui como relacionado ao corpo físico e também como sinônimo de proteção e preocupação moral.

Mesmo na era medieval ocidental, em que a indiferença em relação à infância parece ter sido maior, como afirma Ariès (2011), a aspiração de ter filhos sempre representou a vontade da maioria. Os filhos, principalmente os do sexo masculino, representavam o amor do casal, asseguravam a sucessão familiar e podiam também, no caso das classes mais baixas, ajudar com as despesas familiares. Heywood (2004) assinala que, ao longo do tempo, quanto mais atenção passasse a ser reservada às crianças, menos filhos os casais teriam.

Os hábitos pós-nascimento dos filhos no que diz respeito aos cuidados com os bebês mudaram muito ao longo do tempo. A própria crença no pecado original orientava alguns cuidados, muitos inaceitáveis na contemporaneidade, como mergulhar recém-nascidos em banho frio para limpar o pequeno corpo. A entrega dos bebês a amas de leite, cuidados insuficientes com a alimentação, com a higiene, o aquecimento em lugares frios, e, como já foi mencionado, o infanticídio, o abandono, a exposição de enjeitados, os castigos físicos, foram práticas só reduzidas no século XX.

Como já informamos, o batismo era obrigatório na busca de redimir a criança do pecado. Heywood (2004) historia que os cuidados médicos só começaram a ser assimilados pelas famílias em meados do século XIX. Meninos e filhos legítimos eram mais bem-vindos do que meninas e filhos ilegítimos, e, com a mortalidade infantil elevada, a morte de crianças era um fato corriqueiro e pouco sentido pelos pais, pelo menos em relação aos dias de hoje.

Já crescidas, as crianças não poderiam mais contar tanto com a ajuda dos pais. Uma infância longa, seguida de uma adolescência também longa, ambas dependentes dos pais, é uma invenção recente. Aos sete anos, o pequeno chegava à idade da razão e já poderia, inclusive, trabalhar e/ou cuidar dos irmãos menores.

2.3.2 Crianças modernas e perspectivas contemporâneas

A modernidade trouxe um sentimento mais forte de preocupação com o mundo infantil, mas o objetivo ainda era o de formar um adulto capacitado, bem sucedido e apto ao trabalho. Em relação a esse tema, visualizamos aí um paradoxo em relação à imagem de incapacidade da criança. Essa incapacidade valia apenas para a sua formação moral e educacional, porém muito mais cedo, mesmo antes da adolescência, ela já estava pronta para trabalhar, principalmente com o advento da Revolução Industrial, no século XVIII. Mesmo antes da industrialização, a criança já tinha um papel fundamental no trabalho da lavoura e em atividades domésticas.

O garoto Oliver Twist, do romance de mesmo nome, de Charles Dickens, publicado pela primeira vez em 1837, exemplifica bem a criança sofrida e trabalhadora. Numa cidadezinha da Inglaterra, uma jovem dá à luz um menino e morre em seguida. O pequeno órfão recebe o nome de Oliver Twist e vive seus primeiros nove anos em instituições de caridade. Não suportando os maus-tratos, ele foge para Londres, onde, sem saber, se junta a um bando de marginais. Oliver passa por grandes sofrimentos até receber a herança que o pai lhe deixou e uma família que nem sabia que existia. O trecho abaixo do romance mostra como

o trabalho infantil ainda era considerado de certo modo algo corriqueiro na formação da criança em meados do século XIX. Já em Londres, sobre os cuidados do velho judeu, líder do bando de crianças marginais, o garoto presencia a violência com que eram tratados os meninos preguiçosos:

Oliver estava tanto mais desejoso de trabalhar ativamente, quanto que já fazia idéia cabal da inflexível severidade do judeu. Cada vez que o Matreiro ou o Carlinhos Bates voltavam para casa, à noite, com as mãos abanando, proferia um longo e enérgico discurso acerca dos inconvenientes da preguiça e da ociosidade e, para melhor lhes gravar na memória a necessidade de serem ativos, mandava-os dormir sem ceia. Uma vez chegou a precipitá-los do alto da escada; mas eram raras as violências como esta (DICKENS, 2002, e-book).

Somente no fim do século XIX, reformadores começaram a preocupar-se com o trabalho infantil, o que provocou uma retomada da “sacralização” da infância. “Como disse um deles em 1950: lucrar a partir do trabalho de crianças era ‘tocar de forma profana em algo sagrado’” (HEYWOOD, 2004, p. 42). Essa “sacralização” da criança acabou por contribuir, por outro lado, para reforçar as repressões morais também contra as manifestações sexuais durante a infância.

O resultado dessa mudança de sentimento em relação ao trabalho infantil foi a ampliação do tempo da infância e da adolescência. Muito embora, em diversos países, como o próprio Brasil, o trabalho pueril ainda seja utilizado, mesmo que de forma ilegal. O tempo que a criança passa na escola deveria substituir o trabalho infantil, ainda que, apesar da mudança de contexto, os pequenos continuassem a sofrer pressões morais de diversas formas, como o controle de sua sexualidade.

Já ressaltamos que a incompetência infantil não valia para o mundo do trabalho, pelo menos até meados do século XX na maioria dos países ocidentais. E essa submissão a tarefas que seu corpo ainda em formação não estaria apto a executar é mais um exemplo de como a criança sempre esteve sujeita à vontade de terceiros. Seja para ajudar financeiramente com as despesas da família, seja por causa da crença de que trabalhando seria formada e se tornaria um cidadão de bem, longe da marginalidade e da vadiagem.

No Brasil e em outros países das Américas, a situação da criança enquanto sujeito social foi agravada pela escravidão. Como afirma Stearns (2006):

Crueldade, humilhação e privação relativa combinaram-se para criar uma infância diferente nas Américas, vivida por um número enorme de pessoas. (...). Sua infância ficaria impregnada pelo tratamento recebido, assim como as crianças negras das gerações subsequentes, mesmo depois da emancipação (STEARNS, 2006, p. 108).

A infância do indígena, depois do escravo na sociedade brasileira, e posteriormente dos negros e negras livres, era um período reduzido, bem mais do que a dos meninos e meninas de cor branca. José Roberto de Góes e Manolo Florentino, em “Crianças escravas, crianças dos escravos”, relata que há registros de crianças escravas trabalhando aos quatro anos de idade. Aos 12 anos já eram consideradas adultas, seu preço de mercado subia, e seu nome trazia o da profissão no sobrenome: “Chico Roça, João Pastor, Ana Mucama” (GÓES, 2009, p. 184). Durante a Guerra do Paraguai, no fim do século XIX, e mesmo antes, como relata Renato Pinto Venâncio, em “Os aprendizes da guerra”, texto também incluído em *História das crianças no Brasil* (2009), crianças enjeitadas e meninos com passagem pela polícia, com certeza a maioria negros, foram recrutadas para o Exército brasileiro.

O resultado dessa infância diferenciada nas sociedades escravagistas é ainda hoje a mendicância e a marginalidade que encontramos nas ruas das principais cidades brasileiras. Sem dúvidas, a grande maioria desses meninos e meninas também é de cor negra e/ou mestiça. A criminalidade entre crianças passou a ser comum a partir do século XIX no Brasil e a culpa disso foi colocada na negligência das famílias sobre a educação dos filhos.

O aumento desse problema acabou por provocar o surgimento dos primeiros institutos disciplinares em São Paulo, que menos do que educar e tirar os jovens da criminalidade contribuíram para formar pessoas revoltadas, que saíam de lá sem nada aprender. Para além da educação, esses meninos detidos eram postos para trabalhar arduamente. Vale ressaltar que, até então, o trabalho era visto como forma de resgatar a infância e a adolescência imersas na marginalidade, no abandono e na delinquência.

Diante do que expusemos até aqui, cabe uma pergunta: na contemporaneidade, quais as expectativas que temos em relação à infância? Em tom um tanto pessimista, Postman (2011) acredita que a tecnologia das comunicações, em especial a invenção da televisão, está contribuindo fortemente para eliminar o que nós modernos entendemos por infância, um mundo que deve ser vivido e entendido como um universo à parte do mundo dos adultos. Tem-se aí o surgimento de dois novos sujeitos sociais: a criança-adulto e o adulto-criança.

Podemos concluir, então, que a televisão destrói a linha divisória entre infância e idade adulta de três maneiras, todas relacionadas com sua acessibilidade indiferenciada: primeiro, porque não requer treinamento para apreender sua forma; segundo porque não faz exigências complexas nem à mente nem ao comportamento; e terceiro porque não segrega seu público. (...). O novo ambiente midiático que está surgindo fornece a todos, simultaneamente, a mesma informação. Dadas as condições que acabo de descrever, a mídia eletrônica acha impossível reter quaisquer segredos. Sem segredos, evidentemente, não pode haver uma coisa como infância (POSTMAN, 2011, p. 94).

Na atualidade, por exemplo, o ato de brincar deixou de lado os brinquedos artesanais e mesmo industriais, mas que estimulavam a inteligência e a criatividade infantis, e os substituiu pelos jogos de computador e pelos programas de TV que em grande parte das vezes em nada contribuem para o intelecto das crianças, são feitos para qualquer pessoa, em qualquer idade. Esteban Levin, em *Rumo a uma infância virtual?* (2007), observa que a maneira como as crianças estão vivendo acompanha os avanços tecnológicos e mudam rapidamente. Ao invés de brincar as crianças pensariam cada vez menos e assimilariam o que a mídia produz por e para os adultos.

Quanto à sexualidade, a avaliação de Postman (2011) é que esse tema também, devido à homogeneização dos discursos midiáticos, estaria sendo banalizado, deixando de ser um segredo dos adultos. Por outro lado, como afirma Levin (2007), essa sexualidade estaria cada vez mais deixando de ser corporal para ser virtual, o que pode afetar, no futuro, a sensibilidade infantil. A forte erotização da televisão também estaria contribuindo cada vez mais para a formação de uma infância erotizada. As crianças, então, passariam a querer reproduzir a imagem do modelo adulto que a televisão apresenta, levando a sérios problemas corporais, como “anorexia, bulimia, obesidade, estresse, violência, hiperatividade, déficit de atenção, insônia, problemas no desenvolvimento psicomotor e no esquema corporal, (...)” (LEVIN, 2007, p. 123). A família teria perdido lugar para a televisão na orientação moral e sexual dos filhos.

Postman (2011) acredita que não há como escapar desse desaparecimento da infância que vem se processando desde meados do século passado, apesar de atribuir à escola uma espécie de papel salvador da infância perdida, aquela que tinha um mundo completamente separado dos adultos, em que a sexualidade era mantida em segredo e interdita ao menor sinal de manifestação. Já Corazza (2000) crê que a sociedade contemporânea não deixará de continuar submetendo as crianças, enquanto mercadorias, às normas sociais do mundo adulto:

(...) o processo cultural de produção da mercadoria infantil produz não apenas valor-de-uso, mas também valor, não apenas valor-de-troca, mas também a mais-valia de uma infância que não deve ter fim: para que a imagem adulta possa continuar obtendo os lucros de ser especularizada, esbatendo a promessa ameaçadora de sua própria desaparecimento e anunciando sua futura aparição, governando o infantil e a si mesma (CORAZZA, 2000, p. 230)²⁴.

²⁴Cf. o entendimento de mais-valia presente no texto de Corazza (2000), cap. 2, p. 30.

Para nós, fica a pergunta: no que diz respeito à imagem da criança e sua sexualidade, como a contemporaneidade, mais especificamente a literatura, vem tratando o assunto e quais são suas expectativas?

CAPÍTULO 3

3.1 Homoafetividade e sua relação com a infância

3.1.1 *Amor livre, mas nem tanto*

Ao longo da história das sociedades ocidentais, pelo menos desde a era clássica, as relações afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo sempre foram motivo de questionamentos e restrições, em maior ou menor grau, como no caso da Grécia Antiga, até hoje considerada exemplo de tolerância em relação ao “amor que não ousa dizer seu nome”, expressão atribuída ao escritor Oscar Wilde²⁵, já no século XIX. Aos indivíduos – e aqui nesta pesquisa restringirei a análise a personagens da literatura brasileira em prosa do sexo masculino – envolvidos em relações homossexuais, a exemplo das crianças, sobram epítetos negativos que remetem a uma alteridade, a uma espécie de Outro social e sexual: anormal, diferente, pervertido, invertido, doente, depravado, imaturo sexual, vicioso, aberrante, pecador, desviante, abominável, degenerado.

A homossexualidade, termo também criado no século XIX pela medicina, remete seguramente, na maior parte das pesquisas sobre a temática, a uma situação específica de fases posteriores à infância. Portanto, encontramos-nos diante de um desafio quando procuramos unir três conceitos que remetem à ideia de Outro – infância, sexualidade e homoafetividade²⁶ – principalmente tendo em vista a escassa bibliografia, em especial a histórica, que trate da questão da homoafetividade em idade infantil.

Tentaremos identificar por meio da literatura, no caso a literatura brasileira, como personagens ainda na infância vivem suas primeiras experiências eróticas e afetivas de cunho homossexual e como se dá a manifestação do poder, na concepção do poder disciplinar de Michel Foucault, poder que reprime essas práticas consideradas inaceitáveis para os padrões morais e religiosos das sociedades ocidentais, como é o caso da sociedade brasileira. Para isso, neste segundo capítulo, faremos um breve resgate de como o tema da homoafetividade

²⁵ Luiz Mott, em nota de rodapé de *Homossexualidade: mitos e verdades* (2002), informa: “Expressão célebre geralmente atribuída a Oscar Wilde mas que na verdade foi cunhada pela primeira vez por seu amante Lord Douglas” (MOTT, 2002, s/p).

²⁶ Ao analisar o *corpus* proposto nesta pesquisa, preferimos adotar, em determinados momentos, o termo homoafetividade com base na concepção de Denilson Lopes, em *O homem que amava rapazes e outros ensaios* (2002). Ele aponta para uma ética, política e uma estética da homoafetividade. “Não pretendo apenas cunhar mais um termo, mas penso que falar em homoafetividade é mais amplo do que falar em homossexualidade ou homoerotismo, vai além do sexo-rei, bem como é um termo mais sensível para apreender as fronteiras frágeis e ambíguas entre a homossexualidade e a heterossexualidade, construídas no século passado (...)” (LOPES, 2002, p. 37).

foi tratado ao longo da história, tendo em vista os próprios aspectos históricos, psicológicos, antropológicos, sociológicos e filosóficos que envolvem a questão.

O objetivo principal é mostrar que ser homossexual sempre foi uma condição caracterizada por um manancial de interditos e desconfianças de toda a sorte, mesmo que em bem menor grau entre os gregos da era clássica. Chegaremos à literatura como registro privilegiado desse tipo de relação, e sua consequente repressão, com foco na infância.

A grande indagação que ainda hoje persiste nos estudos que tratam dessa questão é como surge nos seres humanos o desejo homoafetivo. Sem explicações consolidadas, seja pelo aspecto biológico, social ou cultural, o fato é que é uma prática que existe desde as mais remotas civilizações. O que mudou e continua mudando é o grau de restrição imposto a esse tipo de relação.

Entre os povos primitivos, que ainda viviam da caça e da coleta, rituais de travestismo já eram realizados. Homens executavam o papel feminino nos grupos e não eram desrespeitados por isso, como os chamados *berdaches*²⁷ entre os indígenas americanos. Alguns povos viam nas relações entre pessoas do mesmo sexo um aspecto místico e também a bissexualidade já era praticada abertamente em outros grupos. Eram comportamentos considerados parte de suas culturas.

Peter N. Stearns, em *História da sexualidade* (2010), alerta para a questão de não se fazer generalizações sobre as visões da homossexualidade nas diferentes sociedades. Com o advento das sociedades agrícolas, ele assinala que, tendo em vista a necessidade de se fixar e de ter mão-de-obra familiar para o trabalho, pode ter surgido uma maior preocupação em relação ao sexo para a reprodução, um indício de que a liberdade para a prática homossexual começava a adotar padrões mais restritos. Ainda assim essas práticas continuavam comuns em diferentes sociedades (STEARNS, 2010, p. 31).

²⁷Esclarecimentos sobre o termo constam em *O que é homossexualidade?* Peter Fry e Edward McRae comentam acerca de algumas práticas sexuais comuns a tribos indígenas americanas, onde era possível que homens adotassem comportamentos femininos e até casassem com outros homens. Os *berdaches*, como eram chamados na América do Norte, gozavam da aceitação da tribo, inclusive com a reputação mística de terem poderes de cura e de profecia. Os papéis dos integrantes eram menos determinados pela questão hetero ou homossexual do que pelas identidades sociais, em que os papéis masculino e feminino eram bem separados. Homens e mulheres desempenhavam papéis diferenciados, como manejar o arco para eles e utilizar o cesto para elas, a exemplo dos Guaiiqui do Paraguai. Em *Casa Grande & Senzala* (2006), Gilberto Freyre, discorrendo sobre a provável naturalização da bissexualidade entre os povos tradicionais das Américas, relata que os pajés, nos primeiros anos da colonização, “(...) é provável que fossem daquele tipo de homens efeminados ou invertidos que a maior parte dos indígenas da América antes respeitavam e temiam do que desprezavam ou abominavam. Uns, efeminados pela idade avançada, que tende a masculinizar certas mulheres e a efeminar certos homens; outros, talvez, por perversão congênita ou adquirida. A verdade é que para as mãos de indivíduos bissexuais ou bissexualizados pela idade resvalaram em geral os poderes e funções de místicos, de curandeiros, pajés, conselheiros, entre várias tribos americanas” (FREYRE, 2006, p. 186).

Hiro Okita, por sua vez, em *Homossexualidade: da opressão à libertação* (2007), enfatiza, ao resgatar as origens da prática da homossexualidade nas sociedades fundacionais, que ela sempre foi parte integrante da sexualidade humana e era aceita pela maioria desses grupos mais primitivos. As mudanças de postura acontecem conforme a época, a sociedade e as condições materiais. O estudioso defende que o controle sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo surgiu com o desenvolvimento das sociedades de classes, resultado da desigualdade econômica. As sociedades matriarcais perderam seu lugar para o patriarcado. Era preciso manter a ordem tendo em vista o acúmulo de riquezas, por meio de mecanismos como o controle da sexualidade sem a finalidade de reprodução.

Essas relações e atitudes relaxadas do comportamento heterossexual de fato entraram em conflito com os interesses dos novos líderes. Era de grande interesse dos novos senhores que seus bens e seu nome passassem para seus filhos e isto pré-condicionava a monogamia da mulher. Só assim ele teria certeza da paternidade de seus filhos. Relações homossexuais, assim como as heterossexuais casuais, ficaram fora desse sistema de herança da propriedade (OKITA, 2007, p. 32-33).

Entre os gregos, a noção restritiva da sexualidade já começava a se configurar, ainda que sua cultura tenha ganhado ao longo do tempo o *status* no Ocidente de exemplo de aceitação das práticas homoeróticas pela sociedade. Não por acaso a expressão “amor grego” ainda hoje é considerada uma metáfora para designar relações homoafetivas. A mitologia grega apresenta histórias de amores homossexuais entre deuses e mortais que comprovam essa liberação daquela sociedade quanto às relações entre homens e meninos, mas que, na nossa avaliação, já cultivavam entre suas normas sociais certas restrições, mais tarde ampliadas, culminando, com o advento das religiões monoteístas – aqui trataremos basicamente do Cristianismo, religião predominante na sociedade brasileira –, na sua total interdição.

Podemos citar o mito de Jacinto e Apolo²⁸. Há ainda a paixão de Zeus por Ganimedes. A questão da ambiguidade sexual, representada pela androginia e pelo

²⁸No *Dicionário mítico-etimológico* (2010), de Junito Brandão, Jacinto, do grego *Hyákinthos*, era o nome de um belo adolescente espartano por quem o deus Apolo se apaixonou. Durante uma brincadeira com o amado, Apolo arremessou um disco, que desviado pelo vento Zéfiro, motivado por ciúmes, acabou decepando a cabeça de Jacinto. O deus, desesperado, transformou o sangue de Jacinto na flor que leva seu nome. Quanto a Ganimedes, do grego *Ganymedes*, “aquele que faz brilhar”, era um príncipe troiano de extraordinária beleza que despertou a paixão de Zeus. Este raptou o jovem, tornando-o alado e imortal. No Olimpo, Ganimedes passou a distribuir o néctar aos deuses (a bebida da imortalidade) e a exercer o papel de passivo e Eros privativo de Zeus. Nas representações áticas, o mito servia de parâmetro para a pederastia. Já Hermafrodito, do grego *Hermaphroditos*, “dotado de ambos os sexos”, é filho dos deuses Hermes e Afrodite, em adultério. De grande beleza, foi criado pelas ninfas do monte Ida e, aos 15 anos, saiu pelo mundo, quando atraiu a atenção da ninfa Salmácis, guardiã da fonte de mesmo nome. Movida pela paixão e apesar da resistência de Hermafrodito, a ninfa enlaçou-o com força quando o amado banhava-se na fonte e pediu aos deuses que nunca mais os separassem. Os dois corpos fundiram-se num só, surgindo um ser de dupla natureza, metade macho, metade fêmea. Hermafrodito perdeu o

hermafroditismo, também já tinha espaço na mitologia grega e ainda hoje esses mitos subsidiam teorias psicológicas sobre a manifestação do desejo homossexual.

Há ainda o mito de Narciso²⁹ que pode ser identificado com a circunstância da atração pelo mesmo sexo. Marc Oraison, em *A questão homossexual* (1977), faz uma análise psicológica da relação do mito de Narciso com a atração homossexual, evocando a questão do duplo, que pode ser relacionada com as primeiras manifestações de desejo erótico pelo mesmo sexo, ou, no caso, pelo duplo, ainda na infância:

O mito de Narciso exprime bem a vertigem da atração do duplo. O jovem herói contempla sua imagem nas águas de uma fonte, e se enamora dela. Não pode retirar a imagem diante dele, ou seja, vencer o júbilo da criança que se reconhece pela primeira vez num espelho, como se tivesse medo de olhar cedo demais outra coisa. Cedo demais, isto é: antes de ter chegado à suficiente plenitude de sua identidade interior. Cedo demais para abordar a diferença, ou seja, a ninfa Eco – a mulher. E o mito, de forma poética mas terrivelmente cruel, mostra que tal bloqueio é regressivo. (ORAISON, 1977, p. 68).

Na literatura grega, podemos destacar ainda *O Banquete*, de Platão. No texto, o comediógrafo Aristófanes descreve como haveria surgido os diferentes sexos. A raça humana seria dividida em três seres: *Andros*, *Gynos* e *Androgynos*, sendo *Andros*, uma entidade masculina, *Gynos*, entidade feminina, e *Androgynos*, composto por metade masculina, metade feminina. Aristófanes exalta os atributos positivos da raça de homens que se relacionam apenas com homens, *Andros*, afirmando que seriam eles os meninos e rapazes mais perfeitos, os mais viris, arrojados e corajosos:

Por fim, todos quanto são segmento de macho procuram o macho e, enquanto estão na infância, fatias que são de macho, gostam de homens, comprazem-se em deitar-se e enlaçar-se com homens. São eles os meninos e rapazes mais perfeitos, por serem, por natureza, os mais viris; há quem os acoime de desavergonhados, mas é falso; não fazem isso por sem-vergonhice, mas por arrojo, coragem, virilidade, pela atração do que lhes é semelhante (PLATÃO, 2002, p. 61)

Aristófanes explica que, a princípio, o humano é um ser fendido, dividido em dois, cada qual em busca de sua metade correspondente. É o chamado andrógino, cujos varões são mulherengos, derivando a maioria dos adultos desse sexo, bem como as mulheres atraídas

vigor dos membros, o timbre viril, e pediu aos deuses que todos que se banhassem na fonte também virassem “homem pela metade”. Cf. sobre o mito, em Brandão (2010) p. 544-545.

²⁹Segundo o mito, explicado por Brandão (2010), Narciso era um jovem muito belo, filho do deus-rio Céfiso e da ninfa Liríope. Diante de tamanha beleza, seus pais consultaram o oráculo para saber quantos anos Narciso viveria. O oráculo respondeu que ele viveria muitos anos se nunca se visse. A beleza do jovem despertou a paixão incontrolável da ninfa Eco, que rejeitada, definhou até morrer. As demais ninfas revoltadas com a indiferença de Narciso pediram vingança à deusa Nêmesis. A maldição da deusa concretizou-se quando o jovem parou para beber numa fonte e, ao ver sua face refletida na água, ficou paralisado no mesmo local até morrer. Narciso foi condenado a amar um amor impossível.

fortemente por homens e/ou adúlteras. Por outro lado, também existem mulheres mais voltadas para outras mulheres, provindo desse ser, Gynos, as lésbicas.

A visão mitológica, que reproduz a postura liberacionista das sociedades primitivas com relação à homossexualidade, transformou-se em paradigma ainda hoje utilizado para designar a sociedade grega como a sociedade do amor livre. Entretanto, as normatizações necessárias a uma sociedade civilizada começavam a impor certas restrições à prática homossexual, claro que ainda bem liberais se comparadas às interdições impostas com a oficialização do Cristianismo em Roma, a partir do século IV.

Jeffrey Henderson, em *The maculate muse* (1991), esclarece que a homossexualidade era um comportamento sexual universalmente reconhecido em todo o mundo antigo, principalmente entre os dóricos (povos que habitavam a região que abrangia cidades como Esparta, Corinto e Creta). No entanto, em Atenas (cidade jônia), a homossexualidade, mesmo sendo considerada natural nas relações entre *erastes* e *erômenos*³⁰, não gozava de tanto prestígio.

Havia uma atitude complacente da sociedade grega com respeito ao desejo homossexual, com manifestações claras na literatura e nas artes plásticas. Porém, existiam limites estabelecidos nas normas que regiam os costumes gregos, em especial em Atenas, sobre a pederastia. Esses limites são tratados por Aristófanes à maneira cômica antiga, com uma linguagem carregada de termos obscenos e referências pejorativas ao comportamento de certos pederastas que, segundo a visão da sociedade daquele período, agiam em não conformidade com o que era aceitável, como relata K. J. Dover, em *A homossexualidade na Grécia Antiga* (2007).

Tudo o que pudesse fazer com que o cidadão livre grego renunciasse ao seu papel de virilidade era rejeitado pela sociedade, bem como o sexo entre mulheres e a prostituição. Michel Foucault, em *História da homossexualidade II: o uso dos prazeres* (1984), reforça essa interpretação:

Seria inexorável ver aí uma condenação do amor pelos rapazes ou daquilo que, em geral, chamamos de relações homossexuais; entretanto, é necessário reconhecer aí o efeito de apreciações fortemente negativas a propósito de certos aspectos possíveis da relação entre homens, assim como uma viva repugnância a respeito de tudo o que pudesse marcar uma renúncia voluntária aos prestígios e às marcas do papel viril. O domínio dos amores masculinos pôde muito bem ser “livre” na Antiguidade grega, em todo caso bem mais do que o foi nas sociedades europeias modernas; não resta dúvida, entretanto, que bem cedo se vê marcar intensas reações negativas e formas de desqualificação que se prolongarão por muito tempo (FOUCAULT, 1984, p. 22).

³⁰ Do grego *erastés* (amante) o *erastes* era o homem adulto, que deveria agir como uma espécie de preceptor do *erômenos* (amado), do grego *erômenos*, o adolescente. A relação entre esses dois polos era chamada de pederastia, do grego *paiderastés*, aquele que ama meninos.

A divisão dos papéis sexuais entre ativos e passivos era claramente delimitada na sociedade grega, gozando a prática da *aphrodisia*³¹ ativa de maior prestígio em detrimento da prática passiva. Este era o papel reservado pela natureza às mulheres, que, por sua vez, equiparavam-se às crianças e aos escravos no que diz respeito ao baixo *status* que tinham na pólis. Da mesma forma que as mulheres, as crianças continuam ocupando uma escala inferiorizada no que diz respeito à liberação de sua sexualidade, como nos mostram as narrativas analisadas em nossa pesquisa.

A delimitação grega dos papéis sexuais refere-se mais ao aspecto das atitudes em relação aos prazeres. Características como preguiça, indolência, recusa das atividades esportivas mais rudes, gosto por adornos e perfumes, lassidão, referiam-se mais àquele “(...) que se deixa levar pelos prazeres que o atraem: ele é submisso aos próprios apetites assim como aos dos outros” (FOUCAULT, 1984, p. 79). Jovens fáceis sexualmente, homens adultos efeminados, devassidão, eram desqualificados pela sociedade grega, o que mostra que nem todo tipo de prazer era aceito. O valor que se dava à relação entre *erastes* e *erômenos* concentrava-se basicamente sobre a função de formação cidadã que o homem adulto tinha sobre o mais jovem.

Dover (2007) ratifica que o aceitável pela sociedade grega daquele período era que as relações homossexuais ocorressem entre parceiros em idades diferentes – o *erastes*, mais velho e “ativo”, protetor, e o *erômenos*, mais jovem e “passivo”, protegido. Fora desse padrão, a homossexualidade era pouco tolerada, tendo em vista que esse tipo de relação deveria ser provisória, já que, ao ficar mais velho, o natural era que o *erômenos* casasse com uma mulher, tivesse filhos e se tornasse um *erastes*. Outro ponto de vista dos gregos era que as relações sexuais entre esses dois polos poderiam não ocorrer obrigatoriamente, com o *erômenos* sendo orientado a resistir às investidas do *erastes*. Henderson (1991) destaca que o jovem ateniense, com a assunção de sua masculinidade, teria um casamento adequado, se estabelecendo como pai e cidadão, atribuindo à homossexualidade um papel secundário.

Em caso de aceitação, pelo menino, das propostas sexuais do parceiro mais velho, a relação deveria ter claramente um sentido de troca. O *erômenos* receberia orientação e aprenderia com seu *erastes* um serviço para a vida adulta. Trocar serviços sexuais por dinheiro também era rechaçado pela sociedade grega clássica. Foucault comenta a rejeição grega à passividade:

³¹ Foucault (1984) define a *aphrodisia* como os atos, gestos, contatos, que proporcionam uma certa forma de prazer.

Mas, por outro lado, o rapaz, posto que sua juventude deve levá-lo a ser homem, não pode aceitar assumir-se como objeto nessa relação, que é sempre pensada sob a forma da dominação: ele não pode nem deve se identificar com esse papel. Ele não poderia ser de bom grado, a seus próprios olhos e para si próprio, esse objeto de prazer. Em suma, experimentar volúpia, ser sujeito de prazer com um rapaz não constitui problema para os gregos; em compensação, ser objeto de prazer e se reconhecer como tal constitui, para o rapaz, uma dificuldade maior. A relação que ele deve estabelecer consigo mesmo para vir a ser um homem livre, senhor de si e capaz de vencer os outros, não poderia estar em consonância com uma forma de relação na qual ele fosse objeto de prazer para um outro. Essa não-consonância é moralmente necessária (FOUCAULT, 1984, p. 195)

Vemos, portanto, que a visão da sociedade grega clássica diante da pederastia já trazia em seu cerne uma problemática de gênero, que, ainda hoje, inclusive no Brasil, determina grande parte das relações homoafetivas ou pelo menos as inscrições no imaginário popular no que concerne aos papéis sexuais assumidos nesse tipo de relacionamento. Com amparo em Richard Parker, em *Abaixo do Equador* (2002), é possível afirmar que, principalmente nas classes sociais mais populares, pelo menos até os anos 1980, os parceiros numa relação tendiam a ser divididos basicamente entre ativos e passivos. Os primeiros gozavam de um *status* menos depreciativo na visão popular que se tem da homossexualidade. Ou seja, homossexual ou “bicha”, na linguagem coloquial, é apenas o que assume a posição passiva na relação. O estudioso observa ainda que foi apenas com o aparecimento da epidemia de Aids, na segunda metade da década de 80 do século XX, que os conceitos de homossexualidade x heterossexualidade, como identidades sexuais, penetraram nas classes mais populares.

Parker (2002) assinala que esse modelo de divisão de papéis menos sexuais do que de gênero nas sociedades patriarcais brasileiras aparece de forma marcante quando a criança começa a participar de atividades sexuais. A meta dos meninos, principalmente, é que, chegada a adolescência, sua virilidade e postura ativa sejam consolidadas e reafirmadas. Ainda assim, mesmo com toda a vigilância, é nesse período, de transição da infância para a adolescência, que se torna mais comum a participação em atos homoafetivos.

Como observa James Green, em *Além do Carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil no século XX* (2000), o modelo ainda vigente em muitos grupos é que o parceiro que exerce o papel ativo, de “penetrador”, na relação homossexual, nem por isso deixa de ser “homem” aos olhos da sociedade. Já o passivo, identificado com o papel feminino de submissão, tem um *status* inferior e é estigmatizado (GREEN, 2000, p. 28). Ou seja, o homem que assume o papel ativo numa relação homossexual não necessariamente abre mão de sua masculinidade. Por isso as famílias e a escola ainda estimulam os meninos a adotarem comportamentos que mostrem sua masculinidade em detrimento de atitudes

efeminadas, tendo em vista que a condição feminina continua a ser considerada inferior. Mesmo quando se descobre que o filho mantém relações de cunho homoafetivo com os amigos e/ou colegas da escola, que estas assumam uma postura ativa.

Podemos identificar essa mesma divisão de papéis sexuais em *O Ateneu*, quando Sérgio, a personagem principal, percebe que, no internato, havia claramente a delimitação entre os protetores viris e os protegidos. Ao apresentar as regras do internato para Sérgio, o colega mais velho e veterano Rebelo faz questão de destacar algumas condutas que garantiriam a sobrevivência do novato naquela nova sociedade, com normas específicas, como a que trata da divisão dos papéis sexuais:

- Viu aquele da frente, que gritou *calouro* [grifo do autor]? Se eu dissesse o que se conta dele... aqueles olhinhos úmidos de Senhora das Dores... Olhe; um conselho; faça-se forte aqui, faça-se homem. Os fracos perdem-se. Isto é uma multidão; é preciso força de cotovelos para romper. Não sou criança, nem idiota; vivo só e vejo de longe. Não pode imaginar. Os gênios fazem aqui dois sexos, como se fosse uma escola mista. Os rapazes tímidos, ingênuos, sem sangue, são brandamente impelidos para o sexo da fraqueza; são dominados, festejados, pervertidos como meninas ao desamparo (POMPÉIA, 2010, p. 39).

Podemos ver essa delimitação sexual também em *Capitães da areia*, em que as crianças do bando, que exercem o papel de passivos na relação homossexual com outros garotos, deveriam ser escorraçadas do grupo. Também em *Dona Sinhá e o filho padre*, o menino José Maria é atormentado pelos garotos da rua e da escola. Enfraquecido por uma doença quando muito pequeno, José Maria cresceu demasiado protegido pela mãe, adquirindo um comportamento que o diferenciava dos demais garotos de sua idade, sempre em casa, solitário, imaginativo, fraco, franzino, sensível e delicado. Tinha uma imagem de inocência que o fazia compararem a uma menina.

Cruéis como são os meninos que se supõem normais contra aquele que se apresente diferente deles no modo de ser e no próprio físico. Os meninos assim conscientes do que supõem ser sua normalidade, superior à dos diferentes deles nos modos e nos gostos, não agem senão com antecipação dos homens medíocres que se resguardam dos excepcionais, unindo-se contra eles; agredindo-os pela sua superioridade em número; lançando-lhes pechas e epítetos. Para esses o filho de Dona Sinhá, uma vez no colégio, foi Sinhazinha. A insinuação, a de que era um maricas já declarado e não um homem em formação por processo um tanto diferente dos comuns (FREYRE, 1964, p. 35).

A fragilidade e delicadeza aparentes de José Maria eram uma espécie de atestado de sua inferioridade. Por não atender aos requisitos de masculinidade, os demais garotos faziam do filho de Dona Sinhá um alvo fácil de desprezo e ataques de teor machista.

Na Roma antiga, a homofilia, como denomina Paul Veyne, em “A homossexualidade em Roma”, texto de *Sexualidades ocidentais* (1986), já apresentava alguns

aspectos diferenciados em relação à civilização grega. Manter relações com o mesmo sexo apenas era aceitável em se tratando de um escravo representando o papel passivo. Os latinos eram machistas e escravagistas como os gregos, tendo as crianças o mesmo *status* das mulheres, no caso, o papel de servir os homens livres. “(...) essas crianças, em Roma, são escravos, que não são levados em conta, e na Grécia, efebos, que não são ainda cidadãos, tanto que podem ainda ser passivos sem desonra” (VEYNE, 1986, p. 43).

Um cidadão livre que desempenhasse o papel passivo numa relação homossexual era considerado ilegítimo, imoral e infame, mesmo desprestígio concedido à felação, ao cunilíngua e à homofilia feminina. “Eram mais do que um ato culposo que tinha escapado a seu autor: o horror do ato chegava ao próprio autor, e provava que, para ter feito semelhante coisa, era preciso que ele fosse um monstro. Passava-se então da condenação moral a uma rejeição que qualificaríamos de racista” (VEYNE, 1986, p. 47).

Os cidadãos romanos livres tinham um escravo jovem, considerado seu favorito. Ao contrário dos gregos, não eram mais adolescentes livres em formação para tornarem-se cidadãos. Eram escravos, o que já denota uma ampliação da restrição ao amor homossexual. Quando crescidos os escravos favoritos, a relação deveria findar. Além disso, da mesma forma que na Grécia, a concretização do ato sexual era mantida em silêncio pelas partes envolvidas, como até hoje constatamos nas relações homoafetivas, a exemplo das que se manifestam no período da infância, como indicam as narrativas que analisamos nesta pesquisa: Sérgio e seus “amigos” Sanches, Bento Alvez e Egbert, de *O Ateneu*; Almiro e Barandão, em *Capitães da areia*; José Maria e Paulo, em *Dona Sinhá e o filho padre*.

Em *A história da sexualidade 3: o cuidado de si* (1985), Foucault destaca as prescrições para um regime dos prazeres, que buscava regular as atividades sexuais dos mais jovens. Não era recomendado ter relações sexuais demasiado jovem, pelo menos antes dos 14 anos, quando se acreditava que o menino começava a produzir esperma. Os adolescentes eram submetidos a um regime rigoroso, por meio de exercícios físicos intensos, com o objetivo de assegurar sua abstinência face ao sexo (FOUCAULT, 1985, p. 132).

O estudioso francês observa que essas recomendações “dietéticas” em relação ao sexo podem ser de várias formas comparadas às restrições impostas pela moral cristã e pelo pensamento médico mais recente: uma economia visando à raridade sexual; o medo dos males sociais e individuais acarretados por uma vida sexual desregrada; o domínio rigoroso dos desejos; e a negação do prazer como finalidade das práticas sexuais (FOUCAULT, 1985, p. 145).

3.1.2 Puritanismo religioso, interdição reforçada

No capítulo destinado a resgatar o pensamento antigo nos primeiros séculos da era Cristã sobre o amor pelos rapazes, Foucault (1985) comenta sobre a prática pedagógica que valoriza mais do que o aspecto educativo, voltando-se também para os costumes das crianças. Para Quintiliano, os mestres deveriam agir como pais, protegendo a pureza de seus alunos. As relações de amizade (*philia*) foram reduzidas em detrimento da valorização do casamento. Já o prazer sexual no casamento foi investido de uma carga mais positiva com vistas a um estilo de vida moral.

Essa tradição antiga de uma educação protetora da pureza das crianças e vigilante, em maior ou menor grau, levando-se em conta novas variáveis, como o puritanismo cristão e o discurso médico, ainda pode ser vista no regime escolar da modernidade. É o que acontece em *O Ateneu*, no episódio envolvendo um dos alunos, de nome Cândido, já conhecido pelo comportamento efeminado. O aluno é alvo de uma investigação por parte do diretor da escola, que havia descoberto uma carta apaixonada, assinada com nome de mulher. Não havia mulheres na escola, portanto só poderia ser uma estratégia infantil para esconder um relacionamento entre dois garotos. Após descobrirem os réus, Cândido, ou “Cândida”, e Emílio, os dois são expostos à humilhação e chacota públicos.

Marilena Chauí, em *Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida* (1991), reforça que as sociedades grega e romana não eram liberadas em relação à homossexualidade, tinham também suas restrições. No entanto, era só uma prática sexual entre outras, o que não ocorre atualmente, pois fazer sexo com pessoas do mesmo sexo deixou ser uma simples prática para tornar-se um “modo de ser”, uma “espécie sexual”, um “tipo social” (CHAUÍ, 1991, p. 29).

Esses breves comentários sobre a repressão sexual e suas mudanças de acordo com a época nos estimulam a prosseguir na discussão sobre as transformações sociais que tornaram a visão social da homossexualidade mais parecida com a que temos atualmente. De acordo com Stearns (2010), com a queda dos grandes impérios clássicos, por volta do século VI d.C., as grandes religiões ganharam mais destaque na vida das sociedades e, por conseguinte, muito impacto causaram nas posturas em relação à sexualidade, até meados do século XV.

As novas religiões, ao contrário das crenças religiosas primitivas, passaram a pregar a regulação da sexualidade. O celibato ganhou importância e o sexo passou a ser visto como perigoso para os valores humanos. Fundamental assinalar que práticas discordantes deveriam ser punidas severamente, pois significavam um crime contra Deus. A aliança entre

religião e Estado resultou em penas mais rigorosas para crimes de ordem sexual, baseados nos preceitos das igrejas.

No Cristianismo, o castigo divino, por causa do pecado, somava-se às punições institucionais. A espiritualidade passou a ser condicionada à restrição do sexo enquanto prática. A crença cristã foi reforçada pelas ideias de Santo Agostinho sobre o pecado original, e de São Tomás de Aquino sobre as restrições ao sexo apenas para a procriação. Não por acaso, como atesta Stearns (2010), foi preciso justificar o nascimento de Jesus Cristo não como fruto da atividade sexual, mas por meio de uma virgem. Para os cristãos, o sexo só é aceitável dentro do casamento e com o estrito objetivo de procriar.

Da mesma forma, a masturbação passou a ser perseguida, para evitar que o sêmen fosse desperdiçado em atos não destinados à reprodução. Stearns (2010) afirma que as ideias restritivas cristãs sobre o sexo centraram-se basicamente em três áreas: a prostituição, a cultura sexual e a homossexualidade. Neste último ponto, a doutrina cristã ampliou em muito as interdições já identificadas no Império Romano. A sodomia, com foco na homossexualidade masculina, foi totalmente condenada. Em muitas sociedades, a prática não era apenas pecado, mas crime, com possibilidade de pena de morte.

A repressão contra as práticas homossexuais intensificada com o fortalecimento do Cristianismo se não conseguiu diminuir a ocorrência de relações do gênero, muito menos conseguiu extinguir a prática. Apenas tornou determinados comportamentos sexuais sigilosos, envoltos no medo e na culpa. Na idade infantil e na adolescência, conforme o *corpus* desta pesquisa, o medo e a culpa são predominantes nas narrativas quando abordadas as ocorrências de momentos erótico-afetivos com pessoas do mesmo sexo.

As palavras de São Paulo³² nas epístolas aos romanos, aos coríntios e a Timóteo (Rom. 1: 24-32; I Cor. 6: 9-11; I Tim. 1: 8-11) marcaram, a partir de então, a visão cristã totalmente proibicionista quanto às relações homoafetivas. Mesmo que essa moral puritana tenha surgido já antes do Cristianismo, como explica Veyne (1986), as recomendações

³²Veyne (1986) relata que São Paulo classifica em cinco as grandes categorias de pecados: contra Deus; contra a vida do homem; contra seu corpo; contra os bens e as coisas; e os idólatras. Entre os pecadores da carne, o mesmo São Paulo subdivide-os em: *fornicarii* (prostituídos); *adulteratio* (adúlteros); *mollities* (práticas sexuais antes do coito, como a masturbação e outras práticas eróticas); e *masculorum concubitores* (homens que dormem com homens).

Em Rom. 1: 24-32, São Paulo alerta: “(...) semelhantemente, também os varões, deixando o uso natural da mulher, se inflamaram em sua sensualidade uns para com os outros, varão com varão, cometendo torpeza e recebendo em si mesmos a devida recompensa do seu erro”. Já em I Cor. 6: 9-11 é importante destacar o seguinte trecho: “Não sabeis que os injustos não herdarão o reino de Deus? Não vos enganeis: nem os devassos, nem os idólatras, nem os adúlteros, nem os efeminados, nem os sodomitas, (...)”. São Paulo observa ainda em I Tim. 1: 8-11: “(...) reconhecendo que a lei não é feita para o justo, mas para os transgressores e insubordinados, os irreverentes e pecadores, os ímpios e profanos, para os parricidas, matricidas e homicidas, para os devassos, os sodomitas, (...)”.

paulinas representam ainda hoje um paradigma. No Antigo Testamento, há ainda menções no Gênesis (19: 1-29), sobre a destruição de Sodoma e Gomorra, no livro dos Juízes (19: 1-21; 25), e no famoso trecho do Levítico (18: 22; 20: 13), que trata a homossexualidade como abominação. Mesmo com as mais variadas tentativas de interpretações dessas passagens bíblicas, a homossexualidade enquanto pecado grave continua impregnada nas mentes judaico-cristãs até os dias de hoje. Observa Veyne (1986):

Havia, a partir de então, uma moral sexual, pecados contra o corpo, devidos ao uso ou ao abuso das inclinações sexuais, dir-se-á a concupiscência. Havia atos sexuais maus e proibidos, quase tão maus quanto o homicídio. É certo que são sempre designados por nomes estranhos à fisiologia do sexo, mas *amollities* [práticas sexuais antes do coito, como a masturbação e outras práticas eróticas] introduz uma noção nova. Além disso, a homossexualidade, difundida no mundo helenístico e considerada normal, tornava-se um ato abominável e proibido. É mesmo o único dos delitos sexuais cujo nome evoca diretamente uma atitude física: *masculorum concubitores* [homens que dormem juntos] (VEYNE, 1986, p. 52-53).

Na Idade Média ocidental, também podemos ter uma noção de como a homossexualidade estava impregnada de valores religiosos proibicionistas. A prática entrava no rol dos grandes pecados contra Deus e, portanto, as pessoas que as praticavam eram consideradas malditas. A hierarquia dos condenados de Dante Alighieri³³, na *Divina comédia*, inclui a sodomia como violência contra Deus, uma das violências do círculo dos lascivos no inferno. Os sodomitas teriam desprezado a bondade de Deus e a natureza. Philippe Ariès, em “Reflexões sobre a história da homossexualidade”, texto incluído em *Sexualidades Ocidentais* (1986), refere que nem pelo fato de ser considerado um pecado grave contra Deus, a sodomia tenha sido pouco comum na época medieval. Um homem do século XVI teria dito que lhe faltava tempo para enumerar todos os sodomitas que conhecia. Realidade não tão diferente da nossa.

3.1.3 Perseguição ao “pecado nefando” no Brasil

Chegamos ao século XVI, época da ocupação do Brasil pelos portugueses. Com eles também vieram todas as suas convicções cristãs puritanas e proibicionistas com relação às sexualidades. Encontraram, na nova terra, habitantes nativos, que, como relata João Silvério Trevisan, em *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à*

³³Ariès (1986) resgata a visão de Dante (XI, 28) sobre os círculos dos lascivos no inferno. Existiriam três tipos de violência nesse círculo: violência contra o próximo; violência contra si próprio e contra seus bens; e violência contra Deus. Esta última, considerada a mais grave, inclui os blasfemadores e os sodomitas (ARIÈS, 1986, p. 90).

atualidade (2011), citando o historiador Abelardo Romero, eram ao mesmo tempo libidinosos e cândidos. Ganharam o apelido que dá título ao livro e entre os costumes devassos que chocaram os brancos colonizadores estava a prática do “pecado nefando”, da “sodomia” ou “sujidade” (TREVISAN, 2011, p. 65).

Àquela altura, já a partir do século XIV, a Europa civilizada tinha colocado a homossexualidade no panteão dos pecados e crimes mais horrendos da humanidade. Tal epíteto - mesmo que atualmente pareça inadmissível - pode ser considerado um dos responsáveis pelo profundo estigma que relações com pessoas do mesmo sexo ainda carregam em determinados espaços e grupos sociais, com destaque para as igrejas e as escolas. Luiz Mott, em *Homossexualidade: mitos e verdades* (2002), aponta a herança maldita do pecado nefando, como advinda de uma cultura cruel, a qual os homossexuais brasileiros tiveram que receber desde a época colonial:

Em seu antológico livro sobre as uniões entre homossexuais na Europa pré-moderna, o Dr. J. Boswell³⁴ adverte-nos quão ilógica e cruel tem sido nossa cultura, notadamente após o século XIV, ao eleger a homossexualidade como o maior e mais horroroso de todos os tabus e crimes sexuais. O "pecado nefando", isto é, aquele cujo nome não pode ser mencionado - e muito menos praticado! - foi considerado pela moral judaico-cristã como mais grave do que os mais hediondos crimes anti-sociais, como por exemplo, o matricídio, a violência sexual contra crianças, o canibalismo, o genocídio e até o deicídio - todos pecados-crimes mencionáveis, enquanto só o abominável pecado nefando de sodomia foi rotulado e continua a ser tratado como abominável, intrinsecamente mau e nefandum (MOTT, 2002, s/p).

O imaginário do Brasil colonial no que diz respeito à homossexualidade foi habitado por uma mentalidade povoada de medos, tendo em vista a crueldade com que tais práticas eram tratadas nos países da Europa ocidental. Os condenados por sodomia podiam ser submetidos às mais diversas punições, que variavam de multas, prisão, confisco de bens, até a marcação com ferro, açoite público, castração, morte na forca e/ou na fogueira, empalamento e afogamento, conforme enumera Trevisan (2011). Tal mentalidade convivia com os costumes de uma terra onde reinava o paganismo e práticas ainda não doutrinadas pela moral cristã. Ao mesmo tempo em que se regalavam sexualmente com índios e índias, e posteriormente com escravos e escravas, os colonizadores implementaram uma verdadeira cruzada moralista e religiosa no intuito de interditar o “pecado nefando”.

As cartas enviadas ao reino, que registraram as impressões dos portugueses sobre os primeiros anos da colonização, de acordo com Marcia Amantino, em “E eram todos pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas”, situado em *História*

³⁴ Mott (2002) cita John Boswell, em *Same Sex Unions in Pre-Modern Europe*. New York: Villard Books, 1994.

do corpo no Brasil (2011), mostram que um dos principais objetivos dos brancos recém-chegados era acabar com os “maus costumes” que reinavam entre os silvícolas, dentre eles a antropofagia, o seminomadismo e as condutas sexuais depravadas. Era tarefa obrigatória e dada por Deus aos portugueses converter os gentios em cristãos devotos.

A sexualidade indígena era considerada desregrada. Os habitantes da nova terra tinham uma postura completamente diferente em relação ao sexo. Praticá-lo era um exercício de liberdade inimaginável para o europeu puritano. Pero Vaz de Caminha já tinha alertado, em 1551, sobre a prática do “pecado contra a natureza”. “Tentando conhecer melhor suas ovelhas, nada cordatas, os religiosos trocaram entre si informações a respeito da sexualidade indígena e do homossexualismo, símbolo do poder do demônio sobre os grupos em questão (...)” (AMANTINO, 2011, p. 18).

As tentações sexuais dos brancos cristãos que já eram grandes frente aos indígenas, segundo Mott (2002), ampliaram-se com a chegada dos primeiros escravos da Guiné, “posto que, também na África, documentação fidedigna atesta que o ‘vício dos bugres’ era igualmente conhecido, praticado e, em certas etnias, socialmente aceito e até divinizado” (MOTT, 2002, s/p). Acrescente-se a isso o verdadeiro depósito de criminosos e contraventores, considerados a escória da sociedade portuguesa, em que se transformou o Brasil recém-ocupado. Entre eles, destacavam-se condenados por sodomia.

Mary Del Priore, em *Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil* (2011), assinala que, desafiando a Inquisição, manifestações de sodomia masculina podiam ser vistas nas ruas do Brasil colonial. “(...) amantes que ‘andavam ombro a ombro’, abraçavam-se, trocavam presentes e penteavam-se os cabelos mutuamente à vista de vizinhos (...)” (DEL PRIORE, 2011, p. 40).

Para os europeus recém-chegados às novas colônias, conforme observação de Stearns (2010), os índios latino-americanos, por terem sido fáceis de derrotar militarmente, também eram vistos como efeminados. As práticas de certos grupos nativos de cultuarem figuras masculinas e femininas que exerciam papéis sociais e sexuais atribuídos ao sexo oposto também foram rapidamente atacadas. Implantou-se a cultura machista e patriarcal até hoje predominante em países latino-americanos como o Brasil, em que a virilidade masculina é altamente valorizada em detrimento de comportamentos atribuídos ao sexo feminino. Há que se ressaltar ainda que uma nova terra exigia pulso firme das autoridades masculinas para estabelecer a ordem, bem como estimulava-se a reprodução com vistas ao povoamento do território. Mott (2002) enfatiza:

Somente homens fortes, ultraviolentos, poderosos, conseguiram a proeza de manter sua hegemonia em face de 90% da população carente deste diferencial privilegiado: ser macho branco. Daí o machismo latino-americano apresentar-se muito mais virulento e institucionalizado do que o observado na península ibérica, pois, nas regiões plurirraciais dominadas pelo modo de produção escravista, ser super-homem foi condição *sine qua non* da manutenção do próprio projeto colonial. Um homem delicado, medroso, efeminado, sensível, jamais conseguiria manter o indispensável clima de terror para conservar submissa a “gentalha”, todos os que não eram machos brancos. Daí a repressão brutal contra qualquer efeminação e inversão sexual, por representarem perigosíssimo fator de instabilidade do projeto colonizador e hegemonia dos donos do poder (MOTT, 2002, s/p)

Mesmo diante de tamanha perseguição, as práticas homossexuais não deixavam de acontecer, sendo envoltas por um clima constante de pânico, culpa e silêncio. “Não seria absurdo imaginar que as inúmeras, reiteradas e violentas proibições à sexualidade desviante talvez tenham engastado no desejo homossexual um pânico arquetípico, quase no nível de pulsão” (TREVISAN, 2011, p. 163).

3.1.4 Homossexualidade ganha status de doença

De pecado grave, depois crime abominável, controlados pela igreja em parceria com outras instituições, como o Estado e a escola, a homossexualidade foi, a partir do século XVIII, apropriada pela medicina, com destaque para a psiquiatria. Maria Clementina Pereira da Cunha, em *O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo* (1986), salienta: “dessa forma, às margens da sociedade do trabalho, cresce toda uma fauna urbana empenhada em fraudar e resistir às disciplinas, e que logo se torna objeto de saber específico, como de formas de intervenção inicialmente oscilantes entre a criminologia e o alienismo” (CUNHA, 1986, p. 24). Calcada no conceito de degenerescência, a psiquiatria se voltou, basicamente, para a identificação em práticas antissociais, como a vagabundagem, a prostituição, e arrisco aqui a incluir a inversão sexual, como exemplos dessa degenerescência.

Paralelamente, avanços econômicos, como o crescimento da indústria e a crescente urbanização, o *boom* das comunicações e do entretenimento, propiciaram transformações importantes na forma como as pessoas lidavam com sua sexualidade, revelando-se nesse particular a promissora indústria da pornografia. Os jovens passaram a fazer sexo cada vez mais cedo.

Stearns (2010) destaca que um dos resultados de tais mudanças foi a forma como se passou a controlar a vida das crianças. A idade em que os infantes chegavam à puberdade diminuiu gradualmente, o que, por sua vez, estimulou uma tentativa de reforço no controle das famílias sobre a sexualidade infantil. Pais e mães passaram a contar cada vez mais com o

apoio das escolas e, a partir de então, também dos médicos no controle de práticas sexuais como a masturbação e outras “perversões”.

O vitorianismo nascido na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, e seu foco no refreamento da atividade sexual estendeu seus tentáculos por todo o ocidente. Ao mesmo tempo em que a homossexualidade deixava de ser crime grave, passou a ser considerada atentado à moral e aos bons costumes, e também ganhou *status* de doença a partir do século XIX. Portanto, para além do pecado, o desejo afetivo-sexual por pessoas do mesmo sexo passou a ser alvo de tratamento médico. A homossexualidade, então batizada com esse nome naquele período na Alemanha, seria ainda um comportamento motivado por alguma falha na educação das crianças.

Del Priore (2011) enfatiza que a medicina legal começou a se interessar por um paciente com perfil “antifísico”, dotado de uma certa animalidade, e tais pessoas, que se sabia serem praticantes de atos homoeróticos, deveriam ser tratadas. “Frescos” era a denominação corrente na época. Esses indivíduos eram tratados como animais de laboratório, fichados e catalogados de acordo com características específicas, como bacia, cintura e pelos pubianos notadamente femininos, desenvolvimento de nádegas e ausência de pelos no corpo. Meninos de rua e efeminados que circulavam pelas ruas eram alvos preferenciais dos médicos em suas tentativas de encontrarem traços físicos para a homossexualidade, consoante Green (2000). Quando a família não conseguia controlar e disciplinar o “desvio” apelava para a intervenção estatal ancorada no tripé polícia/ justiça/ medicina, numa clara manifestação do poder disciplinar identificado por Foucault e que será abordado com mais profundidade no quarto capítulo desta pesquisa. Em grande parte do século XX pessoas chegavam a ser confinadas para tratamento psiquiátrico da homossexualidade e as terapias valiam-se inclusive de eletrochoques.

Green (2000) relata o impressionante caso de um “paciente”, Renato, internado pelo pai em um sanatório nos anos 40 do século passado, cuja ficha de internação mostra bem a visão de anormalidade que se tinha da homossexualidade, identificada desde a infância:

O paciente, ora internado, apresenta desde aproximadamente oito ou nove anos anormalidades;

Infância: evitava no colégio o convívio dos outros meninos; durante o recreio permanecia isolado, pois tinha uma grande aversão a todos os jogos e exercícios masculinos.

Adolescência: por motivo injustificável deixou de frequentar as aulas durante o último ano ginasial; teve que entrar em segunda época nos exames.

Mocidade: grande indolência, inaptidão para o trabalho, excessiva preocupação com a beleza. Durante horas, quatro ou cinco, permanecia no banheiro “preparando-se”. Saía ao anoitecer e trocava os dias pelas noites (GREEN, 2000, p. 233).

As causas apontadas pelos especialistas para tais aberrações, diagnosticadas numa combinação de ranço científico e mentalidade cristã moralista e religiosa, eram, conforme Del Priore (2011), coisas do tipo “falta de escapes normais” e “criação moral imprópria”.

Aí, alguns tipos dengosos, quase sinhazinhas, na descrição de Gilberto Freyre, faziam-se notar pelos trajes de veludo, pelas sobrecasacas à Luiz XV com rendas nos punhos, pelas golas de pelúcia dos casacos, muita brilhantina no cabelo, o extrato excessivo no lenço, adereços que os tornavam objeto de escárnio por parte dos colegas” (DEL PRIORE, 2011, p. 95).

José Maria, o “sinhazinha” de *Dona Sinhá e o filho padre*, bem representa o tipo menino efeminado, estigmatizado, do fim do século XIX nas sociedades patriarcais brasileiras. Menino mimado, José Maria era constantemente vítima de opressão por parte dos meninos da rua e da escola, e até mesmo de adultos. “Lá vem o Sinhazinha! Lá vem o Sinhazinha”, gritavam. O narrador tenta explicar o porquê de José Maria ter esse comportamento que provocava rejeição. “Sinhazinha, por quê? Porque Dona Sinhá viúva e só distante, no Recife, da parentela dos engenhos de Serinhaém e do Rio Formoso, criara, na verdade, o filho único, à sua imagem” (FREYRE, 1964, p. 25). Os coroinhas da Igreja que a mãe frequentava riam às escondidas, chamando-o de Maria José, ou de Sinhazinha.

Trevisan (2011) enfatiza que o principal tratamento recomendado para os indivíduos invertidos sexualmente era um cuidado reforçado na educação das crianças. As escolas e internatos eram alvo de uma verdadeira cruzada moral, destinada a interditar qualquer tipo de manifestação de natureza homoerótica. Por estarem juntos, isolados do mundo e longe do convívio familiar os meninos poderiam ser tentados mais facilmente. Por isso, aqueles flagrados em atos homoafetivos eram logo tachados de tarados e expulsos da instituição. O convívio regular com meninas também era estimulado (TREVISAN, 2011, p. 180).

Em *O Ateneu*, o medo, o silêncio e a culpa de estar cometendo atos pecaminosos e anormais atormentava o menino Sérgio em suas primeiras descobertas homoafetivas no internato. Manter as aparências era imprescindível. As relações entre os colegas não podiam ser muito íntimas, sob pena de serem reprimidas pela diretoria da escola e pelos demais alunos. Sanches, o primeiro garoto com quem Sérgio descobre as sensações homoafetivas, era, pra ele, “mal intencionado”, e o mesmo Sanches vivia receoso de despertar a atenção dos outros. Os passeios e abraços eram feitos às escondidas.

Às investidas mais diretas de Sanches - como no dia em que beijou Sérgio no rosto e sussurrou ao seu ouvido – o companheiro reagia com temor, fugindo do contato mais

íntimo. Entregar-se aos prazeres eróticos com os outros garotos era para ele entregar-se ao mal. A culpa era sintoma desse mal.

Michel Foucault, em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1988), observa que o homossexual do período oitocentista tornou-se uma personagem, pois, para além de sua história, seu passado, sua infância, seu caráter e forma de vida, ele passou a apresentar uma morfologia diferenciada, “uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa” (FOUCAULT, 1988, p. 43). Sua sexualidade diferenciada estaria presente em todos os aspectos da vida. A reincidência do pecado de sodomia transformou-se em uma especialização sexual.

Como são espécies todos esses pequenos perversos que os psiquiatras do século XIX entomologizam atribuindo-lhes estranhos nomes de batismo: há os exibicionistas de Lasègue, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zoerastas de Krafft-Ebing, os auto monossexualistas de Rohleder; haverá os mixoscopófilos, os ginecomastos, os presbiófilos, os invertidos sexoestéticos e as mulheres disparênicas (FOUCAULT, 1988, p. 44).

Para além de pecado e conduta inapropriada, as sexualidades desviantes tornaram-se alvo de um processo de reificação levado a cabo principalmente pelos especialistas em distúrbios mentais. A sexualidade, e em especial a homossexualidade, passou a ser dominada por pesquisas, diagnósticos patológicos, intervenções terapêuticas e tentativas de normatização que buscavam verdades científicas. Ser homossexual ensejou um processo de causalidades, ou seja, a inversão sexual da psicanálise freudiana teria que ter obrigatoriamente uma causa para a sua existência. Green (2000) relata que os médicos também passaram a prestar mais atenção nas crianças com o objetivo de detectar degenerações sexuais antes do avanço destas, pois acreditava-se que quanto mais tempo de prática da homossexualidade, mais difícil o tratamento.

Vale destacar aqui em relação a essa questão da idade em que se manifestam as primeiras experiências homoafetivas uma pesquisa citada por Green (2000), realizada em São Paulo pelo sociólogo José Fábio Barbosa da Silva, em 1958. Foram entrevistados 70 homens entre os 17 e os 47 anos e todos eles afirmaram que suas primeiras relações homossexuais teriam ocorrido entre os 8 e 12 anos. Esse resultado é significativo ao verificarmos que textos literários brasileiros, como *O Ateneu*, *Capitães da areia*, *Dona Sinhá e o filho padre* e *Limite branco* mostram sentimentos homoafetivos despertados ainda na infância.

3.2 Alteridade homossexual na psicologia

3.2.1 Buscando as causas do desvio

Nas searas psicológica e psiquiátrica, que passaram a dominar as tentativas de diagnosticar a homossexualidade a partir do início do século XX, Judd Marmor, em *A Inversão Sexual* (1973), salienta que não há um conjunto de fatores que dê conta de abarcar todo o espectro de possíveis causas da homossexualidade. Para ela, esses fatores devem combinar-se para gerar uma explicação mais coerente. Em seu livro, diversos artigos abordam os pontos de vista que contribuiriam, na visão dos especialistas mais ortodoxos, para a manifestação da personalidade homossexual: o ponto de vista biológico, com seus aspectos hormonais e genéticos; o ponto de vista das ciências sociais, as quais tentam explicar os aspectos de sociabilidade, antropológicos, históricos, mitológicos, jurídicos e morais; e o ponto de vista clínico. Este último inclui as perspectivas médicas e psicológicas que ainda hoje dominam as visões que tentam encontrar uma causa para o “problema”. Lísias Castilho, em *Homossexualidade* (1990), alude ainda à perspectiva bíblica, fundamental para entender como o tema é tratado, inclusive pela literatura, em países de ampla maioria judaico-cristã, como o Brasil.

Na primeira década do período novecentista, Sigmund Freud, em seus estudos sobre as chamadas “aberrações sexuais”, deu uma nova configuração à busca sobre as causas da homossexualidade. Em seus *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de 1905, o psiquiatra vienense, da mesma forma como revolucionou a visão que se tinha até então sobre a sexualidade infantil, inovou em suas explicações psicanalíticas sobre as origens do que ele chamou “inversão sexual”. Seria na primeira infância que se manifestariam os primeiros sinais de desvios relativos ao objeto sexual.

Para os médicos que tratavam até então a homossexualidade como uma patologia mais fisiológica do que psicológica, foi um baque a constatação freudiana de que a homossexualidade não era nem totalmente congênita, nem totalmente adquirida, haveria um fator inerente ao próprio indivíduo a ser levado em conta. Todo ser humano passaria por uma fase homoerótica ao longo da vida, podendo essa se fixar ou não permanentemente. Ele também inovou ao defender que todo ser humano, masculino ou feminino, tem uma disposição física inata para a bissexualidade³⁵.

³⁵ Judd Marmor, em *A inversão sexual* (1973), tenta destrinchar as principais concepções de Freud sobre a origem da homossexualidade: “A teoria mais influente na psiquiatria moderna é a de Sigmund Freud, que acreditava ser a homossexualidade a expressão de uma tendência universal existente em todos os seres humanos, decorrente de uma predisposição bissexual biologicamente enraizada. Freud, cujas ideias sofreram forte influência darwiniana, acreditava que todos os seres humanos passavam por uma fase “homoerótica” inevitável no processo de atingir a heterossexualidade. Certos tipos de experiência de vida poderiam deter o processo evolutivo e o indivíduo permaneceria então “fixado” num nível homossexual. Além disso, mesmo se o

Um ponto fundamental para mostrar que a contribuição freudiana no intuito de compreender as causas da homossexualidade não surtiu os efeitos positivos esperados sobre a postura moralista que ainda hoje predomina diante de relações com pessoas do mesmo sexo, pelo contrário, é o fato de que esse mesmo Freud defendia que homossexuais masculinos e femininos sofrem de um desenvolvimento sexual incompleto. “Para Freud, o desenvolvimento completo, normal da personalidade deveria culminar no heterossexualismo, a única ‘decisão correta’”. A opção homossexual seria uma escolha inconsciente determinada por distúrbios intrapsíquicos, caracterizando, portanto, um comportamento patológico” (CASTILLO, 1990, p. 36). Não que o discurso nos estudos de Freud trate claramente a homossexualidade como doença, mas suas conclusões a respeito das causas da “inversão” levam a pensar numa condição anormal.

Lacan, no livro 5 de *O seminário* (1999), “As formações do inconsciente”, tenta explicar como surge a homossexualidade no processo que envolve a transposição do complexo de Édipo pela criança. Para ele, que defende que os homossexuais são “absolutamente curáveis” (LACAN, 1999, p. 214), o primeiro traço que se distingue na homossexualidade é uma relação profunda e perpétua com a mãe. Ou seja, no segundo tempo do complexo de Édipo, conforme explicitado no capítulo 2 de nossa pesquisa, deveria ter ocorrido o impedimento de qualquer possibilidade da criança de identificação com o falo, caso a postura proibidora do pai tivesse sido mais forte que a presença da mãe.

(...) no momento em que a intervenção proibidora do pai deveria ter introduzido o sujeito na fase de dissolução de sua relação com o objeto do desejo da mãe, e cortado pela raiz qualquer possibilidade de ele se identificar com o falo, o sujeito encontra na estrutura da mãe, ao contrário, o suporte, o reforço que faz com que essa crise não ocorra” (LACAN, 1999, p. 215).

Isso explicaria, de acordo com o estudioso da Psicanálise, a exigência dos homossexuais em encontrar em seu parceiro o pênis. Essa exigência corresponde à posição primitiva ocupada pela mãe que, ao contrário do que se espera num transcurso normal do complexo de Édipo, dita a lei ao pai.

Em *Garoto rebelde: surgimento da homossexualidade na criança* (2010), o psicólogo brasileiro José Carlos Pedrosa defende que a orientação sexual homossexual surge ou pelo menos torna-se evidente na e para a criança por volta dos cinco anos de idade. O sujeito infantil reagiria a estímulos ambientais com ou sem ereção peniana, com ou sem

desenvolvimento se processasse normalmente, certos vestígios de homossexualidade perdurariam como aspectos permanentes da personalidade, e essas tendências “homossexuais latentes” universais seriam refletidas em expressões “sublimadas” de amizade por pessoas do mesmo sexo e em padrões de comportamento ou interesse mais apropriado ao sexo oposto” (MARMOR, 1973, p. 11-12).

contato físico. “Se for um garoto com uma suscetibilidade genética para a homossexualidade, então ele será guiado pelos estímulos ligados aos caracteres sexuais primários e secundários do gênero masculino advindos do ambiente já na infância (...)” (PEDROSA, 2010, p. 12). Ele acredita que da mesma forma que a definição da lateralidade – se a criança se tornará destra ou canhota – em determinado momento da infância a orientação da criança começa a ser direcionada, de forma inevitável e irreversível.

Toda essa gama de tentativas de explicar a condição homossexual, em contraposição a uma prática heterossexual tida historicamente como o que é normal só ampliou o fardo da exposição e da vergonha de ser diferente no que diz respeito à sexualidade. Em *A contestação homossexual* (1980), Guy Hocquenghem destaca firmemente essa concepção de vergonha que se tornou predominante nos discursos sobre a homossexualidade nas sociedades capitalistas, os quais partem das próprias pessoas envolvidas em relações homoafetivas, inclusive na literatura:

O homossexualismo costuma estar estreitamente ligado aos sentimentos de vergonha. No fim do século XIX e no início do século XX, só se aceita vergonhosamente. Tal é o sentido profundo da frase de Proust, para quem a própria ideia de um movimento homossexual está em contradição com a vivência homossexual. Para o grande público, o homossexualismo existe somente ao nível das revelações da grande imprensa sobre um mundo escandaloso, depravado e secreto. Até hoje, não houve outro estado de espírito relativo ao homossexualismo senão aquele que aparecia disfarçado no contexto dos grandes processos relativos aos costumes, ocorridos há cinquenta anos. Uma velha bicha mundana como Peyrefitte continua dignamente essa tradição de semi-revelações e de confidências de iniciados. É impossível saber para quem quer que seja se a víbora das “Fofocas da comadre” não é simplesmente um homem com experiências homossexuais fortuitas, acontecidas nos liceus ou nos quartéis. Os únicos que têm uma consciência real de seu homossexualismo são aqueles que, ao assumir-se, posteriormente se envergonharam. Não tanto em razão de obstáculos precisos (família, patrões, polícia), mas devido ao fato de que, na sociedade capitalista, o homossexual é naturalmente vergonhoso (HOCQUENGHEM, 1980, p. 37).

Esse mesmo filósofo francês reforça que a condição homossexual surgiu e se perpetuou nas sociedades ocidentais unicamente como contraposição à normatividade heterossexual, seja como pecado, como vício, como doença, como distúrbio psíquico. Para ele, é preciso desconfiar daqueles que querem implantar uma ditadura de saber sobre o sexo.

Retomando a paradigmática contribuição de Freud para os estudos sobre a homossexualidade, destacamos o que Jurandir Freire Costa³⁶, em *A inocência e o vício*:

³⁶Convém apontar para a reflexão sobre a carga pejorativa que o termo “homossexualidade” ou “homossexualismo” ganhou ao longo do tempo, e para a preferência terminológica que Jurandir Freire Costa adota em seus estudos. Ele prefere a noção de homoerotismo à de homossexualismo pelas seguintes razões: “A primeira é de ordem teórica. Diz respeito à maior clareza que proporciona o uso do primeiro termo e não dos termos convencionais de “homossexualismo” e “homossexualidade”. Homoerotismo é uma noção mais flexível e que descreve melhor a pluralidade das práticas ou desejos dos homens *same-sex-oriented*. Como ressaltam

estudos sobre o homoerotismo (1992), chama de “construção de subjetividades ideais”. Esta construção teria criado a figura da antinorma ou do desvio ideal. Costa (1992) afirma que aos indivíduos desviantes e incluídos em categorias fora da norma, “(...) diz Freud, é reservada a posição de objeto do desejo de destruição da maioria que em nome da norma ideal outorga-se o poder de atacar ou destruir física ou moralmente os que dela divergem ou simplesmente se diferenciam” (COSTA, 1992, p. 19). É essa perseguição que detectamos nas narrativas aqui analisadas quando as relações homoafetivas logo se tornam alvo da opressão por parte de terceiros e mesmo de uma auto-opressão.

Ainda para Costa (1992), criou-se uma mentalidade de que todos aqueles que têm desejos homoeróticos e os concretizam são incapazes de se relacionarem sexualmente com mulheres. Além disso, o homoerotismo virou sinônimo de efeminação, de falta de virilidade, ao contrário das personagens míticas da literatura envoltas em relações que remetem ao desejo homoerótico e que povoam o imaginário ocidental, como Aquiles e Pátroclo, Píldes e Orestes, entre outros. O homossexual teria uma condição inferior à mulher, pois, além de cultivar desejos e adotar comportamentos femininos, é incapaz de reproduzir. O estudioso também defende a imagem de que o homossexual é menos uma realidade natural do que uma realidade linguística³⁷. “(...) em nossa época fizemos da ‘homossexualidade’ uma ‘realidade psíquica e sexual’ que nos aparece como um modo de ser do sujeito, natural e universalmente necessário, e não culturalmente arbitrário” (COSTA, 1992, p. 23).

Mesmo a psicanálise ou pelo menos a maior parte de suas teorias estaria fundada no preconceito moralista contra o homoerotismo. A rigidez com que se classificou a sexualidade e suas possibilidades ao longo da história é rechaçada por Costa também em *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II* (1995). A “ficção médica” e a “ficção literária” seriam as grandes responsáveis pela consolidação da figura mítica do homossexual. “Sugeri que grandes mestres da literatura, como Gide, Proust e alguns outros, acreditavam

Lewes (1989) e Stoller (1979, 1987, 1989), interpretar a ideia de “homossexualidade” como uma essência, uma estrutura ou denominador sexual comum a todos os homens com tendências homoeróticas é incorrer num grande erro etnocêntrico. Penso que a noção de homoerotismo tem a vantagem de tentar afastar-se tanto quanto possível desse engano. Primeiro, porque exclui toda e qualquer alusão a doença, desvio, anormalidade, perversão etc., que acabaram por fazer parte do sentido da palavra “homossexual”. Segundo, porque nega a ideia de que existe algo como “uma substância homossexual” orgânica ou psíquica comuns a todos os homens com tendências homoeróticas. Terceiro, enfim, porque o termo não possui a forma substantiva que indica identidade, como no caso do “homossexualismo” de onde derivou o substantivo “homossexual” (COSTA, 1992, p. 21-22).

³⁷ Jurandir Freire Costa (1995), em *A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II* (1995), define linguagem como um tipo de reação de nossa espécie biológica à variação dos contextos de vida. “Respondemos com linguagem ao ambiente como outros animais respondem com aquilo que denominamos de reações instintivas” (COSTA, 1995, p. 44).

que eram homossexuais ou que conheciam, do interior, o que ‘era ser ou sentir-se um homossexual’” (COSTA, 1995, p. 17).

Resumindo as possibilidades que as teorias freudianas apontam para as causas da homossexualidade, Costa (1995) observa que a psicanálise defendia: que o homossexual masculino tinha uma alma de mulher e por isso desejava o homem; tinha um desejo masculino e por isso buscava a imagem da mulher em homens com características femininas; buscava parceiros sexuais masculinos porque fantasiava com mulheres que não tinham sido castradas; identificava-se com a mãe porque esta tinha sido seu primeiro objeto sexual, ou como meio de continuar amando a si mesmo; ou ainda porque desejava tomar o lugar da mãe como objeto sexual do pai. (COSTA, 1995, p. 219-220). Ele acrescenta:

Vínculo com a mãe; narcisismo; medo à castração; bissexualidade; rivalidade; masoquismo; passividade; feminilidade, todos estes conceitos tinham um pressuposto, a existência incontestável da homossexualidade, enquanto ‘disposição, tendência, desejo ou inclinação para relações eróticas com pessoas do mesmo sexo’ (COSTA, 1995, p. 242).

O estudioso brasileiro defende que possivelmente não exista um só referencial teórico sobre a homossexualidade, incluindo a psicanálise, que não esteja impregnada historicamente pela discriminação moral. A homossexualidade está sempre sendo contraposta à heterossexualidade como seu oposto anormal, como contrária às normas da moral burguesa.

Herbert Daniel, em *Jacarés & Lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade* (1983), afirma que, desde Freud, com o surgimento do “perverso polimorfo”, do sexo múltiplo e infinito, a sociedade que vigia homens e mulheres a partir da infância se esmera em diagnosticar as diferenças sexuais, como se não existissem outras diferenciações humanas.

Toda essa construção de saberes religiosos, morais e mais recentemente científicos sobre a homossexualidade formou sociedades classificadoras daquilo que merece respeito e do que deve ser reprovado. O ser humano homossexual cresce rodeado de interditos e regras, como o destino obrigatório do casamento heterossexual. Na infância e adolescência, aterrorizado ele oscila entre o silêncio e a autonegação. Andrew Sullivan, em *Praticamente normal: uma discussão sobre o homossexualismo* (1996), apela para o conceito de “desonestidade” ao comentar esses conflitos:

É assim que o mundo parece para muitos homossexuais adolescentes; e eu não fui exceção. Para os seus pares, o casamento heterossexual é visto como o objetivo emocional básico; e no entanto você sabe que o seu destino não pode ser esse. É uma ideia que o deixa aterrorizado e alarmado. Embora sua forma seja reconfortante, seu conteúdo horroriza. Requer uma desonestidade sistemática; e essa desonestidade ou é programada na sua alma, e assim distorce a sua integridade, ou é

rejeitada em favor de – de quê? (...) Você é apanhado entre a fuga e o constante sofrimento diário da autonegação. É uma camisa-de-força da qual muitos adolescentes e jovens adultos jamais conseguem sair (SULLIVAN, 1996, p. 161).

Para Sullivan (1996), a sociedade ocidental na contemporaneidade vive em relação à homossexualidade momentos de intensa oscilação, em especial no que diz respeito às atitudes políticas. São posturas³⁸ que variam desde a tal proibição (os proibicionistas), passando pela atitude conservadora, pelos liberacionistas, e culminando no total oposto, o que ele chama de liberais.

Mesmo depois que, em 1948, Alfred Kinsey publicou um estudo sobre o comportamento sexual dos estadunidenses, revelando que 60% dos meninos pré-adolescentes envolvem-se com meninos mais velhos ou adultos em práticas homossexuais e 37% dos homens adultos envolvem-se em práticas homossexuais pelo menos uma vez na vida; mesmo depois que a Associação Americana de Psiquiatria (APA) retirou, em 1973, a homossexualidade de sua lista de distúrbios mentais; mesmo depois que a Organização Mundial de Saúde (OMS) também retirou a homossexualidade de sua lista internacional de doenças, em 1990, a visão que se tem nas sociedades ocidentais sobre os indivíduos que praticam relações sexuais com pessoas do mesmo sexo, principalmente entre as classes mais pobres, continua carregada de imagens negativas e preconceituosas, inclusive na literatura. Green (2000) ressalta que, em anos recentes, o crescimento das igrejas evangélicas e pentecostais no Brasil é diretamente proporcional ao fortalecimento do discurso anti-homossexual.

Não por acaso, o Brasil, em pleno século XXI, tem sido palco de uma disputa entre fundamentalistas religiosos e o movimento organizado LGBT sobre a aprovação, pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 234/2011, que determina o fim da proibição, pelo Conselho Federal de Psicologia, de tratamentos que se propõem a reverter a homossexualidade. Os ânimos já haviam se acirrado, em 2012, com a eleição do deputado federal Marco Feliciano para a Presidência da Comissão. Feliciano é um pastor evangélico acusado de racismo e homofobia. O Projeto de Lei nº 122/2006, que criminaliza a homofobia, foi arquivado.

³⁸ De forma muito simplista, tentaremos explicar cada uma das atitudes políticas definidas por Sullivan (1996): os proibicionistas querem curar ou punir as pessoas que praticam a homossexualidade; os liberacionistas defendem que o fim pleno da fruição humana é estar livre de todos os construtos sociais, estar liberado da condição de homossexual e integrar uma identidade escolhida livremente; os conservadores ficam meio que em cima do muro, pois ao mesmo tempo em que defendem o respeito à privacidade das pessoas, rotulam o comportamento homossexual como vergonhoso e como algo a ser evitado; já os liberais basicamente preocupam-se com os direitos à liberdade sexual dos homossexuais e em como eles são afetados.

Como afirma Stearns (2010), o puritanismo vitoriano não morreu completamente. Muitos pais continuam a monitorar rigidamente os hábitos sexuais dos filhos, mesmo que, com o surgimento da televisão e, mais recentemente, da Internet, as crianças tenham acesso cada vez mais cedo a informações e imagens sobre sexo, incluindo temas ainda considerados tabus, como a homossexualidade. O sexo visando à reprodução ficou num plano secundário.

Não à toa, ainda hoje, a sociedade brasileira convive com uma mistura de puritanismo e liberação, a exemplo do Carnaval, quando é concedida uma licença sexual principalmente aos homens, que, nesse período, dão vazão a suas fantasias sexuais e de gênero por meio do travestismo. Há ainda o *show business*, em que artistas notadamente homossexuais gozam de prestígio na sociedade, por serem consideradas verdadeiras figuras exóticas e mesmo cômicas, divertidas.

Na avaliação de Green (2000), são pessoas a serem apreciadas, mas não imitadas. Não por acaso, a telenovela brasileira, maior representante internacional do Brasil no que diz respeito ao entretenimento para televisão, ainda hesita em mostrar manifestações de afetos mais picantes entre casais homossexuais, mesmo que eles já tenham se transformado em personagens obrigatórias de grande parte das tramas. É comum nas famílias brasileiras que os filhos possam até serem descobertos em sua homossexualidade, desde que não apresentem comportamento efeminado e nem divulguem sua condição sexual fora de casa. Ainda Green:

Além disso, se as dragqueens³⁹, imitando a baiana decorada com bananas, alcançaram um status elevado nos quatro dias de carnaval nas últimas décadas, a posição social dos homossexuais brasileiros no resto do ano tem sido bem menos favorável. Tendo de enfrentar prisões e violência nas ruas, negociar com as restrições familiares, desenvolver redes alternativas de apoio, permitir-se aventuras sexuais e manter seus relacionamentos são apenas algumas das muitas questões com as quais os homossexuais comuns têm de lidar em suas vidas cotidianas (GREEN, 2000, p. 41).

³⁹*Dragqueens* são, em sua maioria, homens que, de forma artística, vestem trajes e acessórios femininos exagerados e chamativos. Geralmente, apresentam-se em casas de show e boates dirigidas ao público LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais). São bastante prestigiados durante o período do Carnaval e um dos maiores representantes da chamada cultura *camp*. Denilson Lopes, em *O homem que amava rapazes e outros ensaios* (2002) explica: “O termo é de difícil tradução para o português, ainda que muito presente na nossa cultura. Como comportamento, o *camp* pode ser comparado à feição, à atitude exagerada de certos homossexuais, ou simplesmente à afetação. (...) O *camp* se caracteriza por uma predileção pelo artificial e pelo exagero, por um tipo de esteticismo, uma forma de ver o mundo como um fenômeno estético (...)” (LOPES, 2002, p. 95). Outro termo importante para os *gay studies* é o *queer*, comentado por José Carlos Barcellos, em *Literatura e homoerotismo em questão* (2006): “Esse conceito, empregado no âmbito daquilo que se vem chamando de teoria *queer*, inscreve-se num amplo movimento de questionamento da identidade gay e de alguns aspectos dos *gay and lesbian studies*. O termo *queer*, que significa “estranho” (e na linguagem comum é empregado como injúria para homossexual), foi reapropriado para designar um modelo que se propôs como alternativa a gay, pois enquanto gay parece apoiar-se num discurso clássico que crê nas categorias e busca respeito e integração no sistema social, *queer* nasce com uma vocação mais rebelde, como uma autêntica afirmação da excentricidade (MIRA, 1999, p. 601)” (BARCELLOS, 2006, p. 28).

É o que Delcio Monteiro de Lima, em *Os homoeróticos* (1983), chama de “bifrontismo”. Citando a declaração contida num boletim informativo do Grupo Gay da Bahia (CGB), uma das mais destacadas entidades do movimento gay organizado no Brasil, ele explica o que significa esse bifrontismo:

É preciso distinguir Salvador no Carnaval de Salvador fora do período de verão. Os mesmos travestis que, no Carnaval, saem gloriosos em cima dos trios elétricos, exibindo silicones milionários e rebolando a mil por hora, recebem aplausos delirantes das mesmas pessoas que, fora do Carnaval, lhes jogam bosta (LIMA, 1983, p. 71).

Ou seja, na teoria é uma coisa, na prática é outra, como já diria o ditado popular. É o que Trevisan (2011) também chama de “caricatura de liberação”, quando não há um verdadeiro crescimento das consciências. Os assassinatos de homossexuais, travestis e transexuais motivados por homofobia seguem ocorrendo em número elevado; da mesma forma, o suicídio de jovens homossexuais atormentados por sua condição não é raro. Conforme Trevisan (2011), nos Estados Unidos, o índice de suicídio de adolescentes homossexuais é sete vezes maior que o de heterossexuais.

Com o objetivo de mostrar que o preconceito e a discriminação contra os homossexuais estão no topo do *ranking* das minorias – raciais, étnicas e de gênero – Mott (2002) nos apresenta 10 argumentos. Na sua avaliação, gays, lésbicas, travestis e transexuais podem ser considerados os mais odiados dentre os grupos minoritários porque tais práticas já foram consideradas crimes hediondos e pecados abomináveis. A ocorrência da homofobia internalizada é também outro argumento, sendo caracterizada por um ódio profundo contra a própria volúpia homoerótica. Há ainda a opressão familiar, a conspiração do silêncio (o pecado que não pode ser nem pronunciado) e o fato de que movimentos intelectuais e políticos consideram os direitos humanos das minorias sexuais uma “luta menor”. O estudioso brasileiro cita ainda: a homofobia acadêmica (recusa das universidades em pesquisar o tema), a omissão governamental, a homofobia entre os próprios defensores dos direitos humanos e a alienação dos homossexuais.

O aparecimento da Aids, no começo da década de 1980, foi outro aspecto que provocou uma verdadeira cruzada contra os praticantes da homossexualidade, então considerados os responsáveis por espalhar a doença. Esta foi apelidada inicialmente de “câncer gay” ou “peste gay”, tendo em vista que as primeiras vítimas eram homossexuais do sexo masculino. Mentalidades fundamentalistas religiosas e moralistas tiveram suas forças renovadas e promoveram um reforço na estigmatização do homossexual como necessariamente promíscuo e perigoso. As crianças que cresceram nessa época passaram a ser

doutrinadas para um sexo mais restrito e preferencialmente heterossexual. Por outro lado, o pânico acarretado pela nova doença e os desafios de combatê-la fortaleceram os movimentos gays organizados recém-surgidos no Brasil, no fim da década de 1970.

Trevisan (2011) aponta que, aliada à violência do vírus da Aids, a violência do vírus do obscurantismo, disseminado pelos “empresários morais”, como líderes religiosos e políticos, se fortaleceu. Doenças graves e desconhecidas, como ocorreu em outros momentos da história, tendem a despertar posicionamentos radicais, que tentam dicotomizar o que é bom e o que é ruim, ou que é ou não moralmente errado. No caso da Aids, há ainda o componente da culpa, da punição. O fim do século XX resgatou o puritanismo moral tão ao gosto do vitorianismo. Aids virou sinônimo de doença moral da homossexualidade, uma espécie de punição pela inversão, conscientemente praticada. Era preciso despertar valores adormecidos.

No Brasil pós-Aids, a educação homofóbica se fortaleceu. As crianças passaram a ser aterrorizadas com o medo de contrair a doença. Trevisan (2011) relata:

“O que vai acontecer com a vida sexual dos adolescentes?”, perguntava-se justamente o psicólogo Reinaldo Ferreira Ramos, durante um colóquio sobre Aids, na década de 1980. Temerosos de que o retraimento sexual resultante da Aids se motive em perigosas fantasias mais do que em fatos concretos, certos psicólogos já começaram a tratar o medo à Aids como uma nova doença dos nossos dias, à qual os jovens ficam especialmente vulneráveis, por causa de suas naturais inseguranças. Na época, um amigo me contou que, visitando a família no interior do estado de São Paulo, perguntou à sobrinha de nove anos se ela gostava do conjunto musical Menudos. A resposta foi negativa. E por que não? Porque uma amiguinha lhe dissera que os Menudos eram gueis e tinham Aids (TREVISAN, 2011, p. 439).

As mudanças acarretadas pelo aparecimento da Aids, ou mesmo apenas o retorno da carga repressiva sobre os desejos homossexuais, adormecida desde a liberação sexual na segunda metade do século XX, pesaram principalmente sobre os ombros do sexo masculino. Valéria Petri, em “Aids: suprema metáfora” – texto incluído em *Macho, masculino, homem* (1986), defende que foi basicamente sobre os homens, principalmente homens gays, que a culpa pela nova doença recaiu, pelo menos na primeira década da epidemia. Aproveitamos essa constatação mais contemporânea para abordar como a dominação masculina tem se instaurado e ocasionado fortes e negativos efeitos não apenas sobre as mulheres, mas sobre os próprios seres do sexo masculino.

3.2.2 O peso da dominação masculina sobre a homoafetividade

Pierre Bourdieu, em *A dominação masculina* (2002), questiona o que ele chama de transformação da história em natureza, tendo em vista que, ao longo do tempo, o sexo

masculino adquiriu o *status* de dominador natural, quando, na verdade, esse fato foi forjado culturalmente. O arbitrário cultural evoluiu para arbitrário natural, impregnando as mentes de um sentimento de que o homem é sempre o dominador, para o bem e para o mal. Essa naturalização do masculino enquanto dominador estende seus tentáculos sobre todo o sexo diferenciado, inicialmente sobre o feminino, e, nos arriscamos a dizer, que sobre os homossexuais, uma vez que as sociedades patriarcais o identificam com a inferioridade sexual e social culturalmente construída das mulheres.

“A divisão entre os sexos parece estar ‘na ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável (...)” (BOURDIEU, 2002, s/p). O estudioso ressalta ainda que a força masculina se consolidou como não necessitada de qualquer tipo de justificação, por meio do que ele chama de “visão androcêntrica neutra”, não havendo a necessidade de discursos para legitimá-la. Ela já está lá, impregnada nas mentes das pessoas em possivelmente a maior parte da história do mundo civilizado. E fica muito difícil sair dessa esfera de dominação, quando os próprios dominados já introjetaram um conhecimento que, na verdade, são apenas “atos de *reconhecimento*, de submissão” [grifo do autor] (BOURDIEU, 2002, s/p).

O ato sexual em si pode ser considerado o primeiro campo onde a dominação masculina se materializa claramente. O homem deve sempre possuir sexualmente, submeter o sexo mais “fraco”. Vale destacar aqui que o termo “fraco” foi imposto culturalmente para inferiorizar o sexo feminino em relação ao masculino, mas já perdeu grande parte de seu poder de argumentação, principalmente após a revolução sexual da década de 1960. Ser viril virou também sinônimo de dominação no ato sexual. Daí, portanto, a lógica ocidental de que o homossexual, basicamente o que se submete ao papel passivo na relação, não atende a um dos requisitos básicos do domínio. De acordo com Bourdieu (2002), a relação sexual se configura numa relação social de dominação, construída sobre a ostensiva divisão entre os papéis ativo *versus* passivo. Na relação homossexual, a dominação masculina tem esse caráter a mais, pois um dos parceiros feminiza o outro. É minimamente aceitável uma relação homoerótica desde que se mantenha o poder da masculinidade. Por isso, o *status* de inferioridade potencializado atribuído ao passivo, identificado com o feminino. Essa relação de dominação é encarada, na maior parte das vezes, como um destino.

Falar de dominação, ou de violência simbólica, é dizer que, salvo uma revolta subversiva que conduza à inversão das categorias de percepção e de avaliação, o dominado tende a assumir a respeito de si mesmo o ponto de vista dominante: através, principalmente, do efeito de destino que a categorização estigmatizante produz, e em particular do insulto, real ou potencial, ele pode ser assim levado a aplicar a si mesmo e a aceitar, constrangido e forçado, as categorias de percepção

direitas (*straight* em oposição a *crooked*, tortas), e a viver envergonhadamente a experiência sexual que, do ponto de vista das categorias dominantes, o define, equilibrando-se entre o medo de ser visto, desmascarado e o desejo de ser reconhecido pelos demais homossexuais (BOURDIEU, 2002, s/p).

Em suas *Reflexões sobre a questão gay* (2008), Didier Eribon aborda o tema da injúria que desde cedo as pessoas envolvidas em práticas homoafetivas são obrigadas a aturar, quando decidem quebrar o silêncio que as subjuga desde a infância, ganhando essas práticas injuriosas um *status* de destino inescapável dos indivíduos homoafetivos. Essa injúria, materializada na forma de insultos, como “viado, estranho, bizarro, doente, anormal”, “(...) tem por função produzir efeitos e principalmente instituir, ou perpetuar, o corte entre os ‘normais’ e aqueles que Goffman chama de ‘estigmatizados, fazendo esse corte entrar na cabeça dos indivíduos. A injúria me diz o que sou na medida em que me faz ser o que sou” (ERIBON, 2008, p. 28-29). Esse corte também é patente na relação dominador *versus* dominado. É forte a questão do insulto nas narrativas analisadas em nossa pesquisa, a exemplo do apelido “sinhazinha”, que o menino José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, tem de carregar por causa de seu comportamento “delicado”.

Na maioria das sociedades patriarcais – como é o caso da brasileira – a masculinidade está obrigatoriamente identificada com a heterossexualidade. Isso acarretaria um profundo sentimento homofóbico como parte integrante da identidade masculina. Elisabeth Badinter, em *XY: sobre a identidade masculina* (1993), assinala que: “A homofobia é o horror às qualidades femininas nos homens, enquanto a misoginia é o horror às qualidades femininas nas mulheres” (BADINTER, 1993, p. 117).

As crianças do sexo masculino passam por rituais de iniciação à masculinidade desde o nascimento. O objetivo é torná-las viris, destruindo qualquer resquício de feminilidade, que pode ter sido adquirida pelo contato estreito com a mãe. Até pelo menos a adolescência, por exemplo, os meninos formam grupos completamente separados das meninas. Jogos sexuais são comuns na infância, como as trocas de papéis sexuais entre meninos, sendo o papel ativo o mais valorizado. Badinter (1993) afirma que a virilidade masculina não é inata, ela precisa ser adquirida, por isso a importância dos ritos de iniciação comuns na infância.

Nas narrativas aqui analisadas constatamos, claramente, esse conflito nas relações de Sérgio (*O Ateneu*) com os colegas do internato e seus “amigos”; nos meninos de rua de *Capitães da areia*, submetidos a uma realidade que os obriga a expressar a todo momento sua virilidade e capacidade de dominação sobre os mais fracos – tanto que a presença da primeira

menina no grupo causa um conflito de ordem sexual entre eles –, levando ao banimento dos garotos envolvidos em relações sexuais com outros meninos na posição de passivos.

Também vemos o peso da obrigação de ser dominador nos conflitos vividos por José Maria, em *Dona Sinhá e o filho padre*, que sofre rejeição e humilhação por ter trejeitos efeminados; e mesmo em Maurício, de *Limite branco*, cuja representação da dominação masculina se apresenta de forma sutil, quando sobressai a atração erótica que ele tem pelo primo mais velho Edu, sobretudo pela imagem que este passa de autoridade, inteligência e rebeldia em comparação com o resto da família. “Maurício riu. Tão fácil conversar com Edu. Mesmo quando não entendia o que ele estava dizendo, mesmo quando tio Pedro gritava e tia Mariazinha chorava, mesmo quando todos ficavam falando mal dele depois que saía – mesmo assim, gostava de Edu e de tudo que ele dizia” (ABREU, 2007, p. 34).

Bourdieu (2002) destaca ainda que o trabalho de reprodução da dominação masculina foi garantido durante séculos por três instituições principais – a família, a escola e a igreja. As três, que são identificadas também em nosso *corpus* de pesquisa, contribuem diretamente para a perpetuação da divisão dos papéis de gênero e sexuais; pelo fortalecimento da percepção de inferioridade das mulheres; e pela transmissão de geração para geração do modelo patriarcal, refletido inclusive na relação adulto/criança.

A obrigação de dominar, de impor sua virilidade, é um peso muitas vezes difícil de carregar, em especial para os meninos em idade infantil. Os homens tornam-se muitas vezes prisioneiros da representação dominante. Qualquer possibilidade de demonstração de ternura, carinho ou dor, conforme observa Sócrates Nolasco, em *A desconstrução do masculino* (1995), é diretamente associada à dúvida sobre a escolha sexual. “Para um homem, ter os afetos fora das trilhas definidas socialmente para eles é sinal de que a heterossexualidade não vingou” (NOLASCO, 1995, p. 18). Desde cedo, a masculinidade do menino é definida em oposição a tudo que é feminino. “O primeiro dever de um homem é: não ser uma mulher” (BADINTER, 1993, p. 49).

O cotidiano dos meninos está permeado de observações tais como: “isto é brinquedo de menina”, “menino não chora”, “menino não abraça nem beija outro menino, só os maricas”, “você transou com ela? Não? É muito bobo!”, “você é um medroso, parece mulher”. Enfim, uma gama de afirmações vindas em um primeiro momento da família, posteriormente da escola e das relações sociais, fará crer aos meninos que existe um homem viril, corajoso, esperto, conquistador, forte, imune a fragilidades, inseguranças e angústias (NOLASCO, 1993, p. 42).

Ainda em *O mito da masculinidade* (1993), Nolasco destaca que o modelo patriarcal estabelecido nas sociedades ocidentais tem no machismo seu parâmetro diante do mundo – não chorar, ser sempre o melhor, ser forte, não se envolver afetivamente, nunca

voltar atrás – não raras vezes descambando na violência como forma extremada e desesperada de enfatizar o poderio do masculino.

A sociedade contemporânea está presenciando mais um momento de crise do masculino, defende João Silvério Trevisan, em *Seis balas num buraco só: a crise do masculino* (1998), e a violência que vemos todos os dias estampadas no noticiário, geralmente desencadeada por homens, é o maior exemplo desse momento de crise. Afinal, de tempos em tempos, os homens sentem em maior grau o fardo pesado de sempre impor sua masculinidade obrigatória. Isso aconteceu com as primeiras manifestações do feminismo na Europa, já no século XVII, quando as mulheres das classes dominantes começaram a ter mais liberdade para se deslocar e começaram a exigir direitos até então negados, como o direito ao conhecimento e o de recusar o casamento.

É difícil ser homem numa sociedade patriarcal e falocrática caracterizada, conforme lembra Trevisan (1998), pelos aspectos negativos da “inflação fálica” junguiana. Ou seja, uma preocupação exagerada com aspectos secundários relacionados ao pênis e com tudo o que ele representa. Desde a infância, segundo a Psicanálise, o menino preocupa-se em demasia com o pênis, tendo em vista o medo da castração. O órgão genital é a representação concreta da masculinidade, perdê-lo seria transformar-se em ser passivo, feminino, portanto inferior. Ao mesmo tempo em que cultua o falo, o homem rejeita a atração que sente por ele, pois, culturalmente, isso pode configurar tendências homossexuais. A atração sexual pelo falo deve ser um sentimento exclusivo das mulheres. O culto ao falo, ainda hoje presente no mundo masculino, tem uma configuração arquetípica, representando, na Antiguidade, a fertilidade e o gozo. Como afirma Trevisan (1998), a inflação fálica pode tornar-se destrutiva:

No mundo atual, muitas coisas têm sido culturalmente distorcidas “devido à aparente necessidade de inflar a natureza e as dimensões do masculino”, provocando o que Wyly chama de “cisão contemporânea que atinge toda a cultura”. Aí se inserem a busca insaciável de poder, as competições sem limite, o machismo e a violência desenfreada (TREVISAN, 1998, p. 78).

Essa forte competição, a busca incessante por poder, a exacerbação do machismo, derivam, mais cedo ou mais tarde, para alguma manifestação de violência. Atualmente, as conquistas femininas, aliadas à cada vez maior visibilidade dos indivíduos homossexuais, são algumas das transformações sociais e sexuais que pressionam o mito frágil da masculinidade. Trevisan (1998) salienta que o sistema masculino hegemônico considera ameaçador tudo aquilo que é diferente e parte para o ataque a qualquer sinal de pressão. É um sistema frágil, sobretudo porque, em conformidade com o estudioso brasileiro, apoia-se em “escoras

externas”, que, quando faltam, derrubam todo o edifício da masculinidade, a exemplo da dicotomização homem de um lado, mulher do outro, e da rejeição à passividade sexual.

3.2.3 Homossociabilidade e homoerotismo: rejeição e desejo

Qualquer atitude mais sentimental na relação entre homens já é encarada com desconfiança. Os espaços de sociabilidade entre os homens devem ser marcados pela competição, pela rivalidade, ou pelo total distanciamento. No entanto, sabemos que espaços estritamente masculinos também são caracterizados por uma forte tendência a despertar desejos homoeróticos, como ocorre nas forças armadas, na escola, nas equipes esportivas e mesmo nos bandos de meninos de rua. É esse conceito de homossociabilidade que abordaremos brevemente agora, e que é de grande importância para entender como se dão os processos de homoerotização em espaços dominados geralmente por seres masculinos.

O conceito de homossociabilidade foi cunhado por Eve Kosofsky Sedgwick, em *Between men: english literature and male homosocial desire* (1985), para quem o desejo homosocial configura-se um paradoxo, tendo em vista que, ao mesmo tempo em que os agrupamentos homosociais rejeitam manifestações de afeto e erotismo em seu interior, sendo caracterizados por uma forte homofobia, o desejo homoerótico pode ser considerado inerente a esses grupos. Sedgwick define:

‘Homosocial’ é uma palavra usada ocasionalmente na história e nas ciências sociais que descreve os laços sociais entre pessoas do mesmo sexo, é um neologismo, obviamente, formado por analogia com "homossexual", e assim, obviamente, tem uma significação distinta de "homossexual". Na verdade, ela é aplicada a atividades que criam "vínculo masculino", o que pode, em nossa sociedade, ser caracterizado por homofobia intensa, medo e ódio da homossexualidade. Para desenhar o fundo "homosocial" dentro da órbita do "desejo", do potencial erótico, considera-se a hipótese da indivisibilidade potencial de um continuum entre homosocial e homossexual – continuum cuja visibilidade, para o homem, em nossa sociedade, é radicalmente interrompida (SEDGWICK, 1985, p. 1).⁴⁰

O indivíduo homosocial estaria mais provavelmente sujeito à ocorrência de desejos homoeróticos, que, por sua vez, são fortemente negados e repudiados. Em *Epistemología del armario* (1998), Sedgwick aborda a questão do “pânico homossexual”, engendrado nesse contínuo dos vínculos homosociais masculinos, caracterizados por uma

⁴⁰Livre tradução de: “Homosocial is a word occasionally used in history and the social sciences, where it describes social bonds between persons of the same sex; it is a neologism, obviously formed by analogy with "homosexual", and just as obviously meant to be distinguished from "homosexual". In fact, it is applied to such activities as "male bonding", which may, as in our society, be characterized by intense homophobia, fear and hatred of homosexuality. To draw the "homosocial" back into the orbit of "desire", of the potentially erotic, then, is to hypothesize the potential unbrokenness of a continuum between homosocial and homosexual - continuum whose visibility, for man, in our society, is radically disrupted”.

“secularizada e psicologizada” homofobia, que exclui certos segmentos desse contínuo homosocial, como é o caso dos homossexuais. Essa exclusão chega ao ponto de que esses homens, para além de se definirem como não homossexuais, definem-se contra a homossexualidade. Vale destacar que esse pânico homossexual só se expressa, geralmente, até o momento em que o indivíduo “sai do armário”⁴¹, pois o desejo homossexual surge como uma ameaça “às relações de caráter obrigatório entre os homens – relações de amizade, tutela, identificação admirativa, subordinação burocrática e rivalidade heterossexual (...)” (SEDGWICK, 1998, p. 245).

Os vínculos homosociais são forjados desde a infância, como vemos nas narrativas literárias que aqui analisamos, bem como em outros textos ficcionais que já identificamos e que tratam de relações homoafetivas em idade ainda infantil. Esses vínculos são, desde cedo, caracterizados por uma forte rejeição ao desejo homoerótico, em especial ao que pressupõe uma passividade na relação, ao mesmo tempo em que as relações engendradas dentro destes grupos favorecem o aparecimento desse mesmo desejo. Podemos constatar bem esse paradoxo nas relações vividas por Sérgio, em *O Ateneu*, cujos sentimentos homoafetivos são, a todo o momento, negados com vistas às normas do internato. Também em *Capitães da areia*, os meninos do bando estão submetidos a uma regra que os impede de se relacionarem com outros garotos na posição de passivos.

Para Trevisan (1998), os vínculos homosociais são importantes para a expressão da masculinidade, pois “(...) um homem precisa de outro homem para integrar a sua masculinidade, o que não significa necessariamente prejudicar seu interesse erótico-sexual pelas mulheres” (TREVISAN, 1998, p. 107). No entanto, o que se percebe é que o desejo homoerótico é inerente ao vínculo homosocial e, para ser despertado, “basta que haja condições históricas e culturais mais favoráveis. (...) Em resumo, os homens tentam separar algo que é inseparável” (TREVISAN, 1998, p. 151).

A literatura é um registro inegável de que esse corte entre desejo homossexual e vínculo homosocial praticamente não se configura na prática. João Carlos Barcellos, em *Literatura e homoerotismo em questão* (2006), constata que, em obras literárias de meados do século XVIII até as primeiras décadas do século XX, há uma continuidade entre a homosociabilidade masculina e o homoerotismo também na modernidade, contrapondo-se à

⁴¹ Para Georges Chauncey, em *Gay New York: gender, urban culture, and the making of the gay male world, 1890-1940*, a expressão “coming out” remonta ao vocabulário gay dos anos pré-guerra. Ele explica que a expressão era usada “did not speak of coming out of what we now call the 'gay closet' but rather of coming out into what they called 'homosexual society' or the 'gay world'”. A terminologia “sair do armário” teria sido tirada do vocabulário feminino, cuja expressão era usada para referir-se ao ritual de uma debutante, que seria oficialmente apresentada à sociedade.

visão de que essa continuidade só existia em sociedades antigas, como a greco-romana. Barcellos assinala como os conceitos de homossociabilidade e homoerotismo favorecem uma nova percepção sobre a amizade masculina e as relações homossexuais que, para além da homofobia institucionalizada, estão mais interligadas do que o discurso heteronormativo tenta transparecer.

Os vínculos homossociais podem ser claramente identificados nas narrativas analisadas nesta pesquisa, como aparece no internato só para meninos de *O Ateneu*; no colégio frequentado por José Maria, em *Dona Sinhá e o filho padre*, que pressupõe-se ser um estabelecimento também só para meninos; e no bando de garotos de rua, de *Capitães da areia*. Esses vínculos comportam claramente uma tendência homoerótica, logo repudiada, como ocorre na narrativa de Jorge Amado: “Por assim dizer, Pedro Bala arrancou a pederastia de entre os Capitães da areia como um médico arranca um apêndice doente do corpo de um homem” (AMADO, 2000, p. 102). É uma clara demonstração do pânico homossexual que geralmente vige nos espaços homossociais.

Por outro lado, a homossociabilidade pode existir para o indivíduo homossexual como possibilidade de escapar da violência e da injúria homofóbicas, como mostra Eribon (2008). Dissimulando seus desejos ou fugindo para locais mais amigáveis, onde poderá encontrar agrupamentos homossociais que o aceitem. Eribon assinala o fator amizade como um modo de vida de gays e lésbicas:

Por isso é que a sociabilidade gay – ou lésbica – funda-se, primeiramente e antes de tudo, numa prática e numa “política da amizade: é preciso procurar estabelecer contatos, encontrar pessoas que vão se tornar amigos e, aos poucos, constituir um círculo de relações escolhidas (ERIBON, 2008, p. 38).

Convém assinalar ainda a contribuição que, na opinião de Barcellos (2006), Sedgwick e sua teoria do desejo homossocial deram aos estudos sobre a cultura moderna. Os vínculos homossociais são considerados fundamentais para entendermos o contexto do sistema de gênero configurado pela dominação heterossexual e patriarcal das sociedades ocidentais. O conceito de “armário”, também estudado pela teórica estadunidense, é importante para que visualizemos a condição de aprisionamento e de silêncio que caracteriza os indivíduos homoafetivos. Escondendo e ao mesmo tempo expondo a condição homoerótica, o “armário” reflete as “complexas configurações entre identidade, subjetividade, verdade, conhecimento e linguagem que atravessam todo o tecido cultural da modernidade e têm profundas ressonâncias na vida social e pessoal” (BARCELLOS, 2006, p. 61).

3.3 Homoafetividade na literatura

3.3.1 Literatura e consolidação da identidade homossexual

Todo esse rápido resgate histórico, antropológico, psicológico e filosófico das mentalidades sobre as práticas afetivo-sexuais entre pessoas do mesmo sexo nas sociedades ocidentais nos ajudará a traçar um perfil da imagem que se produziu e que foi registrada pela literatura brasileira em prosa em relação às pessoas que têm comportamentos afetivos e eróticos com outras do mesmo sexo. Uma imagem ainda carregada pelo paradigma médico moral do tratamento dado à homossexualidade ao longo da história ocidental, conforme avalia Dário de Js. Gomes Sánchez, em *Perversos, bichas e entendidos: identidade homossexual no romance latino-americano* (2012). Ratifico que trataremos nesta pesquisa da homoafetividade masculina.

Já assinalamos a afirmação de Costa (1992) de que a “ficção médica” e a “ficção literária” seriam as grandes responsáveis pela consolidação da figura mítica do homossexual. Arriscamos uma pequena alteração nesta visão, propondo que, se não é a grande responsável, sem dúvida a literatura é um registro fundamental para que a sociedade construa uma imagem dos indivíduos homossexuais.

Desde a *Ilíada*, a homossexualidade é retratada na literatura, aspecto denotado pela forte amizade entre Aquiles e Pátroclo. De forma bastante sutil e tendo em vista um contexto favorável à existência do amor entre homens e meninos na Grécia Antiga, podemos afirmar seguramente que a relação entre os dois guerreiros tinha uma conotação afetivo-sexual. Outro registro importante na literatura do amor entre homens, como já destacamos neste capítulo, é a digressão platônica, em *O Banquete*. O tema também é aludido por Dante Alighieri, na *Divina comédia*, durante a Idade Média.

Mára Faury, em *Uma flor para os malditos: homossexualidade na literatura* (1983), assinala que, até meados da modernidade, o tema da homossexualidade só foi registrado na literatura como “(...) uma constatação de hábitos sexuais diferentes que pode até servir de riso e divertimento para as pessoas de sexualidade chamada ‘normal...’” (FAURY, 1983, p. 91). O maior interesse dado à temática surgiu apenas no século XIX, após o escândalo da prisão de Oscar Wilde por práticas homossexuais na Inglaterra; do aparecimento dos chamados “poetas malditos”, a exemplo dos franceses: Charles Baudelaire, Conde de Lautréamont, Arthur Rimbaud, Paul Verlaine; e, principalmente, após a publicação das obras de André Gide (*Corydon*) e Marcel Proust (*Em busca do tempo perdido*).

Costa (1992) busca entender, por meio da literatura, como se deu a metamorfose do homoerotismo, já verificado em obras literárias da Antiguidade, no homossexualismo moderno, que, para ele, trata-se de um termo fortemente impregnado da visão científica de culpa, vergonha e maldição sobre as relações entre pessoas do mesmo sexo, adotada a partir do século XIX. Ele afirma que a literatura, entre outros saberes, ajudou bastante a definir o perfil ou a “essência” da homossexualidade masculina.

São perfis que vigoram até hoje em diversas narrativas, inclusive nas que analisamos no *corpus* desta pesquisa. Costa (1992) cita o homossexual como instrumento de denúncia social, a exemplo da personagem de Balzac, Vautrin, na *Comédia humana*, que recusa qualquer tipo de convenção social. O estudioso afirma que o homossexual balzaquiano é uma espécie de “bom selvagem”. No entanto, com o tempo, essa visão acabou transformando-se em estigma e motivo de exclusão. Ele explica:

(...) uma coisa é valorizar a identidade gay e reconhecer a única identidade possível ou desejável para todos os sujeitos homoeroticamente inclinados. A identidade gay é, sob muitos aspectos, herdeira da idealização romântica do homossexual outsider (COSTA, 1992, p. 47).

Já em Proust, o homossexual é entendido como um exemplar da natureza, é a “raça descendente de Sodoma”, um “anjo decaído”, uma “vítima da prepotência dos deuses”. O indivíduo homoerótico é ao mesmo tempo infame e dotado de uma refinada sensibilidade. Essa visão proustiana, na opinião de Costa (1992), é uma das responsáveis pela consolidação de uma imagem do homossexual como uma raça à parte, que deve permanecer confinada a um grupo que, teoricamente, teria um mesmo passado, uma mesma história e uma mesma herança cultural. É a visão homogeneizadora do indivíduo homossexual, como se este não fosse dotado de particularidades psicológicas, eróticas, sociais e culturais da mesma forma que os demais seres humanos.

Costa (1992) visualiza ainda o homossexual como um ser de conflito em Gide. Em *Se o grão não morre* (1982), André Gide narra suas memórias de infância, adolescência e juventude e, mesmo que de maneira espaçada no romance, aponta para uma visão quase sempre negativa dos sentimentos e sensações da personagem autobiográfica. “Nessa idade inocente em que se desejaria que toda alma fosse transparência, ternura e pureza, só revejo em mim sombra, fealdade e dissimulação” (GIDE, 1982, p. 10). As atrações sentidas pelos garotos de sua idade são sempre narradas de forma a enfatizar a vergonha da vontade imprópria. Aos 12 anos, o garoto passa por uma crise de choro diante da mãe por causa de uma angústia que, para ele, era inexplicável:

Então, por que eu de repente me decompus e, caindo nos braços de mamãe, soluçando, convulso, senti de novo aquela angústia inexplicável, exatamente a mesma de quando morrera meu priminho? Dir-se-ia que de súbito se abriam as comportas particulares de não sei que comum mar interior desconhecido, cujas ondas tumultuavam desmesuradamente no meu coração; eu estava mais espantado que triste; mas como explicar isso à minha mãe que não distinguia, através dos meus soluços, mais do que aquelas palavras confusas que eu repetia com desespero:

– Eu não sou igual aos outros! Eu não sou igual aos outros! (GIDE, 1982, p. 102).

Este indivíduo, com suas crises de consciência, seus sentimentos de culpa moral e religiosa, está presente em várias personagens da literatura brasileira e podemos afirmar que, guardadas as devidas proporções psicológicas da idade infantil, Sérgio, de *O Ateneu*, e José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, configuram bem essa imagem, tendo em vista as crises de consciência que os atormentam por causa da manifestação de sentimentos homoeróticos. Para Gide, não há escapatória, o indivíduo homossexual morrerá assim, só restando para ele “o esquecimento e a resignação” (COSTA, 1992, p. 50).

Nesses três modelos de personagens literárias homossexuais surgidas no século XIX sobressaem-se aspectos que refletem imagens que a homossexualidade, ou melhor, o homoerotismo, ganhou ao longo da história. “(...) como sinal do arcaico, do primitivo, do disfuncional, quando não do monstruoso, que vêm parasitar a harmonia da evolução desejável” (COSTA, 1992, p. 51). O estudioso brasileiro defende que o registro literário do homoerotismo expressa todas essas imagens negativas balzaquianas, gideanas e proustianas do homossexual, inclusive em narrativas cujas personagens encontram-se no período da infância:

As relações homoeróticas são apresentadas como exemplo da latência perversa que todos possuímos e que, na infância, manifesta-se à luz do dia. É o caso de romances que procuram mostrar a existência da perversão, no convívio indisciplinado de crianças, adolescentes ou adultos jovens. Em *O Ateneu*, de Raul Pompéia, em *O aluno Törless*, de Musil, em *Maurice*, de E. M. Forster, em *O templo*, de Stephen Spender, em *Os falsos moedeiros*, de Gide, em *As amizades particulares*, de Roger Peyrefitte, e mesmo em *A cidade e o pilar*, escrito por Gore Vidal bem depois, os contatos homoeróticos da infância, puberdade e juventude são vinculados a cenários de violência, sadomasoquismo, delações, ciúmes mórbidos e abuso dos mais fracos pelos mais fortes, em tudo feitos para provocar repulsa e reprovação. O homoerotismo, dá-se a entender, é a inocente face do terror. É uma etapa de vida que deve ser meticulosamente vigiada e punida para, enfim, poder ser controlada e esquecida. Prova que quando persiste, degenera em atrocidades inconcebíveis (COSTA, 1992, p. 51-52).

A infância é apresentada na literatura como um período especial, pois é nele que as perversões do tipo sexual podem ser primeiramente detectadas, evoluindo para uma fase adulta marcada pela tragédia. “Resultado: o transviado da infância será o assassino e o

torturador da maturidade” (COSTA, 1992, p. 52). As personagens vivem em constante aflição, atormentadas por um desejo destruidor.

Sánchez (2012) também defende que a personagem homossexual como a conhecemos hoje foi configurada somente no século XIX, ao mesmo tempo em que a medicina cunhava o conceito de homossexualismo. A perspectiva diacrônica da análise em nossa pesquisa – de *O Ateneu*, (1888), *Capitães da areia* (1937), *Dona Sinhá e o filho padre* (1964), até *Limite branco* (1970) – nos permitirá visualizar bem as eventuais mudanças na concepção das personagens envolvidas em relações homoafetivas, considerando, é claro, o aspecto de ocorrerem na infância.

A princípio, podemos destacar que o fator anormalidade continua presente nas narrativas, em maior grau (*O Ateneu*, *Capitães da areia* e *Dona Sinhá e o filho padre*) e menor grau (*Limite branco*), mesmo com a mudança temporal. É importante assinalar ainda que a presença da criança, geralmente pré-púbere, envolvida em relações homoafetivas na literatura brasileira em prosa ainda é considerada escassa. No próximo capítulo, citaremos, além do *corpus* da nossa pesquisa, algumas narrativas em que conseguimos identificar, claramente e/ou de forma presumida, crianças envolvidas nesse tipo de relacionamento.

Uma caracterização quanto ao tratamento dado às narrativas de temática homoerótica na literatura latino-americana, a partir do século XIX, é proposta por Sánchez (2012). Entre 1895 e 1965, o primeiro momento privilegiaria um tratamento naturalista. Entre 1965 e 1985, a objetividade naturalista desapareceria por completo, dando lugar a uma maior subjetividade na narração, geralmente em primeira pessoa. E, entre 1985 e 2001, o foco deixaria de ser a sexualidade para abranger questões humanas num sentido mais geral.

As narrativas também estariam divididas entre o tom confessional e o tom contextual. No primeiro, o enredo refletiria episódios históricos reais. Já no segundo tipo, a subjetividade e a não ligação a referentes históricos são suas principais marcas, “(...) os quais podem se inscrever dentro do que tem sido conhecido como ‘literatura íntima’, ‘gêneros do eu’ ou ‘escritas de si’ (SÁNCHEZ, 2012, p. 51). Chamou também a atenção do estudioso o fato de que as narrativas em muitos casos demonstram menos a concretização de relações sexuais do que a sinalização das personagens para um desejo manifestado. Essa constatação é importante para nossa pesquisa, tendo em vista que, nos relacionamentos homoafetivos envolvendo indivíduos ainda em idade infantil, também não se percebe a prática sexual propriamente dita.

(...) mais do que as relações sexo-afetivas entre homens, os romances de temática homossexual enfatizam histórias individuais; mais do que sobre a

homossexualidade, são romances que tratam de homossexuais. Nesse sentido, seria mais apropriado dizer que o que se torna visível são menos as práticas homossexuais que a caracterização dos personagens pela sua sexualidade (SÁNCHEZ, 2012, p. 87).

A questão da representação da condição humana em diferentes contextos, lugares e épocas pela literatura é exaltada por Ricardo Thomé, em *Eros proibido: as ideologias em torno da questão homoerótica na literatura brasileira* (2009). Para ele, a literatura é uma das formas de procurar compreender como determinados aspectos da vida humana, a exemplo da homossexualidade, existem na realidade. “Ou vice-versa, ler o real, para captar os caminhos que a ficção de uma determinada época ou país trilhou” (THOMÉ, 2009, p. 19).

3.3.2 *Literatura homoerótica no Brasil*

Thomé (2009) resgata os primórdios da temática homoafetiva na literatura nacional, afirmando que, ainda que em versos, a temática foi expressa por Gregório de Matos Guerra, no século XVII (THOMÉ, 2009, p. 33). Já em 1844, destacam-se as *Poesias esparsas e inéditas*, de Junqueira Freire; em 1855, surge a peça *Macário*, de Álvares de Azevedo, que, na opinião da crítica, tem leves toques de homoerotismo; há ainda, em 1870, *As mulheres de Mantilha*, de Joaquim Manuel de Macedo; em 1882, o folhetim *Memórias de um condenado*, de Aluísio Azevedo; e, em 1885, *Um homem gasto*, de Ferreira Leal. *O Barão de Lavos* (1891), de Abel Botelho, em língua portuguesa, foi o primeiro romance naturalista a abordar a temática do homoerotismo.

Mas é com *O Ateneu* (1888) que a literatura brasileira inaugura, de fato, uma abordagem mais complexa do tema da homoafetividade. É a eclosão do Realismo em substituição ao “reino de faz-de-conta”, “movimento estético de repúdio àquela literatura bem-comportada e fantasiosa, e, em sua vertente mais radical, a do Naturalismo”. (THOMÉ, 2009, p. 33). Aliás, esse mesmo estudioso esclarece que *O Ateneu* não pode ser classificado como uma narrativa realista pura, cabendo mais o título de “memorialismo psicológico”. Dois anos depois, em 1890, Aluísio Azevedo lança *O cortiço*, marcando na literatura brasileira personagens homoeróticos de destaque como a cocote Léonie e sua afilhada Pombinha; e o efeminado Albino. Para Thomé (2009), foram esses romances que abriram os caminhos para o lançamento, em 1895, daquele considerado até hoje marco na literatura de temática homoerótica no Brasil e no mundo, *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha.

Na América Latina, com base em levantamento feito por Sánchez (2012), Brasil e Cuba aparecem como os grandes expoentes da literatura homoerótica latino-americana, sendo

Bom-Crioulo considerado o primeiro romance latino-americano com protagonista claramente homossexual e também na literatura universal o primeiro romance a abordar a relação homossexual como assunto central da narrativa. Para além da crítica que aponta o tratamento moralista e trágico dado à relação homoafetiva entre Amaro e Aleixo – este último morre assassinado pelo amante louco de ciúmes – *Bom-Crioulo* aborda a questão de forma ainda inédita numa época marcada por um forte cientificismo moral em torno da homossexualidade como anormalidade. Nas reminiscências que Amaro tem sobre sua infância, sobressaem-se anseios contidos e lembranças sofridas da escravidão em contraponto ao sentimento de liberdade que o mar lhe trazia:

No princípio, antes de ir para bordo, foi-lhe difícil esquecer o passado, a “mãe Sabina”, os costumes que aprendera nos cafezais... Muita vez chegava a sentir um vago desejo de abraçar os seus antigos companheiros do eito, mas logo essa lembrança esvaía-se como a fumaça longínqua e tênue das queimadas, e ele voltava à realidade, abrindo os olhos, num gozo infinito, para o mar crivado de embarcações.... (CAMINHA, 1995, p. 9)

Ao narrar com naturalidade o amor homossexual de um protagonista negro, a obra quebrou paradigmas numa época altamente preconceituosa, e num país recém-saído da escravidão. Por décadas, o livro foi proibido nas bibliotecas públicas e escolares. Atitudes proibicionistas em relação à obra se estenderam pelo século XX adentro, com reedições sendo interditas e críticas cheias de preconceitos. Ainda assim, o livro foi traduzido para outras línguas, como inglês, francês, alemão e espanhol. Por outro lado, toda essa rejeição reflete a importância e atualidade da obra. Na avaliação de Trevisan (2011): “Poucas vezes a literatura brasileira produziu uma obra tão corajosa e direta sobre amores proibidos. (...) ali onde a ficção se deixa expandir, Caminha coloca-se quilômetros à frente de seu tempo” (TREVISAN, 2011, p. 254).

No artigo “Ruínas da homossexualidade: o gótico em *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha” (2004), Leonardo Mendes, faz uma leitura menos otimista do romance. Fazendo um paralelo com o imaginário do gótico e toda sua aura de decadência, de sombras, de labirintos e de melancolia, ele afirma que, longe de manter a objetividade que caracterizava as narrativas naturalistas, o romance “avança mas escorrega, recua e ataca novamente, de modo que *Bom-Crioulo* emerge como uma narrativa confusa, contraditória, que nega em parte o que diz, qual um labirinto gótico de onde toda e qualquer objetividade está exilada” (MENDES, 2004, p. 58).

O aspecto sombrio dos espaços onde se passa a história de Amaro e Aleixo é justamente o que mais caracterizaria o tratamento da problemática sexual que envolve o

protagonista e sua relação com o grumete. Consoante Mendes (2004), a abertura do romance, que narra o aspecto da corveta na qual tripulam os futuros amantes, “esquife agourento”, “lenta e pesada”, já anuncia “aspectos terríveis da sexualidade humana” (MENDES, 2004, p. 60). O desfecho da narrativa, com o assassinato de Aleixo por Amaro, portanto crime e morte, consolidaria a imagem de excesso e fracasso a que estariam fadadas as paixões homossexuais.

À parte da visão negativa da homossexualidade que o romance tende a propiciar, *Bom-Crioulo*, depois de décadas de rejeição no Brasil por sua ousadia narrativa em pleno fim do século XIX, ganhou notoriedade internacional. Carlos Eduardo Bezerra, no artigo “*Bom-Crioulo: um romance da literatura gay made in Brazil*” (2012), enfatiza que o romance conquistou novos leitores com as suas traduções para o alemão, espanhol, francês, inglês, italiano e turco, inserindo-se, deste modo, em diversas culturas.

Estas traduções ampliam o público leitor e são registros de olhares estrangeiros para o romance em causa. Estes registros se expressam também nos prefácios críticos, nos títulos recebidos, como é o caso da tradução alemã, cujo título *Tropische Nächte* (Noites tropicais) coloca em destaque os elementos da paisagem tropical, que o estrangeiro supõe exótica (...)” (BEZERRA, 2012, p. 2-3).

Em sua avaliação, os títulos em língua portuguesa publicados antes de *Bom-Crioulo* medicalizaram ou condenaram moralmente as personagens homoeróticas, ainda que essa seja uma característica que percorra grande parte da literatura sobre o amor entre pessoas do mesmo sexo.

Depois de um hiato de algumas décadas após o romance de Caminha, o tema volta a ser abordado de forma secundária em romances, como *Capitães da areia* (1937), de Jorge Amado, e *Crônica da casa assassinada* (1959), de Lúcio Cardoso. Antes disso, o tema chegou a aparecer, ainda que sutilmente, em escritores do quilate de Machado de Assis, que, em 1906, publicou o conto “Pílades e Orestes” (pertencente a *Relíquias de casa velha*).

Sánchez (2012) destaca ainda a obra-prima de Guimarães Rosa, *Grande sertão: veredas* (1956), em que a crítica muitas vezes aponta para uma visão que privilegia a ambiguidade sexual das personagens Riobaldo e Diadorim. No primeiro encontro, ainda garotos, Riobaldo avista, enquanto aguarda o barco para atravessar o rio, “um menino bonito, claro, com a testa alta e os olhos aos-grandes, (...)”, e olhava para ele “com prazer de companhia, como nunca por ninguém eu tinha sentido”. Diadorim era diferente, de “finas feições”, “voz leve”, “aprazível”. Riobaldo admira a valentia do menino e tem a ambição de que seu “companheiro amigo desconhecido” não vá mais embora (ROSA, 2006, p. 102-103). Assim, ainda na infância, o desejo ambíguo entre os dois é fixado e segue até a vida adulta,

quando se reencontram. Ambiguidade essa que, para Thomé (2009), reflete um sentimento de culpabilidade que persegue o narrador-personagem, no caso Riobaldo.

Em *Grande sertão: veredas*, o amor entre os dois “homens” é visto sempre sob a ótica do interdito, do platonismo, num misto de desejo e culpa, que atormenta um Riobaldo profundamente influenciado por questões religiosas, como o pecado, o mal e a existência ou não do diabo. A questão do interdito fica mais evidente ainda no desfecho do romance, quando, na pedra onde está o corpo do amado Diadorim, Riobaldo toma conhecimento de que se trata de um corpo de mulher. Ou seja, o amor homossexual sempre foi algo que não poderia ter sido. O “pânico homossexual”, um dos principais aspectos presentes no vínculo homosocial, é contundente nessa narrativa de Rosa.

As narrativas com temática homossexual central no enredo só voltam a reaparecer mais regularmente na literatura brasileira na década de 1970, ancoradas no surgimento do movimento gay, na maior visibilidade e aceitação das práticas homossexuais na sociedade, cujo principal suporte ainda é a televisão, e na descoberta do filão de mercado que passou a representar o consumidor homossexual. Nos anos 1980, a Aids e o pânico que se instaurou em torno da doença estimularam o surgimento de uma narrativa literária homossexual, geralmente em tom autobiográfico e/ou confessional.

Um sem número de títulos literários voltados para a temática gay e lésbica começaram a ser lançados no mercado, muitos com qualidade estética duvidosa. É como destaca Ítalo Moriconi, em “Literatura moderna e homossexualismo (pressupostos básicos, ou melhor, mínimos)”, incluído em *Homossexualidade, cultura e política* (2002), para quem a homossexualidade é uma questão privilegiada para o exercício das letras na modernidade e na pós-modernidade:

A literatura dos best-sellers não questiona o básico da família burguesa ou operária tradicionais, família nuclear formada por pai e mãe heteros e por filhos e filhas herdeiros de propriedades no caso burguês e de taras e doenças ou limitações de todo tipo no caso dos operários. Existe um abismo comportamental e ideológico entre o mundo dos best-sellers e o mundo da literatura com L maiúsculo. O primeiro se movimenta no plano das convenções mais ou menos aceitas como ideais pelos poderes do mundo, ao passo que o mundo da alta literatura é crítico, problematizador e exige do leitor um nível maior de preparação intelectual. (...) A literatura best-seller busca entretenimento e felicidade. A literatura com L maiúsculo sonda as fontes de insatisfação e da inadequação humanas. (MORICONI, 2002, p. 96).

Ou seja, é preciso distinguir bem esses dois tipos de literatura. Aguinaldo Silva, com *Primeira carta aos andróginos* (1975), Darcy Pentead, com *Nivaldo e Jerônimo* (1981), Herbert Daniel, com *Passagem para o próximo sonho* (1982), Caio Fernando Abreu, com *Triângulo das águas* (1983), João Silvério Trevisan, com *Em nome do desejo* (1983), e

Silviano Santiago, com *Stella Manhattan* (1985), são exemplos de autores que começaram a se destacar no segmento literário de qualidade, num período que podemos seguramente afirmar viveu um verdadeiro *boom* gay. Segundo Trevisan (2011) era “(...) uma nova geração de escritores que vertiam, mais desinibidamente, na ficção, suas vivências, afetos e angústias enquanto homossexuais”.

Principalmente no período pós-Aids, narrativas de cunho autobiográfico e em tom militante dominaram a cena literária homoerótica. Denilson Lopes, em *O homem que amava rapazes e outros ensaios* (2002), resume bem a homotextualidade melancólica, solitária, aterrorizada, à deriva que surge em meados dos anos 80:

Quando as energias utópicas e rebeldes que agitaram os anos 60 e parte dos 70 começam a perder força, um horizonte pós-moderno constituído e interpretado por desejos e identidades homoeróticas emerge. Paisagens entre a melancolia e a alegria possível, a deriva sexual e o temor da Aids, a solidão e a ternura, a desterritorialização e a busca de novos tipos de relações. É nesse sentido que pode ser entendido o melhor da obra de Caio Fernando Abreu, *Keith Jarret no Blue Note*, de Silviano Santiago, bem como trabalhos de Edilberto Coutinho, José Carlos Honório, Jean-Claude Bernardet, João Gilberto Noll, Bernardo Carvalho, letras de Cazuza e Renato Russo, poemas de Ana Cristina César (LOPES, 2002, p. 140).

Aliás, a definição dos critérios que caracterizam uma narrativa como sendo literatura homoerótica pode ser ainda uma questão teórica que preocupa os estudiosos. Seria, obrigatoriamente, uma literatura escrita por homossexuais ou bastaria apresentar a temática de forma central ou parcial no enredo? Mesmo acreditando que muitas narrativas recorrem ao tom confessional, preferimos adotar a segunda alternativa, preocupando-se mais com o tratamento do tema do que com os objetivos autorais, uma vez que a identidade homossexual não é uma coisa que possa ser afirmada claramente, sem que haja uma declaração pública do escritor, ao contrário da literatura negra e da literatura feminina, que não precisam desse detalhe.

Em “Literatura e homoerotismo: alteridade e paixão”, de Gilmar de Carvalho, texto publicado em *Estilísticas da sexualidade* (2006), o autor indaga: “Existiria mesmo uma escritura homoerótica? Quais seriam seus traços, suas marcas, sua distinção?”. Ele mesmo responde: “Em termos de linguagens, o homoerotismo se manifestaria numa poética do olhar, na insinuação de formas, na dança dos gestos, e na possibilidade do encontro” (CARVALHO, 2006, p. 229).

As primeiras antologias de contos, fragmentos de romances e poemas que tratam, de forma central ou parcial, do tema do homoerotismo, também prepararam o terreno para o aparecimento mais regular de obras e autores. Destaque para as pioneiras *Histórias do amor maldito* e *Poemas do amor maldito*, organizadas por Gasparino Damata, publicadas no fim da

década de 60. Essas antologias possibilitaram a visibilidade de narrativas e escritores que já haviam abordado a temática homoerótica, mas que estavam esquecidos por não se dar a devida atenção a esse tipo de obra literária.

Uma dessas figuras é João Paulo Coelho Barreto, mais conhecido como João do Rio, escritor que se tornou emblemático quando se fala de narrativa homoerótica no Brasil. Homossexual assumido e espalhafatoso em pleno começo do século XX, João do Rio destaca-se literariamente pela marca pessoal que imprimiu a seus textos, em especial às reportagens e crônicas ambientadas no Rio de Janeiro. Em 1910, publicou *Dentro da noite*, cujos contos “O bebê de tarlatana rosa” e “História de gente alegre” são considerados seus principais textos de temática homossexual. A morbidez, como aponta em Thomé (2009), é uma das características principais de sua narrativa e dos seus tipos.

Lopes (2002) observa que a “homotextualidade” de João do Rio é caracterizada por um tom decadentista sobre a homossexualidade, associada à perversão e como contraponto às normas morais da burguesia. “A escrita de João do Rio é uma escuta da alteridade, de excluídos e incluídos, no Rio de Janeiro que se moderniza e onde ele atravessa os mais diferentes espaços sociais” (LOPES, 2002, p. 131-132).

Numa tentativa de mapear o que ele chama de “homotextualidades” na literatura brasileira, Lopes (2002) adota critérios para identificar as categorias estéticas articuladoras das narrativas, como a questão de gêneros literários, dos estudos de espaços, e dos estudos de figuras, tipos que aparecem nos enredos. Interessam-nos sobremaneira para nossa pesquisa os espaços privilegiados por essa homotextualidade, e também os tipos que predominam entre as personagens. Em *O Ateneu*, por exemplo, o espaço do internato é fundamental para entendermos a construção da identidade sexual do protagonista envolvido em relações homoafetivas. A escola também aparece em *Dona Sinhá e o filho padre* e, mais sutilmente, em *Limite branco*, tendo as duas narrativas explorado também os espaços da rua e da casa da família. Em *Capitães da areia*, o espaço é a rua e, de forma mais restrita, o trapiche abandonado.

No que diz respeito aos tipos, Lopes (2002) cita o marinheiro e o adolescente andrógino, identificados em *Bom-Crioulo*; a bicha afetada dos textos de Nelson Rodrigues; o travesti, de *Crônica da casa assassinada*; o solteirão, de *Os solteirões*, de Gasparino Damata. Em nossa pesquisa, com foco na infância, identificamos tipos como o estudante católico, o filho super-protegido e o menino de rua.

A par desse resgate bastante sintetizado de uma evolução da narrativa literária brasileira de temática homoerótica, recorreremos às constatações de Thomé (2009) de que o

homoerotismo na literatura acompanha o processo de aceitação da questão no seio da própria sociedade. Se as práticas homossexuais já foram completamente condenadas e marginalizadas pela sociedade, hoje elas têm mais espaço para se expressarem, mesmo que ainda estejamos longe do ideal de total liberação. E a literatura também continua figurando entre esses discursos repressores, seja para buscar uma reprodução o mais fiel possível da realidade, seja para estimular a reflexão, a transgressão e a sublevação contra tais condutas.

Barcellos (2006) insta-nos a superar a ingenuidade de tentar compreender a relação entre literatura e homoerotismo como se a literatura apenas representasse uma realidade pré-existente, fixa e bem delimitada. Para ele, o texto literário constrói a sua própria homotextualidade, aqui recorrendo a conceito de Lopes (2002). Barcellos propõe uma visão abrangente do texto literário homoerótico:

Deste modo, estudar a relação entre literatura e homoerotismo implica estar consciente do lugar a partir do qual se busca construir um sentido para os textos e para o próprio mundo em que se vive. A abordagem dos textos literários que, de algum modo, se reportam ao homoerotismo pode e deve abrir-se a uma visão abrangente da realidade histórico-social e cultural na qual esse homoerotismo é ou foi colocado em discurso, na medida mesma em que é ou foi vivido (BARCELLOS, 2006, p. 63).

Concordamos com o posicionamento de Sánchez (2012) quando este, ao analisar o romance latino-americano que tem como central a temática homoerótica, desde o fim do século XIX até o fim do século XX, afirma que esse tipo de romance, mesmo cumprindo uma função transgressora e crítica, continua reproduzindo, ainda que em menor grau, “os discursos pseudo-científicos da identidade homossexual e os estereótipos sócio-culturais de masculinidade, e, com eles, a caracterização negativa do personagem-sujeito homossexual” (SÁNCHEZ, 2012, p. 163).

Isso fica plausível quando vemos narrativas que submetem as personagens homossexuais a situações de humilhação e submissão a parceiros machistas e violentos; quando vemos personagens imersos na marginalidade e criminalidade; quando vemos personagens consumidas pelo silêncio e o sentimento de culpa, envolvidos em situações tristes e trágicas de drogas, alcoolismo e suicídio; quando vemos personagens identificadas com a doença, seja ela física ou psicológica; enfim, quando vemos personagens ainda buscando entender o porquê de seus desejos homoafetivos, como se estes fossem anormais.

Com base nas narrativas propostas para esta pesquisa, no próximo capítulo verificaremos, de acordo com as teorias de Michel Foucault sobre as manifestações do poder disciplinar, como as personagens em idade infantil lidam com a perspectiva homoafetiva.

CAPÍTULO 4

4.1 O poder que subjuga as relações homoafetivas na infância

4.1.1 Homoafetividade na infância e relações de poder na literatura

Mutismo, medo, submissão, opressão, discursos, condutas, silêncio, repressão, controle, punição, vigilância, suspeitas, anseios contidos, curiosidade, recusa, rejeição, exclusão, interdito, violência, produção, saber, verdade. Palavras e expressões que nas narrativas ora analisadas em nossa pesquisa remetem a situações em que podemos verificar o poder atuando sobre e através das relações homoafetivas em idade infantil vividas pelas personagens da literatura brasileira, nas quais o discurso da verdade é quase sempre o da proibição, no que diz respeito à sexualidade desviante da heteronormatividade. Essa verdade surge e se consolida graças a uma gama de coerções e produção de poderes. Discursos de verdade cujos efeitos de poder obrigam as pessoas a viverem de determinadas maneiras.

Não o poder supremo, soberano, que parte de cima para baixo, de forma unilateral, o poder da lei e do direito, mas um poder ou poderes que se sobressaem menos de forma vertical do que horizontal, menos suntuoso e mais capilar. O poder que Michel Foucault também designa por disciplinar, normalizador, que age em cadeia, materializado em micropoderes, nem por isso menos eficientes e impactantes, e impregnados de uma verdade discursiva sobre a sexualidade – apanágio dos adultos e tendo como sujeitos admitidos, um homem e uma mulher, jamais duas pessoas do mesmo sexo.

Em *O Ateneu*, o protagonista Sérgio é apresentado ao mundo do internato pelo colega Rebelo, como se tivesse que sobreviver a um contexto inóspito, onde só os fortes têm chances de ganhar, onde força vira sinônimo de virilidade e atitude. No colégio interno, os fracos, “com modos de mulher”, tímidos, ingênuos, “sem sangue”, não tinham vez, eram “dominados, festejados, pervertidos como meninas ao desamparo. (...) Faça-se homem, meu amigo. Comece por não admitir protetores” (POMPÉIA, 2010, p. 39).

Nesse episódio, já é possível vislumbrar o que espera Sérgio em sua nova vida, numa fase em que o garoto ainda criança começa a passar pela transição que o levará à adolescência. Fase de descobertas sexuais e afetivas. Durante a narrativa, em primeira pessoa, as três relações homoafetivas vividas pela personagem, em maior grau, já na adolescência, quando da amizade com Egbert, ou em menor grau, logo em sua entrada no colégio, então com 11 anos, quando conhece Sanches, são sempre marcadas por manifestações de poderes advindos de múltiplas vias, da parte da direção da escola, dos colegas e da própria personagem, numa espécie de autocensura. Também podemos ver nesta e nas demais

narrativas que aqui analisamos o poder que emana da religião, mais especificamente do catolicismo, e da família.

São relações de poder e ao mesmo tempo de prazer, pois, mesmo com os conselhos de Rebelo, em diversos momentos Sérgio se entrega às benesses e ao proveito de se ver atraído e protegido por seus “amigos”, geralmente mais velhos. Sanches, por exemplo, valia muito para ele por sua capacidade estudantil, sua boa vontade e, claro, sua proteção. Os dispositivos⁴² de poder em *O Ateneu* se configuram tanto na repressão pura e simples desse tipo de sentimento/atração, como na possibilidade de controle do corpo do outro, de que um dos sujeitos da relação exerça um poder materializado em proteção, posse, controle, perseguição e submissão de um pelo outro, geralmente do ativo pelo passivo. Há ainda um tipo de poder que se manifesta interiormente, ao mesmo tempo como censura e como subversão pelo prazer.

Se não houvesse esquecido as práticas do Rebelo, eu teria notado que me invadia pouco a pouco a efeminação mórbida das escolas. Mas a teoria é frágil e adormece como as larvas friorentas quando a estação obriga. A letargia moral pesava-me no declive. E, como se a alma das crianças, à maneira do físico, esperasse pelos dias para caracterizar em definitiva conformação sexual do indivíduo, sentia-me possuído da necessidade preguiçosa do amparo, volúpia da fraqueza imprópria do caráter masculino (POMPEIA, 2010, p. 48).

Em *Capitães da areia*, manifestações homoafetivas no bando dos meninos de rua se não eram banidas radicalmente, especificamente no caso dos indivíduos que se prestavam à posição de passivos nas relações, tinham que ser mantidas em silêncio e mesmo no mais absoluto segredo. Durante a madrugada do trapiche é que Barandão e Almiro podiam ter seus encontros sexuais às escondidas, sob pena de serem flagrados por Pedro Bala, o líder do grupo, que tinha o poder de manter a disciplina e expulsar os infratores, pois uma das leis do bando era não admitir “pederastas passivos”. Leis essas profundamente influenciadas pelo catolicismo, na pessoa do padre José Pedro, sacerdote que ajudava os meninos abandonados.

O micropoder se configura também na narrativa de Jorge Amado na subjugação dos mais fracos pelos mais fortes, dos mais novos pelos mais velhos, dos novatos pelos veteranos. Quando chegou ao bando, “alvo e rosado”, Gato logo chamou a atenção de Boa-Vida. Era “decididamente lindo” aos olhos do veterano, “embora não fosse uma beleza efeminada”, o que pressupõe já uma espécie de naturalização da submissão dos efeminados

⁴²Michel Foucault, em *Microfísica do poder* (1979), define “dispositivo” como “um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos”. (FOUCAULT, 1979, p. 244)

pelos meninos mais viris, Gato agradou Boa-Vida (AMADO, 2000, p. 33). Atração essa que não vingou apesar das incisivas e insistentes tentativas do último, desde o par de sapatos roubado e dado de presente a Gato, até ao assédio mais agressivo.

Boa-Vida quis aproveitar os agradecimentos do outro para iniciar sua conquista. E baixou a mão pelas coxas do Gato, que se esquivou só com um jogo do corpo. O Gato riu consigo mesmo e não disse nada. Ele não sabia nada do Gato e nem imaginava que este conhecia seu jogo. (...) Boa-Vida mostrou o Gato a Pedro e levou-o depois para o lugar onde dormia:

- Tenho aqui um lençol. Dá pra nós dois.

O Gato deitou. Boa-Vida se estendeu ao lado. Quando pensou que o outro estava dormindo o abraçou com uma mão e com a outra começou a puxar-lhe as calças devagarinho. Num minuto o Gato estava de pé:

- Tu se enganou mulato. Eu sou é homem.

Mas Boa-Vida já não via nada, só via seu desejo, a vontade que tinha do corpo alvo do Gato, de enrolar o rosto nos cabelos morenos do Gato, de apalpar as carnes duras das coxas do Gato. E se atirou em cima dele com intenção de derrubá-lo e forçá-lo. (...). (AMADO, 2000, p. 33 e 34).

Já o menino José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, também é submetido, durante toda a narrativa, a relações de um poder que ora parte da família, principalmente da mãe e do tio, ora da religião, dos padres, ora dos colegas da vizinhança, dos colegas da escola, e mesmo do “amigo” protetor do colégio, Paulo, com quem o menino tivera sua primeira experiência homoafetiva ainda criança.

Era uma amizade romântica, como destaca o narrador. Amizade esta que, como em qualquer parte do mundo, prende “um colegial desprotegido a um adolescente já quase moço”, este último com o dever de ser o protetor do mais frágil. “Perigosa amizade, essa, desde o início com seu toque de amor ou seu não sei que de sexo” (FREYRE, 1964, p. 36). Amizade que teria se transformado, mesmo contra a vontade de Paulo, numa relação de submissão do sexo fraco pelo sexo forte. Menino desprotegido, com modos de menina, José Maria precisava de um Paulo, já mais velho, que brigava por ele com outros colegiais, enfrentando os garotos mais valentes e cruéis, “meninos brutos, que abusavam da fraqueza de José Maria gritando contra o filho de Dona Sinhá que não era homem; que não era macho; que era um Sinhazinha; que era um maricas”. (FREYRE, 1964, p. 35).

Verifica-se nesse caso, na relação de Paulo e José Maria, um tipo de poder que, ao contrário de reprimir, se manifesta pela submissão do mais jovem e frágil por seu protetor, seja por amor ou por uma simples atração homoerótica, ainda que, claramente, para protegê-lo de um poder opressor. A narração da ocorrência de um beijo entre os dois configura bem esse

tipo de poder. Paulo já não suportando a força da atração que sentia por José Maria beijou o garoto franzino “furiosamente”.

(...) o fato vem apenas anotado, de modo um tanto cabalístico, no diáriozinho de José Maria guardado pelo tio. O Sinhazinha teria então – imagino eu, valendo-me de umas tantas hipóteses de detetive apenas no plano psicológico – quase desmaiado. Mas quem poderia dizer a esta distância de tempo o que mais teria contribuído para esse quase desmaio, do agredido: se o espanto de ter sido sensualmente beijado, se o abandono volutuoso do que havia nele, José Maria, de sinhazinha, à agressão de macho do protetor? (FREYRE, 1964, p. 38).

De forma bem mais sutil, também podemos detectar em Maurício, de *Limite branco*, de Caio Fernando Abreu, algumas manifestações de poder que perpassam a narrativa, feita ora em terceira pessoa, ora em primeira pessoa (numa espécie de diário de adolescente). Esse poder surge seja por parte da família, pai, mãe, avó, tios, primos, dos agregados, seja por parte do contexto escolar, já na adolescência, na cidade grande, seja por parte da própria cidade, seja por parte dele mesmo.

Das quatro personagens infantis prioritariamente analisadas nesta pesquisa, Maurício é a que mais se entrega aos devaneios tão característicos das crianças geralmente solitárias e introspectivas, incompreendidas pela família. No capítulo intitulado “O mundo”, Maurício é Robinson Crusoe, o taquaireiro no fundo do quintal a ilha onde o naufrago aporta, o papagaio uma galinha, e Sexta-Feira era uma acha de lenha enegrecida pelo fogo.

Em tom de memória, mesmo que os acontecimentos da infância sejam narrados em terceira pessoa, podemos verificar, em especial, o poder de atração erótica e de certa autoridade que o primo mais velho Edu exerce sobre o garoto. Edu era sempre diferente do restante da família. Para Maurício, ele tinha “um sorriso de superioridade”.

Só quem não mudava era Edu. Ou melhor, mudava sim, embora fosse uma mudança diferente da dos outros. Parecia que ficava com raiva, e a escondia por trás de um sorriso de superioridade. Maurício ficava confuso. Respeitava muito Edu. Talvez porque só o visse nas férias, mas de qualquer jeito Edu era o sujeito mais sabido que ele conhecia. Quando fosse grande, queria ser como ele. Queria falar aquelas mesmas coisas difíceis de entender. Queria rir igual àquele riso-de-canto-de-boca quando vovó abria o álbum. Talvez assim conseguisse desvendar o mistério que havia naquele ritual. (ABREU, 2007, p. 30).

Aproximar-se de Edu, para Maurício, era motivo de satisfação. O garoto gostava da maneira como o primo chamava seu nome, sem o tom meloso característico das tias. Admirava até mesmo os momentos de conflito que Edu mantinha com a família, pois tomar parte daquilo fazia com que se sentisse importante. “Edu curvou-se para ele. Como é bonito, pensou, como é bonito. Os olhos azuis olhavam nos olhos dele, a mão de dedos longos apertava seu braço” (ABREU, 2007, p. 31).

Reafirmamos que a pesquisa em questão utiliza, no intuito de entender como as narrativas abordam as relações homoafetivas das personagens em idade infantil, o que Foucault teorizou ao longo de algumas de suas obras acerca do poder disciplinar, normalizador, e do que ele chama de microfísica do poder⁴³. Ou seja, esta microfísica oriunda de aparelhos e instituições – inclui também aqui os próprios sujeitos das relações – cuja atuação se situa no vácuo entre as grandes formas de funcionamento do poder, a exemplo dos grandes castigos e suplícios da Idade Média determinados pelo soberano, e mesmo do poder do direito e da lei como o conhecemos na atualidade.

4.1.2 O poder sob a ótica de Foucault: capilaridade e eficiência

Em *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (2008), Foucault defende que essa microfísica do poder seja encarada menos como uma questão de propriedade, de quem detém o poder absoluto, do que como uma estratégia. Um poder cujos efeitos de dominação são menos de apropriação e mais provenientes de disposições, manobras, funcionamentos localizados, táticas e técnicas produzidas a todo o momento de maneira horizontal, heterogênea e emanando de todas as direções. Ora um indivíduo domina, subjuga, ora ele pode ser dominado, subjugado.

Reiteramos que alguns grupos estão mais sujeitos a estarem no polo passivo de atuação desse poder, como as crianças, os homossexuais, as mulheres, os negros e negras, pessoas de condições econômicas mais baixas, pessoas com deficiência, enfermos, loucos, os colonizados, entre outros. Não são apenas os criminosos e contraventores que devem ser punidos, mas todos aqueles passíveis de serem vigiados, treinados, corrigidos. E não uma punição baseada na tortura cruel e no suplício ostentoso, mas configurada em estratégias mais sutis de dominação, muitas vezes sentidas como naturais e caracterizadas como verdade, geralmente uma verdade discursiva.

(...) que se desvende nele [no poder] antes uma rede de relações sempre tensas, sempre em atividade, que um privilégio que se pudesse deter; que lhe seja dado como modelo antes a batalha perpétua que o contrato que faz uma cessão ou a conquista que se apodera de um domínio. Temos em suma que admitir que esse poder se exerce mais que se possui, que não é “privilégio” adquirido ou conservado

⁴³ Em prefácio de *Microfísica do poder* (1979), Roberto Machado explica: “O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que essa se efetua. Dois aspectos intimamente ligados, na medida em que a consideração do poder em suas extremidades, a atenção a suas formas locais, a seus últimos lineamentos tem como correlato a investigação dos procedimentos técnicos de poder que realizam um controle detalhado, minucioso do corpo – gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos” (MACHADO, 1979, p. XII).

da classe dominante, mas o efeito de conjunto de suas posições estratégicas – efeito manifestado e às vezes reconduzido pela posição dos que são dominados (FOUCAULT, 2008, p. 26).

O estudioso francês recupera o período em que, a partir da segunda metade do século XVIII, a era dos suplícios dolorosos, aterrorizantes e atrozes começaram a se transformar em estratégias de poder menos cruéis, menos caras e arriscadas, por meio de instrumentos que mais do que castigar vigiam o comportamento das pessoas, suas ações, identidades, gestos, olhares, pequenos detalhes sem importância.

Os indivíduos passam então a ser submetidos a uma coação ininterrupta e constante. Valem mais os processos da atividade de exercício do poder do que seus resultados. Tempo, espaço e movimentos devem ser alvos simultâneos de controle sobre os corpos, que precisam ser sujeitados, dóceis e úteis, por meio de novos e cada vez mais eficientes mecanismos disciplinares. Surge uma “mecânica do poder” que deve menos fazer o que se quer com o corpo do outro do que fazer com que esse corpo atue de acordo com o que se determina.

Foucault (2008) também chama essa “mecânica do poder” de “anatomia política”, entendida como uma multiplicidade de processos, vindos de direções diversas, estreitamente ligados e em apoio recíproco, podendo se repetir ou serem imitados. Essa nova “anatomia política” pode ser encontrada, além de no próprio aparelho do Estado, nas escolas, nos hospitais, no Exército, e, conforme as narrativas analisadas em nossa pesquisa, no seio da família, na rua, na igreja e em grupos de meninos abandonados.

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica de poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis” (FOUCAULT, 2008, p. 119).

Nas escolas, por exemplo, é preciso saber onde está cada indivíduo, que, por sua vez, deve ocupar sempre o mesmo lugar. O controle por parte de professores, pedagogos, diretores e dos próprios alunos deve evitar formações coletivas, pluralidades confusas e pouco definidas. É imprescindível identificar quem está presente e quem está ausente, como e onde encontrar cada um, ser possível vigiar constantemente os comportamentos, certificá-los, punir

as faltas, encontrar defeitos e qualidades. Todo esse conhecimento se apresenta necessário para que se possa dominar os corpos.

O poder disciplinar exige acima de tudo organização, utilidade e clareza; visa, sobretudo, a adestrar para que se possa tirar o melhor proveito dos corpos sujeitados. Tudo o que prejudica esse adestramento, que se desvia do curso normal da organização e hierarquização, deve ser banido e, no mínimo, interditado, a exemplo da criança sexualizada e, mais precisamente, da criança homoafetiva, como mostram as narrativas literárias aqui analisadas.

Podemos visualizar essa sujeição em Sérgio, de *O Ateneu*, que, no internato, vive uma luta interna constante contra seus desejos homoafetivos por Sanches, Bento Alves e Egbert, além de ser pressionado pela religião, pela direção da escola e por seus próprios pares colegiais. Em sujeição similar vivem também os garotos em situação de homoafetividade, principalmente na posição de passivos, do bando dos *Capitães da areia*, reprimidos pela religião e pelas normas do grupo. José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, é oprimido pela família, pelos garotos de sua idade na escola e na vizinhança, pela fé cega na Virgem Maria e no catolicismo. Maurício, de *Limite branco*, em sua sutil atração homoerótica pelo primo Edu na infância e pelo colega de escola Bruno, já na adolescência, cultiva sentimentos mantidos em seu mundo próprio e em silêncio da família e dos amigos.

Comportamentos que antes escapavam ao poder centralizado, agora podem ser controlados, devidamente interditados e punidos. Foucault (2008) afirma que os sistemas disciplinares, como a escola, o hospital, o exército, a oficina, instauram em sua estrutura um verdadeiro mecanismo penal, tendo um certo privilégio de justiça, leis próprias, infrações pré-estabelecidas, formas específicas de sanção, e instâncias próprias de julgamento. Todo esse microssistema qualifica e reprime os comportamentos que eram deixados de fora pelas grandes estruturas de punição, tendo em vista que não representavam uma ameaça considerável para o soberano e suas leis. Um microssistema cheio também de micropenalidades, seja por falhas em relação ao tempo, às atividades, à maneira de ser, aos discursos, ao corpo e, por fim, à sexualidade.

Retomemos um exemplo clássico dessa espécie de pequeno tribunal em *O Ateneu*, quando o diretor Aristarco procede a uma espécie de julgamento improvisado sobre o caso da descoberta de uma carta em tom romântico assinada com nome de mulher, destinada a um dos alunos. Qual seria o objetivo de uma carta com nome feminino num internato exclusivamente masculino? Após uma série de ameaças e promessas, uma investigação detalhada, interrogatórios, o diretor, do alto de sua autoridade e satisfação, anunciou que descobrira os

culpados: Cândido Lima, o remetente, que assinou a carta com o nome de “Cândida” e já era conhecido na escola por seus modos indolentes e efeminados, e o destinatário, Emílio Tourinho, acusado como cúmplice.

Vale destacar que os termos e expressões que o narrador utiliza para descrever o episódio remetem realmente a procedimentos do judiciário: “procedimento de justiça”, “reputado cúmplice”, “denúncia”, “crime”, “jurisprudência”, “complicações do processo”, “lista”, “delações”, “polícia secreta”. Além de Cândido e Emílio, mais 10 alunos estariam implicados no caso da carta. Os 12 garotos foram submetidos ao escracho e humilhação públicos, sob a liderança de Aristarco.

A chamado do diretor, foram deixando os lugares e postando-se de joelhos em seguimento dos principais culpados.

- Estes são os acólitos da vergonha, os corrêus do silêncio!

Cândido e Tourinho, braço dobrado contra os olhos, espreitavam-se a furto, confortando-se na identidade da desgraça, como Francesca e Paolo no inferno.

Prostrados os doze rapazes perante Aristarco, na passagem alongada entre as cabeceiras das mesas, parecia aquilo um ritual desconhecido de noivado: à espera da bênção para o casal à frente.

Em vez da bênção chovia a cólera.

- ...Esquecem pais e irmãos, o futuro que os espera e a vigilância inelutável de Deus!... Na face estanhada não lhes pegou o beijo santo das mães... caiu-lhes a vergonha como um esmalte postiço... Deformada a fisionomia, abatida a dignidade, agravam ainda a natureza; esquecem as leis sagradas do respeito à individualidade humana... E encontram colegas assaz perversos, que os favorecem, calando a reprovação, furtando-se a encaminhar a vingança da moralidade e a obra restauradora da justiça!... (POMPÉIA, 2010, p. 160).

Em *Capitães da areia*, o grupo dispõe de suas regras próprias e pequenos julgamentos também acontecem para decidir o futuro dos que se desviam da norma interna, a exemplo de “pederastas passivos”, dos acusados por furto dentro do próprio bando e das meninas. Almiro, o “amigo” de Barandão, por exemplo, acometido do alastrim, da peste da bexiga, arriscou-se a ser expulso do bando. Rapidamente, o Sem Pernas ligou a doença ao fato de Almiro ser parceiro homoafetivo de Barandão, e defendeu sua expulsão do bando. “- Ninguém aqui vai ficar bexiguento só por causa desse fresco. (...) Ele vai sair daqui agorinha mesmo. Vai se meter em qualquer canto da rua até que os mata-cachorro da saúde pegue ele e leve pro lazareto” (AMADO, 2000, p. 134).

Um outro episódio de *Capitães da areia* que mostra bem o microssistema que caracterizava o grupo, com suas regras próprias e hierarquia, é a chegada de Dora. Por ser

menina não podia ser aceita no bando, mas assim mesmo foi levada, juntamente com o irmão mais novo, para o trapiche pelos membros de confiança de Pedro Bala, João Grande e Professor, que os encontrou abandonados na rua, pois a mãe havia morrido de bexiga. Logo, a menina, quase adolescente, atçou a volúpia dos garotos, provocando um conflito, que só cessou quando Professor suplicou a Pedro Bala que a deixasse em paz, pois era apenas uma “menina”.

João Grande continuou:

- O pai dela, a mãe dela morreu de bexiga. A gente encontrou ela, não tinha onde dormir, a gente trouxe ela. Não é uma puta, é uma menina, não vê que é uma menina? Ninguém toca nela, Bala.

Pedro Bala disse baixinho:

- É uma menina...

Pulou para o lado de João Grande e de Professor.

- Tu és um negro bom. Tu tá com direito... – voltou-se para os outros. – Quem quiser vir, venha... (AMADO, 2000, p. 166).

Os dois exemplos acima mostram como as relações de poder, desse micropoder disciplinar descrito por Foucault, se materializam em microssistemas que vigiam permanentemente, investigam, julgam e punem. Ao menor sinal de uma pequena infração, logo o alerta vermelho acende para que seja devidamente investigada e punida. Tudo pode ser castigado, os indivíduos se encontram presos em um sistema que tudo pode sancionar. No entanto, vale salientar que mesmo que Almiro e Dora tenham tido contato com a bexiga, apenas o primeiro foi rejeitado mais por sua condição de criança homoafetiva.

A própria classificação já é uma forma de punição. Ser visto como homossexual assumido ou mesmo demonstrar gestos, olhares, comportamentos tidos como homoafetivos apenas, mais comuns no período da infância/adolescência, já pode ser tomado como uma sanção. Foucault (2008) reforça: “A penalidade perpétua que atravessa todos os pontos e controla todos os instantes das instituições disciplinares compara, diferencia, hierarquiza, homogeneiza, exclui. Em uma palavra, ela normaliza” (FOUCAULT, 2008, p. 153).

Um dos mecanismos que por excelência melhor representam as técnicas modernas de controle é o “Exame”. No caso das crianças e adolescentes, suas vidas estão quase sempre atravessadas por alguma técnica examinadora, seja na igreja, escola, no curso de inglês, no clube, no grupo de esporte e, mais recentemente, nas comunidades virtuais e agrupamentos em torno dos jogos de computador. O exame é um dispositivo de disciplina normalizante, que

qualifica, classifica e pune quem fica de fora da norma. Por meio dele, se manifesta o poder, se demonstra força, se estabelece a verdade e se forma um saber, seja sobre a sexualidade, o crime, a loucura, a doença, etc. No fim, o indivíduo se configura como uma produção do poder e do saber. De acordo com Machado (1979), o poder disciplinar não anula o indivíduo, ele o fabrica.

O fundamental da análise é que saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, como também, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação de saber. É assim que o hospital não é apenas local de cura, “máquina de curar”, mas também instrumento de produção, acúmulo e transmissão do saber. Do mesmo modo que a escola está na origem da pedagogia, a prisão da criminologia, o hospício da psiquiatria. E, em contrapartida, todo saber assegura o exercício de um poder (MACHADO, 1979, p. XXII).

A escola é o aparelho de exame que mais se destaca no que diz respeito à vigilância e controle dos corpos infantis. O sujeito deve ser individualizado para que melhor se apure e se arquivem detalhes e minúcias sobre os corpos em atividade. Além das crianças, o poder disciplinar da escola se estende aos pais, ao local onde vivem, ao tipo de relação que mantêm com os filhos. O mau comportamento dos alunos é logo ligado à maneira como vivem, podendo os pais e até os vizinhos serem submetidos a processos de interrogatório e investigação.

4.1.3 A anomalia como foco de atuação do poder disciplinar/ normalizador

Em sua genealogia do poder, nos estudos sobre a psiquiatria, Foucault destaca ainda que toda a estruturação do poder disciplinar, com seus mecanismos de controle, suas formas de exame, seus métodos de investigação, julgamento e punição, se baseia na divisão constante entre o que é normal e o que é anormal, desde a época em que se exilavam os leprosos. Em torno do anormal, é que são dispostos os mecanismos de poder, seja para classificá-lo, puni-lo e/ou modificá-lo. Não é mais apenas o grande crime e/ou contravenção que interessam aos dispositivos de poder e punição, mas também o pequeno desvio, a pequena anomalia.

Em *Os anormais* (2001), Michel Foucault descreve como as práticas de exclusão, rejeição e de marginalização, que marcaram o destino dos leprosos na Idade Média, ainda na atualidade podem ser aplicadas a alguns tipos de doenças, aos loucos, aos criminosos, às

crianças, aos desviantes sexuais, e até mesmo aos pobres. O poder de normalização se apoia em instituições diversas para estender sua soberania sobre a sociedade.

Essa normalização também pode ter seu ponto de apoio num mecanismo de inclusão, que ao invés de expulsar, aproxima, com o objetivo de vigiar, como acontecia nas épocas das grandes epidemias. “Não se trata de uma exclusão, trata-se de uma quarentena. Não se trata de expulsão, trata-se ao contrário de estabelecer, de fixar, de atribuir um lugar, de definir presenças, e presenças controladas. Não rejeição, mas inclusão” (FOUCAULT, 2001, p. 57).

Essa forma de exercício do poder por meio de uma espécie de disciplina, podia ser vista nos períodos em que a peste assolou a Europa, entre o fim da Idade Média e o início do século XVIII. A cidade em estado de peste era dividida em quarteirões, as ruas eram isoladas, tendo um vigia em cada uma das ruas, um inspetor em cada quadra, e responsáveis por cada distrito. Portanto, exercício de um poder contínuo e minucioso. A cada morador era atribuída uma janela na qual deveria se mostrar todas as vezes em que fosse chamado. Se não aparecesse era porque provavelmente estaria doente e, portanto, se tornaria alvo de uma intervenção.

Entrava em atuação o poder de normalização, para, agora, excluir os que apresentavam algum tipo de anomalia. Guardadas as devidas proporções de tempo e espaço, é o que ainda hoje acontece com a criança, que é incluída para que, primeiramente, seja possível vigiá-la, controlá-la e identificar prováveis anomalias, a exemplo do desejo homoafetivo, para, em seguida, interditar, rejeitar, modificar e, se não surtir efeito, punir e excluir.

É nessa busca intransigente pela delimitação entre indivíduos normais e anormais, que Foucault descobre no dispositivo panóptico⁴⁴ uma das grandes tecnologias de poder da modernidade. O ponto chave do panoptismo é a visibilidade. É pelo fato do dispositivo arquitetônico, basicamente, permitir mais fácil e eficientemente que se vigie sem ser visto, que podemos vislumbrar sua configuração para além de grandes estruturas, como hospitais, fábricas, escolas, prisões, exércitos, mas em pequenos sistemas, como a casa da família, a rua, o grupo de amigos, entre outros. Pode-se constatar que o dispositivo panóptico está impregnado nas estruturas mais cotidianas da vida dos indivíduos, por sua vez submetidos aos mais minuciosos e sutis mecanismos de vigilância.

⁴⁴Cf. cap. 2, nota 14.

Nesse emaranhado de micropoderes, o indivíduo torna-se objeto de saber em suas mais diferentes configurações. Em nossa pesquisa, destacamos os fatores infância, sexualidade e homoafetividade. Esse saber deve ser organizado como instrumentos de apreciação permanente. Conhecimento e poder são essenciais para a garantia de disciplina e controle dos corpos. Além disso, o ato de punir está sempre somado aos objetivos de curar e educar o anormal. A sociedade moderna encontra-se cada vez mais impregnada do que Foucault chama de “juízes da normalidade”, que devem assegurar o cumprimento da norma.

Nas narrativas que ora analisamos, verificamos sempre a presença de um pai juiz, de uma mãe juíza, um padre juiz, um educador juiz e porque não de um colega ou amigo juiz. As próprias personagens, em determinados momentos, se atribuem a elas mesmas o poder de julgarem a si próprias, auto-censurando comportamentos desviantes, como o desejo homoafetivo.

No chamado poder de normalização, identificado por Foucault (2001), o saber é fundamental para assegurar sua eficácia. Para além de separar, excluir, é mais produtivo para o poder investir no conhecimento. A norma é tanto mais poderosa quanto mais positiva for sua intervenção e transformação, o que pode acontecer se estiver estreitamente vinculada a um poder normativo. O estudioso francês explica:

(...) o que aconteceu no curso do século XVIII e da Idade Clássica, a saber, a implantação de um poder que não desempenha, em relação às formas produtivas, em relação às relações de produção, em relação ao sistema social preexistente, um papel de controle e de reprodução, mas, ao contrário, que representa um papel efetivamente positivo. O que o século XVIII instaurou mediante o sistema de “disciplina-normalização”, parece-me ser um poder que, na verdade, não é repressivo, mas produtivo – a repressão só figura a título de efeito colateral e secundário, em relação a mecanismos que, por sua vez, são centrais relativamente a esse poder, mecanismos que fabricam, mecanismos que criam, mecanismos que produzem (FOUCAULT, 2001, p. 64).

O poder disciplinar-normativo, ao mesmo tempo produtivo e positivo, investe no conhecimento para que possa melhor identificar os desvios da norma, os indivíduos que, de alguma forma, apresentam pequenos sinais de um tipo mais cotidiano de monstruosidade. O monstro humano, materializado em homicidas cruéis, desumanos, e figuras contranaturais e disformes, como eram considerados os hermafroditas, transforma-se, sob a ótica do poder normativo, disciplinar, consoante Foucault (2001), num monstro cotidiano, banalizado, pálido, ou seja, no simples anormal.

Em sua genealogia da anomalia, o estudioso também destaca a figura do que ele chama de “indivíduo a ser corrigido”. Este pode ser encontrado no seio das famílias, que, para controlá-lo e sujeitá-lo, conta com o apoio de outras instituições, como a escola, o quartel, a

vizinhança, a paróquia, a igreja, a polícia, entre outras. A criança por si só já é considerada um ser que precisa de correção, com vistas a que se torne um bom adulto. Quando descoberta como sujeito sexual e mais ainda como sujeito homoafetivo, a criança ocidental é considerada um ser anormal e passa a reunir as duas figuras monstruosas apontadas por Foucault (2001): o anormal e o indivíduo a ser corrigido.

O indivíduo a ser corrigido pode ser vislumbrado claramente no José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, nos momentos, por exemplo, em que o tio Gaspar, tenta fazer com que o garoto adote modos e gostos mais masculinos. Quando foi ficando “meninote”, o tio foi logo tentando ganhar a confiança do garoto para que pudesse levá-lo à “Rua do Fogo”, zona de meretrício. Nada conseguiu, a não ser descobrir parte de suas primeiras aventuras homoafetivas no colégio junto do amigo protetor Paulo Tavares.

As novas regras da economia do poder de punir focam sua atenção para o que Foucault denomina “monstro moral” (FOUCAULT, 2001, p. 115). Este é um ser que reúne em torno de si anomalias diversas, consideradas ao mesmo tempo criminosas e patológicas.

4.1.4 Anomalia e sexualidade

A conduta discrepante ou, como queira, desviante, anormal, identificada nos indivíduos, em especial pela psiquiatria, esteve sempre atravessada pelo problema da sexualidade. Quiçá, conforme Foucault (2001), os chamados distúrbios sexuais, como a homossexualidade, não sejam mesmo a raiz, o princípio etiológico geral das outras formas de anomalia. Esses distúrbios sexuais, “descobertos” no século XIX, entraram no rol dos alvos do poder normativo e disciplinar, que menos do que reprimir, serem excluídos, silenciados, deveriam ser falados e revelados, se não como forma de remissão de pecado, por meio da confissão, como narração a ser verificada por um especialista, geralmente um médico.

Foucault, em “Verdade e poder”, entrevista publicada em *Microfísica do poder* (1979), afirma que se o poder fosse apenas repressivo não teria tanta eficácia em sua atuação. Sua manutenção e aceitação dependem justamente do fato de estar imbricado na vida cotidiana, produzindo discursos, formando saber e induzindo ao prazer (FOUCAULT, 1979, p. 8). Esse poder que ganhou forma na modernidade é antes produtivo do que repressivo.

Em *História da sexualidade I: a vontade de saber* (1988), o estudioso afirma que na modernidade passou-se a falar de sexo menos de maneira condenatória, e mais com o objetivo de gerir, tornar útil, “regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo” (FOUCAULT, 1988, p. 27). Para isso, a revelação, geralmente forçada, tornou-

se imprescindível. Fala-se mais de sexo, mas só alguns detêm esse poder, pois são eles ou elas que dominam o tipo de discurso autorizado. Obviamente que grande parte dos indivíduos, entre eles as crianças, deve permanecer no silêncio e só pode se pronunciar quando exigidos em confissão religiosa, nas análises médicas e nos processos de investigações que ocorrem dentro da família e na escola.

Todos os discursos autorizados estão de uma forma ou de outra estreitamente vinculados a estratégias de poder:

(...) aproximadamente na metade do século XIX se abriu à jurisdição miúda dos pequenos atentados, dos ultrajes de pouca monta, das perversões sem importância, enfim, todos esses controles sociais que se desenvolveram no final do século passado e filtram a sexualidade dos casais, dos pais e dos filhos, dos adolescentes perigosos e em perigo – tratando de proteger, separar e prevenir, assinalando perigos em toda parte, despertando atenções, solicitando diagnósticos, acumulando relatórios, organizando terapêuticas; em torno do sexo eles irradiaram os discursos, intensificando a consciência de um perigo incessante que constitui, por sua vez, incitação a se falar dele (FOUCAULT, 1988, p. 32-33).

A partir de determinado momento, a sexualidade passou ser objeto não apenas da rejeição pudica da sociedade, mas de toda uma intervenção judiciária, médica, pedagógica e ainda de várias tentativas de teorizá-la. É o que Foucault (1988) revela, até mesmo suscitando uma contradição: nas sociedades modernas, o sexo e/ou a sexualidade não ficam na obscuridade, mas são sempre um tema em voga, ainda que seja para valorizar o segredo que paira em torno deles. As regras da confissão cristã, por exemplo, advogam que se pode falar dos pecados do sexo, mas nunca nomeá-los.

Anthony Giddens, em *A transformação da intimidade* (1993) observa que a sexualidade é uma elaboração social que atua dentro dos campos de poder, e não apenas devem ser classificadas como meros estímulos biológicos que podem ou não serem liberados. Prazer e poder estão quase sempre juntos quando se abordam os controles exercidos sobre as sexualidades errantes.

Foucault (1988) sintetiza as principais características desse poder que está em toda parte, que emana de todos os lugares: o poder não se adquire, se exerce; as relações de poder não são exteriores, mas imanentes a outros tipos de relações, como as sexuais; o poder pode não vir apenas de cima, dos dominadores, mas também vem de baixo, dos pequenos grupos; as relações de poder são ao mesmo tempo intencionais e não subjetivas; onde há poder há resistência. Machado (1979) identifica os poderes microidentificados por Foucault em toda parte, nada e ninguém escapam deles, não existem limites nem fronteiras. Não existe

a dicotomia entre quem exerce e quem é submetido aos poderes. Todos podem, em determinado momento, estarem em um ou outro polo.

Em relação à resistência, ainda que o objetivo último do poder seja minar essas resistências, tornar os corpos cada vez mais dóceis e úteis, verificamos nas narrativas que compõem o *corpus* de nossa pesquisa que há sempre uma reação ao poder de vigilância e disciplina sobre as práticas homoafetivas infantis, seja pelo prazer de subverter, seja pela possibilidade de driblar os controles, mesmo por meio do isolamento, do silêncio, como ocorre com Maurício, de *Limite branco*, que guarda em seu mundo próprio todas as sensações de atração pelo primo e já na adolescência pelo colega de escola Bruno.

4.2 A personagem literária

4.2.1 A importância da personagem para a narrativa ficcional

“Um espelho não se aperfeiçoa porque um cortejo histórico passa à sua frente. Ele só melhora quando recebe uma nova camada de mercúrio – em outras palavras, quando adquire nova sensibilidade. E o sucesso de um romance está na sua própria sensibilidade, não no sucesso de seu assunto”. Esta é uma das concepções que E. M. Forster, em *Aspectos do romance* (1969), manifesta sobre as características apresentadas por este gênero narrativo. Sensibilidade que só é possível graças à presença das personagens ou “pessoas”, como denomina o estudioso, que, por sua vez, juntamente com a “estória”, os acontecimentos dispostos em sequência no tempo, são a base do texto romanesco.

Antonio Candido, em “A personagem do romance” (texto incluído em *A personagem de ficção*, 2005), afirma que, além das personagens, o enredo⁴⁵ e as ideias, são os elementos centrais de um desenvolvimento novelístico. São ligados e inseparáveis, mas as personagens representam o elo do texto com o leitor, é, através delas, que acontece a adesão e identificação com a narrativa. Ainda assim, Candido ressalta que a personagem só faz sentido dentro de um contexto. Portanto, “(...) no fim de contas a construção estrutural é o maior responsável pela força e eficácia de um romance” (CANDIDO, 2005, p. 55).

Sérgio (*O Ateneu*), Boa-Vida, Gato, Almiro e Barandão (*Capitães da areia*), José Maria (*Dona Sinhá e o filho padre*) e Maurício (*Limite branco*) são as personagens de nosso

⁴⁵Em *Aspectos do romance* (1969), Forster diferencia estória de enredo. Para ele, o enredo também é uma narrativa de acontecimentos, mas, ao invés da ênfase recair sobre a sequência desses acontecimentos no tempo, é posta sobre a causalidade. Na oração “O rei morreu e depois a rainha”, segundo Forster, há uma estória. Já em “Morreu o rei, e depois a rainha morreu de pesar”, um enredo. “A sequência no tempo é preservada, mas o sentido de causalidade obscurece-a” (FORSTER, 1969, p. 69).

corpus cujas sensibilidades relacionadas à ocorrência de desejos homoafetivos compõem, de forma quase central, no caso de *O Ateneu* e *Dona Sinhá e o filho padre*, e também de maneira tangencial, em se tratando de *Capitães da areia* e *Limite branco*, os enredos das narrativas. Em cada uma delas, as personagens que as compõem agem umas sobre as outras e revelam-se umas às outras, conforme destaca Roland Bourneuf e Réal Ouellet, em *O universo do romance* (1976). Em cada momento da ação há sempre uma situação de conflito, ora as personagens se perseguem, ora se aliam, ora se confrontam.

Por meio de suas ações e contextos, de suas relações com outras personagens, analisaremos mais adiante, numa perspectiva diacrônica, desde *O Ateneu* (1888) a *Limite branco* (1970) – portanto, quase um século – como ocorrem as múltiplas formas de evidenciação do poder disciplinar e do poder de normalização que incidem sobre práticas e desejos homoafetivos das personagens em idade infantil, e de que forma a literatura vem tratando essa temática.

Também destacaremos de forma mais superficial outras narrativas da literatura brasileira que identificamos e que trazem em seus enredos personagens infantis envolvidas em situações de homoafetividade. Para procedermos a essa análise, mostra-se necessário compreendermos a função e importância que o elemento personagem desempenha numa narrativa literária.

Em sua *Poética*, Aristóteles já afirmava que, na representação das personagens como no desenrolar de suas ações, é importante procurar sempre o que ele chama de “verossimilhança e necessidade”. Ou seja, na concepção do estagirita, as personagens e seus atos devem ser justificados pelo sentimento de se tratar de algo possível dentro do enredo. Entendemos, numa visão mais moderna da literatura, que a narrativa deve proporcionar uma ligação harmônica entre os elementos fantasiosos ou imaginários que são essenciais para o entendimento do texto. Mesmo que se trate de um texto classificado como fantástico, personagens e ações devem ser pautados por uma coerência interna. No caso das narrativas analisadas em nosso *corpus* podemos afirmar que trazem personagens verossímeis, principalmente pelo fato de poderem ser encontradas na vida real.

Forster (1969) assinala que pelo próprio romancista tratar-se de um ser humano há *a priori* uma identificação estreita com as personagens literárias, o que não ocorre em outras artes, como a escultura, a pintura, a música, que, concretamente, não necessitam de uma personagem para serem compostas. Já o romancista precisa do que Forster chama de “massas verbais” para a construção da narrativa. Essas “massas verbais” são as personagens, que, no decorrer do enredo, ganham um nome, um sexo, uma história, um passado e outras sutilezas

que podem ou não serem reveladas. Ele defende que sua natureza está condicionada sobre o que o romancista imagina em relação a outras pessoas ou a si mesmo (FORSTER, 1969, p. 34).

Em nossa análise, concordamos com o pressuposto do estudioso de que, sob perspectivas diversas e subvertendo o real, como é próprio da literatura, as personagens apresentam características e se portam conforme pessoas que o romancista trouxe da realidade e mesmo de acordo com seus próprios comportamentos, experiências e visões de mundo. A grande vantagem da personagem para o ser real é que, na literatura, especificamente na ficção, conseguimos vislumbrar detalhes e minúcias que seriam praticamente impossíveis na realidade histórica. Para Forster (1969), no romance, a sensação é sempre de intencionalidade, principalmente quanto às ações das personagens, que, por sua vez, constituem o principal elemento da ficção.

Anatol Rosenfeld, em “Literatura e personagem” (em *A personagem de ficção*, 2005), afirma que, nas artes literárias, a personagem constitui a própria ficção, é através dela que é possível classificar um texto como ficcional. Ou seja, de acordo com a definição dada por Yves Reuter, em *A análise da narrativa: o texto, a ficção e a narração* (2002), a ficção é a história e o mundo construídos pelo texto e existentes apenas por suas palavras, suas fases, sua organização. Já o referente é “o mundo real (ou imaginário) e nossas categorias de apreensão do mundo que existem fora da narrativa singular, às quais esta se remete” (REUTER, 2002, p. 17).

Somadas às palavras, à linguagem verbal, na literatura as personagens se caracterizam pelo que Rosenfeld (2005) chama de “objectualidades puramente intencionais”. Mesmo que os seres humanos sejam sempre historicamente e psicologicamente mais determinados e completos do que as personagens, estas são capazes de projetar no ato da escrita e, principalmente, no ato da leitura, contextos objectuais que transcendem o próprio texto, indo além da realidade empírica que pode ter servido de modelo para a narrativa e suas personagens. Essas objectualidades são fragmentárias, ao contrário da determinação e completude da vida real, mas muito mais propensas a despertar nossa imaginação. Ele cita o exemplo de um retrato artístico, no qual a imagem puramente intencional chega a ofuscar a pessoa retratada. “Aliás, mesmo diante de um fotógrafo desprezioso a pessoa tende a compor-se, tomar uma pose, tornar-se personagem; (...). Chega a fingir a alegria que deveras sente” (ROSENFELD, 2005, p. 18).

Na literatura, o uso das palavras, da linguagem verbal, contribui bastante para esse caráter objectual puramente intencional das personagens. Em função de sua limitação

espacial, o narrador de um texto literário pode enfatizar e tornar mais nítidos aspectos das personagens que seriam praticamente impossíveis na vida real. Rosenfeld (2005) assinala que, devido a essa limitação, as “pessoas” da narrativa apresentam maior coerência do que as pessoas reais, maior exemplaridade, maior significação e mais riqueza: “(...) em virtude da concentração, seleção, densidade e estilização do contexto imaginário, que reúne os fios dispersos e esfarrapados da realidade num padrão firme e consistente” (ROSENFELD, 2005, p. 35).

Forster (1969) assinala que as pessoas de um romance podem ser completamente enxergadas em seus pormenores pelo leitor se assim o romancista quiser, pois este tem a prerrogativa de expor detalhes de suas vidas que, dificilmente, poderíamos detectar no sujeito histórico. Muitas vezes, as personagens de um romance parecem ser muito mais reais e definidas que as personagens históricas e mesmo do que as pessoas que são realmente próximas de nossas vidas: “(...) foi-nos dito sobre ela tudo o que pode ser dito; mesmo se são imperfeitas ou irreais, não contêm nenhum segredo, enquanto nossos amigos os têm e devem tê-los (...)” (FORSTER, 1969, p. 36).

Candido (2005) adverte ainda que as ênfases dadas a determinados aspectos da personagem, simplificando o entendimento do leitor, nem por isso diminuem a “impressão de complexidade e riqueza. (...) o escritor lhe deu, desde logo, uma linha de coerência fixada para sempre, delimitando a curva da sua existência e a natureza do seu modo-de-ser. Daí ser ela relativamente mais lógica e fixa do que nós” (CANDIDO, 2005, p. 59). Isso contribui para que a compreensão que temos de uma narrativa romanesca seja mais clara do que a apreendemos da realidade empírica.

Portanto, ao selecionarmos personagens da literatura para verificarmos como ocorrem as manifestações de desejos homoafetivos no período da infância, imersos em relações de poder, contamos com a vantagem dessa exposição das personagens, ainda que fragmentária, mas possivelmente maior que das pessoas reais.

É a personagem que consolida o estatuto ficcional de um texto, pois é, através dela, que a imaginação, seja do escritor ou do leitor, se aprofunda. São as pessoas da ficção que conseguem ampliar o leque de possibilidades que o texto possui de explorar seus enunciados. Rosenfeld (2005) cita o exemplo de que, num texto histórico, o relato de algum acontecimento envolvendo Napoleão Bonaparte não teria a possibilidade de utilizar recursos linguísticos, como dizer que ele “cogitava”, “pensava”, “receava” conquistar a Rússia, pois seria obrigatório um verbo mais definidor. Ou seja, sem o elemento humano, a narrativa literária transforma-se em mera descrição ou relato.

No texto ficcional é possível explorar a imaginação, a ambiguidade, o que o torna mais rico que determinados construtos científicos e/ou históricos. Constatamos desta forma que a análise de uma personagem literária ao mesmo tempo em que permite uma maior viagem imaginativa e não menos convincente e verdadeira que na vida real, possibilita uma visão mais minuciosa em comparação com a pessoa empírica: “(...) um romance é uma obra de arte, com suas próprias leis, que não são das da vida diária, e que uma personagem dum romance é real quando vive de acordo com tais leis” (FORSTER, 1969, p. 48). Mesmo que o narrador/romancista não revele tudo sobre a personagem, a realidade que ele expõe na ficção é geralmente mais clara e visível do que se fosse na realidade do dia-a-dia.

Narrativas que exploram com mais ênfase os sentimentos e conflitos psicológicos da personagem, como o Maurício, de *Limite branco*, nos permitem enxergar sensações e atrações que na vida real não seriam possíveis. Aliás, em se tratando de crianças, cujos pensamentos, perspectivas e sentimentos são de difícil compreensão pelos adultos, a literatura nos possibilita mais clareza e visibilidade. Em todas as quatro narrativas de nosso *corpus* e mais as que devemos mencionar ao longo deste capítulo conseguimos vislumbrar diversos aspectos da condição homoafetiva das personagens infantis, em especial as situações que envolvem manifestações de poder, geralmente para interditar tais condutas sexuais.

Concordamos ainda com Reuter (2002), quando este defende que não se pode subestimar o fato de a personagem ser um dos “suportes essenciais do investimento ideológico e psicológico dos autores e dos leitores” (REUTER, 2002, p. 51). Esse investimento pode ser baseado tanto na própria construção interna do texto, como fora do texto, ou seja, no funcionamento da sociedade e dos indivíduos.

Não por acaso, Bourneuf (1976), citando Jean Starobinski, afirma que se não é uma consequência, a obra é amiúde para o autor uma maneira de se antecipar à experiência vivida.

4.2.2 As personagens e suas classificações

Adotaremos em nossa análise, basicamente, a classificação estabelecida por Forster (1969) e, posteriormente, explicitada por Candido (2005). Tendo por base a psicologia das personagens de uma ficção, elas seriam divididas em “planas” e “redondas” ou “esféricas”. As primeiras são apresentadas na narrativa relacionadas a uma única ideia ou a uma pequena quantidade de ideias e qualidades. Também podem ser chamadas de “tipos” e, num caso mais extremo, de “caricaturas”. Já as segundas não são claramente delimitadas em

suas características, mas dotadas de uma complexidade psicológica mais profunda, capazes de surpreenderem o leitor de maneira convincente. Essa classificação adota o critério que Bourneuf (1976) define como “densidade psicológica das personagens”. Há ainda variações entre essas duas categorias.

Candido (2005) afirma que o romance moderno, a partir do século XVIII, se estendendo ao começo do século XX, passou a tratar as personagens de dois modos distintos: como seres facilmente delimitados de acordo com um número pequeno de características; e como seres complicados, cheios de nuances e aspectos psicológicos mais profundos e imprevisíveis. Ele destaca ainda a classificação definida por Johnson ainda no século XVIII: “personagens de costumes”, cujas características são fortemente delimitadas, correspondentes à espécie “plana”, de Forster; e as “personagens de natureza”, cujos traços fixos e superficiais são enriquecidos por aspectos mais íntimos e menos marcados. É o correspondente às personagens esféricas de Forster.

De acordo com Arnaldo Franco Júnior, em “Operadores de leitura da narrativa” (texto incluído em *Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas*, 2009), as personagens literárias podem ainda ser classificadas a partir de dois critérios: grau de importância para o desenvolvimento do conflito dramático e grau de densidade psicológica. Ele reúne as principais classificações relacionadas ao elemento personagem que nos serão úteis para nossa análise.

Primeiramente, as personagens literárias podem ser principais ou secundárias. As primeiras são identificadas pelo fato de suas ações serem fundamentais para o desenrolar do enredo, desempenhando geralmente a função de heróis na narrativa. As segundas são aquelas cujas ações não são fundamentais para o conflito dramático, tendo geralmente função subalterna e atraindo menos a atenção do leitor (FRANCO JÚNIOR, 2009, p. 39).

Já as personagens planas, conforme a classificação de E. M. Forster, podem ser divididas em “tipo”, ou seja, as que podem ser identificadas por uma mera categoria social, como o estudante; e “estereótipo”, cuja identificação acontece por meio da “acumulação excessiva de signos que caracterizam determinada categoria social”, a exemplo de um pirata cuja imagem traz todos as referências da figura estereotipada, com perna de pau, olho de vidro, cara de mau, gancho no lugar da mão etc. Franco Júnior (2009) também descreve as personagens redondas e as planas com tendência a redonda, conforme já mencionamos anteriormente. Esta última apresentaria um grau mediano de densidade psicológica, não sendo totalmente previsíveis como as planas e menos complexas que as redondas.

Em nosso *corpus*, mesmo em se tratando de personagens infantis ou em transição para a adolescência, e, portanto, dificilmente inclinadas a uma densidade psicológica demasiado complexa, constatamos a presença de personagens esféricas, ou seja, com uma grande densidade psicológica. É o caso de Sérgio, de *O Ateneu*; e Maurício, de *Limite branco*. Quanto a José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, consideramos tratar-se de uma personagem plana com tendência a esférica, ainda que os conflitos religiosos e sexuais sejam bastante explorados pelo narrador intradieético. Na primeira obra, a história é narrada pelo próprio Sérgio e, em *Limite branco*, ocorre uma forma de apresentação mista, por um narrador extradieético, ainda que possamos perceber laivos de memória na narrativa, e pelo próprio Maurício, quando da escrita de seu diário. Essas três personagens podem ainda ser classificadas como tendo um papel principal nas narrativas, são as protagonistas. Já as personagens de *Capitães da areia* envolvidas em situações que denotam a presença de desejos homoafetivos, Boa-Vida, Gato, Almiro e Barandão, são completamente planas e desempenham um papel secundário na narrativa, são adjuvantes. Ainda assim, mesmo planas e secundárias, as situações nas quais surgem as manifestações de poder sobre os desejos homoafetivos dessas personagens são representativas para nossa pesquisa.

Já em Sérgio, José Maria e Maurício, podemos identificar em suas histórias a presença de conflitos psicológicos, especialmente em relação à homoafetividade, que se não chegam a surpreender o leitor, convencem em suas reações às diferentes formas de opressão, externas e internas, e, conseqüentemente, de resistência ao poder normalizador e disciplinar exercido sobre suas sexualidades desviantes.

Em nossa análise, adotamos uma perspectiva diacrônica ao esmiuçarmos como as narrativas abordam o tema da homoafetividade na infância. Os quatro textos que selecionamos para o *corpus* abrangem um período de quase 100 anos, desde 1888, quando *O Ateneu* foi publicado, passando por *Capitães da areia* (1937), no contexto do romance de 30; *Dona Sinhá e o filho padre* (1964), e *Limite branco* (1970)⁴⁶. Nesse ínterim, também citaremos de forma mais superficial outras narrativas, entre contos e romances, que trazem em seus enredos personagens infantis homoafetivas.

⁴⁶ Coincidência ou não, percebemos que os anos de publicação das obras do *corpus* coincidem ou se aproximam de períodos importantes para a história do Brasil, o que pode ter influenciado a construção do enredo e o tratamento dado às personagens, em especial às homoafetivas. 1888, ano de publicação do *O Ateneu*, foi marcado pela abolição da escravidão no país; em 1937, quando foi publicado *Capitães da areia*, eclodiu o golpe de Estado que deu início ao período chamado Estado Novo, marcado por forte centralização política, autoritarismo e anticomunismo; em 1964, ano da publicação de *Dona Sinhá e o filho padre*, deu-se início à violenta ditadura militar brasileira, que perdurou até 1985; nesse ínterim, em 1970, *Limite branco* foi publicado em meio ao conturbado período de intensa mobilização social pela volta da democracia no Brasil.

Sánchez (2012) observa que, até 1965, os romances latino-americanos calcados no homoerotismo davam um tratamento mais naturalista às relações homoafetivas entre homens. De 1965 a 1985, mesmo que de forma ainda explícita, a objetividade realista deu lugar a uma maior subjetividade. De 1985 a 2001, a homossexualidade fica em plano secundário, com as narrativas abordando questões humanas num sentido mais geral. As três primeiras narrativas de nosso *corpus* se encontram e se identificam com o primeiro período. Já *Limite branco* se encaixa bem na segunda fase, marcada pela narração em primeira pessoa mesclada com partes em terceira pessoa.

4.3 Abordagem literária da homoafetividade infantil: análise das personagens

4.3.1 Sérgio

“Vais encontrar o mundo”, disse-me meu pai, à porta do Ateneu. “Coragem para a luta”. (POMPÉIA, 2010, p. 11). Repetimos agora as primeiras palavras da narrativa de *O Ateneu* para sinalizarmos um pouco do que espera o protagonista Sérgio, garoto de 11 anos, em sua nova vida no internato. Entre os desafios de passar pela transição da infância para a adolescência num ambiente hostil e competitivo, onde os vínculos homosociais são ao mesmo tempo fortes e ambíguos, destacam-se suas primeiras experiências mais concretas, seus primeiros desejos homoafetivos.

É esse aspecto que enfocamos ao analisar como as relações vividas pela personagem do romance, considerado pela crítica como estando entre os primeiros romances da escola realista no Brasil e primeira narrativa literária brasileira a trazer como protagonista um indivíduo homoafetivo, e, mais surpreendente, em se tratando de um texto escrito ainda no século XIX, uma personagem ainda na infância. Thomé (2009) salienta que, três anos antes de *O Ateneu*, foi publicado o romance *Um homem gasto*, de Ferreira Leal, mas pouco considerado pela crítica, o que coloca o texto de Raul Pompéia como referência inaugural da literatura de temática homoerótica no país.

André Seffrin, em prefácio de *O Ateneu* (2010), afirma que a maioria das personagens do romance de Pompéia é caracterizada pela caricatura. Sérgio, o protagonista, faz certamente o tipo estudante desprotegido e em conflito com seus desejos homoafetivos, oprimido pela estrutura sufocante e competitiva do internato.

Reiteramos que a narrativa, em tom de memória, se inicia com o pai entregando o garoto aos cuidados da instituição, considerada uma das mais conceituadas pela burguesia

carioca do fim do século XIX. A crítica afirma que a obra, que, sem dúvidas seria um texto autobiográfico, sendo Sérgio um alterego de Pompéia. O fato é que nos anos em que esteve internado no colégio, Sérgio realmente descobriu o mundo ou vários mundos, entre eles o da descoberta homoafetiva.

A exemplo de outras crianças brasileiras consideradas como da elite em meados do século XIX, Sérgio foi deixado aos cuidados da escola, instituição que, na modernidade, assumiu um lugar de destaque na formação da criança ao lado da família e da medicina. Formação essa que visava a garantir a preparação de um adulto completamente adequado às normas sociais e à moral católica, por meio do controle minucioso do corpo infantil. A masturbação e as chamadas “amizades particulares” – expressão que se consagrou para designar relações homoafetivas geralmente ocorridas na infância e adolescência a partir da obra de mesmo nome de Roger Peyrefitte, de 1944 – eram alvos de vigilância ininterrupta, resultando, porém, que, ao invés de reduzi-las, estimulavam sua ocorrência.

No internato, o temido diretor da instituição, Aristarco, conduzia com mão de ferro a rotina dos alunos, que tinham seus espaços próprios divididos de acordo com a idade. Logo que se viu sozinho sem o pai, sem a família, no internato, o garoto parece perceber o que viria pela frente:

Quando meu pai saiu, vieram-me lágrimas que eu tolhi a tempo de ser forte. Subi ao salão azul, dormitório dos médios, onde estava a minha cama, mudei de roupa, levei a farda ao número 54 do depósito geral, meu número. Não tive coragem de afrontar o recreio. Via de longe os colegas, poucos àquela hora, passeando em grupos, conversando amigavelmente, sem animação, impressionado ainda pelas recordações de casa; hesitava em ir ter com eles, embaraçado da estreita das calças longas, como um exagero cômico, e da sensação de nudez à nuca, que o corte recente dos cabelos desabrigara em escândalo. João Numa, inspetor ou bedel, baixote, barrigudo, de óculos escuros, movendo-se com vivacidade de bácoro alegre, veio achar-me indeciso à escada do pátio. “Não desce a brincar?” perguntou bondosamente. “Vamos, desça, vá com os outros”. O amável bácoro tomou-me pela mão e descemos juntos” (POMPÉIA, 2010, p. 32).

No microcosmo do internato, as pressões sobre Sérgio vinham de direções variadas, como é caracterizada a teia de micropoderes disciplinares e normalizadores identificada por Foucault. Além de ser obrigado a obedecer às regras da escola, o garoto se viu tendo que sobreviver ao mundo de crueldade, fofocas, humilhações e enganos, que partiam dos próprios colegas, bem como das autoridades escolares. Tudo isso sob o pano de fundo da religião católica. “O catecismo começou a infundir-me o temor apavorado dos oráculos obscuros” (POMPÉIA, 2010, p. 52).

Em suas amizades mais particulares, nas quais é nítido o desejo homoafetivo, ao todo três durante o período que esteve no internato (Sanches, Bento Alves e Egbert), Sérgio

via nelas e nos amigos o pecado materializado. Para ele, o mal, como pregado para classificar tudo aquilo que fugisse ao bem da moral religiosa e social, estava encarnado nessas relações. “Iniciara-me Sanches no Mal”, concluía o garoto sobre sua primeira relação de cunho homoafetivo (POMPÉIA, 2010, p. 81).

Na narrativa, os desejos homoeróticos estão sempre envoltos em relações de poder, sejam elas puramente repressoras, partindo de polos externos, como a direção da escola e os colegas, e também internos, ou seja, os momentos de autorrepressão e autocensura do próprio Sérgio. Há ainda mecanismos de poder que podem ser vistos no interior dos relacionamentos vividos em sua estadia no colégio, mais fortemente com Sanches e Bento Alves, materializados em manifestações de posse e superproteção.

Em seus primeiros dias no internato, Sérgio descobre logo que precisa ser forte, pois comportamentos efeminados, “de mulher desamparada”, são rejeitados e reprimidos. Era preciso ser viril, ser homem, deixar a infância para trás. “Faça-se forte aqui, faça-se homem” (POMPÉIA, 2010, p. 39), alertou Rebelo, o colega “camarada”, que se encarregou de mostrar a Sérgio as regras do internato. Estar entre os protegidos não era aconselhável se o menino quisesse sobreviver em ambiente aparentemente tão hostil. Esta norma, que privilegiava os ativos em detrimento dos passivos tendentes à efeminação, reproduzia o que já era fato na sociedade grega clássica, em que apesar de a pederastia ser aceita como necessária à formação dos efebos, manter-se na relação como parceiro passivo não era visto com bons olhos.

Ainda assim, o próprio Sérgio rapidamente percebeu que a escola era mesmo ambiente propício para a efeminação, principalmente em se tratando do caráter ainda em formação de uma criança.

Se não houvesse esquecido as práticas do Rebelo, eu teria notado que me invadia pouco a pouco a efeminação mórbida das escolas. Mas a teoria é frágil e adormece como as larvas friorentas quando a estação obriga. A letargia moral pesava-me no declive. E, como se a alma das crianças, à maneira do físico, esperasse pelos dias para caracterizar em definitiva a conformação sexual do indivíduo, sentia-me possuído pela necessidade preguiçosa do amparo, volúpia da fraqueza imprópria do caráter masculino (POMPÉIA, 2010, p. 48).

As regras entre os alunos do internato dividiam os garotos em dois sexos: o dos frágeis e dominados, pervertidos; e o dos fortes, protetores e dominadores. Em suas primeiras relações, que sutilmente apontam para um interesse homoafetivo, Sérgio logo percebe que poderia ser vantajoso ser protegido. Sanches, seu primeiro “amigo”, para ele tinha valor por sua capacidade estudantil, boa vontade e disponibilidade para vigilância.

Ao mesmo tempo em que se entregava aos desejos ainda desconhecidos, mal disfarçados em necessidade de proteção, os valores religiosos da escola repudiavam qualquer entrega aos prazeres carnavais. Ou seja, não se aceitava a menor insinuação sexual entre crianças, ainda mais no caso de um ambiente só de meninos. Em nome de Deus, comportamentos inadequados, como a efeminação, a masturbação e as relações de cunho afetivo-sexuais eram vigiados e punidos.

A primeira relação de Sérgio com pitadas de atração afetivo-sexual ocorreu com um colega mais velho, Sanches, como já mencionado, que logo passou a demonstrar sentimentos de posse para com o amigo, o que provocou gradualmente a antipatia de Sérgio. Toda e qualquer demonstração de afeto, de demasiada proteção e posse, era escondida dos outros colegas e dos adultos. Ainda assim, na cabeça de Sérgio, o diretor espiritual da escola e colegas como o Rebelo já haviam percebido de que se tratava de uma relação mais íntima. “Contudo Sanches, como os mal-intencionados, fugia dos lugares concorridos. Gostava de vaguear comigo, à noite, antes da ceia, cruzando cem vezes o pátio de pouca luz, cingindo-me nervosamente, estreitamente, até levantar-me do chão” (POMPÉIA, 2010, p. 57).

Ao mesmo tempo em que Sérgio gostava de se sentir protegido, os gestos mais íntimos foram sendo rejeitados como algo “ímundo” e, logo, houve o distanciamento, fato que se repetiu nas duas seguintes relações com características homoafetivas do garoto durante a narrativa. Contatos mais próximos, como em quase todos os ambientes homosociais, só eram aceitáveis por ocasião de competições e brigas entre os alunos.

Portanto, atitudes ambíguas perpassam todos os momentos em que as relações homoafetivas que o protagonista descobre são abordadas. É o caso, por exemplo, da necessidade de ser protegido, ao mesmo tempo em que rejeita esse comportamento. Ser demasiado protegido era coisa de criança, ou de mulherzinha. Se o protetor se esquivasse logo o protegido sentia sua falta. Com o tempo, Sérgio começou a rejeitar Sanches, que não se conformou e passou a persegui-lo na escola, outra expressão de poder presente no enredo de *O Ateneu*.

Entretanto, o poder normalizador e disciplinar, com efeitos repressivos, é o que mais se destaca ao longo do enredo, emanando de várias direções: da direção da escola, das crenças religiosas, dos colegas e dos próprios envolvidos. Entregar-se aos prazeres sexuais com os outros garotos era para Sérgio entregar-se ao mal. A culpa era sintoma desse mal.

Bento Alves foi o primeiro “amigo” por quem Sérgio nutriu verdadeiro sentimento. A ambiguidade continua sendo tema central da relação entre os dois. Sentimento de amigos, irmãos ou de namorados? Mesmo com medo da opressão, Sérgio entregou-se

totalmente pela primeira vez à condição de passivo, de protegido, de cortejado. O narrador está sempre a comparar as atitudes dos dois companheiros como se fosse uma relação heteroafetiva, em que a mulher é sempre o objeto da posse, do desejo, o que, intencional ou inconscientemente, reflete a visão que o romancista apreendera da realidade da época, na qual a mulher estava sempre em condição inferior. Mais uma vez, a autocensura prevalece e os dois amigos acabam se afastando.

Em seguida, foi com Egbert que Sérgio – presume-se que já adolescente – descobriu um afeto mais equilibrado. Nessa relação os dois tratam-se como iguais, *a priori*, não há um protetor e um protegido. Em seus devaneios, encontros, passeios, os dois imaginavam que viviam um romance. Mesmo que apontem para uma consumação, em *O Ateneu* não fica claro que a relação sexual propriamente dita de fato acontecia entre os amigos. O desejo permanece na esfera do não realizável, do platônico.

A narrativa de *O Ateneu*, caracterizada por uma linguagem acentuadamente impressionista, retrata, mesmo que muitas vezes de forma caricatural, a realidade de uma época em que a sexualidade infantil era alvo de uma intensa preocupação por parte da família, da escola, da igreja, da medicina e de outras áreas que buscavam vigiar e controlar os corpos infantis e os desejos considerados proibidos. Ainda que sinalize ao leitor a visão conservadora e profundamente marcada pelos fundamentos da religião católica sobre relações do tipo homoafetivo, estimulando a reflexão, utiliza sempre uma linguagem negativa ao tratar dos desejos de Sérgio por seus amigos, bem como das personagens secundárias que tinham comportamentos considerados efeminados, o que também revela uma tendência à misoginia.

Por meio de uma narração que passa pelas impressões da própria personagem Sérgio sobre sua vida e suas relações no internato, a narrativa, ao mesmo tempo em que reconhece a existência da homoafetividade na infância/adolescência, também é marcada por uma forte negação e por uma concepção de provisoriedade em se tratando do desejo homoerótico. Ou seja, a impressão que fica é a de que Sérgio sairá do internato e provavelmente seguirá a vida heteroafetiva que se espera de um rapaz católico.

A exemplo do que ocorre em *O Ateneu*, o conto “Frederico Paciência”, de Mário de Andrade, incluído em *Contos Novos*, de 1947, aborda a rejeição e a negação dos desejos homoafetivos entre dois garotos como um dos principais componentes da aproximação em torno da homoafetividade. Em “Frederico Paciência”, as relações de poder, seja na escola, na rua, na família, a repressão e principalmente a autorrepressão em torno da descoberta homoafetiva, manifestam-se na voz de um narrador em primeira pessoa, Juca, que motivado pela memória, constrói uma narrativa repleta de interrupções, confusões, impressões

sentimentais conturbadas sobre a relação entre dois garotos, ele e Frederico Paciência, que se conhecem na escola.

Na visão de Juca, Frederico era a “aspiração ao nobre, ao correto”, o modelo de perfeição masculina, de imitação, contraponto à sua feição “fraca” e “feia”; à sua falta de espontaneidade, de coragem; sua tendência aos vícios e à preguiça. Desde o começo do texto, o sentimento erótico confuso de Juca por Frederico aparece, mesmo que sutilmente. Pressionado pelos valores da sociedade, o próprio Juca rejeita a relação que se torna cada vez mais intensa com Frederico Paciência. Ao mesmo tempo em que o deseja eroticamente – ressalte-se que a consumação da relação sexual entre os dois não fica clara em parte alguma da narrativa – Juca quer excluí-lo de sua vida.

O internato também é o espaço principal onde são manifestados desejos homoafetivos por parte de personagens em idade infantil em outras narrativas que identificamos na literatura brasileira moderna. O conto “Três histórias no internato”, de Autran Dourado, reúne três pequenos textos incluídos no livro *Solidão Solitude* (1972): “Inventário do primeiro dia”, “História natural” e “A última vez”.

As narrativas retratam as experiências de vida e os conflitos psicológicos de três personagens no internato. Iremos nos ater ao primeiro e terceiro textos, uma vez que tratam de personagens infantis inseridas em contextos que remetem à homoafetividade e suas relações de poder. Em “Inventário do primeiro dia”, João é um menino que, pela primeira vez, deixa a casa dos pais para viver num colégio interno. As angústias do garoto em relação à sua nova vida centralizam a narrativa. Uma delas diz respeito à dificuldade que João tem de se relacionar com os companheiros de internato, que são em sua maioria hostis com ele (como acontece com Sérgio, em seus primeiros dias no Ateneu).

O isolamento de João é ainda mais agravado pela crueldade com que é tratado pelos colegas, que se valem de epítetos homofóbicos e machistas, como “mulherzinha”, para hostilizá-lo, numa clara manifestação de poder com o objetivo de subjugar o interno novato. Logo na primeira noite, o garoto torna-se alvo de um trote por parte dos colegas de quarto, que sujam seu pijamas com um líquido vermelho no intuito de simular uma menstruação, momento que remete à valorização da virilidade em detrimento das especificidades femininas.

No terceiro texto de *Três histórias no internato*, “A última vez”, Martinho ao que parece é uma adolescente que vive seu último dia no internato, lembrando momentos marcantes, em especial a relação conflituosa ainda no período da infância, que teve com um outro interno, de nome Sizenando, cujo apelido era Quati, por causa de suas feições parecidas com a do animal de mesmo nome. Hostilizado pelos companheiros do internato, conforme

informação do narrador, Quati passava mesmo a impressão de um bicho do mato, acuado, unhas grandes e sujas, cabelos desarrumados, avesso a banho, mal cheiroso, sem amigos, sorrateiro.

Era bem mais velho que Martinho, que, se presume, estava no fim da infância/início da adolescência quando se deu o episódio com Quati. Este passou a seguir os passos de Martinho, sempre presente onde o outro estivesse, solícito, simpático como não era com ninguém, oferecendo cigarros e outros agrados, sempre recusados. Logo Martinho inquietou-se com o interesse do colega. O que queria? O narrador deixa a resposta no ar, afirmando apenas que logo Martinho descobriu o que o outro desejava.

Nesse texto, o poder se manifesta de duas formas: pela agressividade do assédio de Quati e pela rejeição violenta de Martinho, o que denota certa homofobia. O assédio chegou ao ponto de Martinho golpear com um soco o colega, quando este tentou beijá-lo, em plena sala de aula. Depois disso, nunca mais se falaram, até que, muitos anos depois, Martinho percebe a presença de alguém vigiando-o enquanto passeava pelo colégio em seu último dia no internato, era Quati. Em tom de suspense, o que cria um forte clima de perseguição e de angústia, o reencontro entre os dois não acaba bem. O narrador deixa o destino de Martinho em suspenso. Teria sido morto por Quati?

Ainda que a negatividade em relação a comportamentos e ao desejo homoafetivo seja menos veemente no texto de Dourado do que no de Pompéia, e mesmo que a narrativa estimule a reflexão sobre a existência de tais elementos ainda na infância, a visão que se passa é também a de que no espaço da escola há uma forte rejeição a possíveis condutas que possam ser consideradas efeminadas e contrárias à moral religiosa; bem como a de que os desejos homoafetivos estão fadados a serem negados e repudiados com violência, não se descartando um fim trágico.

O internato, mais especificamente um seminário para crianças e adolescentes entre 10 e 15 anos de idade, é um dos destaques do romance de João Silvério Trevisan *Em nome do desejo* (1983). Numa narrativa pouco convencional, cuja maior parte do texto é construída por perguntas e respostas, como se um narratário imaginário entrevistasse o narrador, são explorados os conflitos dos internos em relação aos seus desejos sexuais e destes com os regulamentos e a moral religiosa pregados no seminário.

Em uma inflexão marcadamente irônica, como forma de estimular a reflexão sobre a hipocrisia reinante que caracterizava as relações entre as 60 crianças internadas, seus diretores e as figuras sagradas da Igreja Católica, *Em nome do desejo* traz João Tico-Tico ou Tiquinho e Abel Rebebel como as personagens principais, ainda que as personagens

secundárias, como os diretores do seminário, Padre Augusto ou Reitor e Padre Marinho, e alguns internos tenham papel importante para que o narrador explore as contradições e angústias preponderantes naquele espaço e naquele tempo.

A narrativa começa com as lembranças de Tiquinho que visita o velho casarão onde 25 anos antes vivera uma tórrida história de amor com o colega Abel, cujo pano de fundo eram sempre os conflitos do primeiro em relação aos preceitos religiosos, preceitos estes sempre cheios de mistérios para os quais Tiquinho estava sempre a procurar explicações. O narrador explora todas as dúvidas do protagonista ao mesmo tempo em que questiona os preceitos religiosos no que diz respeito à homoafetividade.

O caso mais alarmante de mistério era amar o próximo sobre todas as coisas sem ficar apaixonado por ele nem passar o dia inteiro com ele, brincando nos recreios e estudando no salão de estudos e até dormindo na mesma cama, sempre ao lado dele, justamente porque ele era amado o tempo todo e acima de todas as coisas, conforme Jesus tinha dito – “que vos ameis uns aos outros, como eu vos amei” (TREVISAN, 1983, p. 22).

Contudo, o mistério mais doloroso de todos, como explicita o narrador à pergunta do narratário imaginário, era amar o próximo com toda a alma e por causa disso cometer pecado contra a castidade, “como: pensar no próximo pelado ou pegar na mão do próximo disfarçadamente ou, já enlouquecido de amor, apalpar o pinto do próximo amadíssimo, durante uma projeção de filme (...)”. (TREVISAN, 1983, p. 23). Aliás, o sexto mandamento do cristianismo, “Não pecais contra a castidade”, era o que mais atormentava Tiquinho por causa dos fortes desejos homoeróticos que mantinha por Abel.

O regulamento do seminário determinava, acima de tudo, o silêncio, a disciplina e a proibição das chamadas amizades particulares. Esses preceitos ao lado da vigilância constante, das punições severas por descumprimentos, do controle rígido sobre os corpos compunham a ampla e complexa rede de poderes atuantes sobre os internos, ora partindo da direção, ora dos seminaristas, ora mesmo dos envolvidos em relações homoafetivas, como Tiquinho, que ao se entregar aos prazeres carnavais com Abel, quase chega à loucura por se sentir culpado ante sua devoção religiosa. Um dos conflitos de Tiquinho também dizia respeito à sua posição de passivo na relação e a seus trejeitos mais delicados, o que, dentro do seminário, era motivo para a chacota e o desrespeito. Ser viril e macho dominador de “fêmeas”, a exemplo de *O Ateneu*, bem como de *Capitães da areia* e *Dona Sinhá e o filho padre*, que analisaremos a seguir, era exigido das personagens em idade infantil, principalmente na rua e na escola.

Tendo em vista o facilmente identificável tom irônico adotado na narrativa, podemos afirmar que o romance de Trevisan mais estimula a reflexão sobre a questão do homoerotismo na infância e suas relações de poder do que referenda a visão negativa da homoafetividade.

4.3.2 *Boa-Vida, Gato, Almiro e Barandão*

Em *Capitães da areia*, a homoafetividade infantil aparece muito tangencialmente na narrativa, no relato do primeiro encontro entre Gato e Boa-Vida, nos encontros às escondidas entre Almiro e Barandão e em alguns comentários sobre as leis próprias do grupo de crianças abandonadas em relação às condutas sexuais aceitas e não aceitas, o que o narrador chama de “pederastia”.

As personagens desta obra de Jorge Amado refletem basicamente os estereótipos da época, que pesavam sobre os indivíduos homoafetivos. Quando Boa-Vida, 13 anos, mulato atarracado, pequeno e não atraente para as mulheres, vê Gato, também 13 anos, pela primeira vez, “alvo e rosado”, define logo a conquista como meta. No entanto, a esperteza e rejeição de Gato diante da situação surpreende o parceiro. Ainda assim, este não desiste de seu objetivo, o que configura uma manifestação de poder na tentativa de subjugação de um pelo outro.

A relação de troca material, geralmente identificada nesse tipo de relacionamento, como se a concretização do ato homossexual fosse sempre movida mais por interesse do que propriamente por sentimento, também pode ser constatada na narrativa. Ao dar um par de sapatos, fruto de um roubo, ao companheiro, Boa-Vida acreditava que seria mais fácil conquistá-lo. No entanto, suas investidas são prontamente rejeitadas, com violência.

Na hora de dormir, Boa-Vida colocou o recém-chegado ao bando ao seu lado. Quando pensou que Gato estivesse dormindo, tentou baixar suas calças, o que fez com que o outro rapidamente se levantasse e começasse uma confusão. Boa-Vida não se deu por vencido, cego de desejo tentou pegar Gato à força. Este o derrubou no chão. “Ele pensava que eu era maricas. Tu te faz de besta” (AMADO, 2000, p. 33-34). Como já assinalado anteriormente, o poder também se manifesta por meio do sentimento de posse entre os dois pares da relação.

Outro caso rápido de homoafetividade no grupo de crianças se dá entre Barandão e Almiro, 12 anos. Para não serem flagrados quebrando as regras do grupo, encontram-se escondidos na madrugada, fora do trapiche. O esconder-se pode ser explicado pelo fato de entre os Capitães da areia a pederastia passiva ser colocada no mesmo grupo do furto entre

eles. Ou seja, era completamente repudiada. Pedro Bala, o líder, não aceitava tal comportamento, punindo os “infratores” com expulsão do bando.

Outro momento que deixa claro o preconceito arraigado contra pederastas em *Capitães da areia*, e até mesmo um sentimento de nojo, na construção da narrativa, é quando Pedro Bala é preso ao tentar resgatar da delegacia a estátua de Ogum, furtada de Mãe Don’Aninha. Ao ser interpelado por um pederasta efeminado, que se encontrava no recinto da delegacia e já era vítima da chacota dos demais presos, Bala responde com agressividade.

- Tão novinho este. Mas é um amorzinho.

Pedro cuspiu de olhos fechados:

- Sai, xibungo, antes que eu te pranche a cara... (AMADO, 2000, p. 97)

Pelo que podemos verificar, ao mesmo tempo em que prezavam pela total liberdade nas ruas, os Capitães da areia reprimiam qualquer comportamento fora da normatividade determinada pelo grupo, destacando-se a heteronormatividade. Atitude que reflete o que acontece no mundo dos adultos. A religião, o pecado da pederastia, representavam um forte interdito aos desejos homoafetivos entre os garotos. A aproximação do padre José Pedro reforçou o preconceito e a repressão contra tais comportamentos.

Fora mesmo ele [padre José Pedro] um dos que mais concorreram para exterminar a pederastia do grupo. E isto foi uma das suas grandes experiências no sentido de como agir para tratar com os Capitães da areia. Enquanto pecado, uma coisa imoral e feia, os meninos riram nas suas costas e continuaram a dormir com os mais novos e bonitos. Mas no dia em que o padre, desta vez ajudado pelo Querido-de-Deus, afirmou que aquilo era coisa indigna num homem, fazia um homem igual a uma mulher, pior que uma mulher. Pedro Bala tomou medidas violentas e expulsou os passivos do grupo. E por mais que o padre fizesse não os quis mais ali (AMADO, 2000, p. 102).

Esclarecendo o conceito de heteronormatividade, recorreremos a Judith Butler, em *Cuerpos que importan: sobre os límites materiales y discursivos del sexo* (2005), quando esta afirma que os sujeitos sociais são reconhecíveis, primeiramente, de acordo com seu gênero, masculino ou feminino, delimitados pela matriz heterossexual. Esta define “a grade de inteligibilidade cultural por meio da qual os corpos, gêneros e desejos são naturalizados” (BUTLER, 2005, p. 29). Trata-se, portanto, de um discursivo hegemônico e os sujeitos que não se encaixam nesse padrão não são reconhecidos, são excluídos.

Em determinado momento, a narrativa de *Capitães da areia*, construída por um narrador heterodiegético, trata as relações homoafetivas como se fossem uma doença, a exemplo da descrição do momento em que Pedro Bala bane a pederastia do grupo. “Por assim

dizer, Pedro Bala arrancou a pederastia de entre os Capitães da areia como um médico arranca um apêndice doente do corpo de um homem”. (AMADO, 2000, p. 102). No episódio em que Almiro descobre que foi infectado pela peste da Bexiga, alguns do grupo reagem atribuindo sua condição de enfermo ao fato de ter relações sexuais, na posição de passivo, com Barandão.

Quando Pedro Bala é preso no reformatório, a narrativa mostra ainda o quanto as relações homoafetivas eram reprimidas nessas instituições, nas primeiras décadas do século XX, tratadas como “coisa feia”. Ao ouvir ruídos de passos caminhando entre as camas durante a noite, o bedel ameaçou deixar todos sem dormir, caso não delatassem o contraventor. Um dos meninos, o delator, Henrique, entrega os colegas: “Foi Jeremias, que ia pra cama de Berto fazer coisa feia”. (AMADO, 2000, p. 202).

O que se percebe também na narrativa de *Capitães da areia* é que os sentimentos homoafetivos na infância são considerados apenas como temporários, sendo o futuro dos meninos uma vida heterossexual. O caso de Boa-Vida exemplifica bem essa constatação.

Boa-Vida vai se afastando aos poucos, à proporção que vai crescendo. Quando tiver dezenove anos já não voltará. Será um malandro completo, um daqueles mulatos que amam a Bahia acima de tudo, que fazem uma vida perfeita nas ruas da cidade. Inimigo da riqueza e do trabalho, amigo das festas, da música, do corpo das cabrochas (AMADO, 2000, p. 223).

A rua e, em alguns momentos, o trapiche abandonado, ou seja, a “casa” dos meninos, são os espaços onde os garotos do bando dos Capitães da areia vivem as relações homoafetivas identificadas na narrativa, espaços esses que configuram o que Segdwick (1985) designou por vínculos homossociais, caracterizados ao mesmo tempo por forte desejo homoerótico e por um não menos forte pânico homossexual. A moral religiosa, a exemplo das obras anteriormente analisadas, está sempre determinando as ações e reações das personagens envolvidas e de outras personagens sobre a ocorrência do desejo homoerótico na infância. Além disso, a ótica do narrador da obra de Jorge Amado privilegia sempre aspectos que desvalorizam o desejo homoafetivo, seja porque considerado pecado, anti-viril, anti-natural, ou pecaminoso e temporário (apenas uma fase ocorrida na infância/adolescência).

A rua e a casa também são os espaços principais onde se desenrola a maior parte do enredo de “Aprendizado”, conto de Luiz Canabrava, publicado na coletânea *Histórias do amor maldito* (1968). O texto narra uma aventura sexual de Túlio, menino que se presume estaria numa fase entre o fim da infância e início da adolescência, com um “doutor” da vizinhança, já conhecido por sua preferência sexual pelos meninos das redondezas. A relação, incentivada pelo amigo Francisquinho, foi motivada claramente por interesses financeiros

e/ou materiais, como ocorre no episódio do assédio de Boa Vida a Gato, em *Capitães da areia*.

Nesse caso, a literatura acaba reproduzindo uma visão tradicional, conservadora e claramente preconceituosa da sociedade sobre a ocorrência de relações homoafetivas. Se acontecem é porque são estimuladas por uma vantagem material, geralmente proporcionada por um homem mais velho a um menino ou rapaz bem mais jovem. O caráter de formação que esse tipo de relação tinha na sociedade grega clássica se perdeu no tempo e dificilmente seria considerado na visão moderna da homoafetividade, inclusive podendo gerar suspeitas de crime de pedofilia.

Uma noite, ao escapular de casa para fugir de uma discussão entre os pais, Túlio encontrou na rua o referido doutor, que o convidou para escutar música e tomar uma laranjada em sua casa. A perspectiva da narrativa sobre a homoafetividade parte principalmente dos pensamentos dos dois durante o encontro. Por parte de Túlio, as inseguranças quanto à iminência de uma relação homossexual; por parte do doutor, suas experiências com meninos, “tenros e virgens”, que só estavam interessados no dinheiro.

No final, tem-se a certeza de que a relação, mesmo que não seja narrada, acaba se concretizando. O menino sai da casa do doutor com duas notas de mil cruzeiros na mão, que teriam compensado todo o nojo sentido pelo que acabou de acontecer. Ou seja, a narrativa privilegia a visão comum de que uma relação dessa natureza, homoafetiva e entre um homem mais velho e um menino, é motivo de asco e só compensa pela vantagem material que se pode tirar dela.

4.3.3 José Maria

A homoafetividade infantil em *Dona Sinhá e o filho padre* aparece como um dos temas centrais da narrativa. José Maria é o filho único criado pela mãe viúva, católica e superprotetora para ser padre. O objetivo de Dona Sinhá não é alcançado, porque o menino morre antes de chegar a ser a adulto. Ao longo de sua infância e parte da adolescência, presume-se, a narrativa retrata os conflitos de José Maria principalmente em relação à sexualidade versus religião/pecado. O poder normalizador e disciplinar se manifesta com caráter de repressão e interdito basicamente pela via religiosa, seja partindo de polos externos – mãe, tio, padre, colegas da escola –, seja do próprio garoto, em forma de autovigilância e autorrepressão.

Menino mimado, com trejeitos efeminados, José Maria era constantemente vítima de opressão por parte dos garotos da rua e da escola, e também incompreendido pelos adultos, em especial o tio Gaspar. “Lá vem o Sinhazinha! Lá vem o Sinhazinha”, gritavam os meninos de sua idade. O narrador tenta explicar o porquê de José Maria ter esse comportamento que provocava rejeição e aponta a superproteção da mãe e sua promessa religiosa como principais motivos.

Os coroinhas da Igreja que a mãe frequentava riam às escondidas, chamando-o de Maria José, ou de Sinhazinha. Em determinado momento da narrativa, percebe-se que o narrador tenta minimizar os questionamentos em torno da sexualidade de José Maria e faz questão de destacar que o garoto poderia até ser delicado, dengoso e mimado pela mãe, mas “(...) de modo algum era um lúbrico acanalhado em pederasta passivo que servisse de mulher aos ativos. É o que todos os depoimentos idôneos nos asseguram a seu respeito” (FREYRE, 1964, p. 76). Ou seja, a relação com o colega mais velho, seu protetor, Paulo Tavares, na escola, inclusive com o relato da ocorrência de beijos e possíveis carícias entre os dois, não significava de todo que o menino pudesse ser um indivíduo homoafetivo passivo, condição subvalorizada, tendo em vista o aspecto de subversão à virilidade masculina. Portanto, a valorização da virilidade masculina em detrimento de comportamentos caracteristicamente efeminados são marcantes na narrativa freyriana, sob o ponto de vista de um narrador homodiegético.

A superproteção por parte da mãe, Dona Sinhá, que vivia somente para o filho, também pode ser caracterizada como uma relação de poder, inclusive com visíveis características disciplinares. A mãe nem sequer deixava que tocassem em seu menino, até mesmo as mucamas, que tinham que admirar de longe o sinhozinho loiro e puro. Some-se a isso o fato de que José Maria era fraco, inclusive fisicamente, tendo escapado da morte por causa de diarreias quando muito pequeno. Ele foi tão mimado pela mãe que, para o tio João Gaspar, isso o amolecera de tal forma que deixou no garoto muita coisa de menina. Outra vez vemos aqui a visão normalizadora e opressora que define a mulher como um sexo mais fraco em relação ao masculino.

José Maria cresceu na barra da saia da mãe no bairro de São José de Ribamar, no Recife. Por causa de seu jeito diferente dos outros meninos, brincava sozinho na maior parte das vezes, comunicando-se com os passarinhos, criando peixes num aquário, que um pescador lhe dera. O devaneio e isolamento eram uma forma de resistência à opressão dentro e fora de casa.

Como já assinalamos, o peso da religião, tendo em vista a promessa da mãe de que o faria padre, e o medo do pecado centralizam a narrativa em torno das descobertas afetivo-sexuais de José Maria. Doutrinado por Dona Sinhá, ele achava que era um anjo e que, portanto, estaria livre do pecado. No entanto, as carícias durante o banho em sua genitália contrariavam essa certeza e eram prontamente repelidas pelo menino. Ele próprio achava que suas mãos eram instrumentos do pecado e rezava para Nossa Senhora perdoá-lo por ter se masturbado.

A “piroca”, termo utilizado pelo narrador, é para José Maria símbolo do pecado e ao mesmo tempo do prazer. As carícias que fazia em sua “tetéia” era um segredo e, ao mesmo tempo, um martírio. As consecutivas menções da relação conflituosa do menino com seu pênis mostram que a narrativa explora bastante essa questão complexa para a masculinidade católica: o falo como símbolo da virilidade, da descoberta sexual, do pecado.

“Que estaria dentro daquele seu gozo, que alguma coisa lhe dizia ser feio e talvez terrível pecado? É o que José Maria sonhava às vezes descobrir, decompondo, se fosse possível, o instrumento do mesmo gozo – pequenino e vivo boneco de carne” (FREYRE, 1964, p. 32). Sua fixação pelo falo chega ao ponto de José Maria pensar em abri-lo por dentro.

No colégio, o garoto conheceu Paulo Tavares, rapaz mais velho. Era com Paulo que o menino efeminado contava para escapar da opressão dos colegas. A amizade teria se transformado numa relação “romântica”, de acordo com a narrativa.

Foi amizade de colégio; e das mais românticas dentre as que já prenderam, em qualquer parte do mundo, a um colegial desprotegido, um adolescente já quase moço; e certo de poder e dever ser protetor de criatura ao mesmo tempo tão angélica e tão fraca como era, naqueles dias, José Maria, menino, da fúria dos outros colegas, alguns deles, verdadeiros meninos-diabos (FREYRE, 1964, p. 35).

A relação entre José Maria e Paulo Tavares era sexual ou apenas amor fraternal? A dúvida sobressai na narrativa. De qualquer forma, era uma amizade perigosa. O narrador chega a esclarecer que o amor entre um rapaz mais velho e um menino mais novo, mais delicado, no sentido de o primeiro proteger o segundo, era até comum ao longo da história. Como na Grécia Antiga, o mais velho seria como uma espécie de preceptor do mais novo, iniciando-o na vida adulta. Ou seja, ao mesmo tempo em que a relação entre os dois podia ser considerada perigosa, a proteção de Paulo Tavares teria livrado o menino efeminado da depravação a que estavam sujeitos os garotos de sua natureza, efeminados e com tendências passivas, portanto.

Na narrativa freyriana também não se tem certeza se o ato sexual teria sido consumado entre os dois amigos. É sempre um exercitar-se na ambiguidade. Sabe-se que aconteceram beijos, mas que podem ter parado por aí. Até que ponto teria ido essa relação?

Não é fácil dizê-lo agora. Não seria a Gaspar, muito menos a Dona Sinhá que confessaria o próprio Paulo ter um dia perdido de todo o tino e beijado furiosamente na boca o seu franzino protegido: o fato vem apenas anotado, de modo um tanto cabalístico, no diáriozinho de José Maria guardado pelo tio. (...). A verdade é que a esse beijo e talvez a esse agarrado se teriam sucedido outros beijos e outros agarrados, embora, pelo que sei dos dois, de Paulo e de José Maria, os agarrados não tenham ido nunca a extremos de realização sexual: só a antecipações de atos irrealizados (FREYRE, 1964, p. 38).

A própria relação de José Maria com os colegas da rua e da escola era ambígua. Era motivo de troça por uns, por causa de seus trejeitos delicados, e protegido por outros, assim como no episódio já mencionado em que José Maria tem sua pureza e virgindade questionada por um dos garotos, que ameaçou usá-lo como homens usam uma mulher. Até que outro menino saiu em sua defesa, obrigando o ofensor a pedir desculpas. Mais uma vez, vemos na narrativa a visão de inferioridade a que são relegadas as mulheres.

A relação entre os dois colegas, Paulo e José Maria, passou a ser alvo de desconfiança por parte do tio Gaspar. Aquele amor fraternal teria se transformado em amor sexual? O fato era que essa forma de amar, de desejo homoafetivo, já era muito mal vista na sociedade patriarcal brasileira e em outras do mundo inteiro, nos idos do século XIX, período em que se passa o enredo. Inclusive, tomando como base o caso de José Maria, o narrador esboça uma teoria sócio-antropológica de que essa história se confundiria com a de muitos meninos brasileiros, criados pelas mães e/ou avós para seguirem carreira religiosa, num ambiente católico patriarcal.

Mais uma vez, vislumbramos nessa narrativa o aspecto de que as relações homoafetivas são sempre caracterizadas como experiências provisórias. Em determinado momento da vida, o sujeito homoafetivo na infância e/ou adolescência assumiria a condição “normal” da heteroafetividade. Visualizamos isso na relação entre José Maria e Paulo que, mesmo intensa, durou pouco, pois o último partiu para a Europa no intuito de concluir os estudos. Já o primeiro não viveria muito tempo para que pudesse ter outras relações desse tipo.

Anos após a morte de José Maria, já adolescente e seminarista, o mesmo Paulo Tavares retornou ao Brasil e visitou a mãe do menino. Como se fosse uma compensação pela relação homoafetiva proibida do passado com o filho ainda criança de Dona Sinhá, Paulo Tavares deposita na viúva a expectativa de casar-se com ela. Na segunda e última obra

ficcional da carreira de Gilberto Freyre, *O outro amor do Dr. Paulo*, de 1977, que o próprio escritor em “Nota do Autor” confirma ser continuação de *Dona Sinhá e o filho padre*, após a rejeição de Dona Sinhá, Paulo volta para Paris e lá conhece uma filha de fazendeiros de café brasileiros, com quem se casa. O que chama a atenção é que a forte relação homoafetiva que Paulo viveu com José Maria em sua adolescência nem sequer é mencionada na segunda obra de Freyre, além do que os desejos homoafetivos sentidos por Paulo, anos antes, teriam ficado para trás, comprovando a visão de provisoriedade que caracterizaria esse tipo de sentimento e/ou desejo.

A novela de Gilberto Freyre também – e, claro, não se sabe se isso é inconsciente ou intencional – acaba reproduzindo a visão da sociedade patriarcal brasileira de que ser “normal” em relação à sexualidade é sentir desejo por pessoas do sexo oposto. Mesmo trazendo à tona a questão da sexualidade infantil e, especificamente, homoafetiva, o texto mais reforça do que se contrapõe ao contexto homofóbico de meados do século XIX. O medo do pecado está sempre se sobrepondo ao desejo sexual e, no final, vence a visão de proibição e provisoriedade do desejo homoafetivo.

A opressão religiosa também é o principal cenário do conto “Taís”, de Waldir Ayala, texto inédito publicado em *Histórias do amor maldito* (1968). A narrativa traz a história de um menino, cujo nome de batismo não aparece no texto, e que aos seis anos de idade teve as primeiras sensações de que não era um garoto “normal”, queria ser menina e tinha desejos afetivo-sexuais por meninos. Já nessa idade, tinha prazer em se submeter à vontade e à proteção dos garotos mais fortes, passando a agir como menina, o que mostra a visão tradicional de que numa relação homoafetiva é necessário sempre haver um protetor e um protegido, reproduzindo a concepção conservadora que se considera natural para uma relação heteroafetiva, ou seja, a mulher deve ser sempre a protegida.

Abandonado pela mãe, que lhe diziam que teria sido ter sido uma mulher má, tinha ojeriza às mulheres. Com oito anos, o garoto, por causa da repressão religiosa, começou a ter noção do pecado que cometia ao sentir vontade de ser menina e desejo pelos meninos. Sua relação com a religião, o sagrado e o profano, perpassa toda a narrativa. Quando chega à adolescência é batizado como “Taís” por uma travesti. A busca pelo amor verdadeiro é sua grande meta, como forma de compensar o mal e, conseqüentemente, o sofrimento de ter uma sexualidade fora das normas morais e religiosas.

A valorização da virilidade em detrimento de condutas efeminadas, como ocorre com José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, também é destacada no conto “Cachorro doido”, incluído em *Jogos infantis* (1986), coletânea de contos de Haroldo Maranhão. O

primeiro encontro entre dois garotos, Luizinho e Carlão, já no primeiro dia de aula, é marcado por uma conversa em que fica patente a importância que a imagem de virilidade tinha para a sobrevivência no mundo competitivo e cruel da escola. O conselho que Carlão, menino caracterizado por ser brigão, dá a Luizinho, o seu oposto, para que adote o nome Luiz ao invés do nome no diminutivo, pois com este último o menino ficaria “marcado”, mostra bem a importância que se dá à virilidade masculina já a partir da infância.

No decorrer da primeira conversa, Carlão havia decidido, o colega não seria mais Luizinho, nem Luiz, mas “Cachorro doido”. “E ‘Cachorro doido’, hein? Puta merda, quem é que não tem medo de cachorro doido? Taí. Tou achando melhor. ‘Cachorro doido’. Tu quer? Se tu quer eu espalho, que daqui a um pouco esquecem essa porra de Luiz e só te chamam de ‘Cachorro doido’” (MARANHÃO, 1986, p. 17).

A narrativa de Maranhão enfatiza outros aspectos que acabam por mostrar, seja para reproduzir ou para estimular a reflexão, os comportamentos sexuais aceitos e não aceitos já a partir da infância. Por causa de seus trejeitos delicados, um simples convite a Carlão feito por Luizinho para estudarem juntos em sua casa é motivo para que o primeiro entendesse que se tratava de um convite com intenções sexuais. “Tá na cara. Vou comer hoje o ‘Cachorro doido’. Só mesmo na minha cabeça que iam acreditar que o mimoso é cachorro doido, que quem nasce para Luizinho morre Luizinho” (MARANHÃO, 1986, p. 18). Durante o estudo a dois, Carlão assedia sexualmente Luizinho, que acaba cedendo aos desejos homoafetivos.

4.3.4 Maurício

Num tom que remete às memórias do escritor, *Limite Branco*, primeiro romance de Caio Fernando Abreu, escrito quando este tinha apenas 19 anos, mistura uma narrativa em terceira pessoa, ao resgatar acontecimentos da infância passados numa localidade do interior, e em primeira pessoa, quando, por meio da escrita de um diário, reflete sobre a vida de um adolescente introspectivo, já na cidade grande. Nesse romance, prevalece a subjetividade em detrimento da objetividade que caracteriza as narrativas aqui anteriormente analisadas.

A abordagem sobre a homoafetividade perpassa a narrativa de forma tangencial e muito sutil, ambígua, mas abre possibilidades para refletirmos sobre os conflitos e as descobertas que passam pela cabeça de Maurício. A idade do menino não é definida, mas presume-se que esteja numa fase entre o fim da infância e início da adolescência.

O primeiro indício de um desejo homoafetivo por parte do garoto transparece na admiração que Maurício, ainda criança, mantém pelo primo mais velho Edu. Tal afeição é

narrada com palavras que remetem à paixão e mesmo ao erotismo. Na presença de Edu, o garoto se vê inebriado e devaneia sobre o quanto o primo lhe é atraente.

Edu curvou-se para ele. Como é bonito, pensou, como é bonito. Os olhos azuis olhavam nos olhos dele, a mão de dedos longos apertava seu braço. (...) Tio Pedro veio vindo. Maurício encolheu-se no fundo de sua roupa de veludo. Era igual ao gigante das histórias que Luciana contava. E Edu parecia um príncipe. Um príncipe de espada na mão, cabelos ao vento, reflexos dourados dourando o azul dos olhos (ABREU, 2007, p. 31).

A descrição dos pensamentos de Maurício sobre os gestos e a forma como Edu se portava é fortemente marcada por um clima de erotismo. Em tudo ou quase tudo o que fazia, o primo mais velho era atraente.

O primo acendeu um cigarro. Chupava a fumaça, depois soltava-a devagarinho pelo nariz. Saía um fio muito fino, depois ia subindo, subindo, e a cabeça de Maurício ia junto, sem poder parar, vontade de prender aquela fumacinha, guardar dentro de um cofre, para que só ele pudesse olhar (ABREU, 2007, p. 35)

O primeiro toque de mãos que Edu teria dado em Maurício, foi, para este, como que a descoberta de algo que o narrador deixa para o leitor a tarefa de descobrir.

- Toque aqui – disse ele estendendo a mão.

Timidamente, Maurício encostou sua mão na dele. Os dedos de Eduardo fecharam-se com força sobre os seus.

Foi-se desprendendo devagar, as pernas meio trêmulas, a cabeça cheia de ideias que chiavam e pulavam como o doce de abóbora que Luciana fazia no tacho preto. Fechou a porta, encostou o corpo no trinco frio. Passou a ponta do dedo na palma da mão que ainda retinha o calor. Sorriu. E sentiu de repente que alguma coisa começava a nascer dentro dele (ABREU, 2007, p. 38)

Ao mesmo tempo em que a narrativa deixa em suspenso essa sensação de erotismo, podemos identificar nesse desejo que Maurício nutre por Edu certa manifestação de poder, materializada na submissão do primeiro à imagem de perfeição e autoridade do segundo.

No capítulo “A descoberta”, o narrador, ao rememorar o momento em que Maurício flagra Laurinda e Zeca fazendo sexo no mato – “a rosa úmida de Laurinda”, “a bunda dourada de Zeca” –, explora as lembranças do menino, desta vez sobre um certo homem que era hostilizado pelos garotos da rua por ter uma perna só. Esses pensamentos cheios de conotação sexual são mantidos apenas na cabeça do menino, o que caracteriza o silêncio, o mutismo a que Maurício é submetido, reflexo de um poder normalizador, que emanaria da

própria personagem e provavelmente da família. De forma sutil, o narrador volta a instaurar a dúvida sobre os desejos sexuais de Maurício.

Os piás da rua corriam atrás dele, gritando: ‘Juca Perneteta! Ju-ca Per-ne-ta!’ O homem sorria um sorriso sem dentes e gritava furioso: ‘Juca é perneteta, mas gosta de buceta!’ Só depois de dizer isso a pi lazada o deixava em paz. Ele seria então Maurício Perneteta, Mau-rí-cio Per-ne-ta! Para que o deixassem em paz, teria que parar e gritar furioso: ‘Maurício é perneteta, mas gosta de buceta’ Gostava? A rosa úmida, preta, palpitante, parecia ter vida própria. Assustava como se fosse se abrir e morder. Dava medo, Nojo. Frio (ABREU, 2007, p. 86)

O episódio sobre o primeiro orgasmo noturno de Maurício é revelador. No sonho, aparece a imagem de uma criatura, nem homem nem mulher, que o faz ejacular. Uma moeda brilhante, remetendo ao devaneio de Maurício ao contemplar a bunda de Zeca (vista ao longe pelo menino, quando este o flagrara fazendo sexo com Laurinda), também está presente no sonho.

Ainda antes da adolescência, na viagem de mudança do interior para a capital, Maurício passa por uma situação com um amigo do pai que o deixa confuso sobre determinadas sensações eróticas, o que também revela os recônditos a que tais desejos eram relegados. Durante o trajeto, um homem pergunta, em tom machista, ao pai de Maurício: “Como é que é, a vara já está empenando?”, ao mesmo tempo em que tocava as coxas do menino, subindo até sua genitália. Maurício sentia medo, mas também gostava da sensação da carícia.

A mão avançava, despertando arrepios que subiam até o rosto, colocando tremores no corpo todo. Teve vontade de mordê-la, mordê-la devagar, não como quem está com raiva, mas como quem quer agradar. Outras mãos desciam suas calças, deslizavam pelas nádegas, mãos muito doces, cheirando a trigo. E dedos abriam lentamente os botões de sua camisa, um por um. Os tecidos escorregavam na pele, deixando o corpo nu. Foi quando ele abriu os olhos que viu que não era mão: era uma moeda enorme, rebrilhando doidamente (ABREU, 2007, p. 110).

Essa moeda faz referência à bunda de Zeca, que Maurício comparou com uma moeda brilhando ao sol, quando flagrou o ato sexual deste com Laurinda.

A ambiguidade da narrativa vem à tona mais uma vez no capítulo em que Maurício faz amizade com Bruno na escola, já morando em Porto Alegre, presumindo-se, portanto, que no comecinho da adolescência. Depois de se conhecerem, os dois garotos começam a passar muito tempo juntos. Até que um dia Bruno fica doente. Ao visitá-lo, Maurício teria ficado ainda mais confuso em relação à natureza de sua relação com o amigo. Em concordância com a mãe de Bruno, a doença seria um mecanismo de fuga de um problema enfrentado pelo garoto, uma justificativa para não enfrentá-lo. Seria o desejo

homoafetivo? O medo da repressão e do preconceito? A fragilidade em relação ao poder normalizador? A mãe alerta Maurício para a fragilidade do amigo:

Você sabe que é o único amigo de Bruno. E sabe também que a gente precisa ter muito cuidado sempre para não magoá-lo. É um verdadeiro cristal, ameaça quebrar-se com qualquer toque menos delicado. – As palavras nasceram em rajadas, sem pausa. Depois cessaram, como se a fonte que as gerava tivesse estancado. – Agora ele está entrando numa idade difícil. Você também. Todo cuidado é pouco, compreende? (ABREU, 2007, p. 126).

A visita foi como que uma despedida do amigo, que não mais apareceu no colégio. Ao sair da casa de Bruno, Maurício lembra com tristeza dos encontros que tivera com ele. A primeira vez em que saíram para caminhar, os vácuos de silêncio, as dúvidas angustiadas de Bruno: “Por que é tudo tão imundo e tão difícil, Maurício? Hein, Maurício, me diz, por quê?” Sacudiu os ombros como para livrar-se da resposta. Mas havia os silêncios. E as vontades estranhas, sem nome, proibidas” (ABREU, 2007, p. 130). Novamente o silêncio surgindo na narrativa como reação aos desejos que não poderiam ser sentidos, muito menos revelados e ditos.

Caracterizada por uma subjetividade e sutileza maiores na aproximação da homoafetividade da personagem infantil, ainda assim a narrativa de *Limite branco* é capaz de trazer à tona a reflexão sobre as possibilidades, angústias e proibições a que são submetidos os desejos homoeróticos, ainda mais no período da infância/adolescência. As manifestações de poder parecem mais silenciosas, mas não menos eficientes em seu objetivo de subjugar o corpo infantil homoafetivo.

A subjetividade na abordagem de uma possível relação homoafetiva, entre um garoto e um homem mais velho, também caracteriza “O iniciado do vento”, conto de Aníbal Machado. Incluído no livro *A morte da porta estandarte e outras histórias*, de 1965, compõe ainda duas coletâneas de textos literários com proposta homoerótica – *Histórias do amor maldito*, primeira coletânea do gênero, organizada por Gasparino Damata, em 1967; e *Entre nós: contos sobre homossexualidade*, de 2007, organizada por Luiz Ruffato.

O enredo é centrado no julgamento do engenheiro e construtor de pontes José Roberto, acusado pelo desaparecimento de um menino, Zeca da Curva. Os dois se conheceram quando o engenheiro escolheu uma cidadezinha do interior para repousar. O vento característico foi o motivo para a escolha do local. Logo na chegada, ele encontrou Zeca, que também mantinha a mesma paixão pelo vento. Guiados pelo menino, os dois passaram a sair juntos pela cidade em busca desse vento, que podemos tomar como uma

alegoria, que pode significar, entre outras coisas, o desejo homoafetivo que unia o homem e o garoto.

Durante o julgamento, o engenheiro narra todos os momentos em que, ao lado de Zeca da Curva, sentiu a liberdade propiciada pelo vento. Tal liberdade pagou o preço da desconfiança e maledicência do povo que, logo após o sumiço do menino, atribuiu a culpa ao amigo adulto, que também foi acusado de perversão sexual. Ou seja, mais uma vez a homoafetividade é relegada a uma visão trágica, triste e negativa.

O desejo homoafetivo de um homem mais velho por um menino mais novo e vice-versa aparece ainda em “Juca”, conto publicado na coletânea de contos com temática homoerótica *O amor com olhos de adeus* (1995), organizada por José Carlos Honório. O texto de Amador Ribeiro Neto narra um encontro entre o sobrinho Juca, de 14 anos, e seu tio, de 30 anos.

O narrador é Juca então com 43 anos, que resgata as memórias do Natal de 1967. O garoto viajou do interior para a capital com o objetivo de passar as festas de fim de ano na casa do tio, de quem gostava muito, e cuja vida, para Juca, guardava um certo mistério. O tio tinha saído de sua cidade ainda jovem, morado em outras cidades grandes do interior, e acabado na capital... Nunca mais voltara a morar em sua terra natal.

A presença do homem experiente, mais velho e misterioso, provoca na personagem recém saída da infância a vontade de agir como adulto. Ainda em casa, esperando para irem ao teatro, os dois bebem e um forte clima de erotismo surge entre eles. As mãos se tocam, os dois se abraçam, se olham, os cheiros se confundem, as respirações ficam ofegantes, mas o tio, como num lapso de lucidez, interrompe o desenrolar da troca de carícias, pois chegou a hora de saírem para o teatro. Ou seja, a narrativa acaba reproduzindo a visão de que esse tipo de desejo pode até existir, mas deve ser interdito, ainda mais em se tratando de parceiros com idades tão diferentes, sendo um deles ainda quase uma criança.

A diferença etária que, como vimos, é comum nas narrativas que trazem personagens infantis em relações homoafetivas é também uma característica de destaque do conto “Dionísio coração livre”. Publicado na coletânea de contos *Triunfo dos pêlos e outros contos GLS* (2000), lançada pelas Edições GLS com seleção de João Silvério Trevisan, o conto de Meirinho Leve narra as memórias da personagem na infância, aos 10 anos de idade. Além do desejo homoafetivo, o incesto é destaque na narrativa.

Nas memórias do narrador personagem a figura central é a de um adolescente, seu irmão mais velho, Dionísio, por quem o menino nutria uma admiração que, ao longo da narrativa, transforma-se numa atração homoerótica e incestuosa. O caçula lembra de Dionísio

em seus mais pequenos detalhes, desde a posição em que parava para escrever suas poesias, seu jeito alegre e brincalhão, até as pequenas minúcias de seu rosto, a forma como lia para ele, “com os lábios quase roçando a orelha do menino” (LEVE, 2000, p. 59).

O ponto alto da narrativa é o momento em que, pela primeira vez, os dois irmãos dividem a mesma cama. Troca de carícias debaixo dos lençóis e a masturbação mútua levavam os dois garotos a um clima de êxtase sexual, mesmo que tal sentimento ainda não pudesse ser definido pelo menino mais jovem. Por várias noites, ao longo de anos, a relação se repetiu entre os dois, sem remorsos ou culpas. No entanto, o silêncio sobre o que acontecia era marcante. Jamais conversaram sobre a relação homoafetiva que mantinham.

O tempo passou, os dois cresceram e seguiram suas vidas. Dionísio arranhou uma namorada, que logo cativou o irmão caçula. Marcou o casamento, que não chegou a se realizar por causa de sua morte em um acidente. Trinta anos depois, já adulto, o irmão caçula relembra, ao visitar a casa da família, prestes a ser demolida, os momentos homoafetivos que tinha vivido com o irmão. Enquanto isso, Carlinhos, que se presume tratava-se do seu atual companheiro, o esperava.

Em praticamente todas as narrativas que ora analisamos em nossa pesquisa, o fim das personagens infantis/ adolescentes homoafetivas é quase sempre o da humilhação, do distanciamento e da separação, e mesmo da morte. Sentimentos negativos estão regularmente presentes quando se trata de abordar a relação das personagens com seus próprios desejos: culpa, medo, rejeição, negação, vingança, raiva, entre outros. Quando da reação de outras personagens à homoafetividade pairam visões condenatórias, de desconfiança, desmerecimento, repúdio e de julgamento. Há ainda quase sempre um protetor (ativo) e um protegido (passivo) nos relatos em que identificamos personagens infantis envolvidas em relações homoafetivas, sendo a segunda conduta sempre depreciada em detrimento da primeira. Isso aponta para uma extrema valorização da virilidade masculina já desde a infância, principalmente em contextos de fortes vínculos homosociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um breve passeio pela trajetória histórica e por alguns dos principais aspectos psicanalíticos em tono da criança/infância e sua sexualidade, bem como da evolução do conceito e da visão sobre a homossexualidade ou, como preferimos denominar, da homoafetividade no Ocidente, foi fundamental para que conseguíssemos apurar nosso olhar sobre como a literatura brasileira vem tratando essa problemática, tendo em vista as ações e reações de suas personagens, especificamente crianças do sexo masculino. Buscar compreender os principais aspectos dos estudos foucaultianos sobre os mecanismos de atuação do poder disciplinar e normalizador também nos permitiu compreender melhor como esses mesmos poderes interferem na manifestação dos desejos homoafetivos por parte das personagens nas obras selecionadas para o *corpus* de nossa pesquisa: Sérgio, de *O Ateneu*; Gato, Boa-Vida, Almiro e Barandão, de *Capitães da areia*; José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*; e Maurício, de *Limite branco*.

Desde a Antiguidade grega, a criança ocidental, em alguns períodos mais, como na modernidade, em outros menos, como na Idade Média, sempre foi considerada um Outro a ser formado, aprimorado com vistas a tornar-se um adulto completamente adequado às normas sociais e, posteriormente, à moral religiosa, basicamente a cristã. O indivíduo a ser corrigido, uma espécie de monstro moral, na ótica de Michel Foucault. A adulez é o período que realmente importa na vida de um ser humano e deve ser totalmente separado do mundo infantil. Na Grécia clássica, o infante estava equiparado às mulheres e os escravos, portanto, desprovido de cidadania, no caso do sexo masculino. No período medieval, historiadores como Philippe Ariès defendem a predominância de um tratamento descuidado com relação às necessidades próprias da infância, não por acaso as pinturas medievais geralmente retratam crianças com feições de adultos.

A partir do Renascimento e principalmente com as ideias defendidas pelo Iluminismo, no século XVIII, a criança passou a ser considerada uma página em branco, disponível, portanto, para ser preenchida racionalmente de acordo com o que se considerava importante para a educação do indivíduo incompleto. Entraram em cena professores, pedagogos, preceptores, médicos e outros especialistas que, ao lado da família, criaram um forte esquema de vigilância em torno do ser infantil. Tudo isso, em maior ou menor grau, dependendo do contexto e da época, tinha como pano de fundo a moral religiosa extremamente proibitiva e cheia culpa do Cristianismo, no caso do Brasil católico. Vale ressaltar que o corpo físico da criança e não apenas os seus desejos chegaram a ser alvo de

pesados controles que não raras vezes eram sinônimo de descaso, negligência e violência, a exemplo do infanticídio, do abandono, da exposição nas rodas de enjeitados e da entrega de recém-nascidos para serem amamentados por amas de leite. Tais hábitos, ao longo do tempo, deram lugar a novos cuidados, novos controles, mas não menos eficazes em sua função de conservar o corpo infantil de perigos internos e externos.

Como sujeito social, em determinados períodos, a criança poderia até trabalhar, ajudar nas despesas de casa, pois o trabalho por muito tempo foi tido como uma forma de tirá-la da marginalidade e considerado garantia de construção de um adulto responsável; mas, como sujeito dotado de desejos sexuais, como bem revelou a Psicanálise no início do século XX, era quase sempre vigiado e reprimido. Ainda hoje, apesar das facilidades proporcionadas pela televisão e pela Internet, com acesso praticamente ilimitado a conteúdos de cunho altamente sexual e frequentes estímulos à erotização infantil, admitir que uma criança, mesmo as mais crescidas, tem sexo, sente desejo e muitas vezes o satisfaz, seja por meio de práticas autoeróticas, como a masturbação, não é algo aceitável. As próprias crianças tendem a se autocensurarem tendo em vista a constante vigilância e opressão a que são submetidas.

Portanto, a sexualidade infantil se já era considerada um forte tabu em épocas recentes, ainda hoje é de difícil trato para grande parte das sociedades ocidentais. Ou mantém-se o silêncio, ou fala-se dela para barrá-la e/ou corrigi-la. Como afirma Foucault, nunca se falou tanto de sexo, inclusive da sexualidade infantil, como na modernidade, mas só alguns eleitos, a exemplo dos especialistas que já apontamos anteriormente, estão autorizados a produzirem discursos sobre o assunto. Discursos que devem ser tomados como a mais pura verdade. No máximo, o sexo infantil ou o simples desejo de fazê-lo devem ser confessados, como um pecado e/ou falha de conduta, a serem penitenciados e/ou tratados. É o que se pode chamar de pedagogização e medicalização do sexo infantil. Este, por sua vez, é um segredo que deve ficar confinado ao mundo dos adultos.

Quando a sexualidade infantil envolve a ocorrência de atrações homoeróticas, alia-se ao silêncio característico o fator vergonha de forma potencializada. O chamado “amor grego”, aceitável como mecanismo de formação do futuro cidadão da *pólis*, involuiu para algo que, em determinados períodos, como no auge do puritanismo disseminado pelos ingleses vitorianos, nem ousava dizer seu nome. O indivíduo homoafetivo transformou-se, ao longo do tempo, quase sempre por influência da moral religiosa, num alvo de intervenções médicas, psicológicas, jurídicas e educativas rigorosas. Para além de ser humano e indivíduo dotado de direitos políticos, o homossexual – após todas as teorias filosóficas, sociológicas, jurídicas, médicas e psicológicas que tentaram e continuam tentando explicar as causas e punir as

consequências para tão grave desvio – passou a ser considerado uma espécie, um tipo sexual à parte, que precisava ser tratado e curado de tamanha anormalidade. Na literatura, os tipos homoafetivos de Proust, por exemplo, são apresentados nas narrativas como uma raça diferente. Já os de Gide, vivem por toda a vida atormentados devido à sua condição sexual fora da “normalidade”.

Para complicar ainda mais a situação do indivíduo homoafetivo, uma questão de gênero interfere na construção da identidade homossexual e torna ainda mais complicado ser classificado e reconhecido como alguém que sente desejos eróticos por pessoas do mesmo sexo. Ser classificado como tal, afirma Foucault, já pode ser tomado como uma punição. Por outro lado, não se trata apenas de ter desejos, mas de como eles são concretizados. A divisão dos papéis sexuais numa relação homoafetiva entre ativos e passivos, sendo os segundos completamente desvalorizados em relação aos primeiros, uma vez que exercem o papel supostamente inferior identificado à submissão feminina histórica. Até na sociedade grega clássica, sujeitos reconhecidamente passivos e efeminados eram tratados com desprezo. Nas comédias de Aristófanes indivíduos que se encaixavam nesse perfil eram constantemente motivo de piadas.

Da mesma forma que a sexualidade infantil, a homoafetividade é algo que deve ser mantido no mais absoluto segredo. Uma espécie de bifrontismo caracteriza o comportamento de muitos indivíduos. Ou seja, é possível ter desejos homoafetivos e concretizá-los desde que fora do campo de visão da família e da sociedade como um todo. Amaro e Aleixo, de *Bom-Crioulo*, por exemplo, confinaram sua relação ao quartinho lúgubre da pensão de Dona Carolina, na rua da Misericórdia.

Não por acaso, desde muito pequenos, os meninos, em sociedades como a brasileira, são doutrinados para manifestarem sua virilidade e consciência de que o ser masculino é sempre quem deve dominar uma relação afetiva. O culto ao falo manifesta-se logo nos primeiros anos de vida. Essa obrigação, não raras vezes, dá margem a sérios distúrbios psicológicos por parte de muitos homens, que não aguentam a pressão de ser sempre o macho dominador, insensível e, em muitos casos, violento perante a sociedade.

Em nossa pesquisa, utilizamos a chamada “História das mentalidades” para compreender aspectos que construíram a imagem que a criança, sua sexualidade e, por sua vez, o indivíduo infantil homoafetivo, ganharam ao longo do tempo na sociedade ocidental, aí incluída a brasileira. Tudo isso influenciado por uma cadeia de micropoderes, disciplinares e normalizadores, que atuam ora reprimindo, ora determinando saberes, ora estimulando reações. Tomamos como pressuposto a possibilidade de que a literatura seja um registro

privilegiado dessas mentalidades. Ainda que reconheçamos que o texto ficcional possui independência e coerência internas, defendemos que a literatura, por meio de suas personagens, amplia as possibilidades para que compreendamos as ações e reações diante dos indivíduos infantis homoafetivos e seus desejos em determinados espaços e períodos, e em suas relações com outras personagens.

Elencamos a seguir alguns aspectos principais relacionados à infância, sua sexualidade e homoafetividade, impregnados de relações de poder, que conseguimos apreender nas narrativas literárias selecionadas para o nosso *corpus*, sempre de acordo com as visões, em especial históricas, filosóficas e psicológicas sobre essas três temáticas que recuperamos ao longo do tempo nas sociedades ocidentais.

1. A exigência de ser viril e sempre adotar uma postura de dominação em relação ao sexo feminino e, conseqüentemente, a condutas assemelhadas, como os indivíduos efeminados e passivos nas relações homoafetivas, desde a mais tenra infância, são bem claras entre as personagens. Sérgio, de *O Ateneu*, sente-se constantemente oprimido por ter que obedecer às regras, em grande parte subjetivas, do internato, como a de não se colocar na posição de protegido e, portanto, submisso a terceiros, geralmente colegas mais velhos, como Sanches e Bento Alves. Em *Capitães da areia*, os meninos que aceitam ser passivos nas relações homossexuais são punidos com a expulsão do bando; José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, por ter trejeitos delicados, é hostilizado pelos colegas da rua e da escola e também pelo tio; já Maurício, de *Limite branco*, numa narrativa mais caracterizada pela subjetividade psicológica, sente atração – mas guarda somente para si – pela postura de autoridade e rebeldia do primo mais velho, o que denota a busca dessa virilidade no alvo de seu desejo. Em outro episódio da narrativa de Caio Fernando Abreu a exigência da virilidade surge quando um amigo do pai de Maurício, durante a viagem de mudança para a cidade grande, faz afirmações constrangedoras sobre o amadurecimento sexual do garoto.
2. A moral religiosa é um dos fatores, se não o principal, que intervêm sempre negativamente nos conflitos relacionados aos desejos sexuais homoafetivos das personagens. Em três das quatro narrativas (*O Ateneu*, *Capitães da areia* e *Dona Sinhá e o filho padre*) os conflitos internos relacionados aos preceitos católicos, contra desejos sexuais infantis e, portanto, recreativos, e ainda mais em se tratando de atrações homoafetivas, são sempre fonte de opressão e angústia. Destaque para o José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, que por ser criado pela mãe viúva e

superprotetora para ser padre quando adulto, sofre diante das descobertas cada vez mais fortes de seus desejos sexuais, inclusive quando descobre o prazer da masturbação. O narrador dessa última chega a defender que a história de José Maria se repetiria, em meados do século XIX, época em que se passa o enredo, entre muitos meninos criados para serem padres por mães religiosas.

3. Com exceção de *Capitães da areia*, onde a rua é o espaço principal de atuação das personagens na narrativa, os demais textos apresentam a escola como espaço primordial para a ocorrência da homoafetividade infantil. Ao contrário de apenas controlar o aparecimento de tais desejos, o ambiente escolar parece estimular sua ocorrência, ainda que envolta em todo tipo de opressão. Deixado no internato para encontrar o mundo, nas palavras de seu pai, é na instituição que Sérgio, de *O Ateneu*, vivencia suas primeiras relações homoafetivas. Também é na escola que Maurício, de *Limite branco*, conhece sua primeira paixão de adolescência, o colega Bruno. José Maria também encontra no contexto escolar seu primeiro amor de infância, Paulo. A rua e a casa também aparecem, mesmo que de forma secundária, como ambientes propícios para a manifestação de desejos homoeróticos.
4. Como afirma Foucault, os poderes disciplinares e normalizadores emanam de todas as direções, de forma horizontal, e verificamos em todas as quatro narrativas aqui analisadas, que eles podem partir da própria personagem envolvida em relações homoafetivas. Eles aparecem como uma espécie de autocensura e auto repressão. As personagens infantis buscam, constantemente, formas de sabotar e barrar seus desejos, lançando mão de mecanismos variados, como o apelo aos valores religiosos, o distanciamento dos amigos pelos quais sentem atração, o silêncio e a introversão, a busca e potencialização dos defeitos do outro, a culpa sobre si e sobre o parceiro, entre outros. Bruno, o amigo da escola de Maurício, em *Limite branco*, utiliza uma doença imaginária para fugir dos conflitos e minar o possível envolvimento entre os dois adolescentes.
5. Os vínculos homosociais nos contextos que possibilitam a reunião de um grupo de crianças do sexo masculino são claramente perceptíveis nas narrativas. Esses vínculos embutem dois aspectos contrastantes: uma grande probabilidade de surgirem desejos homoeróticos e um premente pânico homossexual. No grupo dos Capitães da areia há claramente uma tensão sexual envolvendo algumas personagens, ao mesmo tempo em que esses desejos são prontamente rejeitados entre eles, ainda mais se o indivíduo for efeminado ou prestar-se à posição de passivo na relação. A homosociabilidade

também caracteriza o internato de *O Ateneu* e a escola em *Dona Sinhá e o filho padre* e *Limite branco*. No texto de Pompéia, Sérgio ao mesmo tempo em que se envolve com seus amigos, primeiro Sanches, depois Bento Alves, depois Egbert, logo encontra uma forma de provocar o distanciamento e a separação.

6. A provisoriedade é o que caracteriza geralmente a ocorrência do desejo homoafetivo, principalmente pelo envolvimento de personagens ainda na infância e, portanto, cujas perspectivas ainda se encontram no âmbito da formação e consolidação de suas identidades sexuais e afetivas. Ou seja, a atração homoerótica é apenas passageira. Sabe-se que Sérgio, de *O Ateneu*, já adolescente, sairá do internato após o incêndio devastador e a impressão que o narrador passa é a de que as relações homoafetivas vividas naquele mundo ficarão para trás e que se extinguirão juntamente com a instituição. Em *Capitães da areia*, a forte atração que Boa-Vida sentiu por Gato foi apenas um momento, pois, no fim da história, o narrador informa que o menino cresceu, tornando-se “amigo do corpo das cabrochas”. O extremo desse sentimento de provisoriedade que envolve o desejo homoafetivo das personagens é Paulo Tavares, o amigo apaixonado de José Maria, de *Dona Sinhá e o filho padre*, que parte para a Europa, mas quando retorna ao Brasil, surpreendentemente, se prontifica a casar com a mãe do menino já falecido, Dona Sinhá, presume-se que como uma forma de compensação pela relação proibida que teve com o filho ainda criança da pretendente. Em *Limite branco*, mesmo que esse aspecto seja mais sutil na narrativa, Maurício cresce, mas suas experiências homoeróticas também ficam para trás. Ao rever o primo Edu já na adolescência, o sentimento de Maurício é de repulsa, ao contrário do forte desejo sentido na infância.
7. O trágico e o fracasso são dois aspectos que, mesmo indiretamente, acabam por ser o destino das relações homoafetivas identificadas nas narrativas. O espaço onde Sérgio descobriu suas primeiras paixões foi completamente destruído pelo fogo, que também, podemos considerar, levou consigo um passado de desejos proibidos. Em *Capitães da areia*, Almiro, o parceiro homoafetivo de Barandão, morre vítima da Bexiga, talvez como uma forma de expiação de seus pecados. José Maria também não conseguiu cumprir o desejo da mãe, que o criou para ser padre, morrendo ainda jovem, depois de ter vivido uma amizade proibida com o colega de escola. Maurício tem na morte da mãe um divisor de águas em sua transição da infância/adolescência para a vida adulta. Sabemos que por serem personagens ainda na infância, transitando para a adolescência, as experiências homoafetivas vividas nesse período são passageiras, mas

também não identificamos, a não ser em *Limite branco*, que deixa o futuro sexual de Maurício completamente em aberto, nenhum indício de que o sentimento homoafetivo perdurará na vida adulta.

8. Podemos verificar a relação que a condição homoafetiva das personagens em idade infantil tem com outras variáveis e que, futuramente, pode ser tema para o aprofundamento desta pesquisa: classe social (*O Ateneu a Capitães da areia*); abandono (*O Ateneu e Capitães da areia*); orfandade (*O Ateneu a Capitães da areia e Dona Sinhá e o filho padre*); desamparo (*O Ateneu, Capitães da areia e Limite branco*), solidão (*O Ateneu, Capitães da areia e Limite branco*), entre outras variáveis.

Em nossa pesquisa, foi também de grande importância avaliar como os autores das referidas obras tratam, em termos da linguagem utilizada, a questão da homoafetividade infantil. Nas primeiras narrativas, em ordem cronológica, de 1888 (*O Ateneu*), 1937 (*Capitães da areia*) e 1964 (*Dona Sinhá e o filho padre*) – sendo esta última ambientada no século XIX – verificamos que, apesar da maior objetividade com que o tema é tratado, predomina – e não podemos concluir que seja ou não proposital – a reprodução dos estereótipos que caracterizam as variadas visões sobre o indivíduo homoafetivo, com o agravante de serem personagens ainda na infância. Ainda que o objetivo seja estimular a reflexão sobre o assunto, as concepções negativas predominam. Já em *Limite branco*, narrativa caracterizada por ser mais subjetiva no tratamento do tema, e mesmo que a introspecção, o silêncio e os conflitos psicológicos da personagem sobressaíam quando se trata de abordar os desejos homoafetivos, o que não deixa de ser um aspecto negativo, a narrativa deixa mais em aberto os pontos de vista que podem ser adotados sobre a temática da homoafetividade na infância.

REFERÊNCIAS

ABREU, Caio Fernando. **Limite branco**. Rio de Janeiro: Agir, 2007.

AMADO, Jorge. **Capitães da areia**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

AMANTINO, Márcia. E eram todos pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. *In*: DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 238f. Tese de doutorado em Educação – Universidade Federal do Ceará (UFC). Fortaleza, 2012.

ANDRADE, Mário de. Frederico Paciência. *In*: DAMATA, Gasparino (Org.). **Histórias do amor maldito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

ARANTES, Adlene Silva. Colônia Orfanológica Isabel: uma escola para negros índios e brancos (Pernambuco 1874-1889). *In*: **Revista Brasileira de História da Educação**.v. 9, n. 2. Disponível em <http://www.rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/72>. Acesso em: 30 dez. 2014.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.

_____. Reflexões sobre a história da homossexualidade. *In*: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. **Sexualidades ocidentais**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira Summer. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

ARISTÓTELES. **Poética**. Tradução de Eudoro de Sousa. 6. ed. Brasília: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, s.d.

AYALA, Walmir. Taís. *In*: DAMATA, Gasparino (Org.). **Histórias do amor maldito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

AZEVEDO, Renata Custódio de. **O Conselho Tutelar e seus operadores**: o significado social e político da instituição – um estudo sobre os conselhos tutelares de Fortaleza/ Ceará. 212f. Dissertação de mestrado em Políticas Públicas e Sociedade – Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, julho de 2007.

BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

BARCELLOS, José Carlos. **Literatura e homoerotismo em questão**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação**. Tradução, apresentação e notas de Marcus Vinicius Mazzari. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2002.

BEZERRA, Carlos Eduardo. Bom-Crioulo: um romance da literatura gay made in Brazil. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**. v. 6, n. 08, jul/dez 2012. Disponível em <http://ufrn.emnuvens.com.br/bagoas/article/view/2257>. Acesso em: 31 dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** [e-book]. 2. ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Acesso em: 24 maio 2013. Disponível em http://www.sertao.ufg.br/uploads/16/original_BOURDIEU__Pierre._A_domina%C3%A7%C3%A3o_masculina.pdf?1332946646. ISBN 85-286-0705-4.

BOURNEUF, Roland; OUELLET, Réal. **O universo do romance**. Tradução de José Carlos Seabra Pereira. Coimbra: Almedina, 1976.

BRANDÃO, Junito. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia grega**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del sexo**. Buenos Aires: Paidós, 2005.

CAMINHA, Adolfo. **Bom-Crioulo** [e-book]. São Paulo: Ática, 1995. Acesso: 31 jul. 2013. Disponível em <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/bomcrioulo.pdf>.

CANABRAVA, Luiz. Aprendizado. In: DAMATA, Gasparino (Org.). **Histórias do amor maldito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

CANDIDO, Antonio. A personagem do romance. In: _____ *et al.* **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

CARVALHO, Gilmar de. Literatura e homoerotismo: alteridade e paixão. In: VALE, Alexandre Fleming Câmara; PAIVA, Antonio Crístian Saraiva (Org.). **Estilísticas da sexualidade**. Campinas: Pontes Editores, 2006.

CASTILHO, Lísias. **Homossexualidade**. São Paulo: ABU Editora, 1990.

CHAUÍ, Marilena. **Repressão sexual: essa nossa (des)conhecida**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

CHOMBART DE LAUWE, Marie-José. **Um outro mundo: a infância**. Tradução de Noemi Kon. São Paulo: Perspectiva: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

COSTA, Jurandir Freire. **A face e o verso: estudos sobre o homoerotismo II**. São Paulo: Editora Escuta, 1995.

_____. **A inocência e o vício: estudos sobre homoerotismo**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

COUTINHO, Fernanda. **Imagens da infância em Graciliano Ramos e Antoine de Saint-Exupéry**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. **O espelho do mundo: Juquery, a história de um asilo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

DELGADO, Buenaventura. **Historia de la infancia**. Barcelona, Ariel, 1998.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. *In*:

_____. (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

_____. **Histórias íntimas: sexualidade e erotismo na história do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2011.

_____; AMANTINO, Márcia (Org.). **História do corpo no Brasil**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DICKENS, Charles. **Oliver Twist** [e-book]. Tradução de Machado de Assis e Ricardo Lísias. São Paulo: Hedra, 2002. Acesso em: 30 dez. 2013. Disponível em: <<http://machado.mec.gov.br/images/stories/pdf/traducao/matr03.pdf>>.

DONZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução de M. T. da Costa Albuquerque. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DOURADO, Autran. **Três histórias no internato: conto**. São Paulo: Ed. Nacional, 1978.

DOVER, K. J. **A homossexualidade na Grécia Antiga**. Tradução de Luís Sérgio Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2007.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FAURY, Mára. **Uma flor para os malditos: homossexualidade na literatura**. Campinas: Papyrus, 1984.

FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Tradução de Araújo Nabuco. São Paulo: Abril Cultura, 1979.

FORSTER, E. M. **Aspectos do romance**. Tradução de Maria Helena Martins. Porto Alegre: Editora Globo, 1969.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução de Roberto Machado. 25. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: história da violência das prisões**. Tradução de Raquel Ramallete. 35. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. São Paulo: Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade II:** o uso dos prazeres. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. 8 ed. São Paulo: Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade III:** o cuidado se si. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque. São Paulo: Graal, 1985.

_____. **Os anormais:** curso no Collège de France (1974-1975). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FRANCO JÚNIOR, Arnaldo. Operadores de leitura da narrativa. In: BONNICI, Thomas; ZOLIN, Lúcia Osana (org.). **Teoria literária: abordagens históricas e tendências contemporâneas**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2005.

FREYRE, Gilberto. **Dona Sinhá e o filho padre**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1964.

_____. **Casa grande & senzala**. 51. ed. São Paulo: Global, 2006.

_____. **O outro amor do Dr. Paulo**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

FREUD, Sigmund. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade**. In: _____. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud Volume VII. Tradução de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1972.

FRY, Peter; MACRAE, Edward. **O que é homossexualidade?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade:** sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GIDE, André. **Se o grão não morre**. Tradução de Hamílcar de Garcia. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval:** a homossexualidade masculina do Brasil do século XX. Tradução de Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

HENDERSON, Jeffrey. **The maculate muse:** obscene language in attic comedy. New York: Oxford University Press, 1991.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância:** da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Tradução de Roberto Cataldo Costa. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HOCQUENGHEM, Guy. **A contestação homossexual**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Brasiliense, 1980.

JUNG, C. G. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Tradução de Maria Luiza Appy e Dora Mariana R. Ferreira da Silva. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

KOHAN, Walter O. **Infância. Entre educação e filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **Negros do estúdio do fotógrafo: Brasil, segunda metade do século XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010.

LACAN, Jacques. **O seminário, livro 5: as formações do inconsciente**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAJOLO, Marisa. Infância de papel e tinta. *In*: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.

LEVE, Meirinho. Dionísio coração livre. *In*: QUEIROZ, Ana *et al.* **Triunfo dos pêlos e outros contos gls**. São Paulo: Summus, 2000.

LEVIN, Esteban. **Rumo a uma infância virtual: a imagem corporal sem corpo**. Tradução de Ricardo Rosenbusch. Petrópolis: Vozes, 2007.

LIMA, Delcio Monteiro de. **Os homoeróticos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1983.

LOPES, Denilson. **O homem que amava rapazes e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2002.

MACHADO, Aníbal. O iniciado do vento. *In*: DAMATA, Gasparino (Org.). **Histórias do amor maldito**. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 1968.

MARANHÃO, Haroldo. Cachorro doido. *In*: _____. **Jogos infantis**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1986.

MARMOR, Judd (Org.). **A inversão sexual**. Tradução de Cristiano Monteiro Oiticica. Rio de Janeiro: Imago, 1973.

MATA, Anderson Luís Nunes da. **Silêncio das crianças: representações da infância na narrativa brasileira contemporânea**. Londrina: EDUEL, 2010.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

MAUPASSANT, Guy de. **Bola de sebo e outras narrativas**. Tradução de Plínio Augusto Coêlho. São Paulo: Hedra, 2011.

MENDES, Leonardo Pinto. As ruínas da homossexualidade: o gótico em *Bom-Crioulo*, de Adolfo Caminha. **Luso-Brazilian Review**. v. 41, n. 1 (2004). Disponível em <http://lbr.uwpress.org/content/41/1/56.full.pdf>. Acesso em 31/12/2013.

MÍCCOLIS, Leila; DANIEL, Herbert. **Jacarés & lobisomens: dois ensaios sobre a homossexualidade**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1983.

MORICONI, Ítalo. Literatura moderna e homossexualismo: pressupostos básicos, ou melhor, mínimo. *In*: GOLIN, Célio; WEILER, Luís Gustavo. **Homossexualidade, cultura e política**. Porto Alegre: Sulina, 2002.

MOTT, Luiz. **Homossexualidade**: mitos e verdades. Salvador: Ed. GGB, 2002.

NOLASCO, Sócrates. **A desconstrução do masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.

_____. **O mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

OKITA, Hiro. **Homossexualidade da opressão à libertação**. São Paulo: Editora Sudermann, 2007.

ORAISON, Marc. **A questão homossexual**. Tradução de José Kosinski. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PEDROSA, João Batista. **Garoto rebelde**: surgimento da homossexualidade na criança. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010.

PLATÃO. **O banquete**. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2012.

POMPÉIA, Raul. **O Ateneu**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2010.

_____. **O Ateneu HQ**. Roteiro e adaptação de Marcelo Quintanilla. São Paulo: Ática, 2012.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho. Rio de Janeiro: Graphia, 2011.

RAMOS, Fábio Pestana. A história trágico-marítima das crianças nas embarcações portuguesas do século XVI. *In*: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

REUTER, Yves. **A análise da narrativa**: o texto, a ficção e a narração. Tradução de Mario Pontes. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

RIBEIRO NETO, Amador. Juca. *In*: HONÓRIO, José Carlos (Org.). **O amor com olhos de adeus**: antologia do conto gay brasileiro. São Paulo: Transviatta, 1995.

ROSA, João Guimarães. **Grande sertão**: veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. *In*: _____ *et al.* **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

RUFFATO, Luiz (Org.). **Entre nós**: contos sobre homossexualidade. Rio de Janeiro: Língua Geral, 2007.

SÁNCHEZ, Dario de Js. Gómez. **Pervertidos, bichas e entendidos**: identidade homossexual no romance latino-americano. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. **Epistemología del armario**. Traducción de Teresa Bladé Costa. Barcelona: Ediciones de la Tempestad, 1998.

_____. **Between Men**: english literature and male homosocial desire. New York: Columbia University Press, 1985.

LE GOFF, Jacques. **A história nova**. Tradução de Eduardo Brandão. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

SILVA, Antonio Ozaí da. Maurício Tragtenberg: identidade e alteridade. **Revista Urutágua**. v. 1, n. 1 (2001). Disponível em http://www.urutagua.uem.br//ru18_mtrag.htm. Acesso em: 31 dez. 2013.

SOUZA, Kenedys Fernandes de. **Infanticídio**: homicídio privilegiado no Código Penal Brasileiro. Disponível em http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=3894. Acesso em: 30 dez.2013.

STEARNS, Peter N. **A Infância**. Tradução de Mirna Pinsky. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **História da sexualidade**. Tradução de Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

SULLIVAN, Andrew. **Praticamente normal**: uma discussão sobre o homossexualismo. Tradução de Isa Mara Lando. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

THOMÉ, Ricardo. **Eros proibido**: as ideologias em torno da questão homoerótica na literatura brasileira. Rio de Janeiro: Nova Razão Cultural Editora, 2009.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 8. ed. São Paulo: Record, 2011.

_____. **Em nome do desejo**. Rio de Janeiro: Codecri, 1983.

_____. **Seis balas num buraco só**: a crise do masculino. Rio de Janeiro: Record, 1998.

VEYNE. Paul. A homossexualidade em Roma. *In*: ARIÈS, Philippe; BÉJIN, André. **Sexualidades ocidentais**. Tradução de Lygia Araújo Watanabe e Thereza Christina Ferreira Summer. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.